

Revista

HUMANAS ET AL



INSTITUTO DE
ENSINO SUPERIOR
FRANCISCANO

Revista
HUMANAS ET AL



REVISTA HUMANAS ET AL. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 7, n. 11, p. 1-222, jul. 2019.

- A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: análise do Projeto Travessia em São Luís-MA.....** 3-19
Autoras: Aline de Moura Santos; Rosimar Cantanhede Fonseca; Gisele de Fatima Cardoso Nunes
- A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM MICROCEFÁLIA NA ESCOLA APÓS EPIDEMIA PELO VÍRUS ZIKA.....** 20-34
Autoras: Emanuely Cristina Veloso da Silva; Gilsene Daura da Silva
- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: uma observação sobre os hábitos alimentares dos alunos da Creche Escola Sebastiana Sobreiro Oliveira, em Paço do Lumiar-MA.....** 35-53
Autoras: Suêny Maria Machado Rosa; Vera Lúcia Lopes de Barros
- AUDITORIA, UMA FERRAMENTA DE GESTÃO: perspectivas da TCM.....** 54-65
Autor: Francisco de Paula Melo Junior
- GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: um estudo de caso na empresa Psiu Indústrias de Bebidas em São Luís/MA.....** 66-80
Autores: Cândida Nascimento da Silva; Rose Cristine da Luz Ferreira; Edvaldo Rogério Santos Teixeira
- IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....** 81-93
Autoras: Flávia Raquel Viegas Pereira; Suzane Bóas Teles de Moraes; Gilsene Daura da Silva
- IMPLEMENTAÇÃO DE HORTA EM AMBIENTE ESCOLAR COMO FERRAMENTA PARA SENSIBILIZAÇÃO DISCENTE.....** 94-110
Autoras: Cristiane Souza Santos Sousa; Vera Lúcia Lopes de Barros
- INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO NA GESTAÇÃO: revisão bibliográfica.....** 111-124
Autoras: Antônia Maria Santos do Lago; Carla Bianca Rocha Ferreira; Jéssica Edilainer de Sousa Rabelo Martins; Josieli Ribeiro Machado; Julianne Lima da Conceição; Marinalva Santos Silva; Marjanne Pestana Ferreira; Ronileny Serra da Silva Leite; Sheila Regina de Sousa Santos; Susane Araújo Silva Alves; Fernanda Italiano Alves Benicio Sousa
- MARKETING ESPORTIVO, O PATROCÍNIO ALÉM DA ESTAMPA.....** 125-136
Autores: Joberth de Souza Carvalho; Paulo Roberto Garcia Lima; Edilson Silva Diniz; Fabricio Rigui Botega

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BOJO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	137-155
Autoras: Lya Raquel Gomes Oliveira; Welline da Costa Silva Vaz; Denise de Jesus Albuquerque	
O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: breve análise do Brasil contemporâneo	156-167
Autoras: Albertina Fonseca Leda; Vanessa Fernanda Silva Coelho; Gisele de Fatima Cardoso Nunes	
OS REBATIMENTOS AO DIREITO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	168-179
Autora: Rayssa Santos Lima de Sousa	
OS RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DO AUTISTA.....	180-193
Autoras: Ivanilde Pereira dos Santos; Nira Márcia Silva Marques; Gilsene Daura Silva Barros	
PRÁTICAS HIGIENICAS NO MANUSEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NO POVOADO DE RUY-VAZ NO MUNICÍPIO DE AXIXÁ – MARANHÃO.....	194-206
Autoras: Karoline Silva Reis; Vera Lúcia Lopes de Barros	
TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR: abordagem conceitual e desafios para aprendizagem nos anos iniciais.....	207-220
Autoras: Nataline Caroline de Oliveira Carvalho; Rayanne Cristina Santana da Silva; Líllian Raquel Braga Simões	

A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: análise do Projeto Travessia em São Luís-MA**THE IMPLEMENTATION OF THE URBAN MOBILITY POLICY FOR PEOPLE WITH DISABILITIES: an analysis of the Travessia Project in São Luís-MA**

Aline de Moura Santos*
Rosimar Cantanhede Fonseca*
Gisele de Fatima Cardoso Nunes**

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar o Projeto Travessia como ação da política de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência física na cidade de São Luís. Esse projeto abrange as conquistas e os desafios na garantia de direitos das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência reconhecida na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Na atualidade, um dos debates sociais que ganharam grande visibilidade na sociedade é o da acessibilidade urbana para pessoas com deficiências. Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar o Projeto Travessia na Política de Mobilidade Urbana na cidade de São Luís para as pessoas com deficiência, a partir de um breve histórico sobre a mobilidade de pessoas com deficiência, assim como buscar as percepções dos usuários desse projeto e suscitar a discussão sobre a importância da acessibilidade para as pessoas com deficiência. A pesquisa é de cunho bibliográfico, documental e de campo do tipo exploratória, com abordagem qualitativa apoiada no método dialético, em que se busca analisar a realidade através das mudanças dos fenômenos que ocorre na sociedade, ou seja, implica em uma análise mais crítica da realidade social destinando-se não apenas conhecê-la, mas inclusive transformá-la. Por fim, espera-se que a discussão social exposta no presente trabalho possa resultar em contribuições para a disseminação da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou, no mínimo, suscitar a discussão acerca da problemática ocasionada pela exclusão social.

Palavras-chave: Acessibilidade. Mobilidade. Deficiência física.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the Travessia Project in the urban mobility policy for people with physical disabilities in the city of São Luís. This project encompasses the achievements and challenges in guaranteeing the rights of public policies for people with disabilities recognized in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities. At present, one of the social debates that have gained great visibility in society is the one referring to urban accessibility for people with disabilities. Thus, the objective of this study is to analyze the Travessia Project in the Urban Mobility Policy in the city of São Luís for people with disabilities, based on a brief history about the mobility of people with disabilities, as well as to seek the perceptions of the users of this project and raise the discussion on the importance of accessibility for people with disabilities. The research is of a bibliographic and field nature of the exploratory type, with a qualitative approach supported in the dialectical method, in which one tries to analyze the reality through the changes of the phenomena that occurs in society, that is, it implies in a more critical analysis of the social reality aiming not only to know it, but also to transform it. Finally, it is expected that the social discussion exposed in the present study may result in contributions to the dissemination of accessibility for people with disabilities or, at least, to raise the discussion about the problem caused by social exclusion.

Keywords: Accessibility. Mobility. Physical disability.

*Bacharel em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: aline_mdm2010@hotmail.com

*Bacharel em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: rosedocinho17@gmail.com

** Assistente Social, Profa. Esp. no Curso de Serviço Social pelo Instituto e Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: gisanunes06@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, um dos debates sociais que mais ganharam visibilidade na sociedade foi o da acessibilidade urbana para pessoas com deficiências. No entanto, para que seja efetivado o direito de ir e vir, é necessário que haja uma Política de Mobilidade Urbana que proporcione acessibilidade tanto para as pessoas com deficiência, quanto para qualquer outro indivíduo.

A presente pesquisa busca analisar o Projeto Travessia na política de mobilidade urbana na cidade de São Luís para as pessoas com deficiência física, em que abrange as conquistas e os desafios na garantia de direitos das políticas públicas voltadas para esses indivíduos reconhecida na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como suscitar a importância da acessibilidade para elas.

Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar o Projeto Travessia na Política de Mobilidade Urbana na cidade de São Luís para as pessoas com deficiência, a partir de um breve resgate histórico sobre a mobilidade dessas pessoas, assim como buscar as percepções dos usuários desse projeto e suscitar a discussão sobre a importância da acessibilidade para pessoas com deficiência. Para atingir tal objetivo se fez necessário um levantamento sobre os avanços e desafios da mobilidade urbana no Brasil, assim como uma contextualização das conquistas de direitos do movimento das pessoas com deficiência pertinente à importância da mobilidade urbana para esses indivíduos.

Além disso, a pesquisa tem o propósito de contribuir para desfazer o pensamento de que a pessoa com deficiência não se encaixe ou não se adapta socialmente, possibilitando, assim, o pensar em uma sociedade mais inclusiva em que desigualdade entre pessoas com deficiência e as que não possuem deficiência não exista e que a diferença seja a base da riqueza social.

A temática determina algumas considerações do método dialético. Esta pesquisa parte do pressuposto da negação da negação, visto que a transformação da realidade social se evidencia por meio das contradições, isto é, através da negação que é determinada a transformação de um fenômeno (KONDER, 2011). Portanto, a dialética busca analisar a realidade através das mudanças dos fenômenos que ocorre na sociedade, ou seja, implica em uma análise mais crítica da realidade social destinando-se não apenas conhecê-la, mas inclusive transformá-la. Serão apresentadas informações coletadas com usuários do Projeto Travessia e seus familiares, identificados por entrevistados 01, 02, 03 etc, através da realização de entrevistas semiestruturadas, que contribuirão para o desenvolvimento de um estudo mais detalhado sobre os elementos apresentados no decorrer da discussão, a partir da pesquisa exploratória com abordagem de caráter qualitativa apoiada no método dialético.

Por fim, espera-se que a discussão social exposta no presente trabalho possa resultar em contribuições para a disseminação da inclusão social ou suscitar discussão acerca da problemática ocasionada pela exclusão social.

2 MOBILIDADE URBANA NO BRASIL: avanços e desafios

O processo de urbanização no Brasil ocorreu a partir da segunda metade do século XX, bem como nos países da América Latina. Esse crescimento urbano é consequência de alguns acontecimentos históricos desde o período colonial, que no decorrer do tempo foi expandido com o aparecimento do trabalhador livre, bem como a proclamação da República e o surgimento da indústria vinculada as atividades à cafeicultura como ao mercado interno.

No final do século XIX e início do século XX, a economia era voltada para o setor agrário exportador. Com a transição do período colonial para o Brasil República, o Estado substituiu as importações para investir em infraestrutura para o desenvolvimento industrial. Mediante essa mudança e aos altos índices de epidemias projetaram um conceito urbanismo moderno expulsando a classe baixa para as periferias produzindo a segregação territorial, com a finalidade de promover o embelezamento das cidades e ao mesmo tempo implantação de um mercado imobiliário caracterizando um processo de valorização espacial.

Nesse momento, o urbano se configura com uma nova realidade modificada pela industrialização adquirindo: operários, edifícios, fábricas, arquitetura moderna dentre outros. “Nas décadas iniciais do século XX, as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico” (MARICATO, 2003, p. 151). Com o crescimento industrial adquiriu-se um vasto crescimento populacional, em consequência, a necessidade da expansão de moradia. Nesse sentido, a urbanização da cidade cria um espaço da minoria ocasionando a exclusão social. Dessa forma, os trabalhadores e moradores eram excluídos dos acessos de infraestrutura e serviços urbanos. No ano de 1960, se obtém um vasto fluxo migratório de crescimento da população. A política econômica, após o golpe militar de 1964, expandiu a desigualdade social proporcionando o desenvolvimento progressivo da concentração de riqueza, gerando um grande efeito nas cidades especificamente as moradias precárias dos trabalhadores mais pobres

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita. (MARICATO, 2003, p. 152).

Entretanto, o processo de urbanização ocasionou o crescimento periférico, assim como a situação de conflito social

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais). (HARVEY, 2014, p. 30).

Do mesmo modo, essa situação se constitui no capitalismo, mas de uma forma diferente, na qual, Marx configura o lucro do capitalismo como mais-valia. Esse lucro é produzido através da exploração da mão de obra assalariada, em que o sistema capitalista recolhe o excedente produzido pelo trabalhador como lucro. Dessa maneira, o capitalismo está ligado a urbanização. Isto é, “[...] o capitalismo precisa da urbanização para absorver os excedentes de produção exigidos pela urbanização” (HARVEY, 2014, p. 30). Dessa forma, o sistema capitalista provocou a expropriação das massas urbanas de qualquer direito à cidade. O direito à cidade não pode ser configurado como direito próprio do indivíduo, pois requer um interesse coletivo com a elaboração de direitos políticos sociais em volta das mutualidades sociais. Porém, o jogo político foi transformado pelo neoliberalismo, ou seja, a pequena elite política e econômica detém o controle de ajustar a cidade de acordo com as suas necessidades (HARVEY, 2013). Isto posto, o formato de uma cidade é consequência de elementos que resultam da combinação do espaço e do tempo, como o setor privado, a dinâmica social, o

Estado e a economia. Portanto, para que a cidade haja um crescimento e desenvolvimento é necessário que exista a mobilidade urbana

Ela deve, portanto, estar ligada a um plano de mobilidade urbana que crie condições para a redução das necessidades de deslocamentos motorizados e controle o processo de expansão urbana, desestimulando seu crescimento desordenado, e privilegie o adensamento urbano, e a melhor distribuição de funções urbanas. (DUARTE, LIBARDI; SANCHEZ, 2017, p. 13).

Ao longo da história do Brasil não existiu uma política firme para o crescimento urbano. É relevante destacar que o urbanismo contribuiu para a expansão do mercado imobiliário capitalista, visto que, o boom imobiliário acarretou o desenvolvimento da segregação no espaço urbano. “Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2003, p. 157). Com o crescimento acelerado das áreas urbanas devido aos altos índices populacionais ocasionou um “caos urbano” gerado pela falta de planejamento

Uma das características mais importantes para o estudo do sistema de mobilidade no Brasil é que essa forma de expansão ampliou a área urbana de baixa densidade e aumentou as distâncias a serem percorridas pelas pessoas, mas especialmente pelas mais pobres, que dependiam do transporte público. (VASCONCELLOS, 2014, p. 17).

Entretanto, considerando a busca pelo bem-estar dos habitantes em relação as funções sociais da cidade, a Constituição Federal de 1988 abriu espaço para as transformações na política urbana, com destaque da criação do Estatuto das Cidades, sancionada pela Lei Federal nº 10.257/01, para regulamentar as diretrizes destinada a política urbana, no qual, o Estatuto da Cidade obriga os municípios que possuem mais de 20 mil habitantes a realizar seus planos diretores. À vista disso, criam paradigmas no que concerne a base fundiária e imobiliária urbana. Mesmo assim, com a criação dos instrumentos urbanísticos as aplicações desses textos ficaram cada vez mais inatingíveis, pois o impedimento da questão consiste em dois entraves.

A primeira porque os adversários da chamada Reforma Urbana preconizada pelos movimentos sociais conseguiram incluir na redação alguns detalhes que remeteram à aplicação de alguns instrumentos, como o IPTU progressivo para imóveis não utilizados ou subutilizados, para lei complementar. O segundo porque remeteu à utilização dos instrumentos de reforma urbana à elaboração do Plano Diretor. Isto é, com exceção dos instrumentos de regularização fundiária, os demais, que dizem respeito ao direito à habitação e à cidade, ficam dependentes de formulação contida no Plano Diretor. O que parece ser uma providência lógica e óbvia resultou em um travamento na aplicação das principais conquistas contidas na lei. (MARICATO, 2003, p. 160).

No entanto, a cidade vai além da reprodução social, configurando-se como uma mercadoria. “Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas”. (MARICATO, 2013, p. 20). Esse processo de mercantilização pode ser observado nos programas voltados para a população de baixa renda como é o caso da Minha Casa Minha Vida, no qual, conta com o lucro marcante para o setor imobiliário. “A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais”. (HARVEY, 2013, p. 28).

No início do século XXI com a globalização o Brasil passou por uma visível transformação viabilizando mudanças sociais, econômicas, demográficas, urbana e ambiental

Essa situação, que deteriorou o ambiente urbano, leva hoje a uma revisão dos Planos Diretores, buscando privilegiar os pedestres e o transporte coletivo sobre o veículo particular, prevendo a revitalização de espaços públicos. (DUARTE; LIBARDI; SANCHEZ, 2017, p. 12).

A partir daí, floresceu uma nova política urbana, com a criação da Lei de Mobilidade Urbana de nº 12.587/12 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) e criou o Sistema Nacional de Mobilidade, que trouxe a implementação do princípio da equidade destinada ao uso do local público de circulação, vias e logradouros, tal como, os direitos sociais: acessibilidade universal para todos os cidadãos, viabilidade das vias, modicidade tarifária¹, controle social e direitos dos usuários, facilidade de restrição do uso de carros e motos e exigência no plano de mobilidade.

Esta lei contempla todo o território brasileiro, uma vez que abandona a política urbana de exclusão social, na qual, passa a ser o eixo estruturante dos transportes públicos, assim como os transportes não motorizados além da acessibilidade as calçadas e inclusão social. Dessa maneira, a mobilidade urbana se torna sustentável na perspectiva de promover o acesso universal das pessoas à cidade, com a colaboração da realização do desenvolvimento econômico junto com o avanço da infraestrutura sem agredir o meio ambiente.

2.1 A importância da mobilidade urbana para as pessoas com deficiência

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência ficou reconhecida pela Assembleia das Organizações das Nações Unidas (ONU), no ano de 2006, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186 no ano de 2008 e promulgada no dia 25 de agosto de 2009 pelo Decreto nº 6.949. Dessa maneira, o Brasil passou a desenvolver projetos, ações e programas para as pessoas com deficiência. A primeira e segunda Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência ocorreu respectivamente no ano de 2006 e 2008 em Brasília, foram de suma importância para a efetivação do segmento de construção de políticas públicas, bem como, a importância da Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Brasil.

A deficiência física não se restringe somente ao território brasileiro, são ocorrências mundiais que estão relacionadas aos aspectos da renda per capita, econômicos, culturais e sociais. Em meados dos anos 1960, as populações mundiais por intermédio de ativistas e movimentos de pessoas com deficiência envolveram-se em adotar ações antidiscriminatórias com interesse de garantir direitos para pessoas com deficiência. Nesse período, a concepção sobre deficiência e suas impressões na sociedade foi alvo de indagação, principalmente pelas próprias pessoas com deficiência. Já na contemporaneidade a deficiência passou a ser entendida como restrição física ou mental que por via de correções se ajustaria aos padrões da sociedade. Entretanto, esse discernimento não é oportuno para a emancipação e a dignidade das pessoas com deficiência enquanto cidadãos de direitos. Por consequência, os direitos devem ser iguais perante os outros cidadãos.

Essa nova percepção mudou as políticas públicas direcionadas para esse público para que todos pudessem ser favorecidos de direitos e oportunidades. Nesse contexto, foram inseridos direitos básicos e essências na Constituição Federal de 1988. Com base nessas mudanças, algumas normas foram publicadas. Dentre elas, a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que integra a pessoa com deficiência ao convívio social. Cabe destacar que

¹ Visa tornar o serviço público acessível a todos as camadas sociais, de maneira a garantir inclusão social, isto é, as tarifas por sua vez devem possuir valores que os indivíduos tenham a capacidade de utiliza-los em consequência de ausência de condições financeiras. (SOUZA, 2016).

Existe um mecanismo social muito bem feito que pende para a ‘exclusão’ e ao mesmo tempo pende para a ‘integração’, que consistem em apregoar que todos os cidadãos são iguais e que por isso ninguém deve ser excluído do convívio social. (RIBAS, 2003, p. 18-19).

Percebe-se, portanto, conquistas de direitos e avanços nas políticas públicas diante das mudanças da legislação brasileira por meio da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Cabe destacar que essa convenção tem valor de emenda constitucional, conforme o art. 5º § 3º da Constituição Brasileira de 1988, por ser aprovada por dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros em cada casa do congresso.

Mediante a execução da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Pessoas com Deficiência, o documento menciona diversas vezes a equiparação e oportunidades. “O processo de inclusão vem sendo aplicado em cada sistema social. Assim, existe a inclusão na educação, no lazer, no transporte etc”. (SASSAKI, 2010, p. 40). O presente documento foi elaborado a partir de uma mobilização de pessoas da sociedade civil: pessoas com deficiência, participantes dos direitos humanos, filiais internacionais e representantes de 192 países, no qual, os debates se iniciaram em 2001 e concretizando em 2006 por intermediário da aprovação do texto da Assembleia Geral da ONU. (CAIADO, 2009).

Dessa forma, surge uma nova terminologia de deficiência, que a partir dessa modificação, passa a ter uma nova nomenclatura: pessoa com deficiência. “O novo conceito supera a ideia de impedimento como sinônimo de deficiência, reconhecendo na restrição de participação o fenômeno determinante para a identificação da desigualdade pela deficiência” (DINIZ, 2009, p. 73). Nesse contexto, é necessário destacar que a colaboração da Convenção é determinada pelo modelo social que estabelece as modificações sociais mediante políticas públicas inclusivas, em que

[...] a pessoa com deficiência é obstaculizada por barreiras criadas pela sociedade que as impedem de participar em igualdade de condições com as demais. [...] que a deficiência está atrelada a fatores sociais ambientais, os que devem evolucionar para adquirir desenhos e contornos necessários ao pleno desenvolvimento do indivíduo. Daí resulta a opção pelo modelo social baseado nos direitos humanos. (MADRUGA, 2016, p. 196).

Esse modelo contempla a política de inclusão, acessibilidade para as pessoas com deficiência. Essa nova percepção mudou as políticas públicas direcionadas para esse público para que todos pudessem ser favorecidos de direitos e oportunidades. A inclusão social e cidadã para as pessoas com deficiência encontra-se vigente na Lei Federal nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que também é chamada de Estatuto das Pessoas com Deficiência, que em seu art. 3º, inciso I, considera acessibilidade

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 2).

Pretendendo transformar os espaços públicos acessíveis, a acessibilidade está definida nas Leis Federais nº 10.048/00 e nº 10.098/00 em conformidade com o Decreto 5296/04 que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência ou indivíduos que possuem dificuldade em se locomover (idosos, gestantes e outros) e estabelece a efetivação da locomoção. Percebe-se, portanto, conquistas de direitos e avanços nas políticas públicas

diante das mudanças da legislação brasileira por meio da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Vale ressaltar que

As intervenções são realizadas na esfera atitudinal e na provisão de acessibilidade nas construções e espaços urbanos, nos transportes, nas diversas formas e sistemas de comunicação, de informação, assim como acesso à tecnologia assistiva. (MAIOR, 2015, p. 2).

As políticas públicas visam garantir direitos fundamentais para as pessoas com deficiência que ao longo dos anos foram reformuladas ganhando visibilidade nas agendas políticas e transformando o contexto da exclusão das pessoas com deficiência. “As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social” (PIANA, 2009, p. 21). Ademais, o movimento das pessoas com deficiência foi de suma importância para garantir sua visibilidade atribuída na conquista dos direitos humanos, que por sua vez rege um conjunto de direitos e garantias inscritos na ordem internacional pertinente da situação humana com validade universal. A esse respeito, é preciso considerar

A liberdade de expressão do movimento da sociedade civil é indispensável para a manutenção das conquistas alcançadas. Percebe-se que a mobilização permanente das pessoas com deficiência serve de base para existirem medidas de equiparação de oportunidades implementadas pelos governos e pela própria sociedade. (MAIOR, 2017, p. 35).

Com as conquistas dos direitos das pessoas com deficiência, um desses direitos em discussão é abordagem da acessibilidade na mobilidade urbana. A abordagem da acessibilidade ela deve ser entendida como universal e ser relacionada com o princípio da dignidade humana para que as barreiras físicas e atitudinais possam ser eliminadas, com o intuito de que as pessoas com deficiência possam alcançar a independência e igualdade de oportunidades. As barreiras físicas se dividem em: urbanísticas (existentes nas vias públicas); arquitetônicas (existentes dentro das edificações públicas e privadas) e de transporte (impedimentos existentes aos vários tipos de transportes). Já as barreiras atitudinais ou sociais são aquelas discriminatórias que estigmatizam as pessoas com deficiência excluindo-as do meio social. “Sem dúvida as pessoas com deficiência são as mais prejudicadas com a necessidade de mobilidade em países subdesenvolvidos por enfrentarem barreiras físicas e inadequações da infraestrutura” (VASCONCELLOS, 2001, p. 122). Dispor de uma cidade acessível, exige um novo olhar do “viver socialmente”, sem discriminação, sem barreiras. Por isso, o discernimento do que seja acessibilidade contribuirá para garantia de direitos.

Nesse sentido, o mesmo autor reitera

[...] a mobilidade é tida simplesmente como a habilidade de movimentar-se, em decorrência de condições físicas e econômicas. Neste sentido, as pessoas pobres, idosas ou com limitações físicas estariam nas faixas inferiores de mobilidade em relação às pessoas de renda mais alta ou sem problemas físicos de deslocamento. (VASCONCELOS, 2001, p. 40).

Assim, percebe-se que a acessibilidade está interligada a mobilidade e que ambas englobam vários aspectos. Incorporado nesse contexto se faz necessário o desenvolvimento do papel das cidades. Para que exista essa interação é necessário que seja efetivado o instrumento de planejamento urbano, ou seja, que os elementos que compõem o tecido urbano sejam efetivados pela mobilidade urbana. Entretanto, a mobilidade urbana passou a ser entendida não somente como transporte e trânsito e sim a partir das necessidades das pessoas. Portanto, inseriu-se uma nova abordagem a mobilidade que abrange tanto transporte e

trânsito, mas que priorizasse a mobilidade (uma característica associada às pessoas para desenvolver suas necessidades de trabalho, lazer e outras).

Dessa maneira, a mobilidade sustentável tem o objetivo de

[...] criar acesso universal ao transporte seguro, limpo e a preços acessíveis para todos que possa assim providenciar acesso a oportunidades, serviços, bens e equipamentos. Acessibilidade e mobilidade sustentável tem sobretudo relação com a qualidade e eficiência de chegar em destinos cujas distâncias são reduzidas do que com os equipamentos ou infraestruturas de transporte. Assim, mobilidade urbana sustentável é determinada pelo grau em que a cidade como um todo é acessível a todos os residentes, incluindo os pobres, os idosos, os jovens, pessoas com deficiências, mulheres e crianças. (ONU-HABITAT – PNUMA², 2015, p. 1).

O devido reconhecimento da mobilidade urbana como direito no contexto das políticas públicas internacional, só é possível mediante a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que tem o princípio desenvolvido para colocar as pessoas como prioridade para que possam desempenhar suas necessidades. Seguidamente vários pactos e tratados foram criados reforçando a declaração. Dentre eles, se destaca a Carta Mundial do Direito à Cidade de 2004 que propaga os direitos humanos a cidade de modo geral, ou seja, diferentemente do tratamento que era remetido apenas em níveis de casa e bairro. Isto posto, o direito a mobilidade se insere como marco legal do direito à cidade e conseqüentemente nos direitos humanos. Para que a acessibilidade universal inclua toda a sociedade, foi estabelecido pela Convenção da ONU um instrumento de inclusão, o Desenho Universal³ vigente no Decreto Federal nº 5.296/04. A ideia de concepção de Desenho Universal dispõe da criação de ambientes e produtos que possam ser utilizados ao maior número de pessoas (crianças, idosos, pessoas com deficiência e etc.).

É nesse sentido que

Ao se conceberem novas edificações, ruas estradas, prédios, enfim, todos os ambientes e serviços de uma sociedade moderna, tais projetos deverão contemplar as demandas de atendimento e de dignidade de todos os seres humanos, respeitadas as suas diversidades, sejam pessoas com ou sem deficiências. (MADRUGA, 2016, p. 206-207).

No entanto, surge o Desenho Universal com o intuito de viabilizar a integração social. “O Desenho Universal foca a inclusão social, com oportunidades iguais para todos. O projeto que segue deve ser realizado de forma integrada de acordo com as necessidades de todos os usuários”. (AGUIAR, 2010, p. 13). Com o crescimento desordenado o território brasileiro provocou um crescimento acelerado de urbanização expandindo as demandas de serviços urbanos e infraestrutura acarretando problemas de mobilidade nas cidades, criando efeito sem ganhos de qualidade de vida e bem-estar da sociedade, pois a diversidade e complexidade referente às cidades brasileiras em conjunto a demanda populacional são os motivos que determinam o modo de planejamento e a implantação de programas responsáveis para o desenvolvimento da acessibilidade universal no espaço urbano. A esse respeito, entende-se que

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à

² Trecho extraído do Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável do Documento Temático Sobre Transporte e Mobilidade – ONU-HABITAT – PNUMA.

³ Tem o objetivo de criar produtos e ambientes que possam atender várias necessidades de um maior número de pessoas, ou seja, não visa só atender as pessoas com deficiência e sim ser acessíveis para todas as pessoas.

propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 134, grifo do autor).

Com essa percepção, o planejamento das cidades brasileiras precisou reverter o cenário urbanístico e conseqüentemente rever os Planos Diretores que é um instrumento básico para a revitalização do território urbano, buscando priorizar revitalizar os espaços para a inclusão social a um espaço amplo e democrático. Desse modo, um dos temas a ganhar visibilidade em diversos órgãos federais foi à sustentabilidade urbana salientando o direito à cidade. Por sua vez, o governo federal instituiu o Estatuto das Cidades em 2001, sancionado pela Lei Federal nº 10.257/01 que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 relativos à política urbana e em 2003 cria o Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades que favorece a elaboração do território urbano, que representou um grande avanço no desenvolvimento da política pública de mobilidade urbana.

Esse direito à cidade compõe o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), vigente na Lei Federal nº 12.587/12 que determina o desenvolvimento sustentável que, por sua vez é quem conduzirá no desenvolvimento das próprias cidades e a equidade que está relacionada ao acesso de transportes públicos bem como o uso dos espaços públicos de circulação, ou seja, que dá diretriz a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). Com o governo ciente do seu dever de eliminar as barreiras físicas que dificultam o acesso dessas pessoas, o governo federal criou o Programa Brasil Acessível que encontra inserida nas atividades que são elaboradas pela Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMoB), que apresenta

[...] resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano. Abordagem que tem como centro das atenções o deslocamento das pessoas e não dos veículos. (BRASIL, 2004, p. 5).

Essa política de desenvolvimento urbano é essencial para planejar a mobilidade, mas só é possível mediante a integração do uso e da ocupação do solo. Para que isso aconteça e se desenvolva é necessário que a política de mobilidade urbana esteja interligada com as demais políticas ambientais e desenvolvimento urbano. “Não há como materializar uma política de mobilidade sem integração com o urbanismo, seus recursos e instrumentos, e ao [...] (projeto urbano), concretizando a aplicação de instrumentos urbanísticos”. (ABASCAL; BILBAO, 2016, p. 86). Portanto é de suma importância incluir a questão urbana na agenda política brasileira para poder desenvolver a cidadania, dar significado e dimensão aos instrumentos legais relacionados a essa questão a fim de que possa garantir a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência.

3 POLÍTICAS DE MOBILIDADE URBANA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SÃO LUÍS - MA

A mobilidade urbana tem um papel relevante na expansão da estrutura espacial urbana. Ao longo do processo histórico o modo de desenvolvimento capitalista industrial influenciou o espaço urbano contribuindo para a desigualdade e injustiças sociais com o crescimento acelerado das cidades brasileiras, teve uma desorganização espacial, adquirindo problemas de habitação, segurança, saúde, surgimento de ocupações irregulares que tem evoluído ao longo do tempo com o crescimento populacional. Isto posto, as pessoas com deficiência são as mais prejudicadas com os entraves existentes na mobilidade do espaço urbano. Com esse crescimento, a questão do trânsito e transporte passou a ter um novo ponto

de vista automobilística, o que determinou o Estado a criar uma política de mobilidade urbana para viabilizar o acesso universal à cidade.

Mediante a criação de Planos Nacionais de Desenvolvimento, possibilitou ao governo federal ações com o intuito de transformar as áreas urbanas. Diante de inúmeros debates entre a sociedade civil, o Governo Federal proporcionou a PNMU que tem objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais no território de influência municipal através da apropriada relação entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas.

Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), a mobilidade urbana do estado do Maranhão junto à esfera municipal repercute as condições de acessibilidade da população, pois possuem relação com os aspectos urbanísticos e qualidade ambiental das cidades. Desta maneira, o Plano de Mobilidade também é instrumento para políticas públicas que visa à promoção da qualidade dos deslocamentos das pessoas com deficiências no que diz respeito às condições de conforto urbano e ambiental. Ao longo dos anos, a política de mobilidade urbana para as pessoas com deficiência no estado do Maranhão ganhou visibilidade na agenda política passando por um processo de estruturação das políticas de inclusão. Essa mudança surgiu a partir de intercomunicações de várias entidades com a construção do Plano Estadual de Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência. De modo que, criou a Secretaria Adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Participação Popular, e promoveu o Comitê Gestor que abrange secretarias do estado para estruturar as políticas de direitos humanos destinada a pessoa com deficiência. Após os diálogos entre as entidades, foi criado o Projeto Travessia que disponibiliza traslado gratuito para as pessoas com deficiência usuárias de cadeiras de rodas, sendo coordenado pela Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB). (SÃO LUÍS, 2017).

No que tange o Plano Diretor, a cidade de São Luís dispõe da Lei nº 4.669/06 que o define como instrumento norteador do desenvolvimento da política urbana e rural, bem como o avanço econômico e social sustentável. A referida lei compõe a Política de Acessibilidade e Mobilidade que discorre de alguns aspectos voltados para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Para aplicação da Lei de Acessibilidade nº 10.098/00 composta no Plano Diretor desse município, o art. 46 destina

[...] garantir o acesso de todas as pessoas aos equipamentos, meios de transporte e de comunicação e espaços de uso público, visando assegurar os direitos fundamentais da pessoa, priorizando as pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade reduzida. (SÃO LUÍS, 2017).

Para que essa política seja implementada se faz necessário a criação de instâncias vinculadas a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMTHURB) de forma provisória até que possua um órgão próprio. Mediante o art. 48, os serviços e bens utilizados na produção de dispositivos públicos e privados terão que disponibilizar intérprete de libras e informativos em braile. A acessibilidade definida pelo Decreto nº 5296/04, de acordo com as Leis Federais nº 10.048 e nº 10.098/00 prioriza o atendimento às pessoas com deficiência ou indivíduos que possuem mobilidade reduzida, estabelece a efetivação da locomoção. Neste decreto, está explícito que todo veículo destinado ao transporte público produzido no Brasil tem que conter acesso acessível para essas pessoas. Em conformidade com a lei de acessibilidade, o Plano Diretor do município de São Luís, preconiza:

Art. 62. O sistema de transporte público do Município de São Luís terá um contingente de veículos adaptados de acordo com as normas técnicas compatíveis com o percentual de usuários portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Art. 64. O Poder Público Municipal exigirá das empresas concessionárias do transporte coletivo que disponibilize quantidade necessária de assentos exclusivos para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. (SÃO LUÍS, 2016).

Contudo, essas intervenções políticas de mobilidade urbana são estruturas marcantes que promove a acessibilidade aos componentes dos sistemas de mobilidade urbana municipal. Reestruturando o transporte público coletivo favorecendo o direito de ir e vir das pessoas com deficiência e contribuindo para a acessibilidade universal.

4 BREVE HISTÓRICO DO PROJETO TRAVESSIA EM SÃO LUÍS- MA

Ao longo dos avanços gradativos das políticas públicas, as pessoas com deficiência passaram a ter visibilidade nas agendas públicas, mediante a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em que converteu o contexto de exclusão social direcionando e solicitando dos governos nacionais ações que modifiquem o cotidiano dessas pessoas com o processo de inclusão social. Com a Lei de Acessibilidade, foi instituído, no dia 16 de novembro de 2006, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), pela Portaria nº 142, com o objetivo de criar políticas públicas para a equiparação da viabilidade e efetivação dos Direitos Humanos, cujo propósito é colaborar na luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Dentro da contribuição do CAT, estão inseridos recursos de prestação de serviços em Tecnologia Assistiva (TA), em que profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento agem mutuamente para restaurar a função humana, ou seja,

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009, p. 9).

A TA tem possibilitado avanços na promoção de inclusão e integração das pessoas com deficiência no convívio em sociedade. Assim, o Governo do Estado Maranhão, com o propósito de garantir acessibilidade, inclusão social e cidadania, avança em políticas públicas de direitos da pessoa com deficiência com a implantação do Projeto Travessia, regulamentado pela Portaria nº 008/2016 e coordenada pela Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB), definido pela Lei Estadual nº 10.2205/15, que dispõe em seu art. 1º o seguinte

[...] a Agência Estadual de Mobilidade Urbana - MOB, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura, tem por finalidade desenvolver estratégias de políticas públicas de transporte e mobilidade urbana, que promovam o deslocamento mais acessível, através da fiscalização, regulação, planejamento e controle dos meios de transportes e sistema viário estadual. (MARANHÃO, 2015, p. 8).

Segundo o site do Governo do Maranhão, o Projeto Travessia traz um serviço inovador que é o de transporte, desde a porta da casa do usuário, na modalidade gratuita destinado a facilitar o deslocamento de pessoas que utilizam cadeira de rodas e pessoas que possuem deficiência visual dos municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar. Diferentemente de outras cidades do Brasil, que disponibilizam o transporte somente para serviços de saúde ou mediante pagamento, o Travessia em São Luís disponibiliza o serviço para diversas atividades como: saúde, trabalho, lazer, educação, inclusive nos finais de semana. Vale ressaltar que o Travessia é uma política de acessibilidade e não de transporte,

pois o serviço oferecido é de um transporte complementar e não substitui o transporte público. As viagens realizadas são executadas por veículos adaptados e climatizados, e cada usuário tem direito a um acompanhante. (MARANHÃO, 2016).

O Projeto Travessia em São Luís foi implantado no ano de 2016, com o objetivo de proporcionar a inclusão social, igualdade social e cidadania. Segundo o site do Governo do Maranhão, Arthur Cabral que era o atual presidente da MOB no ano da implantação, relatou que o nome do projeto se originou mediante uma longa travessia na mobilidade a todas as pessoas com deficiência do Estado, na qual resultou o nome Travessia. (MARANHÃO, 2016).

De acordo com a Resolução MOB nº 001, de 27 de fevereiro de 2018, o Projeto Travessia ampliou o acesso para outros públicos incluindo crianças com microcefalia, hidrocefalia e outras doenças neurológicas que possuem um elevado comprometimento de mobilidade. Segundo o site do Governo do Maranhão, no começo do ano de 2018 os dados demonstrativos divulgado pela coordenadora Criciele Muniz, constata que possuía 698 cadastros de pessoa com deficiência física, 12 pessoas com deficiência visual e 38 crianças com microcefalia e hidrocefalia. (MARANHÃO, 2018).

4.1 Os avanços do Projeto Travessia sobre o olhar de alguns usuários

A implantação do Projeto Travessia na cidade de São Luís - MA é considerado complemento do transporte público, que viabilizou o progresso da inclusão social, garantindo a dignidade e o acesso de ir e vir das pessoas com deficiência. Para fomentar tal análise, foram aplicados questionários a alguns usuários do serviço Travessia em São Luís com o intuito de averiguar os avanços do projeto para as condições do bem-estar desses usuários.

A implementação do Projeto Travessia caracteriza-se como um marco legal do reconhecimento das pessoas com deficiência, que outrora não desfrutavam da interação de um convívio em sociedade e passaram a ter mais autonomia e facilidade de mobilidade de locomoção de um lugar para outro.

Dentre as pessoas entrevistadas, o conhecimento sobre o projeto ocorreu mediante jornais e propaganda institucional do Governo do Estado, posteriormente elas se submeteram ao cadastro e não passaram por nenhuma objeção. Conforme os usuários do serviço, as viagens são realizadas mediante agendamento prévio de 48 horas de antecedência, por meio do canal de atendimento Disque-Travessia, no qual só é permitido agendar um local de livre escolha do usuário.

Segundos relatos coletados, o projeto contribuiu de forma clara e categórica no cotidiano desses indivíduos, contemplando o acesso à saúde, ao trabalho, à educação e ao lazer, sem gastos financeiros com o traslado. Conforme o entrevistado 01, antes do serviço Travessia precisava custear seu deslocamento quando necessitava ou tinha a dificuldade de se locomover para uma parada de ônibus e, embora conseguisse chegar à parada, o elevador do transporte público estava com defeito, na maioria das ocasiões, dificultando a possibilidade de usuários chegar ao seu destino final, com o Travessia a carência do deslocamento pela cidade foi atenuada, possibilitando a oportunidade de trabalhar.

De acordo com o entrevistado 02, o Travessia foi de suma importância para seu cotidiano, pois beneficiou a locomoção da sua filha que possui paralisia cerebral para poder ter um acompanhamento médico regular, o que antes era impossível. Não obstante, o entrevistado 03 e 04 relataram a mesma contribuição ao acesso a saúde. O entrevistado 05, mencionou a importância do serviço ao seu acesso diário a faculdade.

Segundo o entrevistado 02, o projeto foi além da acessibilidade inovando em serviços de lazer como: o Travessia no Cinema, que é disponibilizado aos sábados para que o

usuário escolha um shopping da cidade para assistir a um filme com o seu acompanhante, de forma gratuita com direito a pipoca e refrigerante; o Travessia na Praia que aos domingos possui um posto instalado na praia de São Marcos com cadeiras adaptadas para banho; e o Travessia na Folia voltado para as festividades que tem o horário de funcionamento diferenciado.

De acordo com os cinco usuários entrevistados, existem algumas questões a serem melhoradas pela MOB, na qual todos mencionaram o aumento da frota de carros para o serviço, visto que a demanda é muito alta para poucos veículos, o entrevistado 04 destacou que atualmente o Projeto Travessia em São Luís possui em média dois mil usuários para cinco vans adaptadas; o mesmo entrevistado 04 além de pontuar o aumento da frota, mencionou outros dois pontos negativos: que não consegue ser atendido pela central de atendimento gratuita que atende pelo telefone 0800, pois a MOB disponibiliza essa central gratuita, mas só consegue atendimento nos outros dois números que não são gratuitos e outro ponto negativo está na carga horária de trabalho dos motoristas, visto que não há revezamento de motorista entre os turnos, tornando a ocupação profissional exaustiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade urbana é um tema que ganhou visibilidade nos últimos anos, proporcionando a integração da acessibilidade para as pessoas com deficiência reconhecida na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Cabe destacar que essa convenção estabeleceu um marco histórico, visto que foi ratificada pelo Brasil nos termos previstos no artigo 5º, § 3º da Constituição Brasileira de 1988, possuindo equivalência às emendas constitucionais, portanto, é norma constitucional, estando acima da legislação ordinária⁴. A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência apresenta o propósito de conceber direitos igualitários e fundamentais para as pessoas com deficiência, para que esses cidadãos possam ter um destaque social, no que se refere aos direitos e dignidade da pessoa humana.

O direito de ir e vir é de todos os cidadãos estabelecido por lei como dever do estado. Assim, a mobilidade urbana permite o acesso à locomoção dos indivíduos. O Estatuto da Cidade, regulamentado pelos artigos 182 e 183 da Carta Magna, teve como principal objetivo estabelecer as diretrizes gerais da política urbana, ou seja, organizou-se o desenvolvimento das cidades de modo a garantir a satisfação dos interesses coletivos e individuais dos habitantes. No entanto, observa-se que a política consolida a ideia dos instrumentos do Estatuto da Cidade, em especial o desenvolvimento da função social da cidade e da função social da propriedade, que abrangem o bem-estar coletivo e a justiça social.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo foi de analisar os avanços do Projeto Travessia na Política de Mobilidade Urbana na cidade de São Luís para as pessoas com deficiência e suscitar a discussão da importância da acessibilidade para as pessoas com deficiência. Os resultados das discussões apontam que, após as conquistas adquiridas na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, esses indivíduos passaram a ter visibilidade na sociedade, e a implantação do Projeto Travessia é considerada um marco relevante na inclusão social na cidade de São Luís-MA, facilitando o deslocamento dessas pessoas.

Ressalta-se ainda que, a acessibilidade para as pessoas com deficiências em São Luís tem sido motivo de discussão e conscientização social no que diz respeito aos direitos

⁴ São as leis típicas, ou as mais comuns, aprovadas pela maioria dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal presentes durante a votação, e sancionadas pelo Presidente da República.

dessas pessoas. Compreende-se que o Projeto Travessia foi de suma importância no que diz respeito a acessibilidade, abrangendo diversas áreas da sociedade como: trabalho, saúde, lazer, educação, entre outros. Desta maneira, representa um marco legal de políticas afirmativas, em que contribuiu de forma significativa no sentido de dispor de mais mobilidade para essas pessoas poderem se deslocar pela cidade, pois o Travessia veio amenizar a carência de mobilidade facilitando a locomoção dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

ABASCAL, Eunice; BILBAO, Carlos. Mobilidade e desafios do plano diretor estratégico: o PDE de 2014 como estímulo a equidade. *In*: PIRES, C. Antonio; PIRES, R. Lilian (Org.). **Mobilidade urbana: desafios e sustentabilidade**. São Paulo: Ponto e Linha, 2016. Disponível em: <http://cidadeemovimento.org/wp-content/uploads/2016/10/Mobilidade-Urbana-Desafios-e-Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

AGUIAR, Fabíola de Oliveira. **Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. 190 p. Tese (Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes.) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/151701/mod_resource/content/3/tese-acessibilidade %20em %20espa %C3%A7 os%20urbanos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/151701/mod_resource/content/3/tese-acessibilidade%20em%20espa%C3%A7os%20urbanos.pdf). Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2019.

_____. Decreto-lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Lei nº 12.587, de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Lei nº 10.257, 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Lei nº 6.949, 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York,

em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Lei nº 7.853, 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana. Implantação de Sistemas de Transporte Acessíveis, 2004. Disponível em: <http://www.secid.ma.gov.br/files/2015/03/BrasilAcessivelCaderno04.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência: uma análise a partir das Conferências Nacionais. Brasília, 1 ed., 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CAIADO, Katia Regina Moreno. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 35, p. 329-328, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/813>. Acesso em: 6 mar. 2019.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur-revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-67, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

DUARTE, Fábio; SÁNCHEZ, Karina; LIBARDI, Rafaela. **Introdução à mobilidade urbana**. Curitiba: Juruá, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: o direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. A liberdade da cidade. In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013. p. 27-34.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 2001.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAIOR, Izabel. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28-36, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029/3365>. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. História, conceito e tipos de deficiência. [2015?]. Disponível em: <http://violenciae deficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17 n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 4 mar. 2019.

MARANHÃO. Governo do Estado lança serviço de transporte gratuito para cadeirantes, 2016. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/governo-do-estado-lanca-servico-de-transporte-gratuito-para-cadeirantes/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Lei nº 10.225 de 15 de abril de 2015. Dispõe sobre as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana - MOB e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4219>. Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Projeto Travessia, um programa de saúde, desenvolvimento e humanidade expande serviços. 2018. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/multimedia/radio-agencia/projeto-travessia-um-programa-de-saude-desenvolvimento-e-humanidade-expande-servicos-ouca>. Acesso em: 5 jun. 2019.

_____. Resolução MOB nº 1 de 27 de fevereiro de 2018. Aprova o Regulamento do Serviço Público de Transporte Rodoviário Especial para usuários de cadeira de rodas, deficientes visuais e crianças com microcefalia, hidrocefalia e outras doenças neurológicas causadoras de mobilidade reduzida permanente, denominado “travessia”. Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-1-2018-ma_357596.html. Acesso em: 17 abr. 2019.

ONU-HABITAT – PNUMA. Documento temático 19 Habitat III. Transporte e mobilidade. 2015. Disponível em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/19-Transporte-e-Mobilidade_final.pdf. Acesso em: 6 mar. 2019.

PIANA, Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003. SÃO LUÍS. Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). **Governo avança em políticas públicas de direitos da pessoa com deficiência**. 2017. Disponível em: <http://www.sedihpop.ma.gov.br/2017/09/20/governo-avanca-em-politicas-publicas-de-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUZA, André Luís. **A modicidade tarifária nas concessões de serviços públicos**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2016.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Políticas de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente**. São Paulo: Manole, 2014.

_____. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NA ESCOLA APÓS EPIDEMIA PELO VÍRUS ZIKA

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH MICROCEPHALY IN THE SCHOOL AFTER THE ZIKA VIRUS EPIDEMIC

Emanuelly Cristina Veloso da Silva*
Gilsene Daura da Silva Barros**

RESUMO

Evidencia-se neste estudo a ocorrência de uma inédita epidemia de microcefalia no Brasil no ano de 2015, cujas causas estão relacionadas a uma Síndrome Congênita associada a uma infecção provocada pelo vírus Zika durante a gestação. Com quatro anos passados, salienta-se a relevância de se discutir o processo de inclusão escolar de todas as crianças diagnosticada com esse sinal clínico, haja vista que o acolhimento social e educacional desses indivíduos, torna-se essencial na diminuição dos impactos emocionais causados pela epidemia. Objetiva-se estabelecer uma discussão sobre a educação especial inclusiva de crianças com microcefalia, visando a compreensão dos desafios da educação nacional em compreender as necessidades educativas de alunos identificados com o vírus Zika. Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica realizada em documentos físicos (livros e artigos impressos), e virtuais (bases de dados e Google Acadêmico) para compor o referencial teórico do estudo. Com base nas abordagens qualitativa e quantitativa foi analisado os resultados que diversas escolas brasileiras coletaram fazendo-o reconhecerem a necessidade de acolher essas crianças em idade escolar, têm dialogado sobre tal temática, mas pouco se tem feito para tal acolhimento e isso se agrava ainda mais nas escolas da rede pública. Conclui-se que o processo de inclusão de crianças microcefálicas no ambiente escolar deve ser processual, pois requer dinamismo da família, escola e estado, que juntos devem trabalhar o diferente e disseminar o respeito. Assim, acredita-se que na inclusão deve haver um equilíbrio de ambiente favorável e harmonioso, que passe para a criança confiança para interagir, despertando assim o interesse de permanência e seu pleno desenvolvimento no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Especial. Processo de Inclusão. Escola. Microcefalia.

ABSTRACT

It is evidenced in this study the occurrence of an unprecedented microcephaly epidemic in Brazil in the year 2015, whose causes are related to a Congenital Syndrome associated with an infection caused by Zika virus during pregnancy. The past four years emphasize the importance of discussing the process of school inclusion of all children diagnosed with this clinical sign, given that the social and educational reception of these subjects, becomes essential in reducing the emotional impacts caused by the epidemic. It is intended to establish a discussion about special education inclusive of children with microcephaly, aiming to understand the challenges of national education in understanding the educational needs of students identified with this clinical sign. The methodology used is the bibliographic research carried out on physical documents (books and printed articles), and virtual (databases and Google Scholar) to compose the theoretical reference of the study. As a result, Brazilian schools are aware of the need to accommodate these schoolchildren, they have had a dialogue on this subject, but little has been done to accommodate them, and this is further aggravated by public schools. It is concluded that the process of inclusion of microcephalic children in the school environment should be gradual, since it requires dynamism of the family, school and state, which together must work the different and disseminate respect. Thus, in the inclusion there must be a favorable and harmonious environment balance, which gives the child confidence to interact, thus arousing the interest of permanence.

Keywords: Special Education. Inclusion Process. School. Microcephaly.

* Graduada em Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: velosomanuh@gmail.com

** Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Graduada em Pedagogia; Especialista em Psicopedagogia; Especialista em Educação Especial; Professora Ms. do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano; Docente Orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). E-mail: dgilsene@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Há quatro anos atrás, especificamente em 2015, profissionais da saúde da região nordeste do Brasil começaram a alertar simultaneamente sobre um aumento preocupante no número de nascimentos de crianças com microcefalia no país. É importante ressaltar que os bebês diagnosticados com este sinal clínico ficam expostos a múltiplas deficiências que variam de acordo com a área cerebral acometida e isso inclui deficiências visuais, auditivas, motoras, cognitivas, dentre outras. A repercussão da notícia gerou uma grande mobilização entre os especialistas, uma vez que as causas do significativo aumento, até então era desconhecida. Com pesquisadores e profissionais instigados a descobrir as razões para o aparecimento de tantos casos, descobriu-se no mesmo ano, que essas ocorrências poderiam estar relacionadas a uma Síndrome Congênita associada a uma infecção causada pelo vírus¹ Zika², geralmente transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*³ durante a gestação. (BATISTA; MOUTINHO, 2019, Não paginado).

Diante de tal descoberta o Brasil e mundo passaram a voltar a suas atenções para o evidente desafio de buscar meios de prevenções para a contaminação, que consequentemente fomentaria na diminuição das estatísticas negativas deste sinal clínico. Assim, programas de prevenção e auxílio direcionados a gestantes, famílias e crianças com casos confirmados, precisaram ser implantados em caráter emergencial, haja vista que a gravidade do problema colocava em risco toda uma geração na qual no futuro carecia de variados tipos suportes para conseguir ter uma vida cômoda e saudável.

Passado quatro anos dos impactos causados por essa inédita epidemia que ainda hoje assusta muitas famílias, a apreensão agora nos conduz para a inclusão dessas crianças no ambiente escolar, visto que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996), artigo 29, “A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 22). Isso significa dizer que todas as crianças, sem distinção, nascidas no ano de 2015, já em 2019 ou no máximo em 2020 precisam estar matriculadas nas escolas do país para receberem a educação infantil institucionalizada. Vale frisar, que é de conhecimento geral que a criança desde cedo necessita de subsídios sólidos para que a sua periodização escolar seja plena, respeitando seus aspectos cognitivo, intelectual e social. Dessa forma, a educação institucionalizada vem para completar e preparar essa criança, seja ela deficiente ou não, para a atuação e convívio em sociedade, envolvendo assim seu grupo familiar em um trabalho conjunto com a escola.

Justifica-se a temática em questão, a partir de uma inquietação em perceber uma nova demanda que adentrará às escolas a respeito das crianças com microcefalia neste ano (2019) e nos próximos, que faz surgir uma grande necessidade de se aprofundar acerca desse

¹ Os vírus são seres que apresentam dimensões observadas apenas pelo microscópico eletrônico. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biologia/virus.htm> Acesso em: 24 jun. 2019.

² O zika é um vírus transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*, sendo que a sua identificação no Brasil ocorreu inicialmente em abril de 2015. Este vírus possui a mesma denominação do local de origem de sua identificação em 1947, após detecção em macacos sentinelas para a realização do monitoramento da febre amarela, na floresta Zika, em Uganda. Porém, cerca de 80% das pessoas que são infectadas pelo vírus não conseguem desenvolver as manifestações clínicas causadas pelo Zika. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/zika-sintomas-transmissao-e-prevencao> Acesso em: 24 jun. 2019.

³ O *Aedes aegypti* é um mosquito responsável pela transmissão de diversas doenças como a chikungunya, zika, febre amarela urbana e dengue. Acredita-se que a sua chegada em terras americanas ocorreu através dos navios que traziam os negros da África para trabalhar de forma escrava. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/infectologia/doencas-transmitidas-por-aedes-aegypti-e-aedes-albopictus/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

tema para que se possa colaborar de forma responsável com o atendimento de microcefálicos na instituição escolar. Esse tema se faz relevante, à medida que ele é fundamentado prioritariamente no respeito as diversidades humanas, diante disso, os professores precisam compreender as diferentes condições e realidades educacionais especiais, que para a escola é desconhecido, daí a necessidade do envolvimento de todos nesse processo inclusivo, a fim de se possa obter êxito na aprendizagem cognitiva desse público alvo.

Nessa perspectiva, este artigo propõe despertar um novo olhar em relação à educação inclusiva, principalmente no que concerne o ensino de criança com microcefalia, pois no seu interm retrata as especificidades e limitações, induzindo a uma reflexão sobre o verdadeiro sentido de ensinar e trabalhar a inclusão de crianças microcefálicas na escola. Desse modo, destaca-se que a problemática que orienta esse estudo revela a seguinte questão: Será que as escolas brasileiras, após a proliferação da Síndrome Congênita associada a uma infecção causada pelo vírus Zika, estão estruturalmente preparadas para acolher as crianças microcefálicas com obrigações e direitos que recebe um aluno sem nenhuma deficiência? Por esta razão afigura-se como objetivo geral discutir sobre a educação inclusiva de crianças com microcefalia, considerando o significativo aumento de casos deste sinal clínico recentemente no país. E por específicos: a) Compreender os desafios da educação nacional em acolher crianças microcefálicas em seu ambiente; b) Abordar a educação inclusiva, apresentando legislações que garantem o processo de ensino e aprendizagem a todos sem distinção; c) Buscar dados e informações sobre o surgimento, surtos, causas e consequências da microcefalia, visando entender as necessidades educativas de alunos diagnosticados com esta má-formação.

A metodologia que orienta este estudo é a pesquisa bibliográfica com abordagem quanti/qualitativa realizada em documentos físicos (livros e artigos impressos), e virtuais (bases de dados como Scielo – Scientific Electronic Library Online, e Google Acadêmico) que compõem o referencial teórico desse estudo. No que tange a abrangência da pesquisa, destaca-se que está utilizou materiais bibliográficos, legais, metodológicos e informacionais que visam ao entendimento das necessidades educacionais e o pleno desenvolvimento dessa criança no contexto escolar, tendo em vista a garantia da superação das dificuldades de aprendizagem nos diversos níveis escolares, obtendo assim a qualidade no processo de inclusão com permanência e desenvolvimento das potencialidades e socialização.

Sendo assim, a construção desse artigo, visa contribuir para uma melhor compreensão de como se dará a inclusão dessa clientela no ambiente escolar, no sentido também de promover a acessibilidade com permanência e aprendizagem da criança com microcefalia na sala de aula, levando em consideração a importância de se desenvolver um trabalho diferenciado com recursos pedagógicos e adaptações específicas, que possa possibilitar um crescimento qualitativo e significativo do aluno.

Espera-se com esse artigo provocar discussões sobre a inclusão com permanência das crianças microcefálicas no ambiente escolar, que no momento, constitui-se como uma grande preocupação nas escolas, tendo em vista o aumento de casos de crianças diagnosticadas com este sinal clínico em todo o Brasil, que exigirá um acolhimento eficaz desse lugar e o apoio de uma equipe multidisciplinar, com educadores e familiares participando ativamente no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes.

2 A PROLIFERAÇÃO DA MICROCEFALIA NO BRASIL

As pessoas de maneira geral mantêm um padrão no ciclo da vida que se resume normalmente em nascer, crescer e construir famílias para a manutenção de gerações futuras. É importante acentuar que quando se fala em construção familiar coloca-se em questão o

planejamento de se ter filhos saudáveis e adquirir sentimentos naturais do processo, por esta razão, este certamente é considerado um momento de realização social que desperta nos pais sentimentos e emoções jamais vivenciadas antes.

Habitualmente, os planos de gerar uma criança envolve a expectativa de uma gestação saudável e conseqüentemente o nascimento de bebês física e cognitivamente “normais”, no entanto, quando essa expectativa é quebrada por uma notícia de malformação⁴ do feto, é muito comum o aparecimento de emoções que variam entre medo, ansiedade, vulnerabilidade e principalmente culpa e incapacidade. Entender e digerir uma realidade dessa é um processo em que os pais automaticamente colocam a prova seus próprios limites, pois quanto mais seu bebê for diferente de seus sonhos, mais difícil é a sua adaptação aos fatos. As dúvidas e questionamentos passam a fazer parte de suas rotinas, mas certamente a sensibilidade e o sentimento de proteção são dobrados quando comparado a pais de crianças sem nenhuma deficiência⁵.

Todo esse contexto é para apresentar que no ano de 2015, o Brasil sofreu com uma pandemia de Zika vírus e a Organização Mundial de Saúde⁶ (OMS), declarou medida de emergência no país com publicação de declarações como a de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). (FRANÇA *et al.*, 2018, p. 2). Muitos questionaram se o aparecimento e circulação do vírus no país se intensificaram após a realização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014, onde pessoas de várias nacionalidades transitaram e instalaram-se em diversos estados brasileiros para a participação no evento, mas essa hipótese foi sendo enfraquecida, uma vez que nenhum país endêmico tenha vindo competir.

Até hoje os impactos causados pela epidemia⁷ fazem parte da vida de muitas famílias brasileiras, uma vez que as infecções provocadas pelo vírus aumentaram consideravelmente o número de nascimentos de crianças com microcefalia no país. Diante de tantos casos, muitas famílias viram suas vidas mudarem completamente de uma hora para outra, muitas vezes sem nem entender seus reais motivos, já que as ocorrências desse estado clínico só começaram a serem relacionadas com a epidemia do vírus Zika, apenas alguns meses depois. Atualmente é possível observar que muitas perguntas continuam na cabeça de muitos pais e órgãos que tratam da saúde no Brasil e no mundo, é tudo muito novo e por isso as incertezas ainda fazem parte da vida tanto das mães que tiveram seus bebês afetados, quanto das mulheres que ainda pretendem engravidar. Percebe-se, para tanto que os desafios desta epidemia continuam diante de nós e por esta razão neste momento serão apresentadas algumas informações sobre este inédito agravo que infelizmente ainda precisa da disseminação de muitas informações para ser efetivamente compreendido.

⁴ Para Gomes e Piccinini a malformação de um feto, seja por fatores estrutural e/ou ligada s síndromes, apresenta diversas particularidades, no qual exige cuidados especiais e específicos. Ressalta-se que as famílias, pais e mães recebem o diagnóstico em momentos diferentes do desenvolvimento da criança e de forma individual pelos médicos ou pela equipe médica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a02v22n1>. Acesso em: 26 jun. 2019.

⁵ De acordo com a Lei 13. 146, de 6 de julho de 2015 que Institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência, o seu art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 26 jun. 2019.

⁶ A organização mundial de saúde fundada em 7 de abril de 1948 atua no desenvolvimento da saúde de todos os povos ou territórios, sendo atualmente constituída por 193 Estados membros. Disponível em: <https://www.infoescola.com/saude/organizacao-mundial-de-saude-oms/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁷ Segundo Moura e Rocha (2012) a “Endemia” ‘significa a ocorrência de forma agravada e acima da média (ou mediana) histórica de sua ocorrência. Sendo que esta situação apresenta geralmente aparecimento súbito e se propaga por determinado período de tempo em determinada área geográfica, e atingindo um elevado número de pessoas. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3285.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

A microcefalia é uma anomalia congênita onde desenvolvimento do crânio do bebê não ocorre normalmente, que faz com que o funcionamento do cérebro seja prejudicado. É diagnosticada em recém-nascidos que apresentam menos de 33 cm de perímetro encefálico para idade gestacional, tempo de vida e sexo. Com o crânio menor que o normal, a microcefalia compromete diretamente o cérebro da criança, bem como seu desenvolvimento. Em 2016 a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu um padrão internacional para microcefalia quando o perímetro cefálico (PC) for igual ou inferior a 31,5 cm para meninas e 31,9 cm para meninos (BRASIL, 2017a). É importante lembrar que a microcefalia não é considerada uma doença e sim um estado clínico que apresenta um déficit no crescimento cerebral que compromete na maioria das vezes o desenvolvimento físico e cognitivo do sujeito.

Estudos indicam que 90% dos indivíduos que possuem microcefalia apresentam algum grau de retardo, sendo relacionado aos diferentes problemas motores, de equilíbrio e de fala, além de conter nanismo ou baixa estatura, deficiência visual ou auditiva e outros problemas associados com anormalidades neurológicas. Em todo o mundo, os registros de problemas congênitos apresentam taxas de microcefalia que alternam entre 0,5 por 10.000 nascimentos e 10-20 por 10.000 nascidos. (BRASIL, 2017a).

Acrescenta-se ainda, que as causas da malformação variam bastante, podendo ser por distúrbios cromossômicos, craniossinostose, meningite bacteriana, radiação, rubéola, toxoplasmose, fenilcetonúria materna, herpes viral, citomegalovírus, o uso de substâncias tóxicas, fatores ambientais e o Zika vírus que é o que vamos nos limitar na produção desse estudo. Depreende-se, contudo que as dificuldades de se criar uma criança com este tipo de malformação, exige de pais e familiares uma experiência prática que o estado não é capaz de prever plenamente, isso por que até o momento muitas dúvidas ainda circulam em volta das causas e consequências dessa epidemia.

Embora a extensão das consequências ainda sejam parcialmente desconhecidas, a seguir será feita uma rápida exposição cronológica que possivelmente ajudará em um melhor entendimento dos fatos e posteriormente favorecerá na compreensão de que as crianças com casos confirmados precisam ter acesso e inclusão em todas as escolas do país.

2.1 O Vírus Zika

Segundo Freitas, Von Zuben e Almeida (2016), o vírus Zika é transmitido predominantemente pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, pela transmissão vertical (da mãe para o filho, intrauterina), pela transmissão através de transfusão de hemoderivados e através de relação sexual. Quanto a sua prevenção, os autores revelam que esta deve incluir o combate ao vetor e o uso de repelentes e alertam a necessidade de um cuidado especial que deve haver em relação às gestantes em razão do risco de malformações⁸ congênitas, reforçando-se as medidas de proteção individual.

Além do mais, para Freitas, Von Zuben e Almeida (2016, p. 2) este vírus é definido como:

⁸ De acordo com Fontoura e Cardoso (2014) a malformação congênita (MC) dentro da definição da organização Pan Americana de Saúde (OPAS) relaciona-se a qualquer defeito na constituição de um órgão ou até mesmo um conjunto de órgãos no qual determine uma anomalia morfológica estrutural ou funcional, presentes no nascimento ou não, sendo que tais aspectos são provocados por fatores genéticos, ambientais ou mistos. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-00907.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

O Vírus Zika (ZIKV) é um arbovírus (do inglês, ARthropod-BORne VIRUS) do gênero Flavivirus, transmitido no Brasil pelo mosquito *Aedes aegypti*. No entanto, outras espécies de *Aedes* já foram confirmadas como transmissoras em diferentes locais do mundo. Este vírus foi isolado inicialmente na floresta de Zika na Uganda em 1947 em macaco Rhesus, sendo que a primeira infecção humana foi documentada apenas em 1954. Até 2007, apenas 14 casos humanos haviam sido documentados na literatura médica, sempre como casos esporádicos. Até que no ano de 2007, a primeira epidemia conhecida ocorreu na ilha de Yap (Micronésia, pop. 6.892 hab.) com 49 casos confirmados laboratorialmente. Nesta epidemia, estimou-se que 73% da população foram infectados e 13,3% apresentaram sintomas. Entre outubro de 2013 e março de 2014 uma nova epidemia atingiu a Polinésia Francesa com estimativa de que 28.000 pacientes procuraram os serviços de saúde (11% da população de 268.270 habitantes).

Neste sentido, compreende-se que a partir dos relatos apresentado pelos autores é possível perceber que o vírus Zika tem um histórico pouco, se não quase nunca, relacionado com a microcefalia e por isso até a epidemia ocorrida no Brasil era considerado um vírus inofensivo e sem nenhuma relação com este tipo de sinal clínico.

2.2 O surto no Brasil

Com o sucesso da Copa do mundo de Futebol no país, o Brasil continuava em festa pela eficácia de seu acolhimento e alegria elogiada pelo mundo todo. Mal sabíamos que meses depois o mundo estaria novamente com foco voltado para cá, só que agora em estado de alerta. Durante o evento ficou visível que naturalmente o país detém belezas que encanta e desperta a vontade de retorno daqueles que o visitam, os problemas, por exemplo, por um momento foram esquecidas por brasileiros e turistas que acompanhavam a competição.

Em outubro de 2015 todas as lembranças de uma Copa do mundo de sucesso foram deixadas de lado, quando o estado de Pernambuco registrou um preocupante aumento de crianças nascidas com microcefalia no Nordeste. Não havia números, mas relatos clínicos que fizeram profissionais e sociedade civil, simultaneamente voltarem suas atenções para os casos. Parecia tudo muito inédito e assustador, o que se tinha em mãos era pouco, apenas informações de crianças que tinham seus cérebros atingidos de maneira intensa por alguma doença que impediu o seu desenvolvimento esperado. (BRASIL, 2017b, p. 15).

A emergência ocorreu inicialmente na região Nordeste e logo se estendeu para os demais estados do país, o que provocou uma grande mobilização nacional e internacional em volta do mistério. Os estados do nordeste e sudeste foram os que apresentaram um maior número de casos e muitos acreditam que isso pode estar relacionado às suas localizações geográficas, assim como suas condições ambientais que propiciam a proliferação do vírus.

O surto⁹ no Brasil, certamente alertou o mundo sobre ofensividade de um vírus até então visto como inofensivo em todo o planeta, mas acima disso evidenciou que as diferenças regionais do país principalmente referente a recursos econômicos desiguais, afetam diretamente a qualidade de vida das famílias brasileiras que muitas vezes vivem sem básico, como é o caso da falta de saneamento, fator fundamental para a circulação do vírus Zika nas localidades mais afetadas. O estado de Pernambuco pode ter registrado a maior número de notificações de microcefalia da Federação, mas toda a região nordeste foi a que mais sofreu com as ocorrências evidenciadas.

⁹ Considera-se surto o aumento repentino do número de casos de uma determinada doença em uma região específica. Desta forma, para ser considerado surto, destaca-se que o aumento de casos deve ser maior do que o esperado pelas autoridades de saúde. Disponível em: <https://www.saolucascopacabana.com.br/noticias/surto-epidemia-pandemia-e-endemia-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

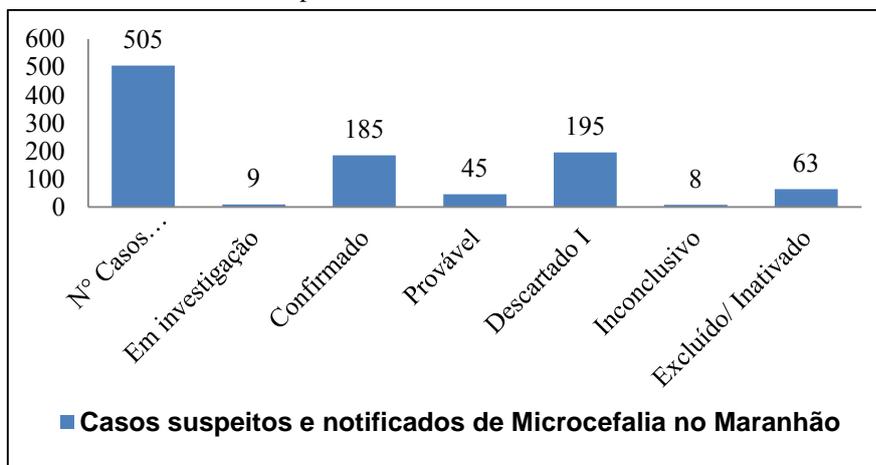
No Boletim Epidemiológico da Secretaria de vigilância em Saúde divulgado em março de 2019, a situação atual revela que entre os 2.865 casos confirmados entre (08/11/2015 a 29/12/2018), 1.739 (60,7%) receberam atendimento em puericultura. O Boletim ainda acentua que as crianças confirmadas com o sinal clínico estiveram e estão concentradas, em sua maioria na região Nordeste (1.883 casos) cujo número de confirmações é liderado pelo estado da Bahia, seguida por Pernambuco e Paraíba. (BRASIL, 2019, Não paginado).

2.2.1 No Maranhão

O Maranhão assim como todo o Brasil acendeu luz amarela quando a notícia de epidemia foi divulgada no país, principalmente por estar localizado na região, até então, mais vulnerável para a proliferação do vírus. De acordo com o Monitoramento de casos de Microcefalia no Maranhão, divulgado na página do governo do estado em 2016, 85 dos 217 municípios maranhenses notificaram casos de microcefalia naquele ano, sendo que apenas 60 foram confirmados. Ainda segundo o governo, nesse total, ocorreram 9 óbitos por conta do sinal clínico, dos quais um foi descartado, no do município de Turiaçu, a medida que os outros 8 casos foram sendo investigados.

Logo abaixo, no gráfico 1 serão apresentados dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde divulgado em março de 2019 a nível nacional.

Gráfico 1 – Casos suspeitos e notificados de Microcefalia no Maranhão

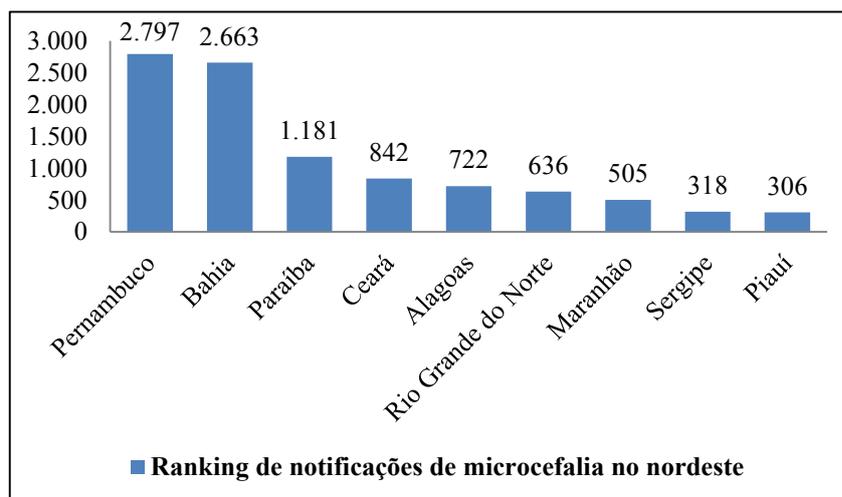


Fonte: Elaborado pela a Autora (2019) com base nos dados apresentados no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância v. 50, n .8, mar. 2019.

Assim, observa-se no gráfico acima que entre (08/11/2015 a 29/12/2018) o Maranhão apresentou 505 casos suspeitos notificados, sendo que 9 mantinha-se em estado de investigação, 185 foram confirmados, 45 foram classificados como prováveis, 195 foram descartados, 8 inconclusivos e 63 foram excluídos ou inativados. (BRASIL, 2019, Não paginado).

O Boletim ainda revela que entre os nove estados da região nordeste, o Maranhão encontra-se na sétima posição em número de notificações de microcefalia no Brasil, entre 2015 e 2018, como mostra os dados do gráfico 2.

Gráfico 2 – Ranking de notificações de microcefalia no Nordeste



Fonte: Elaborado pela a Autora (2019) com base nos dados apresentados no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância v. 50, n.8, mar. 2019.

Diante dos dados do gráfico 2, percebe-se que o estado de Pernambuco de acordo com o boletim tem liderado as notificações de casos de microcefalia no Nordeste com 2.797 ocorrências. O Maranhão e os demais estados apesar de não obterem os maiores números de notificações da região, precisam estar sempre em alerta e continuar utilizando as medidas de prevenções indicadas por especialistas, haja vista que o vírus permanece circulando em toda a Federação.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: algumas perspectivas no contexto brasileiro

Dentro de uma perspectiva legal, o Brasil possui uma Constituição que é responsável pela a organização do nosso estado. Assim, é através dela que as pessoas têm o seu direito garantido nos diversos setores do meio social, seja saúde, educação, habitação, etc. Direito este que é fundamentado nos princípios da equidade. Portanto, perante a Lei máxima, qualquer cidadão precisa ter os seus direitos assegurados, inclusive aqueles que são portadores de deficiência, não importa o tipo ou diagnóstico, pois este conjunto de regras determina que todos são iguais sem nenhuma distinção.

Ainda de acordo com a Constituição de 1988, o artigo 208, inciso III, determina que o estado deverá oferecer um “[...] **atendimento educacional especializado** aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]”. (BRASIL, 1988, p. 124, grifo nosso). Com isto, percebe-se que hoje o atendimento educacional especializado (AEE) faz parte das obrigações do estado em prol daqueles que necessitam de recursos ou alternativas que melhorem o processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, destaca-se também que de acordo com o artigo 55 da Lei 8.069 de 1990 referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) os “[...] pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990, p. 35). A partir desta conjuntura legislativa podemos inferir que a criança tem direito a ter equidade perante o acesso a qualquer instituição de ensino. Entretanto, é responsabilidade de um estado como o nosso que preza pela democracia subsidiar a permanência destes educandos através de uma proposta pedagógica e instrumentos didáticos compatíveis com as suas particularidades cognitivas, motoras, físicas, etc. ou seja, é preciso um olhar especial para todos os educandos, dentre eles, menciona-se as crianças que são microcefálicas, haja vista

que são cidadãos dentro do nosso meio social, por isso carecem de respeito e valorização humana. Em ênfase, todos estes aspectos estão relacionados no contexto de uma educação inclusiva.

Para a educação ser inclusiva todos os pontos elencados acima são impreteríveis. Em vista disso, associa-se as diretrizes do artigo 59º da Lei 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) referente a educação plena dessas crianças, ainda mais que as instituições de ensino devem disponibilizar:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 40).

É importante destacar que esses alunos assim como um estudante sem limitações físicas ou cognitivas precisam receber uma educação institucionalizada plena, com um ambiente escolar e educadores adaptado e capacitados respectivamente, para sua realidade. Vale frisar que todas as leis supracitadas acima são importantes e necessárias para o entendimento e garantia da educação inclusiva no Brasil. Sendo assim, não deve ser vedado o direito dessa criança, que foi alcançado por meios de lutas e muitas mobilizações sociais. Por isso, essa educação deve ser oferecida no sistema regular de ensino, e a matrícula desse aluno não pode ser barrada, pois como a própria Constituição brasileira pontua todos são iguais perante a lei e por esta razão os direitos precisam ser respeitados.

Portanto, entende-se que todas as escolas seja ela da rede pública ou privada deve acolher, dentro do seu limite de vagas, todos os alunos que manifestarem interesse em se matricular na instituição, por conta disso é extremamente necessário que estes ambientes estejam prontos e adaptados para esse acolhimento e isso inclui a disponibilização de estruturas físicas, humanas e tecnológicas dentro desses espaços.

Além do mais, hoje como o mundo todo volta-se para uma nova dimensão educativa, a inclusão. Isto representa um grande avanço para a sociedade e para o mundo globalizado em que vivemos, onde inúmeras vezes as pessoas com deficiência enfrentam um tratamento desigual, pois são vistas como incapazes, discriminadas pelas suas limitações, e massacradas pelas desigualdades que são reforçadas pela criação de rótulos pejorativos. Estes sujeitos às vezes são categorizados como “sujeitos inúteis” para a sociedade. Todos estes aspectos são extremamente fortes, não é mesmo? Mas todo este retrato faz parte da sociedade em que vivemos. Ainda existem muitas coisas para se fazer em prol destas crianças e das suas famílias que sofrem diariamente e lutam constantemente para garantir aos seus filhos um tratamento de igualdade no meio social. Realmente, trata-se de um desafio para todos! E foi a partir de todos estes aspectos que o Ministério Público Federal em 2004 cria um documento denominado de “**O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**”. Este documento é realmente muito relevante, pois aborda a importância da inclusão educacional:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento. A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência. (BRASIL, 2004, p. 30).

A inclusão educacional é muito desafiadora para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo, haja vista que as escolas ainda sofrem com problemas relacionados a infraestrutura, aos recursos pedagógicos, dentre outras questões. Se pensamos em educação inclusiva é imprescindível uma análise de todas estas interrogações. Pois, se não pensamos, isto significa que vamos oferecer qualquer coisa para estes educandos. E eles não merecem isso!

A educação trabalha para melhorar o desenvolvimento dos indivíduos, nesta situação, destaca-se todos os cidadãos, independente das barreiras físicas, cognitivas, auditivas e motoras que cada um carrega. Ela envolve métodos que possibilitam amenizar todos estes entraves. Realmente um professor que vai trabalhar com uma criança microcefálica deverá atuar a partir de um Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto que estas crianças apresentam particularidades que necessitam de atividades que possam ser compatíveis com as suas capacidades. É um olhar cuidadoso. É pensar em algo que possa ser efetivado por essas crianças, impedindo assim a sua exclusão dos processos educacionais.

Com base em todos os aspectos elencados nesta seção, é imprescindível abordar a definição da terminologia “Atendimento Educacional Especializado” (AEE) visto que através dela é possível uma melhor compreensão:

O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do atendimento educacional especializado: Língua brasileira de sinais (Libras); interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 11).

Contudo, ressalta-se que hoje a educação passa por muitas mudanças, pois houve a necessidade de acompanhar os novos paradigmas educacionais no contexto não só do Brasil mas também mundial, com isso novas perspectivas foram e ainda estão sendo direcionadas para ampliar o escopo da educação, já que ela é um direito constitucional, e todos precisam participar dela de forma ativa, por isso estes recursos são essenciais para que a aprendizagem possa ter êxito, em especial naqueles que estão dentro do diagnóstico da deficiência.

Desta forma, compreende-se que a proposta de uma educação inclusiva é oferecer um AEE em todos os níveis:

O atendimento educacional especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino escolar, de preferência nas escolas comuns da rede regular. Este é o ambiente escolar mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo. (BRASIL, 2004, p. 8).

Enfim, considera-se ainda que para melhor adequação da inclusão as escolas precisam se adequar as leis que regem a educação especial no país, o número de crianças com características especiais cresce a cada dia e a educação institucionalizada delas são protegidas por uma legislação que precisa ser respeitada. O que tem se observado é que pais e responsáveis mesmo com recursos financeiros limitados, estão gradativamente procurando as escolas privadas para matricular seus filhos, pois a rede pública na maior parte das vezes não recebe alunos deficientes sob justificativa de falta de estrutura em seu sentido mais amplo. Como já mostrado aqui a carta constitucional brasileira assegura a educação como dever do estado e isso significa que também cabe a ele disponibilizar o acesso e permanência de todos os cidadãos dentro da escola, por isso torna-se necessário que essas instituições, junto com a sociedade cobre do poder público tais responsabilidades.

4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NA ESCOLA

Na visão de Fumegalli (2012, p. 5) “[...] a pessoa com deficiência, sempre foi considerada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural, que sempre ditou para a sociedade, critérios de normalidade”. Desta forma, indivíduos que nascem ou adquirem algum tipo de deficiências física ou cognitiva geralmente são colocados em um seletivo grupo que vive em constantes embates por igualdade social, política e educacional. Ser deficiente no Brasil significa lutar por seus direitos muitas vezes, não por ausência de legislação que respalde essa condição, mas sim pela simples falta de aplicação e fiscalização dessas leis. A Constituição Federal (1988) garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, todavia o que se observa é que a própria federação torna isso improvável quando não oferece condições mínimas para o exercício do direito de ir e vir desses indivíduos.

O processo de inclusão para tanto, apresenta-se como um relevante desafio em qualquer categoria que exija amparo e permanência nesse país, isso porque trabalhar a igualdade exige respeito, adaptação e primordialmente empatia. Considera-se ainda, que quando se fala em processo de inclusão educacional, o método de integração requer inicialmente uma postura acolhedora da escola, uma vez que gradativamente pais e responsáveis têm buscado o primeiro contato com esta instituição educacional, normalmente com muitas inseguranças e incertezas. É importante acrescentar que estes responsáveis têm progressivamente procurado se proteger nas leis, a fim de garantir os direitos educacionais de seus dependentes que geralmente são protegidos pela justiça, mas dificilmente amparados pelos sistemas da sociedade.

Com o surto da microcefalia no Brasil em 2015, depois da saúde e bem-estar de seus filhos, uma das maiores preocupações das famílias vitimadas, certamente foram as dúvidas que circulam o processo de inclusão social e educacional desses indivíduos. Saber que seu bebê não se insere nos padrões de normalidade significa pensar nas lutas que merecem ser encaradas e de que forma se deve vencê-las, por isso nessa seção busca-se discutir o processo de inclusão educacional de crianças nessa condição em escolas de ensino regular no país.

Desta forma, destaca-se que a criança que é diagnosticada com microcefalia apresenta as estruturas neurais destruídas, o tipo de seqüela varia de acordo com área cerebral afetada e por isso percebe-se que certos déficits cognitivos são bem específicos em cada sujeito. Como a microcefalia possui dificuldades próprias que incluem deficiências visuais, auditivas, motoras e também atraso no desenvolvimento intelectual, acredita-se que o processo educacional deve suprir e abranger todas essas especificidades.

Certamente para a educação nacional este é um grande desafio, para adaptar, incluir e instruir essa criança que naturalmente apresenta limitações no órgão responsável por todo processo cognitivo dela (cérebro), e isso conseqüentemente acarreta mais comprometimento no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Gómez e Terán ([2--?], p. 45) “A aprendizagem é uma função integrativa na qual se relacionam o corpo, a psique e a mente para que o indivíduo possa apropriar-se da realidade de uma forma particular”, sendo assim, o processo educacional precisa criar formas para alcançar esse aluno e cumprir o objetivo educacional.

Nos últimos anos muito se tem discutindo em torno do tema, e isso provocou uma mobilização em professores, gestores, e estudantes do curso de pedagogia, para uma forma de aperfeiçoamento da sua prática profissional. No 3º Congresso Nacional de Educação (CONEDU) o tema falava sobre a microcefalia sob um olhar psicopedagógico, e foi analisado as atividades e atitudes do professor em sala de aula em relação aos alunos com microcefalia, objetivando favorecer a interação social e educativa desse alunado.

Em decorrência da pandemia de 2015, a escola deverá ter uma demanda maior para inclusão dessas crianças diagnosticadas com este sinal clínico, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (1996) afirma que é obrigatória a matrícula dessa criança no ensino regular, bem como sua permanência, assegurando o acesso pleno, dispondo de uma conjunta ação educacional.

Assim sendo, a escola deve estar pronta para receber e atender esses alunos, levando em conta suas necessidades educativas e o desenvolvimento dessa criança, onde ela possa ter as barreiras quebradas e a oportunidade de aprender com autonomia.

A maior sensibilidade social ao direito de todos a uma educação fundamentada sobre pressupostos integradores e não segregadores. Esta mudança de atitude em relação às minorias dos deficientes foi favorecida não somente pela pressão dos pais e das associações de adultos que reivindicam seus direitos, mas também por movimentos sociais muito mais amplos que defendiam os direitos civis, daqueles que constituíam minorias étnicas, linguísticas ou especificamente sociais. (MARCHESI; MARTÍN, 1995, p. 11).

Nessa perspectiva, a educação deve interagir e incluir, buscando sempre valorizar as habilidades dessa criança. Isso traz confiança para ela e a torna capaz de alcançar seus objetivos e os da educação.

[...] os pais, professores e profissionais que trabalham com crianças que apresentam dificuldades é ajuda-las a adquirir confiança em si mesma, a acreditar nas suas capacidades. Eles devem saber que as pessoas aprendem de diferentes modos e que sua energia pode ser encaminhada para encontrar estratégias adequadas para a aprendizagem, ao invés de procurar maneiras de esconder dificuldades. (GOMÉZ; TERÁN, [2--?], p. 29).

Considera-se, contudo que o processo de inclusão é um enorme desafio para todos os atores (pais, alunos, professores, escola e sociedade) que fazem parte dessa realidade, haja vista que esta será uma inédita demanda para o sistema educacional do país. Compreende-se, para tanto que as escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. Suas equipes diretivas na maioria das vezes respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação. (PAULON, 2005, p. 26). Portanto, depreende-se que disponibilizar e disseminar legislações que tratam e protegem a inclusão em seu sentido mais amplo não é o suficiente para a garantia da lei, pois acima disso é importante e necessário que

subsídies escolas com estruturas físicas e tecnológicas adaptadas, profissionais habilitados para a docência e metodologias de ensino que de fato respeite o aprendizado e individualidade de cada cidadão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível ter conhecimento da microcefalia, bem como suas consequências no cérebro. É possível também estar inteirado ao que a educação tem dialogado sobre a referida temática, bem como os desafios presente no processo educacional de uma criança com essa condição.

Respondendo a problemática desse estudo, entende-se que eventos na área da educação têm abordado sobre a temática e os profissionais da área têm participado desses momentos, no entanto as capacitações e adaptações no ambiente escolar continuam discretas no país, principalmente quando se fala em escolas da rede pública em que os recursos repassados são limitados. Assim, acredita-se que as escolas do país estão em processo de preparação estrutural e profissional para o acolhimento de estudantes com microcefalia, uma vez que as legislações estão disponíveis e precisam de subsídio e respeito.

Destaca-se ainda, que nesse estudo estabeleceu-se uma discussão sobre a educação especial inclusiva de crianças com microcefalia, visando a compreensão dos desafios da educação nacional em compreender as necessidades educativas de alunos diagnosticados com sinal clínico, logo entende-se que os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram alcançados.

Compreende-se para tanto que a inédita epidemia ocorrida no Brasil em 2015 trouxe a tona consequências irreparáveis para a sociedade brasileira, haja vista que o surto colocou em evidência problemas sociais muitas vezes esquecidos pela sociedade e principalmente pelo poder público, os dilemas com o saneamento básico e as limitações das escolas para receber alunos com deficiência. Com o surto, famílias que muitas vezes sonhavam em ter filhos saudáveis passaram a mudar suas rotinas, suas prioridades e essencialmente sua forma de ver o mundo, pois com a chegada de um bebê deficiente muda as responsabilidades, as funções e principalmente as lutas dentre as quais destacamos nesse trabalho o processo educacional.

Percebe-se, contudo, que a discussão sobre o processo de inclusão de crianças com microcefalia nas escolas brasileiras ainda é bem discreta, pois tudo isso ainda é muito novo para todos os envolvidos. Sem dúvidas, este é um processo gradual que requer dinamismo da família, escola e estado, pois além de trabalhar o diferente, o processo de inclusão escolar ensina o respeito. Considera-se, portanto, que na inclusão deve haver uma proporção de um ambiente favorável e harmonioso, onde a criança tenha confiança, para interagir, através do estímulo da curiosidade e um interesse de permanência.

Para estudos futuros, sugere-se a ampliação das bases de dados consultadas, assim como a realização de pesquisas de campo para um melhor entendimento da realidade abordada, visto que considera-se que a pesquisa *in loco*¹⁰ favorece um vivência prática do objeto de estudo.

¹⁰ *In loco* é uma expressão originária do latim que tem como significado no próprio local ou no lugar. Disponível em: <https://www.meusdicionarios.com.br/in-loco>. Acesso em: 26 jun. 2019.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Gessivânia de Moura; MOUTINHO, Ana Karina. Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika: o olhar docente. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36360>. Acesso em: 18 maio. 2019.

BOLETIM - Monitoramento dos casos de microcefalia no Maranhão. 2016. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/boletim-monitoramento-dos-casos-de-microcefalia-no-maranhao-2/>. Acesso em: 20 maio. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Coordenação e Edições Técnicas, 2016. 496 p.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 9 maio 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão**: revista da educação especial, Brasília, v. 4, n. 1, jan. /jun. 2008.

_____. Ministério da Saúde. Monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas, até a Semana Epidemiológica 52 de 2018. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 50, n.8, 2019. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/22/2019-001.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Orientações integradas de vigilância e atenção à saúde no âmbito da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional**: procedimentos para o monitoramento das alterações no crescimento e desenvolvimento a partir da gestação até a primeira infância, relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas dentro da capacidade operacional do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017a. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/12/orientacoes-integradas-vigilancia-atencao.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Vírus Zika no Brasil**: a resposta do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/virus_zika_brasil_resposta_sus.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de melo e Silva. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do cidadão, 2004. 60 p.

FRANÇA, Giovanni Vinícius Araújo de *et al* . Síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika em nascidos vivos no Brasil: descrição da distribuição dos casos notificados e confirmados em 2015-2016. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, 2018.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222018000200315&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jun. 2019.

FREITAS, André R. Ribas; VON ZUBEN, Andrea P. B.; ALMEIDA, Valéria Correia. Zika vírus. **Informe Técnico Zika vírus**, São Paulo, n.1, 2016. Disponível em: https://www.caism.unicamp.br/PDF/Informe_Tecnico_01_%20ZIKA_VIRUS_jun_2016.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** 2012. 49f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TÉRAN, Nora Espinosa. **Dificuldades de aprendizagem**. Tradução de Adriana de Almeida Navarro. [S. l: 2--?].

MARCHESI, Álvaro; MARTIN, Elana. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, César et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-23.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

uma observação sobre os hábitos alimentares dos alunos da Creche Escola Sebastiana Sobreiro Oliveira, em Paço do Lumiar - MA

SCHOOL FEEDING:

an observation about the eating habits of the students of the School Daycare Sebastiana Sobreiro Oliveira, in Paço do Lumiar - MA

Suêny Maria Machado Rosa*

Vera Lúcia Lopes de Barros**

RESUMO

A alimentação oferecida nas escolas deve contribuir para a promoção de hábitos saudáveis, principalmente na educação infantil, período de aquisições das preferências alimentares. Desta forma, as instituições escolares em consonância com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem adequar seus cardápios de formar a suprir às necessidades nutricionais das crianças, diminuindo as carências nutricionais e possíveis agravos à saúde relacionados ao consumo alimentar inadequado. Este artigo apresenta a análise sobre os hábitos alimentares dos alunos da Creche Sebastiana Sobreiro, em Paço do Lumiar, apresentando o planejamento das ações educativas relacionadas ao incentivo à alimentação saudável, bem como a estruturação do cardápio oferecido as crianças e a percepção das preferências alimentares dos alunos nas faixas etárias de dois e três anos assistidos pela escola.

Palavras-chave: Alimentação. Hábitos saudáveis. Nutrição. Educação infantil. Creche.

ABSTRACT

The food offered in schools should contribute to the promotion of healthy habits, especially in early childhood education, the period of acquisition of food preferences. In this way, school institutions in line with the National School Feeding Program (PNAE) should adapt their menus to meet the nutritional needs of children, reducing nutritional deficiencies and possible health problems related to inadequate food consumption. This article presents the analysis about the eating habits of the students of the School Daycare Sebastiana Sobreiro, in Paço do Lumiar, presenting the educational actions related to the incentive to healthy eating, as well as the structuring of the menu offered to the children and the perception of the food preferences of the pupils in the two-and three-year age groups attended by the school.

Keywords: Food. Healthy habits. Nutrition. Early childhood education. Daycare.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, percebe-se um número crescente de patologias infantis causadas pela alimentação inadequada e pela redução no consumo de frutas, legumes e verduras, alimentos essenciais para uma boa nutrição infantil. Tudo isso é reflexo da sociedade contemporânea, que buscando a praticidade na vida familiar, tem se apropriado a cada dia do consumo de alimentos industrializados. Estudos comprovam um agravante na saúde pública em decorrências de patologias adquiridas pelo consumo de alimentos com excesso de sal, gorduras e açúcares, bem como a redução de frutas, legumes e verduras.

*Graduada em Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: suenymachado@gmail.com

** Doutora, pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Endereço para correspondência. Laboratório de Entomologia Médica, Departamento de Patologia, Universidade Federal do Maranhão, Praça Madre Deus no 02, CEP 65.025-560, São Luís-MA. E-mail: veralucia.bio@bol.com.br.

A obesidade infantil, a anemia, o colesterol alto, a diabetes e as doenças cardiovasculares, fatores relacionados à alimentação inadequada, tem preocupado o poder público pelo aumento da ocorrência de casos infantis e fez intensificar as Políticas Públicas referentes à oferta de uma alimentação nutritiva para as crianças. Partindo do pressuposto de que a escola tem a responsabilidade de contribuir na formação e promoção dos valores e na consolidação dos hábitos adquiridos durante a infância, além da função de oferecer em seu cardápio uma alimentação saudável, adequada às necessidades nutritivas dos seus alunos de maneira a favorecer o desenvolvimento integral dos mesmos, surgem indagações que levam à curiosidade de observar o cenário atual das escolas como: a escola tem cumprido sua obrigação social em incentivar o consumo de alimentos nutritivos? De que forma as creches têm promovido projetos relacionados à alimentação saudável e o que tem oferecido em seu cardápio escolar? O consumo de alimentos industrializados tem dificultado o trabalho pedagógico? As crianças já possuem preferências alimentares ou apresentam resistência à alimentação que é oferecida nas escolas?

A legislação prevê o direito à alimentação nas escolas destacando que o cardápio deve ser elaborado por nutricionistas, respeitando a cultura local e atendendo às necessidades nutricionais para cada fase de desenvolvimento. Para aprofundar a análise sobre essas questões este artigo traz um trabalho de observação que teve a problemática de compreender de que forma a Creche Escola Sebastiana Sobreiro Oliveira, localizada em Paço do Lumiar, MA, promove a alimentação saudável e nutritiva durante o processo de desenvolvimento e crescimento dos seus alunos.

A justificativa do trabalho teve como base o tema aqui explorado, e vem discutir e examinar a importância de inserir ainda na primeira infância, hábitos alimentares saudáveis que contribuirão para uma mudança na qualidade de vida da população. Uma boa alimentação auxilia na prevenção de doenças agravadas pelos consumos inadequados de alimentos e pelas carências de nutrientes necessários durante o processo de desenvolvimento e crescimento das crianças. A educação alimentar é capaz de alcançar mudanças alimentares e melhorar a qualidade de vida das crianças bem como auxiliar o seu desenvolvimento físico, mental e social.

O objetivo foi compreender de que forma a Creche Escola Sebastiana Sobreiro Oliveira promove a alimentação saudável e nutritiva durante o processo de desenvolvimento e crescimento dos seus alunos. Enquanto que os objetivos específicos foram: Identificar as preferências alimentares dos alunos; Apontar a influência de uma boa alimentação para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças; Explicar o motivo da rejeição das crianças pelos alimentos nutritivos na Educação Infantil; Elaborar um plano de ação para incentivar o consumo de alimentos saudáveis na escola campo.

A metodologia de pesquisa utilizou-se dos instrumentos de coletas: entrevista com as duas gestoras (geral e adjunta) e 02 professoras (que conduzem respectivamente as turmas 2 A e 2 B) e o formulário, instrumento utilizado com 10 alunos cuja idade estava entre 2 e 3 anos que estudam na respectivas salas, tratando-se de 05 alunos da turma 2 A e 05 alunos da turma 2 B.

Este estudo buscou identificar as preferências alimentares dos alunos, servindo para apontar a influência de uma boa alimentação para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, bem como explicar o motivo da rejeição de algumas crianças pelos alimentos nutritivos na Educação Infantil.

2 HISTÓRICO SOBRE HÁBITOS ALIMENTARES DOS ALUNOS EM CRECHE

A alimentação é considerada uma necessidade básica para sobrevivência e entendida como um dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 prevê em seu artigo xxv que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar incluindo o direito à alimentação. A alimentação não é algo que possa ser dispensável, é uma condição para a sustentação da vida, é uma necessidade natural que caracteriza os seres vivos.

Valente (2002, p. 27) afirma que:

A fome, a desnutrição e o analfabetismo constituem-se, portanto, em desumanização. Consistem na negação do direito de acesso a riqueza socialmente produzida pelas sociedades humanas e pela humanidade ao longo de toda história,

seja sob a forma de alimento, seja sob a forma de informação, conhecimentos científicos, cultura e história.

No Brasil, a Emenda Constitucional 64/2010 incluiu no art. 6º da Constituição Federal de 1988 a alimentação como um direito social. Entretanto, em nosso país sempre teve uma desigualdade social muito grande, a fome e a desnutrição de algumas crianças causada por questões financeiras é um problema antigo em nossa realidade e ainda não sabemos resolver as carências causadas pela fome e a miséria de certa parte da população. Um pouco antes de se instituir a Constituição, já se tinha uma visão por parte do governo sobre a necessidade de criação e melhoria dos serviços de benefícios oferecidos à sociedade dando maior enfoque às crianças. No ano de 1955, a Comissão Nacional de Alimentos regulamenta a Campanha da Merenda Escolar com a proposta de suprir parcialmente as necessidades nutricionais das crianças em idade escolar, através da oferta de no mínimo uma refeição diária durante o período em que estas se encontravam na escola. Ocorreu no ano de 1983 a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que atualmente representa o maior e mais abrangente programa de alimentação e nutrição da América do Sul.

Sobre o Sistema Nacional de Ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação declara no art. 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996).

O art. 30 prevê no inciso I que a educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade.

Desse modo, as creches foram instituídas como parte do sistema de ensino sendo sua oferta dever do Estado. Porém, como a obrigatoriedade da matrícula das crianças compreende a idade a partir de quatro anos, cabe aos pais ou responsáveis à decisão de matriculá-los no período de zero até os três anos. Contudo, as concepções a respeito das Creches têm evoluído, antes vista como um simples abrigo para crianças durante a jornada de trabalho dos pais, hoje muitos defendem que há outras caracterizações e passou também a ser vista como um espaço privilegiado para ações educativas. Entretanto, essa definição não é unânime, e ainda se faz necessário combater a idealização arraigada em algumas famílias de que as Creches são apenas um espaço onde os alunos são deixados para serem cuidados enquanto seus pais trabalham. Notamos que esse pensamento não convém com os dias atuais, os profissionais da Educação Infantil são formados para trabalharem de forma eficiente e eficaz para que consigam reconhecer de forma prática as melhores metodologias para o ensino de forma a possibilitar cada vez mais o desenvolvimento global de seus alunos. As instituições de educação infantil têm exercido trabalho de grande influência no desenvolvimento das crianças, pois, têm incentivado e incorporado determinados saberes que serão determinantes para o resto da vida de seus alunos.

Nos dias atuais, percebe-se a necessidade de se trabalhar a educação alimentar nas creches e pré-escolas, tendo em vista que o consumo de alimentos nutritivos é uma forma de prevenção que acarretará efeitos positivos na saúde ao longo da vida dessas crianças. Melo (2005, p. 3) afirma que: “[...] a nutrição não deve ser entendida apenas como o processo de ingestão de alimentos”. Explanando sobre o estado nutricional adequado Mahan e Escott-Stump (2012, p. 129) dizem que: “Quando se consomem os nutrientes adequados para satisfazer às necessidades diárias do corpo, incluindo qualquer demanda metabólica aumentada, o indivíduo se aproxima de um estado nutricional ideal”. Assim, entende-se que uma alimentação adequada voltada para o consumo de alimentos nutritivos previnem enfermidades causadas pela carência de nutrientes e ajudam a assegurar melhorias na qualidade de vida.

Destacando a educação alimentar nas creches, Ceccon e Ceccon (2000, p. 76) comenta sobre os cardápios:

A formação do cardápio deve dar ênfase aos alimentos de alto valor nutricional, capazes de atender aos hábitos das crianças, e de preferencia sem substâncias artificiais. A comida precisa ser atrativa e saborosa, com a consistência apropriada a cada faixa etária, visando sempre incentivar o processo de mastigação [...]

A escolha dos alimentos bem como a forma de prepará-los, a quantidade a ser ingerida, a maneira de comer são fatores importantes a serem observados para que possa assegurar um bom processo nutritivo para as crianças. O Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, lançou oficialmente em março de 2015, a Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó (NutriSUS) a ação consiste na adição direta de nutrientes à alimentação oferecida às crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses em creches. A iniciativa tem o objetivo de potencializar o pleno desenvolvimento infantil, a prevenção e o controle da anemia e outras carências nutricionais específicas na infância. (SOBRE NutriSUS, 2018).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006) cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

O Art. 10 declara que:

O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. (BRASIL, 2006).

A promulgação da Lei demonstra que o Brasil tem percebido a necessidade de implementar ações que estimulem a adoção de uma alimentação preventiva em decorrência do aumento de casos de doenças cardiovasculares, da obesidade e demais carências nutricionais provocadas pela alimentação inadequada. As escolas necessitam informar e esclarecer as crianças de forma que as mesmas venham conhecer a realidade da fome no Brasil e no mundo. Como auxiliares no processo formativo dos futuros cidadãos brasileiros cabem aos educadores, preparar seus alunos para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde a equidade seja uma realidade, em que as pessoas tenham não apenas o direito, mas as condições necessárias para usufruir de uma alimentação equilibrada, de qualidade e em quantidade a satisfazer suas necessidades.

Dados de 2016 da Síntese de Indicadores Sociais do Brasil revelam que o Maranhão ainda possui elevado índice de pessoas sem alimentação diária adequada em todas as regiões do Estado. Dentre todos os estados do país, o Maranhão apresenta 52,4% de pessoas em extrema pobreza, sendo o único Estado a atingir mais da metade da população nessa condição. Para muitas crianças maranhenses a alimentação escolar é a de extrema importância porque constitui a principal ou única refeição diária. Resultantes das necessidades estaduais no dia 20 de outubro de 2015 foi sancionada Lei Nº 10342, que veio estabelecer diretrizes, objetivos e ações para a instituição da política estadual de alimentação escolar. Assim como as propostas estabelecidas pelo PNAE a Lei Estadual prevê a utilização da alimentação saudável e adequada, compreendendo o emprego de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura e as tradições locais, em conformidade com a faixa etária e o estado de saúde do aluno, inclusive dos que necessite de atenção específica ou que se encontre em vulnerabilidade social. Além da ampliação da oferta e promoção do consumo de frutas, legumes e verduras e divulgação de opções saudáveis pelos serviços de alimentação da escola e da incorporação do tema da alimentação saudável no projeto político-pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.

De acordo com Iraia e Fernandez (2001, p. 4):

[...] não se pode ignorar que as crianças se sentem pressionadas a comer os mesmos alimentos que os seus colegas. Esse fato assume grande importância para aquelas que levam os seus lanches para a escola, já que este momento é um evento social e o prazer de lanchar é associado à competição e comparação. Dessa forma, uma criança não aceitará levar de lanche para escola, por exemplo, frutas se todos os seus colegas levarem refrigerante e salgadinho de pacote. Neste contexto o que é estimulado dentro de sala de aula ou nos intervalos adquire um papel fundamental para que hábitos saudáveis sejam valorizados.

Para a educação Infantil a responsabilidade cabe aos municípios que assim como os estados devem possuir um Conselho de Alimentação Escolar (CAE), um órgão autônomo e independente da Secretaria Estadual ou Municipal da Educação que é o responsável por fiscalizar a compra dos gêneros alimentícios, armazenamento, até a distribuição aos alunos. Também cabe ao CAE comunicar qualquer irregularidade identificada ao Fundo Nacional de desenvolvimento da educação (FNDE), ao Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e ao Ministério Público.

Segundo o Plano Nacional de Alimentação Escolar PNAE no mínimo 70% dos recursos enviados para a compra da alimentação escolar deverá ser gasto com produtos básicos, dando prioridade aos alimentos in natura isto é, alimentos do dia a dia, frescos e saudáveis. Estabelecendo um limite de no máximo 30% do recurso repassado para aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados. (SOBRE PNAE, 2018).

Observa-se com a criação das diversas Leis promulgadas nos últimos anos, que o legislativo tem intensificado a implementação de estratégias para a realização de trabalhos referente à alimentação nas escolas. Pretende-se com a educação alimentar na educação infantil, promover o comportamento alimentar sadio, logo nos anos de construção das preferências.

A Educação Infantil permite que a criança se desenvolva de forma espontânea. Muitas crianças criam laços afetivos com os seus professores e com os demais atores que compõem a comunidade escolar. Há crianças que apreendem certos conceitos nas escolas e reprimem comportamentos vistos por eles como inadequados em diversos ambientes do seu convívio. É notório que as crianças costumam se envolver facilmente em atividades coletivas e são propícia a imitar comportamentos, se uma criança se alimenta inadequadamente as outras tendem a querer os mesmos alimentos. As crianças costumam propagar, repercutir o que assimilam em suas vivências no ambiente escolar, desta forma é substancial que se entenda que o trabalho realizado necessita de uma boa elaboração que garantirá acréscimos na qualidade de vida dos alunos, que resultara também em acréscimo de “vida” aos anos.

Sobre hábitos errados de alimentação adquiridos na infância que acarretarão profundos desgastes na saúde Balbach e Boarim (1992, p. 12) dizem que:

[...] as crianças que usam muitas guloseimas, bebidas, sorvetes, etc., tendem especialmente a sofrer de má nutrição crônica, mesmo que sejam ‘gordinhas’, porque estes produtos, falsamente chamados de ‘alimentos’, são muito pobres em vitaminas, minerais e proteínas, contendo apenas calorias vazias. O consumo excessivo de açúcar na forma de guloseima é causa direta de cárie dentária e pode desencadear muitas doenças de metabolismo. Os obesos precisam saber, por sua vez, que excesso de peso significa excesso de trabalho para o coração, e uma diminuição muito provável do tempo e da qualidade de vida [...]

Os autores ainda dizem acreditar que “o maior problema nutricional da humanidade é a má nutrição e não a desnutrição”, pois, observam que “[...] há quem ingira muitos alimentos assados, fritos e cozidos, sem ingerir quase nada de frutas e verduras frescas”. (BALBACH; BOARIM, 1992).

Mediante as declarações pode-se concluir que a alimentação escolar é uma importante política estratégica para o enfrentamento de problemas sociais relacionados à nutrição precária decorrente da má alimentação. Sendo assim, é fundamental que o espaço escolar seja lugar de conscientização e comprometimento. Os educadores devem instruir seus alunos de formar a apresentar a educação alimentar e nutricional como tema importante para a sua sobrevivência. As propostas devem se estender a toda comunidade escolar, principalmente às famílias, pois pais conscientes são mais comprometidos com a qualidade dos alimentos que sua família vai comer.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram desenvolvidos com base nos seguintes tópicos: as preferências alimentares dos alunos da Educação Infantil, na Creche Sebastiana Sobreiro Oliveira; a influência de uma boa alimentação para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e detecção dos motivos da rejeição das crianças pelos alimentos nutritivos, na Educação Infantil; estratégias de incentivo no consumo de alimentos saudáveis na escola campo. Distribuídos respectivamente.

As entrevistas foram realizadas com as gestoras, geral e adjunta e duas professoras, correspondendo respectivamente as professoras das turmas 2 A e 2 B.

1) Quantas refeições são ofertadas pela escola?

Gestora 1- A escola oferece três refeições diárias que correspondem ao lanche da manhã, almoço e o lanche da tarde.

2) Sobre o cardápio utilizado pela escola, existe sugestão ou acompanhamento de algum nutricionista?

Gestora 2- A escola segue um cardápio nacional, sugerido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ele é elaborado por duas nutricionistas da SEMED. O número do CRN de ambas está disponível no cardápio que indica a alimentação a ser seguida em cada dia da semana e em cada momento das refeições oferecidas: lanche da manhã, almoço, lanche da tarde. Além disso, aceitamos frequentemente estagiárias do curso de nutrição que fazem o acompanhamento individual das necessidades nutricionais dos alunos.

3) Existe parceria com agricultores locais, para a doação de frutas, legumes e verduras para a escola?

Gestora 1- Existe o processo de Licitação entre os agricultores da agricultura familiar, e a Prefeitura de Paço do Lumiar. Quem atende a escola é Horta do Iguaiaba. Toda segunda-feira chega à escola hortaliças, frutas, verduras e legumes a serem consumidos durante as refeições da semana.

4) Existe algum projeto para uma palestra ou reunião objetivando a conscientização dos pais ou responsáveis sobre a importância da aquisição de bons hábitos alimentares ainda na infância?

Gestora 2- Ainda não realizamos nenhuma palestra. Entretanto, já ocorreu uma reunião de conscientização com os pais sobre a importância da alimentação saudável. Ficou esclarecido que a escola oferece em termos qualitativos, uma excelente alimentação aos alunos, visto que segue o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A escola teve a oportunidade de comprovar aos pais através de imagens que cumpre as exigências. Também disponibilizou o acesso ao cardápio oferecido, que fica fixado na recepção, onde todos podem observar que as refeições oferecidas foram elaboradas para suprir todas as necessidades nutritivas dos alunos.

Figura 1 – Cardápio integral 2018 seguido pela Creche Sebastiana Sobreiro Oliveira

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CARDÁPIO INTEGRAL 2018 – CRECHE / ED. INFANTIL			
DIA DA SEMANA	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
	LANCHE DA MANHÃ	ALMOÇO	LANCHE DA TARDE
2ª FEIRA	Mingau de Tapioca com Coco	Espaguete de carne com molho de tomate → Servir Suco de Fruta	Suco de Frutas + Pão com Margarina
3ª FEIRA	Leite com Achocolatado + Pão com margarina	Galinhada + Feijão → Servir Suco de Fruta	Mingau de Tapioca com Coco
4ª FEIRA	Vitamina de Banana → Acrescentar Avela em Flocos	Sopa de carne com macarrão, legumes e verduras	Leite com Achocolatado + Biscoito Salgado
5ª FEIRA	Suco de Fruta + Biscoito Salgado	Arroz de vinagreira + Frango ensopado com couve + Salada de pepino com tomate → Servir Fruta	Mingau de Avela
6ª FEIRA	Mingau de Milho Verde	Sopa de Feijão com macarrão, legumes e verduras	Vitamina de Mamão → Acrescentar Avela em Flocos

Energia	CHO	PTN	LIP	Fibras	Vit. A	Vit. C	Ca	Fe	Mg	Zn
658 kcal	115,1g	21,5g	16,9g	13,1g	210,3µg	12,1mg	351,3mg	4,1mg	55,8mg	2,3mg

Aline Cristina Nunes dos Reis Rafaella Muniz Ribeiro Farias
 Nutricionista – CRN 15346 Nutricionista – CRN 6440

5) Os alunos costumam trazer alimentos de casa para o consumo na escola? Em caso afirmativo quais alimentos os alunos mais trazem?

Professora 1- Algumas vezes. Mesmo conscientes de que não há necessidade, alguns pais costumam enviar para o lanche salgadinhos de milho, bolinhos industrializados, achocolatados de caixinha. Mas combinamos que não devem enviar refrigerante, se enviam é jogado fora.

Professora 2- Não. Os pais foram esclarecidos que não há necessidade do envio de alimentos para a escola, pois os alimentos aqui ofertados são de boa qualidade e nutritivos, diferentemente dos alimentos industrializados.

6) Durante os horários das alimentações, os professores costumam fazer alguma menção sobre a importância da alimentação para o bom desenvolvimento das crianças?

Professora 1- Geralmente não. As refeições costumam ser servidas em horário único para todas as turmas, no refeitório da escola. Devido ao acúmulo de crianças, nós professoras preferimos apenas observar, contudo quando há uma atividade programada sobre alimentação, antes de o lanche ser servido, costumam solicitar a atenção dos alunos para a explicação a respeito da importância da alimentação saudável.

Professora 2- Não. Somente quando se tem alguma atividade programada.

Figura 2 – Professoras e alunos durante o horário de refeição



Fonte: A autora, 2018.

- 7) Quais os alimentos consideráveis saudáveis são mais aceitos pelos alunos?
Professora 1- Algumas frutas. As preferidas são banana e melancia.
Professora 2- Frutas.
- 8) Quais os alimentos consideráveis saudáveis são mais rejeitados pelos alunos?
Professora 1- Verduras e legumes. Apesar de insistirmos para que comam a rejeição é muito grande.
Professora 2- Verduras e legumes. Geralmente são separadas, quando provam cospem. A grande maioria não gosta.
- 9) Sobre os alimentos industrializados, a escola trabalha de alguma maneira a informação sobre a importância de evitá-los?
Professora 1- Ainda não. Uma boa sugestão para um trabalho futuro.
Professora 2- Não. Até o momento não foi repassado nenhum planejamento que incluía nos trabalhos pedagógicos os malefícios dos alimentos industrializados.
- 10) De que forma a equipe pedagógica trabalha ou pretende trabalhar com os alunos para incentivá-los sobre o consumo de frutas, legumes e verduras?
- 11) **Gestora 2-** A escola tem realizado diversas atividades sobre alimentação saudável, inclusive essa semana de 16 a 20 de outubro está sendo comemorada pela escola a Semana da Alimentação Saudável. Geralmente, as atividades são programadas tanto para o coletivo (culminância) quanto para o individual (cada professor traça a sua metodologia de ensino) que incluem: preparação de salada de frutas, sucos, piquenique, contação de história com estudo do formato, cores e benefícios das frutas para a saúde, incentivando de forma lúdica o consumo de frutas, verduras e legumes.

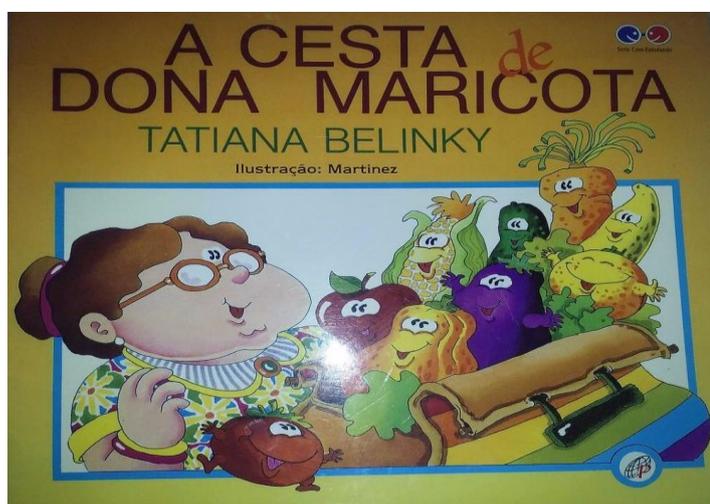
Figura 3 – Realização de atividade pedagógica sobre alimentação saudável



Fonte: A autora, 2018.

Professora 1- Estamos trabalhando com o livro *A Cesta de Dona Maricota*. Nesse livro, os alimentos provocam e apresentam as vantagens nutritivas de se comer cada fruta. A turma também tem um projeto a ser realizado ao final do ano de 2018, onde irá apresentar mais um trabalho sobre alimentação saudável com outro livro a ser escolhido futuramente.

Figura 4 – Livro utilizado como referência nas atividades da semana da alimentação saudável



Professora 2- Hoje, dia 17 de outubro de 2018, preparamos salada de frutas para o lanche da manhã dos alunos da nossa turma. Durante o preparo, trabalhamos as cores, os formatos e os benefícios de cada fruta.

Gestora 1- Já temos uma programação para o ano de 2019, que inclui o projeto: *Frutas e Verduras Sabores e Saúde Pra Valer*. Que entre as propostas está a de levar as crianças para uma visita à Horta do Iguaiaba (horta da qual provem as hortaliças, frutas, verduras e legumes consumidos na merenda da escola) e contação de histórias com livros que trazem a alimentação como tema.

Entrevista com os alunos da escola campo na data da coleta: 17/10/2018.

Foram selecionados conforme amostra de alunos presente no dia da aplicabilidade do questionário. Contudo, estavam presentes 10 alunos, sendo 5 da turma Creche 2A e 5 da turma Creche 2B.

Em relação à idade, foram entrevistados alunos entre dois anos e três anos, que foram distribuídos em 5 alunos de 2 anos e 5 alunos de três anos. Sendo 7 do sexo masculino e 3 do feminino.

Tabela 1 – Percepção da preferência alimentar líquida para beber?

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Água	0 aluno		
Suco	2 alunos	2 anos (1) 3 anos (1)	Mas (1) Fem (1)
Refrigerante	2 alunos	2 anos (2)	Mas (2)
Chocolate	4 alunos	2 anos (2) 3 anos (2)	Mas (2) Fem (2)
Leite	2 alunos	3 anos (2)	Mas (2)

Fonte: A autora, 2018.

Na análise sobre a preferência líquida, percebe-se que nenhum aluno optou por água, líquido indispensável para a hidratação do corpo, e funcionamento de órgão e aparelhos do corpo humano, entretanto insípido. As crianças optaram por líquidos doces, destacando a preferência por chocolate. Cabe salientar, que a escola oferece o achocolatado no cardápio de lanches duas vezes na semana, desta forma, o alimento é frequentemente consumido pela amostra pesquisada.

Tabela 2 – A preferência alimentar para ingestão como lanche

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Mingau	1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)
Banana	1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)
Salgadinho de milho	4 alunos	2 anos (2) 3 anos (2)	Mas (3) Fem (1)
Biscoito recheado	3 alunos	3 anos (3)	Mas (2) Fem (1)
Maçã	1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)

Fonte: A autora, 2018.

Na opção preferência alimentar para o lanche, a minoria optou pelos lanches considerados saudáveis e nutritivos, no caso as frutas (banana e maçã) e o mingau. O salgadinho de milho, alimento com alto teor calórico, rico em sódio, foi o mais citado pelos alunos.

Tabela 3 – Preferência alimentar no almoço

		QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Carne		1 aluno	3 anos (1)	Fem (1)
Ovo		2 alunos	2 anos (1) 3 anos (1)	Mas (1) Fem (1)
Frango		3 alunos	2 anos (2) 3 anos (1)	Mas (2) Fem (1)
Salsicha		1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)
Peixe		3 alunos	2 anos (1) 3 anos (2)	Mas (3)

Fonte: A autora, 2018.

Quanto a possíveis refeições ofertadas no almoço, as preferências dos alunos foram pelas carnes brancas (frango e peixe). O frango é opção de almoço no cardápio da escola duas vezes na semana. A carne e a salsicha (carne processada) foram minorias na preferência em destaque.

Tabela 4 – Alimentos de preferência pela criança com relação ao sabor

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Arroz	2 alunos	3 anos (2)	Mas (1) Fem (1)
Feijão	0 aluno		
Batata frita	5 alunos	2 anos (3) 3 anos (2)	Mas (4) Fem (1)
Sopa	0 aluno		
Macarrão instantâneo	3 alunos	2 anos (2) 3 anos (1)	Mas (2) Fem (1)

Fonte: A autora, 2018.

Em relação ao sabor dos alimentos destacados na tabela 4, a batata frita foi o alimento considerado mais saboroso da metade dos alunos pesquisados. Nessa análise, cabe destacar, que nenhum dos alunos optou por feijão e sopa, alimentos considerados ricos em nutrientes e inseridos no cardápio escolar.

Tabela 5 – Preferência alimentar por sobremesa

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Iogurte	3 alunos	2 anos (1) 3 anos (2)	Mas (2) Fem (1)
Barra de chocolate	1 aluno	3 anos (1)	Fem (1)
Salada de frutas	1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)
Sorvete	3 alunos	2 anos (1) 3 anos (2)	Mas (2) Fem (1)
Uva	2 alunos	2 anos (1)	Mas (2)

Fonte: A autora, 2018.

Sobre possíveis alimentos consumidos após o almoço, a preferência foi por alimentos ingeridos normalmente gelados. O sorvete e o iogurte foram os preferidos pela amostra pesquisada.

Os dados até aqui apresentados, foram obtidos através da análise da escolha por alimentos preferidos dos alunos, com base em opções de uma lista apresentada pelo pesquisador.

Ao analisar a aceitação de alimentos em opção de gostar ou não gostar da ingestão de determinados alimentos os resultados obtidos foram:

Tabela 6 – Observação na ingestão de água

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Gosta	10 alunos	2 anos (5) 3 anos (5)	Mas (7) Fem (3)
Não Gosta	0 aluno		
Outros	0 aluno		

Fonte: A autora, 2018.

Todos os 10 alunos pesquisados afirmaram gostar da ingestão de água.

Tabela 7 – Preferência das crianças por sorvete

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Gosta	8 alunos	2 anos (3) 3 anos (5)	Mas (5) Fem (3)
Não Gosta	1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)
Outros	1 aluno	2 anos (1)	Mas (1)

Fonte: A autora, 2018.

Quanto ao agrado por sorvete, a maioria totalizando 8 alunos, disseram gostar do alimento. Apenas 1 aluno manifestou rejeição ao alimento. 1 aluno de 2 anos sexo masculino ficou confuso, quanto a gustação e disse não saber se gostava ou não de sorvete.

Tabela 8 – Preferência alimentar na ingestão das frutas

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Gosta	10 alunos	2 anos (5) 3 anos (5)	Mas (7) Fem (3)
Não Gosta	0 aluno		
Outros	0 aluno		

Fonte: A autora, 2018.

Em observação ao consumo das frutas, todos os alunos da amostra expressaram o gosto pela ingestão.

Tabela 9 – Preferencias das crianças por doces (bombons, jujubas, pirulitos)

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Gosta	10 alunos	2 anos (5) 3 anos (5)	Mas (7) Fem (3)
Não Gosta	0 aluno		
Outros	0 aluno		

Fonte: A autora, 2018.

Quanto aos doces (bombons, jujubas, pirulitos) não houve nenhuma rejeição. Os 10 alunos afirmaram satisfação ao consumo.

Tabela 10 – Percepção na ingestão de verduras e legumes

	QUANTIDADE	IDADE	SEXO
Gosta	5 alunos	2 anos (3) 3 anos (2)	Mas (4) Fem (1)
Não Gosta	3 alunos	3 anos (3)	Mas (1) Fem (2)
Outros	2 alunos	2 anos (2)	Mas (2)

Fonte: A autora, 2018.

Sobre a satisfação na ingestão de verduras e legumes. Apenas 5 alunos falaram que gostam dos alimentos. 3 alunos afirmaram não gostar de nenhuma verdura ou legume enquanto outros 2 alunos, ambos de 2 anos disseram gostar apenas de cenoura e/ou batata.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos dados apresentados neste estudo pôde-se perceber a participação ativa da escola no intuito de promoção e estímulo a alimentação saudável das crianças, mediante aos diversos projetos mencionados. O cardápio seguido pela escola traz a oferta de frutas, verduras, legumes e hortaliças conforme é proposto pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Entretanto, nas amplas propostas educativas, nota-se uma carência quanto à participação dos pais nos projetos alimentares, visto que não houve convocação para o envolvimento deles em nenhum dos projetos realizados até o presente momento.

Quanto à percepção dos hábitos alimentares, nota-se grande predileção por alimentos, industrializados. No referente aos alimentos in natura, as frutas e carnes aparecem de forma aceitáveis, não de forma preferencial. As verduras, legumes e hortaliças são os alimentos in natura mais rejeitados pelas crianças, sendo que alguns alunos afirmaram não gostar da ingestão de nenhum alimento relacionado a essa categoria.

Diante do exposto, este estudo constata que apesar da instituição escolar desenvolver um bom trabalho de incentivo a aquisição de bons hábitos alimentares, há extrema necessidade da inserção da família nos projetos de conscientização sobre a importância da alimentação saudável na infância. A interação da relação família e escola potencializará o trabalho educativo de forma a facilitar o alcance dos objetivos, tornando concreto, significativo e prático os propósitos planejados para a aquisição de uma alimentação saudável ainda na educação infantil.

REFERÊNCIAS

BALBACH, Alfons; BOARIM, Daniel S. F. **As hortaliças na medicina natural**. 1 ed. São Paulo: Editora Missionaria, 1992.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Ementa Constitucional**, Nº 64 de 4 de fevereiro de 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**, Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

_____. **Lei Nº 10342 de 20 de outubro de 2015**.

_____. sobre a estratégia Nutri SUS. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/promocao-da-saude/nutrisus>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CECCON, Claudius; CECCON Jovelina Protasio. **A creche saudável: educação Infantil de qualidade**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

IRAIA, Clarissa Hoffman; FERNANDEZ, Patrícia Martins. **Peso saudável, manual para escolas: a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis**. Brasília, DF: Universidade de Brasília/Campus Universitário Darcy Ribeiro/ Faculdade de Ciências da Saúde, 2001.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. Brasília, DF: Alinea, 2001.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. **Krause-alimentos, nutrição e dietoterapia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MELO, Flávia. **Nutrição aplicada à enfermagem**. Goiânia: AB, 2005.

PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 7 abr. 2018.

SEMED-PAÇO DO LUMIAR. A Creche Sebastiana Sobreiro Oliveira. Disponível em: <http://www.pacodolumiar.ma.gov.br/noticia/prefeito-dutra-inaugura-creche-e-diz-que-entregara-mais-quatro-ate-2018/236>. Acesso em: 18 abr. 2018.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

1) O que você prefere beber



Água



Suco



Refrigerante



Chocolate



Leite

2) Qual desses alimentos você mais gosta de comer no lanche?



Mingau



Banana



Salgadinho de milho



Biscoito recheado

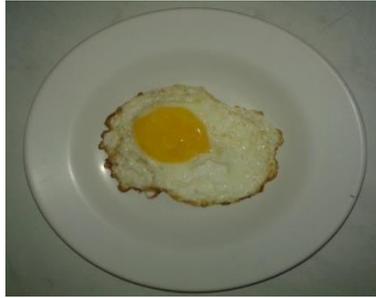


Maçã

3) No almoço você prefere comer?



Carne



Ovo



Frango



Salsicha



Peixe

4) Qual desses alimentos é mais gostoso para você?



Arroz



Feijão



Batata frita



Sopa



Macarrão Instantâneo

5) Qual alimento é para você mais delicioso?



Iogurte



Barra de Chocolate



Salada de frutas



Sorvete



Uva

6) Sobre água, você:



gosta

não gosta

outros

7) Sobre sorvete, você:



gosta

não gosta

outros

8) Sobre as frutas, você:



gosta não gosta outros

9) Sobre doces (bombons, jujubas, pirulitos) você:



gosta não gosta outros

10) Sobre verduras e legumes, você:



gosta não gosta outros

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO – IESF**Recredenciado pela Portaria do MEC Nº. 725, de 20 de julho de 2016,
publicado no D.O.U de 21 de julho de 2016
Renovação de Reconhecimento pela Portaria Nº 271, de 3 de abril de 2017,
publicado no D.O.U de 4 de abril de 2017**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar como voluntário desta pesquisa cujo título é: **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA OBSERVAÇÃO SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ALUNOS DA CRECHE ESCOLA SEBASTIANA SOBREIRO OLIVEIRA EM PAÇO DO LUMIAR-MA.** Leia atentamente as informações e termos abaixo:

1. **Objetivo geral:** Compreender de que forma a Creche Escola Sebastiana Sobreiro Oliveira promove a alimentação saudável e nutritiva durante o processo de desenvolvimento e crescimento dos seus alunos, focando assim a importância que a mesma tem no âmbito educativo e cultural e a mesma estará sob a responsabilidade do(a) Professor(a) Vera Lucia Lopes Barros.
2. **Sua participação na pesquisa:** você participará de entrevista sobre assuntos relacionados **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA OBSERVAÇÃO SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ALUNOS DA CRECHE ESCOLA SEBASTIANA SOBREIRO OLIVEIRA EM PAÇO DO LUMIAR-MA.** É importante que você responda a **TODAS** as questões.
3. **Seus direitos como participante:** você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O(s) pesquisador (es) irá (ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.
4. Ressaltamos que sua contribuição trará benefícios para a sociedade e a comunidade acadêmica, na medida em que estaremos, através da pesquisa, contribuindo com a resignificação das práticas pedagógicas dos professores na graduação.
5. **A metodologia utilizada na pesquisa:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Bibliográfica pela necessidade de se recorrer a uma vasta literatura, livros, periódicos, revistas, hipertextos entre outros, para elaboração do marco teórico do trabalho, confrontando as informações com a realidade encontrada no campo, considerando que o objeto investigado é algo concreto que necessita de investigação *in loco*, que será realizada mediante a aplicação de entrevistas.
6. Em nenhum momento sua identidade será revelada. Os resultados da pesquisa serão publicados em revista científicas e periódicos e ainda assim a identidade dos pesquisados será preservada.
7. **Declaração da participante ou do responsável pela participante:** eu declaro que fui informada dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas, podendo em qualquer momento solicitar novas informações ou retirar meu consentimento. Os pesquisadores certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.
8. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa entrar em contato com: Coordenadoria de TCC do IESF ou com o Comitê de Ética da referida instituição.

Paço do Lumiar, ____ de ____ de 20____

Assinatura dos(as) Universitários(as)_____
Assinatura e autorização do responsávelCNPJ: 10.187.537/0001-66 - Av. 14, Quadra 02, Lote 18 e 19 - Maiobão - Paço do Lumiar - MA - 65.130-000
Fone: 3274-3204 E-mail: ouvidoria@iesfma.com.br
www.iesfma.com.br

AUDITORIA, UMA FERRAMENTA DE GESTÃO: perspectivas da TCM

AUDIT, A MANAGEMENT TOOL: perspectives of TQM

Francisco de Paula Melo Junior*

RESUMO

Este artigo tem como base o estudo em auditoria, tratando está como ferramenta para gestão e a melhoria contínua que a mesma proporciona para empresa e também como o administrador deve lidar com os resultados apresentados em auditorias. Para tal, serviu-se de dados auditorias como o PROCEM (programa de Certificação de Empresas), ISO 9001:2015 (Auditorias de Gestão d a Qualidade) e Auditorias Internas em empresas que usam o sistema de Gestão da Qualidade, mesmo sem a certificação, tendo em vista estabelecer um panorama mais completo sobre a questão do uso desta ferramenta como modelo de desenvolvimento contínuo. Observou-se também a literatura de auditores, consultores e empresários do ramo de gestão de empresas, para que pudesse se compreender de que forma a auditoria contribui para o crescimento da empresa, como e o que se pode conceituar como auditoria e que mudanças tendem a ocorrer a medida em que se configuram os interesses de clientes e fornecedores, em especial no tocante ao nível de educação daqueles que buscam pleitear um produto ou serviço que satisfaçam suas necessidades. Este artigo tem como objetivo geral demonstrar que a auditoria, utilizando a perspectiva da Gestão da Qualidade Total, serve como ferramenta para a tomada de decisão do gestor, agregando informações e indicadores para a melhoria contínua da empresa. Para tanto foi utilizada a metodologia qualitativa, visto que por meio de pesquisa bibliográfica e modelos de auditoria como o PROCEM, foi possível esclarecer a necessidade das auditorias no desenvolvimento da empresa. Os resultados apresentados aqui trazem para análise as demonstrações dos resultados pesquisados e que conseguem demonstrar a importância da auditoria para uma gestão eficaz.

Palavras-chaves: Gestão. Auditoria. Qualidade.

ABSTRACT

This article is based on an audit study, treating this as a tool for management and continuous improvement that it provides for the company and also how the administrator should deal with the results presented in audits. To this end, audits have been carried out, such as PROCEM (Corporate Certification Program), ISO 9001: 2015 (Quality Management Audits) and Internal Audits in companies that use the Quality Management system even without certification. In order to establish a more complete picture on the use of this tool as a model of continuous development. It was also observed the literature of auditors, consultants and entrepreneurs in the field of business management, so that one could understand how the audit contributes to the growth of the company, and what can be conceptualized as an audit and what changes tend to the extent to which the interests of customers and suppliers are configured, especially regarding the level of education of those who seek to claim a product or service that meets their needs. This article has as a General Objective to demonstrate that the audit, using the perspectives of Total Quality Management, serves as a tool for the manager's decision making, adding information and indicators for the continuous improvement of the company. For this purpose, the qualitative methodology was used, since through bibliographic research and audit models such as PROCEM, it was possible to clarify the need for audits in the development of the company. The results presented here provide for the analysis of the results of the results and that demonstrate the importance of the audit for an effective management.

Keywords: Management. Audit. Quality.

* Graduação em Administração em Empresa com Ênfase em Análise de Sistemas pela Faculdade Atenas Maranhense (2008). Especialista em Auditoria ISO 9001, Coaching Education e Designer Thinker. Pós-graduado em Auditoria, Controladoria e Finanças pelo Faculdade Excellence. Administrador de Empresas, especialista em auditoria, consultor de sistemas de gestão integrada. Docente do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: adm.franciscojunior@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a era da inovação, o cenário das empresas está constantemente em evolução. O avanço tecnológico exige que gestores tenham um posicionamento assertivo em suas decisões e com isso agregam valor aos seus negócios.

Para tanto, a capacidade de tomada de decisão correta está diretamente ligada a informação, como ela foi organizada e analisada e, principalmente, como vai ser usada. Para ter a informação correta, no momento correto e usá-la da forma correta, o gestor precisa utilizar ferramentas que possibilitem atender as demandas que o mercado exige, com a velocidade de resposta na tomada de decisão exigida por clientes, fornecedores, enfim todos os *stakeholders*.

A auditoria é uma ferramenta importante para uma gestão eficaz sob a perspectiva da Gestão da Qualidade Total? Comprovar esta hipótese é a base deste artigo, para tanto percebe-se que o processo de auditoria tem relevância para a melhoria contínua dos processos, permitindo ao gestor coletar, registrar e analisar dados dos mesmos. O objetivo geral é demonstrar a importância da Auditoria para a tomada de decisão do gestor e como consequência a melhoria contínua dos processos. Tem-se como objetivos específicos estabelecer um padrão de controle e análise de dados por meio da auditoria, como também caracterizar a auditoria como processo ativo na empresa para que todos estejam envolvidos na política determinada pela gestão.

Como justificativa, fica claro a necessidade de uma ferramenta que consiga, de forma transparente, favorecer a gestão diante de um cenário de mercado altamente voltado para a eficácia nas decisões, sem perspectivas de erros, por se tratar de um mercado globalizado e competitivo. Sendo que o gestor não pode ser um mero espectador das atividades desenvolvidas na empresa, tendo que atuar, como gerenciador dos programas de auditoria para que a mesma atinja os objetivos propostos.

Assim, tem-se como problema de pesquisa comprovar a importância da auditoria para a gestão das empresas, como ferramenta para gerar informações e padronizar os processos, melhorando continuamente suas atividades. Almeja-se elucidar acerca da relação entre os resultados e informações obtidos nas rotinas da empresa e os apresentados em auditorias, para certificar que por meio da auditoria o gestor tem uma informação mais clara e precisa da realidade dos processos.

Dessa forma, se faz preciso verificar se estas ferramentas são capazes de eliminar as desinformações que acontecem no ambiente de trabalho, para tanto utiliza-se o modelo de auditoria para verificar se as informações estão condizentes com a realidade da rotina de trabalho. Essa ferramenta auxilia o gestor e deve proporcionar maior facilidade de comparação de dados que são gerados nas operações das empresas, permitindo ao gestor velocidade na tomada de decisão.

Procura-se também examinar como está o mercado de auditorias para os profissionais que atuam tanto em auditoria interna como em auditoria externa, para tal, observou-se os dados apresentados pela os institutos que realizam certificações (INMETRO, PROCEM) e empresas que buscam a gestão da qualidade em suas rotinas para a melhoria contínua dos processos. Para tanto utiliza-se os dados fornecidos pelos institutos citados e relaciona-se os mesmos com a nova realidade do mercado.

2 AUDITORIA

Auditoria pode ser conceituada como “[...] processo independente, sistemático, analítico e é responsabilidade da organização prover auditorias internas em intervalos planejados para prover informações sobre o sistema de gestão”, tal como determina a Norma ISO 9001:2015 (2015). Dessa forma busca-se compreender como a auditoria deverá atuar na empresa, independente, ou seja, não deverá o gestor da área auditar seu próprio processo, sistemático, pois deverá acontecer em períodos determinados e planejados, assim as coletas de dados serão importantes para que o gestor utilize das mesmas para sua tomada de decisão.

É importante desassociar auditoria de inspeção, ou investigação,

A auditoria atua de forma planejada e orientada pelas informações que a empresa determina como necessária para o desenvolvimento dos seus processos, analisando se os mesmos estão conforme os requisitos determinados pela própria organização, com base em análise aos requisitos dos clientes e do mercado, como relata Norma ISO 9001:2015 (2015).

A auditoria não evidencia sozinha se o processo está de acordo com os resultados esperados, pois é uma atividade que necessita de planejamento, determinando porque, o que e como deverá ser auditado os processos. As evidências objetivas encontradas nas auditorias são constatadas por meio de comparação com os procedimentos descritos dos processos internos, das normas reguladoras e da

NBR ISO 9001:2015, com as atividades realizadas pela empresa. A organização é responsável por “[...] planejar, estabelecer, implementar e manter um programa de auditoria interna, pois deve levar em consideração a importância dos processos, mudanças que afetam a organização e os resultados de auditorias anteriores” como afirma a Norma ISO 9001:2015 (2015).

Segundo a Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) “Um programa de auditoria pode incluir uma ou mais auditorias, dependendo do tamanho, natureza e complexidade da organização a ser auditada”. Portanto, deve-se considerar a finalidade de realizar a auditoria, como propósito de evidenciar conformidades dos processos realizados e considerar, de acordo com a empresa, como ela está atendendo as necessidades dos clientes. Considera-se a auditoria como uma fonte de dados que irá auxiliar o gestor na sua tomada de decisão, ela deve ser programada de acordo com as necessidades da empresa, isto faz com que os envolvidos na auditoria possam realizar seu planejamento dentro dos critérios estabelecidos no programa de auditoria.

Os envolvidos no processo de auditoria são os auditores, os auditados e os clientes, sendo que cada um tem papel de ação que interferem no resultado do processo. Os clientes são os interessados no relatório de auditoria, sendo estes contratantes ou não, os auditados são os funcionários ou clientes que responderão à auditoria, demonstrando dados como evidências objetivas e os auditores são os profissionais capacitados pela execução da auditoria. Segundo a NBR ISO 19011:2002 (2002) quando a auditoria for declarada viável, “[...] convém que uma equipe da auditoria seja selecionada levando em conta a competência necessária para alcançar os objetivos da auditoria”. Assim, o responsável por conduzir a auditoria é o profissional, auditor que realizou um curso específico para tal, assim chamado de auditor líder, ou Lead Assessor (curso de auditor externo) ou auditor Interno (curso de auditor interno), sendo que o primeiro pode atuar tanto como auditor interno como auditor externo. O auditor bem preparado e com espírito de liderança, desenvolve uma auditoria sem adversidades e obtém resultados que foram planejados para a auditoria.

Portanto, o curso de auditor torna-se requisito obrigatório para a atuação do mesmo. Carvalho (2012) afirma que “[...] além de ser aprovado no curso de auditoria, o

auditor deverá acompanhar no mínimo três auditorias desde o planejamento até a preparação do relatório para estar apto para realizar auditorias”.

Torna-se necessário evidenciar que para ser um auditor não precisa ter uma graduação específica, porém o conhecimento em Normas Técnicas na área que irá atuar é de fundamental importância, principalmente se o desejo é atuar como um profissional em auditorias. “É de responsabilidade da organização selecionar auditores para assegurar a objetividade e imparcialidade do processo de auditoria” como relata a Norma ISO 9001:2015 (2015). A empresa precisa certificar-se da capacidade do profissional para realizar a auditoria, comprovando sua competência por meio de evidências objetivas de certificado do curso e experiência em auditorias, realizando ou acompanhando. Além disso, torna-se necessário avaliar sua performance, para garantir a capacidade do mesmo nas constatações declaradas em relatório de auditoria.

2.1 Auditoria interna

Dentro de uma organização, as atividades, ou rotinas administrativas geram dados que devem ser analisados, tratados e transformados em informação para que o gestor tenha uma tomada de decisão mais assertiva, a auditoria interna é uma ferramenta que auxilia para a transformação destes dados em informação para o gestor, sendo a mesma um processo independente seus relatórios irão expressar a realidade das rotinas de acordo com conformidade encontrada com seus procedimentos.

Conforme indica Dias (2016), “[...] auditoria interna compreende um conjunto de atividades planejadas e desenvolvidas com o objetivo de verificar a conformidade de sistemas com relação a requisitos estabelecidos para fins específicos”, isto garante ao gestor a informação necessária para a melhoria contínua dos seus processos, porém, vale ressaltar que a periodicidade, a intencionalidade e, principalmente, a independência, são pilares fundamentais para a seguridade da informação.

A auditoria interna pauta-se nos procedimentos determinados pela organização para garantir a qualidade nas suas rotinas, gerando assim a satisfação do cliente e consequente aumento na lucratividade. São os procedimentos que determinam como os funcionários atuarão nos processos, sendo fator determinante para determinar a competência necessária para atuar. Os procedimentos apoiam e determinam o que fazer e qual o resultado esperado pelo processo, assim o relatório da auditoria interna estará pautado na conformidade entre o procedimento, a norma de referência, as ações apresentadas e os requisitos legais referentes ao processo. A auditoria interna apresenta como resultado do seu processo um relatório que determina se as evidências objetivas encontradas estão em conformidade ou não com os critérios de auditoria determinados. Estas evidências objetivas devem ser relatadas e tratadas para determinar a extensão pela qual ela influencia no desenvolvimento do processo para atingir o objetivo proposto pela empresa. Estas constatações é o objetivo principal das auditorias, por meio delas os gestores orientam-se para a melhoria contínua dos processos e a garantia da satisfação do cliente. “Os elementos fundamentais de uma auditoria interna incluem a determinação da conformidade com o objetivo determinado pela organização, sendo objeto de análise pelo gestor para melhorar continuamente seus resultados”, conforme afirma a Norma ISO 9001:2015 (2015).

Tais evidências resultam em conformidades, não conformidades ou oportunidades de melhoria que serão relatadas pelo auditor como declaração de constatações de auditoria. As conformidades são os processos realizados adequadamente ao processo com um grau de melhoria identificado a cada auditoria realizada, as não conformidades são as evidências que estão em desacordo entre as evidências encontradas e os critérios de auditoria determinados,

sendo necessário a abertura de planos de ação corretivas e as oportunidades de melhoria são evidências de conformidade que podem prover melhoria aos processos, sendo necessário abrir planos de ação de melhoria e executa-las conforme determinado no relatório do auditor.

Norma ISO 9001:2015 (2015) afirma que “[...] a organização deve analisar e avaliar dados e informações apropriados provenientes de monitoramento e medição”. Com isso, percebe-se que os relatórios de auditoria interna apresentados aos responsáveis pelo processo e suas ações serão analisadas e validadas, sendo verificada novamente sua conformidade nas próximas auditorias. Porém, todo plano de ação deve ser avaliado e determinado para a eficácia da ação. Mudanças no sistema de gestão decorrentes das ações aplicadas serão evidenciadas como melhoria contínua.

2.2 O Ciclo do PDCA (planejamento, execução, controle e ação)

Segundo relata Attie (2011), “[...] as auditorias devem ser planejadas e implementadas de forma a assegurar a abrangência de todos os elementos das diretrizes de garantia de qualidade fixada e devem seguir determinações da norma aplicável”. Assim, a forma de planejamento da auditoria deve ter como parâmetro as atividades executadas na organização em conformidade com os requisitos determinados pela organização, pelo cliente e por requisitos legais. Para tanto, o gestor precisa compreender como seus processos interferem na satisfação do cliente e determinar o escopo da auditoria com base nesta análise.

Como forma de estabelecer a auditoria com uma periodicidade estabelecida, faz-se necessário criar um programa de auditoria para estabelecer entre outras coisas, o objetivo da auditoria, escopo e estrutura da auditoria, quem será a equipe de auditoria, suas competências e os recursos necessários para a execução da mesma. A Norma NBR ISO 19011:2012 (2012) afirma que “convém que o programa de auditoria inclua informações e recursos necessários para organizar e realizar suas auditorias de forma eficaz e eficiente dentro de um período de tempo específico”. O planejamento de uma auditoria representa a estruturação do desenvolvimento da auditoria, cabe ao auditor organizar documentos, material que irá utilizar durante a realização da auditoria, critérios de evidências que serão comparados às evidências encontradas. A eficácia e eficiência da auditoria está diretamente ligada ao seu planejamento, portanto o auditor deve considerar todos os pontos declarados pelo cliente de auditoria para melhorar seu programa de auditoria e atender os objetivos da mesma.

A execução da auditoria será realizada a partir do contato inicial com o auditado, segundo a Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) “[...] o contato inicial com o auditado para a realização da auditoria pode ser informal ou formal, mas convém que seja estabelecido pelos designados com a responsabilidade para gerenciar o programa de auditoria ou o líder da equipe da auditoria”. Compreende-se assim que o contato é realizado para confirmar o escopo da auditoria e identificar o plano de ação para a realização da auditoria. As dúvidas sobre o programa planejado devem ser sanadas antes da reunião de abertura para evitar conflitos durante a execução da auditoria.

Será realizada uma reunião de abertura para que seja confirmada o plano de auditoria, confirmar canais de comunicação e fornecer ao auditado um momento de realizar perguntas. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) afirma que “[...] convém que uma reunião de abertura seja realizada com a direção do auditado ou, onde apropriado, com o responsável pelas funções ou processos a serem auditados”. Este requisito tem como função confirmar, por meio de um responsável da empresa e auditor os critérios que serão avaliados na auditoria, fazendo com que a execução da auditoria atenda às necessidades do programa definido.

O Controle da auditoria está focada por meio da comunicação estabelecida para o desenvolvimento da mesma. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) afirma que:

Convém que o líder da equipe da auditoria periodicamente comunique o progresso da auditoria e qualquer preocupação ao auditado e ao cliente da auditoria, como apropriado. Convém ainda que qualquer alteração no escopo seja negociada e resolvida durante a auditoria, para garantir o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Além da comunicação entre a equipe auditora e as partes interessadas, a auditoria deve ser controlada por meio do gerenciamento do programa de auditoria. Este processo ajuda a garantir o desenvolvimento da auditoria de acordo com o programa e atenda ainda os objetivos propostos.

Durante a execução da auditoria podem surgir divergências que devem ser sanadas, mas caso estas não sejam, o auditor deve prosseguir seu trabalho e relatar os fatos acontecidos. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) afirma que

[...] convém que os problemas significativos encontrados durante a auditoria e não resolvidos por divergência de opiniões entre a equipe de auditoria e o auditado sejam relatados. Convém que a comunicação seja verdadeira, precisa, objetiva, em tempo hábil, clara e completa.

As informações devem ser coletadas durante a execução da auditoria, porém, somente as informações que são verificáveis serão consideradas evidências de auditoria, vale salientar que mesmo com um plano bem definido, nem todas as informações pertinentes da empresa serão avaliadas, levando a mesma a considerar um elemento de incerteza que deve ser relatada no relatório de auditoria. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) aponta “[...] que a evidência de auditoria seja verificável. Ela geralmente é baseada em amostras das informações disponíveis, uma vez que uma auditoria é realizada durante um período de tempo finito e com recursos limitados”.

A integridade é um dos princípios de auditoria que leva o auditor a ser justo e observar as informações sem intencionalidade, de modo coerente e independente. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) afirma que:

Os auditores e a pessoa que gerencia um programa de auditoria realizem seu trabalho com honestidade, diligência e responsabilidade; observem e estejam em conformidade com quaisquer requisitos legais aplicáveis; demonstrem sua competência enquanto realizam o seu trabalho; desempenhem seu trabalho de forma imparcial, isto é, mantendo-se justos, e sem tendenciosidade em todas as situações.

Esses requisitos fazem parte dos princípios de auditoria e devem compor as atividades realizadas pelo auditor durante a auditoria para evitar conflitos.

As evidências encontradas serão confrontadas com os critérios estabelecidos e assim serão geradas as constatações de auditoria. Segundo a Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) “[...] constatações da auditoria podem indicar tanto conformidade quanto não-conformidade com o critério de auditoria. Quando especificado pelos objetivos da auditoria, constatações da auditoria podem identificar oportunidades para melhoria”. Como um dos princípios de auditoria a apresentação justa é o que se espera nas constatações de auditoria, pois a veracidade e precisão das informações da auditoria serão extremamente necessárias para a melhoria dos processos e para a garantia da satisfação do cliente.

A partir das constatações de auditoria serão abertas as ações referentes a auditoria realizada, cabendo a empresa a análise, formulação e ação, propriamente dita. A Norma NBR ISO 9001:2015 afirma que “[...] a organização deve determinar e selecionar oportunidades para melhoria e implementar quaisquer ações necessárias para atender a requisitos do cliente e

umentar a satisfação do cliente”. Entende-se, portanto, que, a partir do relatório, onde as constatações estão relatadas, a organização deverá estabelecer ações que corrijam e melhorem suas atividades para buscar com isso a satisfação do cliente.

2.3 Relatório de auditoria

O relatório de auditoria é considerado o documento que faz, como o próprio nome diz, o relato das constatações de auditoria. Porém, a importância do documento designa que o auditor líder seja o responsável pela preparação e conteúdo do relatório de auditoria. A partir do relatório o gestor tem formalizado, por meio de documento, as informações necessárias para uma tomada de decisão eficaz. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) afirma que

[...] o líder da equipe de auditoria relate os resultados da auditoria de acordo com os procedimentos do programa de auditoria. Convém que o relatório da auditoria forneça um registro completo, preciso, conciso e claro da auditoria.

Cabe então ao auditor líder relatar quais foram os objetivos da auditoria, seu escopo, as identificações de cliente e auditados, data, local, critérios, constatações e principalmente a conclusão da auditoria. Não cabendo no relatório termos complexos ou de leitura difícil, mas o auditor deve relatar ainda as divergências, caso aconteçam, e recomendações de melhoria. A emissão do relatório segue o estabelecido no programa de auditoria, cabendo ao auditor confirmar junto a direção, ou representante durante a reunião de abertura, como será a entrega do mesmo. Segundo a Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) “[...] convém que o relatório da auditoria seja emitido dentro do período de tempo acordado. Se isto não for possível, convém que as razões para a demora sejam comunicadas ao cliente da auditoria e convém que uma nova data seja acordada”. O relatório de auditoria é de propriedade do cliente, portanto todos os envolvidos no processo devem manter sigilo das informações relatadas, inclusive sobre a recomendação estabelecida no relatório.

2.4 Conclusão da auditoria

A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) indica que “[...] a auditoria está concluída quando todas as atividades descritas no plano da auditoria foram realizadas e o relatório da auditoria aprovado foi distribuído”. Vale ressaltar que o escopo da auditoria admite que nem todos os processos foram avaliados, portanto nem todas as informações da empresa está relatada.

A auditoria interna é, portanto, um controle administrativo cuja atribuição é verificar e avaliar a efetividade dos demais controles. Assim, podemos dizer que o objetivo geral do trabalho da auditoria interna consiste em prestar assistência a todos os membros da administração, no sentido de levar a um cumprimento eficiente de suas responsabilidades, proporcionando-lhes análises, avaliações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas. (ATTIE, 2011, p. 72).

Quanto ao conteúdo da auditoria, ao menos que por lei, nem um envolvido deve divulgar, ou comentar, as informações evidenciadas na auditoria. Quando alguma informação é solicitada por lei, o cliente e o auditado devem estar cientes da divulgação. A Norma NBR ISO 19001:2002 (2002) determina que:

Os auditores tenham discrição no uso e proteção das informações obtidas no curso de suas obrigações. Convém que as informações de auditoria não sejam usadas de forma inapropriada para ganhos pessoais do auditor ou pelo cliente de auditoria, ou de maneira prejudicial para o legítimo interesse do auditado.

A questão do sigilo como um dos princípios da auditoria, deve ser naturalmente realizada, para que ela tenha maior credibilidade.

2.5 Acompanhamento pós auditoria

O relatório de auditoria relata na sua conclusão ações corretivas ou de melhoria, de acordo com as evidências constatadas durante o processo. A organização deverá agir conforme indicação do auditor e analisar as causas da Não Conformidade relatada e tomar ação imediata para sanar tal efeito. A eficácia da ação poderá ser analisada em uma próxima auditoria.

A Norma NBR ISO 9001:2015 (2015) afirma que “[...] a organização deve executar correção e ações corretivas apropriadas sem demora indevida, assim garantirá a melhoria dos seus processos adequadamente”. Porém, vale diferenciar “correção” de “ação corretiva”, sendo a primeira a ação imediata para evitar um impacto maior da Não Conformidade encontrada, e ação corretiva é a análise da causa raiz do problema para evitar que o problema se repita. A gestão da empresa deve verificar se as ações que serão realizadas, além de corrigir problemas detectados em auditorias, serão eficazes para que estes problemas não retornem. Porém, só será eficaz a ação que realmente conseguiu sanar a causa raiz do problema. Para que isso aconteça o líder deverá criar um ambiente propício a discussão e análise dos problemas de modo a evitar desinformações que atrapalhem a análise das Não Conformidades encontradas.

3 ANÁLISE CRÍTICA

A organização, por meio de seus gestores, deverá realizar reuniões de análise crítica para que as constatações da auditoria sejam implementadas por meio de ações eficazes e eficientes. A Norma NBR ISO 9001:2015 (2015) afirma que “[...] a análise crítica pela direção deve ser planejada e realizada a intervalos planejados”. Estas reuniões serão evidenciadas por meio de atas e obrigatoriamente deverá gerar melhoria nos processos da empresa.

Para a reunião de análise crítica, além dos resultados de auditoria, os gestores farão análises de possíveis mudanças na gestão da qualidade e os impactos que as ações traçadas irão interferir nos objetivos propostos. Deve ressaltar que uma gestão eficaz está focada na melhoria contínua dos seus processos para assegurar que as necessidades das partes interessadas sejam atendidas.

4 METODOLOGIA

As metodologias adotadas para esta pesquisa foram a exploratória e a explicativa, sendo que a exploratória foi utilizada para proporcionar maiores informações sobre a auditoria e os sistemas de gestão, facilitando assim a delimitação do tema, constituindo um trabalho

preliminar. Foram utilizados conceitos iniciais extraídos das Normas que compõem uma gestão da qualidade como a ISO 9001 e a ISO 19011. Esta metodologia serviu de base para o uso da metodologia explicativa, que teve como intuito principal registrar, analisar e interpretar a auditoria como ferramenta para o gestor.

A metodologia explicativa foi utilizada neste estudo com o objetivo de aprofundar o conhecimento no tema principal deste artigo, a auditoria, seus mecanismos e seus resultados. Procurando assim fundamentar o entendimento e o envolvimento do processo auditoria como ferramenta para a gestão. Na coleta dos dados da revisão bibliográfica procurou-se destacar a importância das Normas ISO que estão diretamente ligadas à auditoria e a gestão da qualidade, além de autores atuais que evidenciem sobre a importância do uso desta ferramenta nos dias atuais. Para tanto foram utilizados autores da área para garantir o entendimento do tema.

5 RESULTADOS

5.1 Análise de dados

5.1.1 PROCEM

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) foi criado em 1999 com o intuito de fortalecer os fornecedores do Estado do Maranhão e gerar novas oportunidades para as mesmas, contribuindo para que o fornecimento de produtos e serviços para grandes empresas instaladas no estado, ou que venham se instalar, melhorando o relacionamento entre elas.

O PDF é gerido pelo FIEMA, Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, desde 2010 e conta com a parceria do IEL, Instituto Euvaldo Lodi, oferecendo o apoio à geração de negócios, capacitação, consultorias e auditorias para as empresas cadastradas no programa. O PDF conta com o Programa de Certificação de Empresas, PROCEM, para qualificar e adequar as empresas cadastradas aos principais requisitos do mercado atual.

5.1.2 Auditorias do PROCEM

O Programa de Certificação de Empresas, PROCEM, foi criado em 2003 e tem como premissa a implantação de sistemas de gestão de forma organizada e controlada para a melhoria contínua dos seus processos e assim a melhor adequação às necessidades do mercado. A ideia principal é fazer com que as empresas cadastradas no programa possam atender seus clientes com um padrão de excelência nos seus serviços e produtos nas áreas de qualidade e produtividade, saúde, segurança do trabalho e meio ambiente, gestão contábil, trabalhista, tributária e financeira e responsabilidade social.

O PROCEM acontece num período de 12 meses e neste período é realizado uma sensibilização dos gestores com relação à melhoria de seus processos, diagnóstico empresarial que ajudará na reorganização de seus objetivos e estratégias, auditoria e certificação para consolidar a melhoria contínua. Para tanto o PROCEM conta com um quadro de auditores e consultores qualificados para atuar no processo de desenvolvimento das empresas cadastradas.

Segundo Pessoa (2008),

O PROCEM tem como principal objetivo estabelecer e implementar de um modo integrado o desenvolvimento e qualificação de fornecedores das grandes empresas instaladas no Estado do Maranhão, a partir da definição de requisitos que caracterizem um fornecedor qualificado.

Assim, percebe-se que os requisitos servem como base para que as empresas cadastradas no programa atendam às necessidades das grandes empresas e assim, de forma atuante, melhore seus processos e atinjam o atendimento à outras empresas, inclusive de outros estados.

As auditorias do PROCEM acontecem em etapas de nivelamento e auditorias de atendimento aos requisitos especificados e utilizam critérios determinados por meio de notas gerando uma pontuação mínima final de 70,5 (setenta pontos e meio) para receber o certificado de “fornecedor qualificado”.

5.1.3 Dados de empresas certificadas no Brasil

O processo de auditoria para certificação de empresas no Brasil tem aumentado após a atualização da ISO 9001:2015, os dados apontam para um crescimento no número de empresas que buscam os Institutos de Certificação para os anos de 2014, 2015 e 2016. Segundo o site da ISO (International Standart Organizacion):

No Brasil foram mais de 20.908 empresas certificadas em 2016, este número praticamente dobrou em 2017 devido às empresas buscarem o atendimento da exigência dos clientes com relação a melhoria dos processos de meio ambiente e responsabilidade social, impulsionando assim a melhoria da gestão das empresas e a necessidade de comprovação por meio de uma certificação.

Segundo o site do INMETRO, “os certificados válidos em 2017 chegam a 40.102 empresas, porém estes números podem cair consideravelmente em 2018 com o prazo da atualização da norma finalizando no mês de setembro, cerca de 20.000 empresas ainda não migraram para a nova versão, ou seja, ainda não realizaram as auditorias de recertificação para se adequarem a nova versão da NBR ISO 9001:2015”. Com o fim do prazo as empresas que não renovaram os certificados terão a validade de seus certificadas retiradas do INMETRO e assim não serão consideradas mais certificadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dito no início deste artigo, comprova-se que a auditoria é uma ferramenta de gestão que tem como objetivo melhorar continuamente os processos da empresa, auxiliando o gestor nas tomadas de decisões. Ressalta-se que as perspectivas da Gestão da Qualidade Total, posicionam a auditoria como a principal ferramenta para que os processos permaneçam atingindo os objetivos propostos pela gestão. Tendo como fundamento da melhoria constante os relatórios emitidos pela auditoria e analisados pelos gestores por meio das reuniões de análises críticas ou de modo individual, por área.

A auditoria, como apresentado neste artigo, proporciona ao gestor uma visão analítica de como os processos estão sendo trabalhados, utilizando de ferramentas de diagnósticos que permitem ao gestor observar como o PDCA de cada processo está

acontecendo, fazendo com que o mesmo tenha a oportunidade de melhorar desde seu planejamento até o resultado final de cada etapa. Cabe aos gestores planejar e programar as auditorias para atingir seus objetivos de captação de informação. Torna-se claro e necessária a utilização da auditoria como forma de obter informações para que a tomada de decisão seja mais precisa, porém ressaltamos que o processo de auditoria não proporciona a totalidade das atividades desenvolvidas nos processos, o que permite esclarecer que os dados são proporcionais aos critérios especificados. Espera-se, portanto, que as metodologias utilizadas para obter este resultado foram satisfatórias e contribuíram para justificar os dados analisados.

Discutiu-se ainda as etapas da auditoria desde a preparação do programa de auditoria até o relatório final e como estas etapas estão ligadas aos interesses da gestão para melhorar sua eficácia. Salientando que o acompanhamento pós auditoria é fundamental para que as ações corretivas e de melhoria sejam executadas. A hipótese previamente lançada foi alcançada, pois permitiu que, pelos dados apresentados pelo PROCEM e empresas certificadas no Brasil, mostrassem que as empresas estão cada vez mais preocupadas em manter seus processos em atendimento aos requisitos dos clientes e do mercado. O número de empresas certificadas teve um aumento nos últimos anos e isto foi comprovado com os dados do INMETRO e PROCEM, isto demonstra que quanto mais as empresas buscam seu crescimento e atendimento as necessidades de seus clientes, mais as auditorias ajudam o atingimento dos seus objetivos.

Indica-se a compreensão destas mudanças com artigos relacionados a Indústria 4.0 e os efeitos para os sistemas de gestão, pois é esperada a mudança na Norma ISO NBR 19011 até o fim do ano de 2018, entende-se que os parâmetros desta mudança estão diretamente ligados as novas tecnologias e integrações de sistemas, além da compreensão da maior capacidade de coletar dados. Textos sobre sistemas de gestão integrados ajudam a compreender os novos modelos de gestão baseados em uma conduta mais ética e transparente, exigida pelos stakeholders e principalmente, como forma de melhorar continuamente seus processos.

Este artigo teve seu problema respondido, pois foi possível comprovar a importância da auditoria no processo de coleta de dados e melhoria dos processos e os objetivos foram alcançados como demonstrados por meio dos dados analisados do PROCEM e INMETRO sobre os parâmetros de acompanhamento e medição das performances das empresas que utilizam a auditoria como ferramenta íntegra e capaz de ajudar o gestor a tomar decisões, porém não significa dizer que este artigo está totalmente finalizado, servindo de base para novos estudos e perspectivas a serem alcançadas. Mudanças no panorama do mercado com a inserção das novas tecnologias, mudanças nas Normas que impulsionam as auditorias e principalmente porque as vertentes de uma certificação de empresas podem variar de acordo com o mercado e os momentos de crise.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CARVALHO, M. M.; MIGUEL, P. A. C. **Qualidade e Sustentabilidade**. In: CARVALHO, M. M.; PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Sidney. **O papel da auditoria interna nas empresas**. 23. fevereiro. 2012. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6106.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

FIEMA. **Programa de Desenvolvimento de Fornecedores**. Disponível em: <https://www.fiema.org.br/servico/77/programa-de-desenvolvimento-de-fornecedores>. Acesso em: 16 ago. 2018.

FURTADO, Daiani. **Auditoria interna e suas vantagens**. 12. junho. 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/auditoria-interna-e-suasvantagens/30910/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

INMETRO. **Certificados Válidos no Brasil**. Disponível em: <http://certifiq.inmetro.gov.br/Grafico/CertificadosValidosBrasil>. Acesso em: 2 set. 2018.

INMETRO. Empresas Certificadas no Brasil. Disponível em: <http://blog.qualidadesimples.com.br/2017/09/21/cresce-o-numero-de-empresas-comcertificado-iso-9001-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2018.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. ISO 9000: Sistema de gestão da qualidade: fundamentos e vocabulário. ISO, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. ISO 9001: Requisitos para Um Sistema de gestão da qualidade. ISO, 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. ISO 19011: Diretrizes para Auditoria de Um Sistema de Gestão. ISO, 2012.

PESSOA, Gerisval. **Programa de Certificação de Empresas – PROCEM: um exemplo de Responsabilidade Social Empresarial**. 2012.

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE:
um estudo de caso na empresa Psiu Indústria de Bebidas em São Luís/MA

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY:
case study at the company Psiu Indústria de Bebidas in São Luís/MA

Cândida Nascimento da Silva*
Rose Cristine da Luz Ferreira**
Edvaldo Rogério Santos Teixeira***

RESUMO

O presente artigo abordará sobre Gestão Ambiental e sustentabilidade, um estudo de caso na Indústria de Bebidas Psiu. Assim, definiu-se o objetivo de demonstrar quais as práticas sustentáveis de Gestão Ambiental que foram colocadas em prática pela empresa em estudo. Foram desenvolvidos conceitos teóricos voltados para a Gestão Ambiental de modo a entender a importância das boas práticas e o porquê da necessidade de desenvolver um sistema de gestão ambiental sustentável. A compreensão da análise dos dados encontra-se visível por meio de um estudo de caso descritivo (questionário), junto aos comentários necessários para cada caso. Vê-se a importância em se ter uma gestão ambiental na organização, buscando o desenvolvimento sustentável de produtos e serviços, além de ampliar os conhecimentos a respeito dos problemas ambientais e identificar os aspectos causados pelo setor produtivo da organização em São Luís – MA. O trabalho é constituído de uma sequência lógica, de forma a tornar a leitura compreensiva e agradável, possibilitando, dessa forma, um conhecimento mais abrangente.

Palavras-chaves: Sustentabilidade. Gestão ambiental. Práticas sustentáveis. Desenvolvimento sustentável. Implantação.

ABSTRACT

This article will focus on Environmental Management and sustainability, a case study in the Beverage Industry Psiu. Thus, the objective was to demonstrate the sustainable practices of Environmental Management that were put into practice by the company under study. Theoretical concepts developed for Environmental Management were developed to understand the importance of good practices and the need to develop a sustainable environmental management system. The understanding of the data analysis is visible through a descriptive case study (questionnaire), along with the necessary comments for each case. It is important to have environmental management in the organization, seeking the sustainable development of products and services, as well as to increase knowledge about environmental problems and to identify the aspects caused by the organization's productive sector in São Luís - MA. The work consists of a logical sequence, in order to make the reading comprehensible and pleasant, thus enabling a more comprehensive knowledge.

Keywords: Sustainability. Environmental management. Sustainable practices. Sustainable development. Implantation.

* Graduada em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: candy.10@outlook.com.

** Graduada em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: cristinrose@hotmail.com.

*** Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMSP); Especialista em: Docência do Ensino Superior; Ética e Filosofia Política. E-mail: santeixeira10@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorrerá sobre Gestão ambiental e sustentabilidade o qual apresentará um estudo de caso na Indústria de Bebidas Psiu. Será feito um relato sobre a Gestão ambiental empresarial, abordando desde a fase de planejamento até a implantação e execução das vantagens adquiridas com a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) dentro da organização.

Este artigo visa conhecer quais as práticas sustentáveis de Gestão ambiental desenvolvidas pela empresa Indústria de bebidas Psiu-MA. A partir deste estudo, são apresentadas as práticas sustentáveis que agregam benefícios à Organização Psiu, um sistema de gestão ambiental eficiente com um diferencial competitivo e contribuição à um novo modelo normativo à sociedade.

A pesquisa tem como finalidade demonstrar as práticas sustentáveis adotadas pela organização, identificando os aspectos e impactos ambientais causados pelo setor produtivo da fábrica, e, contudo, têm como meta: compreender o Sistema de Gestão Ambiental; Conhecer programas e projetos de sustentabilidades gerenciadas pela Psiu.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado metodologicamente o estudo bibliográfico, sendo um método que irá nortear o processo da pesquisa a chegar a um fator comum e atingir resultados. Este método possibilitará o entendimento de como a organização estudada pleiteia projetos e programas de gestão ambiental, e na identificação de qual iniciativa utilizada para a realização de tal ação.

Também foi utilizada uma pesquisa de campo tendo como base um questionário com 18 questões abertas. O estudo de caso nos possibilitará identificar quais os pontos em comum da organização estudada além de seus projetos ou programas de preservação, conscientização e efetivação a favor do meio ambiente.

Nesta pesquisa o método utilizado para a pesquisa de campo será o qualitativo que, por vez, apresenta pequenas amostras através de perguntas e respostas às quais se utilizam da observação, anotações, entrevistas e questionários que são técnicas de coletas de dados, que apresentam um formato de perguntas e respostas previamente estruturadas, considerando o entendimento e definição do problema e dos objetivos da pesquisa como parte dos dados a serem coletados. De acordo com o tema abordado, o universo a ser estudado será a área de Gestão Ambiental da empresa Psiu Indústrias de Bebidas em São Luís/MA.

Nesse sentido, infere-se o conceito de sustentabilidade e a importância de se desenvolver e adotar práticas de caráter sustentáveis, não apenas pelas organizações, como por todos, sem pormenorizar, pois as questões relacionadas a essa temática têm se tornado essencial para o desenvolvimento das empresas, e crucial para o bem-estar e continuidade da raça humana no planeta. Ademais, será feito um apontamento das boas práticas adotadas pela empresa maranhense no intuito de obter desenvolvimento econômico, atrelado à manutenção do ambiente em que atuam, fazendo referências às leis e normas que regem essas iniciativas.

No que tange à estrutura da pesquisa, apresenta-se em duas partes: a primeira parte é a teórica, a qual será visto conceitos e abordagens sobre a temática, baseada em alguns teóricos. A segunda parte trata-se sobre a análise e a interpretação dos dados coletados através de entrevistas e, por fim, as conclusões, momento que serão apresentadas a contemplação dos objetivos deste estudo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O MEIO AMBIENTE

Muitos estudiosos discutem sobre meio ambiente e a influência desse meio na vida do ser humano. A palavra meio ambiente tem origem latina, vem da palavra *médius* que significa “meio, centro, lugar acessível a todos, à disposição de todos” e *ambitiōsus* que significa “que rodeia que faz um círculo, que envolve. (FARIAS, 1962, p. 67).

O dispositivo legal, Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, conceitua o que é meio ambiente em seu Art.3º I – “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; [...]”. O meio ambiente nas últimas décadas, devido a ação humana, vêm sofrendo grandes mudanças: o consumo exacerbado dos recursos naturais; a poluição dos rios, mares e solos, ocasiona variados efeitos catastróficos ao ecossistema, inabilitando, dessa forma, a vida saudável e contínuo do planeta.

A ação desses efeitos foi perceptível na década de 1930 com a Revolução Industrial e a consolidação do modo de produção capitalista, que visava o lucro através da exploração da natureza. A ação predatória do homem o distancia da natureza, pois “o sistema capitalista, acentuando o distanciamento entre o homem e a natureza, contribui para alimentar e legitimar uma cultura predatória e devastadora com seus pressupostos utilitarista, mercantilista e individualista [...]”. (LUNA *et al.*, 2013, p. 5).

As preocupações com o ambiente sustentável surgiram na década de 1960. Neste período houve diversos debates que serviram de alerta sobre a degradação ao meio ambiente. Essas discussões levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a realizar uma Conferência sobre o meio ambiente, em 1972 na Suécia. Nesse mesmo ano, Dennis Meadows e pesquisadores que faziam parte do Clube de Roma divulgaram um estudo sobre os “Limites do crescimento”. Essa pesquisa relata que por motivo da existência de indústrias, a poluição, produção de alimentos, recursos naturais e o desenvolvimento do planeta, seriam alcançados em 100 anos reduzindo toda a população mundial à capacidade industrial.

No ano de 1973, o canadense Maurice Strong, lançou o conceito de eco desenvolvimento que apresenta seis princípios: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esses elementos criticavam as áreas de subdesenvolvimento e a sociedade industrial.

Na tentativa de mostrar a importância da manutenção do meio ambiente e para garantir que no futuro outras pessoas tenham acesso, a ONU, participou em 1975 da elaboração do relatório Dag Hammarskjöld, o qual afirma que potências coloniais dispuseram as melhores terras nas mãos da minoria, obrigando a população pobre utilizar outros terrenos, criando uma ruína ambiental. No ano de 1987, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) comandado por Gro Harlem Brundtland e Mansours Khalid, onde foi apresentado o documento Ourcommon Future conhecido como relatório Brundtland. Este declara que o “[...] desenvolvimento satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Esta declaração não traz críticas à sociedade industrial, portanto, foi bem aceito pela comunidade internacional.

Em 1992 foi realizado no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Neste evento foi observado um interesse mundial pelo futuro do planeta, levando vários países a se voltarem para esta causa. Os debates foram encerrados pela delegação dos Estados Unidos, forçando o recolhimento dos cronogramas para eliminação da emissão do co2, além de não assinar a convenção da biodiversidade.

3 SUSTENTABILIDADE E A NECESSIDADE DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL

De acordo com a Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), a palavra sustentabilidade está relacionada ao termo “[...] desenvolvimento sustentável, que significa suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas necessidades”. A preocupação com o futuro é visível, a busca para que haja práticas que garantam a existência do meio ambiente são constantes. Atualmente, observa-se uma extensa preocupação com o meio ambiente. Meadows, Meadows e Raners (1992), relatam a sustentabilidade como “[...] uma técnica de desenvolvimento que resulta na melhoria da qualidade de vida e simultaneamente na minimização dos impactos ambientais negativos”.

Esta técnica possibilita à vivência das pessoas em um ambiente propício, melhorando o desenvolvimento sustentável, impactando de modo positivo a vida desta respectiva comunidade que decidiu implantar este método. Dessa forma, é necessário que cada pessoa venha colaborar, fazendo sua parte através de boas ações, priorizando o cuidado com a natureza, auxiliando-a no presente e no futuro com a sustentabilidade, tendo por meio a conscientização, que é fator primordial na implantação desta técnica, gerando uma contribuição ecológica e a preservação natural.

Já para Melo e Ferreira (2016, p. 11) “[...] sustentabilidade é respeito à independência para os seres vivos entre si e em relação ao meio, significa operar a empresa sem causar danos aos seres vivos e sem destruir o meio ambiente [...]”.

A organização é uma geradora de produtos ou serviços, deste modo, ela leva informações e novos lançamentos até seus clientes. Diante disto a mesma se utiliza de todo um planejamento para estudar seus processos e criar novas formas de mantê-los sem que venham desgastar o meio ambiente. A conscientização interna é um ponto forte, pois, através dela será possível manter sua linha de produção sem deteriorar o ambiente sustentável, colaborando com a redução de impactos causados pela fabricação de suas mercadorias.

Conforme apresenta Dias (2011, p. 38), “[...] o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade [...]”. Desta forma, este projeto é essencial para que se promova uma extensa educação ambiental. Motivando os cidadãos a se disporem em mudar suas práticas diárias de forma que elas tragam um elevado grau de transformação beneficiando todos os seres vivos, gerando um volume consecutivo de alimentos de modo a atender toda a população, permitindo uma vida digna onde as pessoas tenham todos os dias o alimento que assegura sua subsistência.

Outra forma de contribuir com a preservação do meio ambiente é a aplicação da lei 12.305 da política Nacional de Resíduos Sólidos criada em agosto de 2010, que visa controlar o fluxo de resíduos gerados. Esta lei busca gerenciar os resíduos de modo que todos sejam descartados de maneira correta evitando contaminação em solo, água e em outros meios.

4 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O marco na história da Gestão Ambiental veio a partir da publicação da obra “A primavera silenciosa”, da renomada zoóloga e bióloga Raquel Carson, que no seu livro retrata sobre a preocupação do meio ambiente e as informações relacionadas ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, o termo gestão ambiental vem sendo discutido constantemente

dentro das organizações, promovendo uma conscientização das pessoas a compreenderem o real motivo da implementação da gestão ambiental.

Em outras palavras, as organizações passam a terem uma “certa preocupação” com a questão ambiental, a partir de problemas ocasionados pelo processo produtivos impactados ao meio ambiente. Conforme sustenta Dias (2011), a mudança de comportamento dos consumidores, a procura de produtos sustentáveis, os clientes passaram a cobrar um posicionamento econômico perante as organizações para que as mesmas possam contribuir em favor do meio ambiente pelo consumo de produtos.

Esse novo consumidor ecológico, manifesta suas preocupações ambientais no seu comportamento de compra, buscando produtos que consideram que causam menos impactos negativos ao meio ambiente e valorizando aqueles que são produtos por empresas ambientalmente responsáveis. (DIAS, 2011, p. 159).

Devido a este comportamento dos clientes, as empresas passaram a fazer um planejamento para criarem produtos que venham contribuir de forma sustentável ao meio ambiente. Com a concepção empresarial da mudança comportamental de seus clientes, as organizações constataram que demonstrar qualidade ambiental é um item considerado importante para seus clientes.

Afirma com clareza a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que a gestão ambiental é definida como parte de um sistema de gestão que compreende estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para fabricação, elaboração, revisão e manutenção da política ambiental empresarial.

O sistema de gestão ambiental (SGA) visa administrar e controlar os impactos ambientais de produtos e serviços das respectivas organizações. Desta forma, é necessário que haja dentro da empresa um treinamento organizacional que venha ter um alto conhecimento sobre o assunto e entender de que forma será executado este processo dentro da empresa. Porém, este sistema irá analisar todos os passos que a organização terá que seguir para se adequar a esse novo conceito ecológico.

Conforme afirma Tachizawa (2011, p. 6-7), em sua obra sobre gestão ambiental: “[...] quanto antes às organizações começam a enxergar o meio ambiente como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobreviva”. Nos períodos recentes, muito se comenta sobre gestão ambiental dentro das organizações, a publicidade no geral, informa sobre gestão sustentável, mas poucos entendem o que esta ferramenta significa na sua forma mais técnica e aplicável.

Mudanças ocorrem e a falsa sustentabilidade já não se sustenta mais apenas como discurso, pois, o mercado quer a confirmação do que se diz e a aceitação de quem aplica diariamente na organização, nesse caso os valores são necessários a uma gestão ambiental ética.

No consenso ambiental é preciso poluir menos e implantar um sistema de gestão ambiental. Criando mais projetos e práticas sustentáveis, pois a implementação do sistema de gestão ambiental (SGA) trouxe significativa transformação nas estratégias de negócio conhecidas até na atualidade, portanto o principal objetivo do sistema para as empresas é que o impacto ambiental das atividades econômicas das organizações seja reduzido ao máximo na natureza.

Ao implantar o SGA dentro da organização a mesma passará por grandes mudanças que precisam ser trabalhadas diariamente para facilitar a adaptação organizacional, porém esse novo conceito de gestão colocará as empresas em um mercado ainda mais competitivo onde passará a contribuir com o meio ambiente, pois, receberá diversos benefícios que trará crescimento e desenvolvimento como um todo. Para Assunção (2004, p.33), existem sete benefícios decorrentes a implementação do SGA:

1. Acesso a novos mercados e melhoria na competitividade empresarial;

2. Melhoria no desenvolvimento ambiental da organização e atendimento às legislações;
3. Facilidade na identificação de causas de problemas e suas soluções;
4. Evitar desperdício e reduções de custos;
5. Redução e eliminação de riscos com responsabilidade ambientais;
6. Melhoria de imagem e melhoria na relação com os funcionários, clientes, fornecedores, vizinhos, fiscalização ambiental e outras autoridades de interesses;
7. Acesso a capital de baixo custo e a seguros.

Através do Sistema de Gestão Ambiental é gerado um bom gerenciamento ambiental, além de diminuir impactos fortalece a imagem da empresa junto à comunidade, fornecedores, clientes e autoridades entre outros. Cabe salientar que a gestão ambiental tem um papel importantíssimo para auxiliar no comprimento de controle existente nas organizações, pois é no sistema gestão ambiental que se determina o sucesso da gestão de uma empresa.

Nesse contexto, o SGA é um fator primordial para que as organizações tenham um diferencial e, através dele, conquistem um número maior de clientes para se manter no mercado que está cada vez mais exigente levando, dessa forma, as empresas a se prepararem para enfrentar diversos desafios.

5 LEI DE POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Durante o passar dos anos, diversos órgãos decidiram lutar para proteger o meio ambiente e garantir o futuro das diversas gerações no planeta terra. Por isso, em 08 de abril de 1992 no Maranhão, foi criada a Lei de Proteção ao Meio Ambiente, a qual veio para orientar a população, os empresários e diversos órgãos do estado sobre como utilizarem suas respectivas atividades diárias em favor do futuro do planeta. Esta lei estadual “Institui o Código de Proteção de meio ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão”. (MARANHÃO, 1992, p. 12).

Esta política tem como setor administrativo o SISEMA que é o Sistema Estadual de Meio Ambiente, a qual tem por objetivo fiscalizar a preservação ambiental, garantindo sua qualidade. A partir da criação desta lei, fica visível a preocupação com o meio ambiente. Esta visa proteger ao máximo o planeta terra, garantindo o sustento dos seres vivos. Conforme o art. 3º item I, a política do meio ambiente tem como um dos objetivos: “Estabelecer a obrigação de recuperar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, pelo degradador público ou privado, sem prejuízo de aplicação das sanções administrativas e penas cabíveis”.

A lei é bem clara por menor que seja haverá uma punição para quem for pego prejudicando o ambiente em que vivemos. A empresa ou o indivíduo deve manter uma boa relação com o meio ambiente, de modo a evitar danos, ajudando no seu desenvolvimento e progresso, caso contrário este será passível de repreensão legal via lei. Portanto, a conscientização é fator essencial nessa caminhada. De modo, a ensinar cada cidadão a colaborar com o ambiente sustentável, sadio e equilibrado.

6 ABNT ISO 14000

Surgiu a partir da norma 9000 que possui um papel importante devido ao seu reconhecimento internacional, buscando melhoria nos processos de produção de bens e serviços. Em 1946 em Londres, 25 representantes de diversos Países se dispuseram a criar

uma organização internacional para facilitar a união de normas industriais de serviços. Essa organização começou a funcionar em 23 de fevereiro de 1947 tendo sua sede em Genebra (Suíça), sendo intitulada como Internacional Organization for Standardization (ISO), ou Organização Internacional de Normalização.

A Iso 9000 tem o objetivo de permitir que haja desenvolvimento de padronização de atividades em diversas empresas, sendo que através dela vem surgindo outras normas como a ISO 14000 que é composta por várias normas, sendo uma família de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma determinada empresa. O principal objetivo é buscar a padronização de algumas ferramentas-chave de análise, tais como a auditoria ambiental e análise do ciclo de vida. No Brasil, a única representante da ISO, e um de seus fundadores é a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), também reconhecida pelo governo brasileiro como Fórum nacional de Normalização.

6.1 ABNT ISO 14001/2015

A ISO 14001 É uma norma que busca estabelecer os requisitos de implementação e operação do sistema de gerenciamento ambiental. Sua principal utilização é garantir que as empresas tenham uma administração eficaz e eficiente dos assuntos ambientais. Conforme sustenta, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015, p.2) “ABNT NBR ISO 14001 é uma norma aceita internacionalmente que define os requisitos para colocar um Sistema de Gestão Ambiental em vigor. Ela ajuda a melhorar o desempenho das empresas por meio da utilização eficiente dos recursos e da redução da quantidade de resíduos, ganhando assim vantagem competitiva e a confiança das partes interessadas”.

A norma ISO 14001 é uma norma que se adequa a todos os tipos e tamanhos de empresas, porém esta norma foi recentemente revista, com requisitos fundamentais que vieram contribuir com o meio ambiente. É uma norma especificamente dos Sistemas de Gestão Ambiental, que apesar de ter tido poucas alterações as empresas as adotam como abordagens estratégicas a fim de melhorar o seu desempenho ambiental. Uma empresa disposta a se comprometer com os alcances dos objetivos designado pela ISO 14001 deve:

- Fazer uma avaliação periódica dos impactos preservando o meio ambiente;
- Possuir estrutura possível de realizar e melhorar os planos designados;
- Executar, manter e facilitar a comunicação da política ambiental a todos os colaboradores;
- Treinamento de acordo com as necessidades dos funcionários.

Para que isso aconteça, tem que ser criado um planejamento considerando os aspectos ambientais diretos e indiretos, que já existam ou venham a se tornar existentes, sempre identificando os aspectos nas condições normais e anormais priorizando aqueles que geram um impacto maior, depois partir para os de menor nível.

Com a versão atualizada da ISO 14001, cria-se a expectativa de uma organização com atitude mais proativa protegendo o meio ambiente dos danos e degradação de forma correta de utilização dos recursos e cuidados da biodiversidade. Uma gestão ambiental bem estruturada de acordo com os planejamentos traz muitos benefícios para organização, colaboradores e toda a sociedade. Os benefícios que engloba uma boa sustentabilidade são:

- Diminuição dos acidentes, penalidades legais e outras;
- Crescimento dos produtos de qualidade, serviços e dos processos;
- Economia de matéria-prima, água e energia;
- Novos clientes;

- Imagem positiva;
- Qualidade dos processos;
- Melhores chances de permanecer no mercado;
- Crescente possibilidade de financiamentos, por causa qualidade do histórico ambiental.

7 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Atualmente vivemos em um período de muitos danos ambientais, porém as práticas sustentáveis nas empresas e, até mesmo nas nossas residências, evitam muitos problemas ambientais que podem surgir em nosso planeta. Práticas sustentáveis são pequenas ações e atitudes que transformam hábitos e melhoram a qualidade de vida do meio ambiente e beneficiam o planeta, ou seja, são pequenas ações sustentáveis que as empresas podem praticar ou adotar, diariamente, para mudar o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Não adianta a empresa querer a sustentabilidade ambiental sem ser sustentável e ambientalmente correta.

Conforme afirma Filho (2017, p. 151), “Ser sustentável é ecologicamente correto não é caro, ao contrário, são soluções baratas e economicamente ciáveis e trazem benefícios imediatos e positivos ao meio ambiente.” As práticas sustentáveis nascem do cuidado com o meio ambiente e se dá em um compromisso das empresas que se desenvolve por ela, não se trata de uma obrigação e sim um dever moral e ético que posiciona a empresa frente à natureza, propondo a reflexão de suas ações.

A humanidade começa perceber que para viver bem é necessário criar condições ambientais favoráveis em vários ambientes: em casa, parques, ruas e até mesmo nas empresas. Desse modo, Organizações, famílias e claro o ser humano em si, devem promover a sustentabilidade, levando em consideração tempos atuais, os avanços tecnológicos, otimização dos recursos, redução dos gastos desnecessários, sensatez, compromisso e responsabilidade ao adotar as boas práticas ambientais.

8 5 R’S

Na busca constante para preservar o meio ambiente, surgiu os 5rs, que visa colocar em prática a redução do lixo do planeta de maneira que haja uma retenção nos impactos abusivos realizados pela sociedade. Estes surgiram dos 3r’s que buscam a preservação do meio ambiente e faz com que os recursos financeiros e naturais sejam controlados, de modo a obter uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente, visando reduzir o custo de vida, se preocupando com a natureza, gerando uma economia consciente a qual o cidadão passa a utilizar apenas os produtos que são realmente necessários.

Do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente (2017) “[...] os 5r’s fazem parte de um processo educativo que objetiva uma mudança de hábitos no cotidiano dos cidadãos; a questão chave é levar o cidadão a repensar seus valores e práticas, reduzindo o consumo exagerado e o desperdício”. Os 5r’s são o caminho para que a sustentabilidade ambiental seja alcançada, ocasionando uma série de mudanças significativas que viabilizem a permanência do ecossistema.

Repensar: Refletir sobre os processos socioambientais na produção, verificando a matéria-prima é uma maneira mais viável de lidar com o descarte.

Recusar: Controlar o consumo, utilizando somente produtos que sejam essenciais. Não comprar produtos que não serão consumidos ou que causem problemas à saúde e ao meio ambiente.

Reduzir: Lixo gerado em grande quantidade que deve ser minimizado na nascente quanto ao desperdício, assim adquirindo itens que seja de real insuficiência, impedindo despedaçamento, seguindo a estratégia de ter a convicção com o meio ambiente e claramente econômico. Realizando o uso consciente de água a administração do consumo de energia. Essa redução é realizada com a aquisição de produtos mais resistentes que te maior durabilidade, assim evitando os produtos descartáveis.

Reutilizar: Utilização em diversas vezes o mesmo produto. Reutilizando de sua função, aproveitando próximas capacidades de execução. Sempre priorizando as embalagens retornáveis deixando de utilizar as descartáveis. Da mesma maneira alguns produtos podem se tornar o inverso de sua origem, podendo ser adotado também o processo de concessão.

Reciclar: A reciclagem é realizada quando não possui destino aos produtos que não são possíveis a reutilização. Transforma os resíduos em novos produtos ou até mesmo matéria prima.

9 LOGÍSTICA REVERSA

A Logística Reversa é um tema que cresce nos negócios, porém a área da logística trata os aspectos do retorno. Conforme sustenta Filho (2017, p. 91) “[...] logística reversa é um caminho para a sustentabilidade ambiental”. É um instrumento de desenvolvimento econômico e social que é caracterizado por um conjunto de procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos, ao setor empresarial.

A Logística Reversa gera um reaproveitamento em seu ciclo produtivo, levando a destinação final ambientalmente adequada. A logística empresarial é responsável pelo planejamento e controle de fluxo das informações de um determinado processo, tratando justamente o retorno de bens pós-venda e pós-consumo ao ciclo do produto, pois, além de salvar o planeta a empresa que implementa a logística reversa está à frente no mercado.

10 ASPECTO E IMPACTO AMBIENTAL

A cada dia que passa as organizações tem criado mais consciência em relação aos impactos que suas atividades causam ao meio ambiente. Por isso, diversas delas vêm realizando análises dessas consequências de modo a reduzi-las ao máximo possível. De acordo com Cardoso (2004), o aspecto ambiental pode ser definido como “[...] elemento das atividades, produtos e serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente” e impacto ambiental como “[...] qualquer modificação do meio ambiente, adversa benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização”.

Há uma necessidade das organizações de sempre estarem realizando estudos e buscarem novas técnicas para continuarem executando o mesmo processo, causando uma redução de impactos ao meio ambiente. Essas técnicas irão melhorar os procedimentos de cada produto ou serviço, provando que a organização se preocupa com o futuro do planeta.

O aspecto e o impacto ambiental ao serem identificados dentro de uma empresa, são monitorados diariamente, pois cada um deles passa a receber um tratamento especial, onde a organização se atenta para a importância que estes possuem mediante as significativas alterações que o meio ambiente vem obtendo.

11 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Empresa PSIU fundada em 1999, surgiu de uma indústria de bebidas chamada Refrinor. Devido a uma reformulação, a empresa passou a se chamar DBL INDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS E EMBALAGENS LTDA- A DBL Indústria e Comercio de Bebidas e Embalagens Ltda., tem por atividade a Fabricação de Refrigerantes e água mineral, distribuindo seus produtos para 198 cidades do estado do Maranhão. Encontra-se localizada na Rod. BR 135 km 12,5 ou Av. Eng. Emiliano macieira, 101-A. Maracanã - São Luís - MA. Ela está sendo administrada pelo Senhor Francisco Magalhães da Rocha, atual sócio majoritário e presidente desta organização. Esta apresenta o CNPJ de número 04.680.660/0001-11, possuindo 301 funcionários diretos. A Produção funciona 24 horas por dia dividido em três turnos de trabalho. Os setores Administrativo e Comercial funcionam 8 horas por dia, 44 horas semanais.

MISSÃO: Hidratar com refrescância e sabor, inspirando pessoas.

VISÃO: Ser uma empresa lucrativa admirada e respeitada, oferecendo produtos de qualidade excelência na prestação de serviços.

VALORES:

1. Compromisso com a verdade;
2. Cuidado com a nossa gente;
3. Meritocracia;
4. Paixão pela empresa e pelo que faz;
5. Respeito pelo planeta;
6. Austeridade.

12 ANÁLISE DE DADOS

Neste estudo realizou-se um levantamento de coleta de dados que ocorreu a partir das informações apresentadas no questionário estruturado com 17 perguntas abertas através de uma entrevista aplicada na área de Gestão Ambiental, que tem como entrevistado um Analista de Gestão Ambiental. A aplicação da interlocução e obtenção, catalisação dos dados, foi de responsabilidade das discentes encarregadas por esta pesquisa, através da interatividade in loco, caracterizando um estudo de caso. Sobre o ponto de vista do senhor José Magno Mendes Analista Ambiental da empresa Psiu, ele deu embasamento sobre as práticas ambientais que foram implantadas na organização.

Para ter um levantamento de dados com informações claras, a questão 01, demonstra as práticas sustentáveis que a organização inseriu na organização. Foi apresentada diversas atividades que estão voltadas para o meio ambiente, de modo a evitar que a natureza continue sendo degradada. Essas práticas ao serem inseridas dentro da Psiu motiva colaboradores, clientes, fornecedores a ampliarem seu olhar para as futuras gerações. Permitindo que a descendência de hoje dê uma oportunidade aos humanos do futuro, garantindo a sobrevivência deles.

A empresa trabalha com cinco práticas que são: Reutilização de garrafas petis, destinadas a projetos externos como orfanato e penitenciária – as garrafas são reutilizadas para fabricação de vassouras e lembrancinhas; prato limpo, é uma ação interna a qual orienta colaboradores a comerem somente o necessário, evitando perdas de comidas que sobram no almoço do refeitório; Adote seu copo - toda a organização se mobilizou a adotar se próprio copo, reduzindo a utilização de copos descartáveis; Reutilização de papéis – as folhas que tiveram impressões com erros de digitação para imprimir documentos simples, rascunhos e

bloco de notas para fazerem pequenas anotações; Redução de utilização de energia com uso de lâmpadas com sensor – quando há um setor sem nenhum colaborador apagam-se as lâmpadas, dependendo do ambiente utiliza-se a luz natural.

A Empresa trabalha com dois projetos sociais que são: geladeira solidária, a empresa coloca uma geladeira com produtos em um determinado local e as pessoas consomem os referidos produtos, pagando apenas um pequeno valor que é destinado ao hospital do câncer Aldenora Belo; Patrocínio a projetos como corrida solidária, natal solidário, dia das crianças, congressos, etc.

A questão seguinte abordou a oportunidade da psiu trabalhar a sustentabilidade com clientes e funcionários. Esta iniciativa ocorreu em 2011, ocasionada pela crise financeira que o país passava. Ao implantar a sustentabilidade, a organização começou a tomar algumas medidas: cortar custos, reduzir desperdícios, diminuir os impactos causados ao meio ambiente. Hoje com estas práticas a empresa possui um quadro de colaboradores motivados, formados e informados, isso se deve às palestras, reuniões, diálogo semanal, cartazes e informativos que objetivam orientar os colaboradores e comunidades circunvizinhas à preservação do meio ambiente.

A próxima questão aborda se refere à implantação das práticas que ocorreram devido à concorrência no ramo de bebidas. Relacionando essa questão com a de número 04 os projetos ambientais começaram a serem trabalhados após a liberação da licença ambiental. Com essa autorização alguns pontos passaram a ser exigidos na empresa, tais como: a gestão de resíduos, de afluentes e o monitoramento de gases atmosféricos.

Na questão seguinte relata-se que em 2016 a Psiu inseriu as práticas sustentáveis para garantir a sobrevivência e benefícios à empresa. Na sexta questão a empresa se identifica como genuinamente maranhense, atuando há 19 anos no mercado. Segundo afirma o entrevistado Magno Mendes, a empresa atua em centros de distribuição que estão localizados nas cidades de Imperatriz, Pinheiro, Presidente Dutra.

A próxima questão aborda sobre o treinamento da cultura ambiental. Neste item, foi criado um cronograma em que todos os colaboradores viessem a participar do treino ambiental aprendendo sobre as práticas executando-as. Na questão oito as dificuldades foram o medo do novo. Pois, a implantação da Gestão Ambiental gerou insegurança nos colaboradores, por não saber como as coisas iriam ocorrer. Mas, com o tempo a aceitação desse processo foi integral.

Na questão nove compreende-se de que forma os colaboradores da Psiu auxiliaram na implantação da sustentabilidade. Eles ajudaram a cumprir cada regra que foi criada, submetendo-se às avaliações, passando por análises nos seus setores, gerando uma aceitação mais rápida das alterações.

Na questão seguinte a empresa é questionada sobre como incentivar seus clientes a participarem de seus projetos sustentáveis. De acordo com a resposta do senhor magno a empresa não possui um projeto voltado para esse público. O que se apresenta é o marketing boca a boca e um jornal que é distribuído de três em três meses para comerciantes, desta forma, a companhia leva a informação a sua clientela.

Na próxima questão busca-se entender como a empresa detecta se um projeto ou programa está tendo um efeito positivo ou negativo. Neste caso, avalia-se a licença do meio ambiente e monitora-se se as condições estabelecidas estão sendo cumpridas. Para se entender o impacto que os resíduos trazem ao meio ambiente a questão onze menciona que toda substância impacta o ecossistema.

Na empresa tem-se o papelão e a madeira. Ainda não existe a coleta seletiva, mas, é realizado todo um trabalho para conscientizar os colaboradores, sendo estes antigos e até mesmo funcionários recém-chegados. A corporação utiliza-se da logística reversa para substituir produtos danificados em viagens. É o que é apresentado na décima sexta questão, deste modo, a organização substitui o produto para não prejudicar os clientes.

Na questão seguinte expõe-se a não certificação na ISO 14001. A empresa ainda está em busca desse reconhecimento. Por isso, foi estabelecida uma consultoria de qualidade para se alcançar este objetivo. Na questão subsequente aborda-se sobre as vantagens que a empresa adquire ao praticar a sustentabilidade. Segundo senhor Magno Mendes, são benefícios que a empresa ganha como redução de custos, satisfação dos colaboradores e clientes, a organização se coloca no mercado como uma instituição conceituada no mercado, mais valorizada. A Psiu se tornou mais reconhecida após inserir as práticas sustentáveis criando um potencial no mercado.

Na próxima questão busca-se entender como funciona o sistema de gestão ambiental dentro da companhia. O mesmo encontra-se baseado na ISO 14001 voltado para a educação ambiental e melhoria contínua envolvendo os funcionários, fornecedores, e os stakeholders.

A próxima questão retrata sobre se os clientes da Psiu sabem que ela é sustentável. Na verdade, a empresa possui uma escola voltada para os vendedores, que são treinados para irem a campo vender e divulgar todos os processos de sustentabilidade que ela realiza. Na última questão compreende-se que a empresa com todas essas mudanças apresenta um novo modelo normativo para a comunidade. Sendo um exemplo para organizações do mesmo segmento e de outros ramos, gerando impactos positivos e bem-estar a cada cidadão.

Após todos os dados apresentados acima se entende que a sustentabilidade é a maneira que a natureza tem para se manter viva. E para que isso ocorra é necessário que os seres humanos compreendam a importância de preservar o planeta, contribuindo da melhor forma possível, trabalhando a conscientização seja em casa, na comunidade, escolas, faculdades, empresa, de forma que cada cidadão desperte para essa mobilização utilizando produtos que tenham origem sustentáveis, evitando assim, que mais árvores, rios e solos sejam contaminados e destruídos pela ganância humana.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Ambiental e Sustentabilidade estão em expansão em diversas empresas. A previsão é que as organizações comecem a implantar esses termos com mais frequência contribuindo, dessa forma, com o futuro do planeta. O Brasil comparado a outros países caminha lentamente. É necessário que se vá além da conscientização, de modo que, as pessoas se disponham a criar uma cultura sustentável.

O conceito de sustentabilidade é evolutivo, até hoje não existe um conceito único de desenvolvimento Sustentável. Contudo, observou-se nesta pesquisa, que o desenvolvimento sustentável não se restringe à administração dos recursos naturais e à proteção de ecossistemas globais, vai além de todos os anseios humanos. Através deste estudo de caso que aborda conceitos, objetivos, pode-se chegar à conclusão de que esse tema é de grande importância dentro e fora da organização.

Com o tema apresentado, pode-se identificar que as práticas sustentáveis são atitudes que podem ajudar gerações futuras, entretanto, este trabalho buscou apresentar a importância de colocar as atitudes sustentáveis sem prejudicar o setor econômico da empresa com práticas que, além de contribuir no aspecto social, poderão ser o diferencial de uma organização em relação à outra que não possui essas posturas ética, ambiental e sustentável.

Os resultados alcançados demonstram que as boas práticas sustentáveis nascem do cuidado com o meio ambiente, é algo interno, é comprometimento da organização desenvolvido, a partir da colocação em prática de sua política, não se trata de uma obrigação e sim de um dever moral e ético que posiciona a empresa frente à natureza, propondo a reflexão sobre suas ações.

Contudo, nesta pesquisa foi possível demonstrar as práticas sustentáveis implantadas na Empresa Psiu que, por vez, devem ser consideradas um dos métodos mais eficazes que devem ser colocados em prática ao longo de todo processo produtivo da empresa. Através deste trabalho foi possível identificar que as empresas precisam ser certificadas na ISO 14.000, e necessita desenvolver a sustentabilidade através de práticas que possam trazer resultados a organização preservando o meio ambiente.

O estudo de caso na empresa Psiu demonstrou que a inserção de práticas sustentáveis envolve toda a organização, garantindo a redução de custos, assim como trazendo vários benefícios que a empresa não tinha antes. Com essas mudanças, hoje a empresa, é um diferencial no mercado, estando à frente de outras companhias.

O problema apresentado diante deste artigo foi solucionado, pois foram identificadas diversas práticas que a empresa inseriu desde 2016. Além disso, todas as hipóteses foram respondidas demonstrando que essas ações geram benefícios à empresa, permitindo que ela se mantenha no mercado. O sistema de Gestão Ambiental consiste em um processo eficiente de diferenciação e aprovação da indústria por meio de resultados positivos alcançados, através das atividades sustentáveis.

Conclui-se este trabalho citando algumas sugestões: Ampliar o marketing da empresa de modo que todos os seus clientes tenham conhecimento que estão adquirindo produtos de uma organização sustentável. Investir na busca pela certificação da ISO 14001. Buscar apoiar mais projetos sustentáveis. Criar produtos que sejam sustentáveis, reaproveitando materiais que sobram ao final de cada processo, sendo utilizado dentro da indústria.

Destaca-se também que a pesquisa não é conclusiva, ela está aberta a possíveis contribuições principalmente para atender aos objetivos voltados para uma educação sustentável de qualidade para benefício da sociedade maranhense e do Brasil. Portanto, espera-se que esse trabalho sirva como auxílio de pesquisa para discentes de Administração e de outros cursos que buscam adquirir mais conhecimento sobre o assunto abordado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Mergarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2001.

AROUCHA FILHO, José Carlos. **Meio ambiente e práticas sustentáveis**. Caxias, MA: Academia Caxiense de Letras, 2017.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando Joly. **Sistema de gestão ambiental: manual prático para implementação de sga e certificação Iso 14.0001**. 1. ed. 3. tir. Curitiba: Juruá 2006.

BRASIL. **Lei de Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acessado em: 03 Mar. 2018.

CARDOSO, A. S. et al. **Metodologia para classificação de aspectos e riscos ambientais conforme NBR ISO 14001**. Santa Catarina, nov. 2004.

Como as organizações desenvolvem seu sistema de gestão ambiental – FNQ. Disponível em: www.fnq.org.br/sistemas-de-gestao_.pdf. Acesso em: 23 de fev.2018.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FARIAS Ernesto. **Dicionário Escolar Latino – Português**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf>. Acesso em: 5 maio, 2018.

INTRODUÇÃO À ABNT NBR ISO 14.0001:2015. Disponível em: [file:///C:/Users/biblioteca/Downloads/introducao140001portportal%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/biblioteca/Downloads/introducao140001portportal%20(2).pdf). Acesso em: 23 fev. 2018.

LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. Disponível em: http://www.sema.ma.gov.br/lista_arquivos?/1/Leis. Acesso em: 24.08.2018.

LUNA, Edivan M. BRASIL, Adelia A. MÁXIMO, Bruno Pinheiro. **Marxismo e Ecologia: uma crítica a economia verde**. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/01/edvan-luna-marxismo-e-ecologia-uma-crc3adtica-c3a0-economia-verde-gt9.pdf>. Acessado em: 2 fev. 2018.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, L. **Beyond. The limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future**. Vermont: Chelsea Green Publishing, 1992.

MELO, Lidiane Cristina Alves. FERREIRA, Maria do Livramento Santos. **Gestão ambiental e responsabilidade no descarte de produtos recicláveis: o caso do reaproveitamento do óleo de fritura por uma empresa de Paço do Lumiar-MA**. Paço do Lumiar, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. A política dos 5R's. Disponível em <http://www.mma.gov.br/comunicacao/item/9410>. Acesso em: 29 jun. 2018.

NORMA BRASILEIRA ABNT NBR ISO 14001. Disponível em: <file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/NBRISO14001.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PRATO LIMPO. Disponível em: <https://www.minhodigital.com/news/operacao-prato-limpo-nas>. Acesso em 10 nov. 2018.

PSIU EMPRESA. Disponível em: <http://www.refrigerantespsiu.com.br/home/psiu/empresa>. Acesso em 24 jul. 2018.

TACHIZAWA. Takeshy. **Gestão ambiental e sustentabilidade social corporativo: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO

- 1) Quais as práticas, programas e projetos sustentáveis que a psiu utiliza?
- 2) Como surgiu a oportunidade da psiu trabalhar a sustentabilidade com clientes e funcionários?
- 3) As práticas sustentáveis foram implantadas por vontade própria da empresa?
- 4) Qual foi o motivo em que a organização empreendeu os projetos de responsabilidade ambiental?
- 5) Qual o ano que as práticas sustentáveis deram início?
- 6) A organização psiu existe apenas em são luís ou existe em outros estados? Caso negativo verificar a possibilidade de uma implantação futura?
- 7) De que forma essa nova proposta foi trabalhada junto aos colaboradores?
- 8) Quais as dificuldades encontradas para implantar esse projeto na organização?
- 9) De que forma os colaboradores são incentivados a contribuírem para o desenvolvimento desses projetos?
- 10) Como a psiu incentiva os consumidores a participarem dos projetos sustentáveis?
- 11) Como a empresa mensura, se um projeto ou programa de gestão ambiental está tendo efeito positivo ou negativo?
- 12) A empresa tem consciência de quais os resíduos comercializados que mais impactam o meio ambiente?
- 13) Há alguma política de logística reversa na instituição? Como funciona?
- 14) A empresa está certificada com a norma iso 14.001?
- 15) Quais as vantagens em trabalhar e desenvolver a sustentabilidade na organização?
- 16) Como funciona o sistema de gestão ambiental na organização?
- 17) Os clientes da psiu tem conhecimento que é uma empresa sustentável?
- 18) A contribuição desta empresa com suas práticas sustentáveis podem ser consideradas um novo modelo normativo para a sociedade?

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

IDENTIFICATION OF STUDENTS WITH HIGH SKILLS/POVERTY IN CHILDREN'S EDUCATIO

Flávia Raquel Viegas Pereira*
Suzane Bóas Teles de Moraes*
Gilsene Daura da Silva Barros**

RESUMO

O presente artigo ressalta sobre a identificação do aluno com altas habilidades/superdotação na Educação Infantil, cujo objetivo é refletir sobre a aprendizagem do aluno com altas habilidades / superdotação, tendo como foco de observação do seu desenvolvimento dentro das áreas específicas a fim de possa favorecer sua aprendizagem. Ressalta também sobre a importância da formação dos docentes para que sua mediação durante o desenvolvimento da aprendizagem leve o aluno a questionar e participar de forma ativa e construtiva do processo, deve ser um professor capacitado profissionalmente com bastante embasamento teórico em enriquecimento curricular para favorecer a potencialidade dessas crianças em suas áreas específicas de desenvolvimento, tendo como parâmetro uma prática diferenciada e inovadora. Para desenvolver esse estudo, fez-se uso de uma vasta fundamentação teórica que versa sobre o tema descrito, para fortalecer o pesquisador na compreensão do tema abordado, ressaltando em seu contexto, alguns direcionamentos metodológicos que venha contribuir de forma satisfatória em seu desenvolvimento biopsicossocial. Portanto o docente além de estimulador e inquietador, ele deve contribuir para que este aluno seja incluído em sua totalidade na sociedade, e sendo capaz de ser fortalecido em suas competências e habilidades.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Educação Infantil. Formação docente.

ABSTRACT

The present article emphasizes on the identification of the student with high abilities / giftedness in Early Childhood Education, whose objective is to reflect on the student's learning with high abilities / giftedness, having as a focus the observation of their development within the specific areas in order to favor learning. It also emphasizes on the importance of teacher training so that its mediation during the development of learning leads the student to question and participate in an active and constructive process of the process, should be a professionally qualified teacher with a theoretical base in curricular enrichment to favor the potentiality of these children in their specific areas of development, having as a parameter a differentiated and innovative practice. In order to develop this study, a broad theoretical foundation was used that focuses on the subject described, in order to strengthen the researcher in understanding the topic addressed, highlighting in his context, some methodological orientations that will contribute satisfactorily to his biopsychosocial development. Therefore the teacher, esides stimulating and disquieting, should contribute to this student being included in its totality in society, and being able to be strengthened in its skills and abilities.

Keywords: High Abilities/Giftedness. Child education. Teacher training.

*Graduada em de Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: flavia-raquel-viegas@hotmail.com

* Graduada em de Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: suzane_telles@hotmail.com

** Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1999), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (1999) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2013). Tem especializações nas áreas: Educação Especial e Práticas Pedagógicas Inovadoras-UEMA; da Psicopedagogia pelo instituto Sedes Sapientae-SP; Deficiência Mental pela UNESR-Marília-SP e Atendimento Educacional Especializado-UFCE. Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: dgilsene@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A alta Habilidade/superdotação são talentos não específicos de um assunto ou disciplina, mas um alto conhecimento das disciplinas. As características que o superdotado deve ter é um QI elevado, um ótimo rendimento escolar, responsáveis e proativos, entre outras. Pois, algumas crianças apresentam certas habilidades desde muito novas, precoces habilidades físicas como: sentar, andar e falar. São habilidades e dons que devem ser desenvolvidas a partir de orientações pedagógicas e exploradas de forma que possa qualificar esta criança futuramente, obter um rendimento positivo na área de atuação.

Os alunos com altas habilidades/superdotação muitas vezes podem ser confundidos com alguns transtornos por apresentar características muito comuns, principalmente quando o método aplicado pelo professor se torna exaustivo por repetição de conteúdo, quando ocorre, a criança apresenta alguns comportamentos alterados que pode ser confundido com o autismo, hiperatividade e TDAH.

Portanto, a escolha do tema decorre a partir da ausência e da pouca exploração pelo profissional da educação que precisa entender a importância da identificação e da importância de aprofundar e aprimorar os conteúdos curriculares para a educação de alunos com altas Habilidades/Superdotação, possibilitando oferecer aos profissionais da educação, uma orientação de como reconhecer esse aluno em sala de aula, a fim de promover estratégias pedagógicas para atender as necessidades desse aluno, desenvolvendo aprendizagem do mesmo, com altas habilidades/superdotação sensibilizando instrumento didático para os educadores como recursos inclusivos que propicie a esse aluno a oportunidade de desenvolvimento e socialização do seu potencial criativo e superior.

Para compreender melhor sobre a temática que cerca este tema, precisa-se dos seguintes questionamentos: Como identificar alunos superdotados na Educação Infantil? Como promover a aprendizagem da criança superdotada na Educação Infantil?

Inicialmente para resolver os seguintes questionamentos, foram estabelecidas as seguintes estratégias: A observação é um instrumento que permite ao docente identificar as altas habilidades do discente; Metodologia tem que ser diferenciada ao aluno superdotado para conseguir atingir o ensino aprendizagem de qualidade.

O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a aprendizagem do aluno com altas habilidades/superdotação, e seu desenvolvimento dentro das áreas específicas.

Para desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a partir das fundamentações de revista, artigos, livros, monografias, etc.

A extensão desta pesquisa visa informar e colaborar na formação de novas pesquisas e compreensão do conteúdo para o preparo dos profissionais da educação em relação a este alunado, que tem se expandido nas salas de aulas principalmente na educação infantil, com objetivo de qualificar melhor este profissional para ser capaz de formar este aluno com a metodologia correta após a identificação do mesmo.

O referido artigo, estaca em seu primeiro capítulo a contextualização histórica das altas habilidades/superdotação, passando por uma linha tempo de quando surgiram os primeiros casos de alunos com altas habilidades/ superdotação, possibilitando o leitor a conhecer sobre a história das crianças com alta habilidade/superdotação. Apresentam conceitos, características e relatos de como se procedem ao desenvolvimento e aprendizagem deste aluno superdotado.

Já o segundo capítulo relata sobre a criança com altas habilidades/ superdotação e o desenvolvimento do processo de ensino- aprendizado, fazendo uma reflexão sobre este alunado, trazendo para este trabalho o enriquecimento citações onde possibilita a compreensão do mesmo.

Em seguida tem-se o terceiro capítulo descrevendo acerca das Teorias das Múltiplas Inteligências de Gardner onde busca relacionar a ciência moderna através de novos conceitos contemporâneos, para que se possa compreender os processos das múltiplas inteligências, e dá sentido ao enriquecimento curricular tendo em vista o fortalecimento da aprendizagem dos alunos com altas habilidades/superdotação.

O último capítulo versa sobre um breve relato do enriquecimento curricular como necessário e importante na adaptação deste aluno, desenvolvendo a sua capacidade de adquirir um aprendizado mais rico e significativo.

Este artigo tem o propósito de desenvolver reflexões sobre os alunos com altas habilidades/superdotação, possibilitando a ampliação de conhecimento outros com ênfase na contribuição e acessibilidade ao conhecimento do profissional da educação, a fim de promover neste aluno suas potencialidades. Esperamos contribuir de maneira significativa para a mudança na aceitação e intervenção junto a este público que precisa de um suporte positivo e qualitativo da sociedade.

2 CONHECENDO AS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Ao longo dos tempos, já acontecia relatos sobre casos de superdotação, os primeiros fatos ocorreram na Grécia, Roma, Japão e Grã Bretanha, sendo que o primeiro programa para alunos com conhecimentos elevados surgiu no Canadá em 1936, e, em seguida, na Coreia no ano 1970, existiam duas alternativas nas escolas especiais no Ensino Médio ou programas extracurriculares. Na Grécia e Roma as pessoas com potencial superior, naquela época elas eram bastante requisitadas e reconhecidas.

Na Esparta os meninos eram divididos, onde uns recebiam conhecimentos em conteúdo para aprimoramento cognitivo e guerra aqueles que desenvolviam melhor habilidades de guerrear continuava com treinamento aprimorando suas técnicas. No Japão eles capacitavam as crianças para serem samurais, eles investiam muito na educação apenas as escolas particulares possuíam métodos que qualificava aquele aluno para universidades, eles faziam avaliações para esse aluno fosse direcionada a turma que apresentou mais potencialidade no seu desenvolvimento.

Outros relatos surgiram na Grã-Bretanha, após uma mudança de um sistema de seleção dos estudantes eles passaram a optar por teste de aptidões, mas claro que a classe elevada era mais favorecida, com isso teve que engrandecer a didática nas salas de aulas para suprir aprendizagem dos superdotados. Já nos Estados Unidos, o lançamento do Sputnik um satélite artificial que garantiu aos soviéticos o pioneirismo na corrida espacial, impulsionou na melhoria da qualidade das escolas americanas, principalmente no ensino das ciências e, sobretudo, para estudantes mais capazes. (GAMA, 2006).

Daí em diante o nome educação especial foi bastante intensificado, assim como os outros países teve que adequar à realidade presenciada o Brasil também teve a intervenção dos contextos históricos mundiais, com isso teve que policiar na qualidade de ensino até hoje em relação aos superdotados. De acordo com estudo tudo indica que avanço com as crianças mais capazes começaram com Ulisses Pernambuco em 1925, com autorização da implantação primeira escola para crianças superdotadas, Ulisses nasceu em Recife no ano 1892, formou-se em medicina e pedagogia seus estudos eram voltados a crianças excepcionais chamado naquela época, justamente as crianças com deficiência intelectual.

A expressão superdotada refere à criança que possui capacidades elevadas no cognitivo em uma determinada área do conhecimento, pode ocorrer no raciocínio lógico, linguístico e na aprendizagem, demonstrando um nível avançado no saber na área que mais

adaptou geralmente se trata de uma criança talentosa que adquiriu conhecimento precoce onde possui um QI alto em uma determinada área.

O superdotado nasce com tais aptidões e de acordo com desenvolvimento vai expandido. A alta habilidade é quando o aluno apresenta um determinado talento onde tem potencial superior dentro da faixa etária dela em diversos campos como: intelectual, acadêmica, psicomotora, artes, liderança, e a criatividade. Geralmente a criança com altas habilidades consegue dominar uma área ou várias áreas, dependendo do estímulo que a criança recebe.

Porém, quando se trata de crianças com altas habilidades imaginam que por possuir uma virtude elevada ela consiga desenvolver sozinho, sendo que aluno necessitar de um apoio pedagógico que estimule e incentive para alcançar objetivo proposto, ele nasce com potencialidade para superdotação e demonstra característica de ser dotado mais para aprimorar suas habilidades precisa ser estimulado para descobrir qual área desenvolve melhor seu potencial.

Atualmente o termo usado para definir a criança com domínio de aprendizagem e altas habilidades/superdotação onde pronunciamento é utilizado junto, mas com mesmo sinônimo, onde habilidades retrata a potencialidade, dotado o indivíduo que possui um dom ou talento em alguma área da aprendizagem.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), define os alunos com AH/SD, aqueles que:

[...] demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p. 9).

A partir do momento que o discente demonstra característica de alta habilidades/superdotação, deve-se dá início ao processo de observação direta do comportamento e relacionamento entre escola, família e comunidade social, pedagogicamente feitos testes e atividades possibilitem a identificação, existem alguns instrumentos de apoio didático que são de fácil compreensão que possibilitam o professor compreender o comportamento do aluno AH/S.

Nesse interim, apresentar-se-á algumas características comuns evidenciadas nos alunos que apresentam altas habilidades/superdotação:

- a) Grande curiosidade a respeito de objetos, situações ou eventos, com envolvimento em muitos tipos de atividades exploratórias;
- b) Auto iniciativa, tendência a começar sozinhas as atividades, a perseguir interesses individuais e a procurar direção própria;
- c) Originalidade de expressão oral e escrita, com produção constante de respostas diferentes e ideias não estereotipadas;
- d) Talento incomum para expressão em artes, como música, dança teatro, desenho e outras;
- e) Habilidade para apresentar alternativas de soluções, com flexibilidade de pensamento;
- f) Abertura para realidade, busca de se manter a par do que o cerca, sagacidade e capacidade de observação;
- g) Capacidade de enriquecimento com situações-problema, de seleção de respostas, de busca de soluções para problemas difíceis ou complexos;
- h) Capacidade para usar o conhecimento e as informações, na busca de novas associações, combinando elementos, ideias e experiências de forma peculiar;

- i) Capacidade de julgamento e avaliação superiores, ponderação e busca de respostas lógicas, percepção de implicações e consequências, facilidade de decisão;
- j) Produção de ideias e respostas variadas, gosto pelo aperfeiçoamento das soluções encontradas;
- k) Gosto por correr risco em várias atividades;
- l) Habilidade em ver relações entre fatos, informações ou conceitos aparentemente não relacionados;
- m) Aprendizado rápido, fácil e eficiente, especialmente no campo de sua habilidade e interesse. (BRASIL, 2003).

No ano 1930, Helena Wladimirna Antipoff veio ao Brasil para auxiliar na escola de aperfeiçoamento pedagógico, onde foi nomeada com “Fazendeira de Crianças” por Carlos Drummond Andrade. De acordo com Gama (2006, p. 22) descreve que no Relatório Geral da Sociedade Pestalozzi, de 1938, Antipoff menciona que “entre oito crianças que procuram o consultório da Sociedade para terem sua inteligência examinada, verificou-se que ‘umas foram realmente brilhantes, outras apenas normais, ligeiramente acima da média e ainda insuficientes os seus quocientes intelectuais’”.

Depois de alguns anos em 1972, instalou-se, enfim, a Associação para Desenvolvimento e Assistência a Vocações de “Bem-dotados”, que fundamentou as bases teóricas do atual Centro para o Desenvolvimento do Potencial e Talento (CEDET), criado em 1993 em Lavras/MG. (GUENTHER, 2011).

Helena Antipoff foi uma das pioneiras onde desenvolveu ótimo trabalho com seus conhecimentos e sua dedicação em torno deste alunado serve até hoje como fonte pesquisa científica compreender o processo desenvolvimento cognitivo destes alunos nos tempos atuais. As mudanças não acabam por ai, durante todos os anos vão conquistando espaços e abrindo portas para estes alunos, vários projetos que cerca a este tema tem se expandido e contribuindo na evolução do processo desenvolvimento e contribuindo na formação de políticas públicas que garanta o atendimento educacional especializado. De acordo com Cupertino (2012):

Depois de todas as ações a favor inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação, em 2005 surgiu à implantação dos núcleos de atividades de altas habilidades/superdotados com objetivo de oferecer a estes alunos um atendimento educacional mais ampliado com auxílio aos pais destes alunos alvo, formação de docentes e capacitação pedagógica, em 2006 a NAAHS de São Paulo teve adaptar o sistema pelo (CAPE) Centro de Apoio Pedagógico Especializado, direcionando a função a formação dos docentes e a criação de políticas públicas em relação ao atendimento e informar a comunidade e orientar as familiares dos estudantes com altas habilidades/superdotação.

O núcleo de altas habilidades/superdotação (NAAH’S) foi criado em 2005, na cidade de São Luís-MA, possui 14 anos de funcionamento, atende crianças na faixa etária de 07 a 14 anos, famílias, escolas e comunidades. O NAAH/S foi criado pelo governo federal nos estados atualmente tem participação das secretárias estaduais de educação, possui características na formação de professores, na identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação, com vista de ajudar estes alunos a se desenvolverem em suas competências e habilidades, auxiliando e informando sobre as necessidades especiais para comunidade escolar da rede pública.

Os núcleos de Altas Habilidades/Superdotação são padronizados com salas de recursos para suprir as necessidades deste aluno estimulando suas potencialidades e contribuindo na evolução delas. O NAAH/S atualmente trabalha com 41 escolas da rede estadual com suporte de nove salas de recursos dando o auxílio necessário para

desenvolvimento do ensino aprendizagem contribuindo na inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação.

Atualmente, atende pelo nome “Joãosinho Trinta”, Funciona no antigo Colégio Arnaldo Ferreira, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro da COHAB, com uma clientela de 300 alunos regularmente matriculados. São crianças, adolescentes e jovens de escolas de ensino regular, com as mais diversas habilidades, e que no NAAH/S estão encontrando suporte pedagógico para desenvolver suas potencialidades.

3 A CRIANÇA COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A pluralidade social e os conhecimentos contemporâneos geram debates, discursões e dúvidas, principalmente, no tocante à primeira fase da educação básica da criança. Dentre tantas peculiaridades, a superdotação é algo espetacular que precisa ser tratada com muita cautela e sagacidade. Uma das características que permite a percepção de crianças com superdotação é a superioridade de seu desenvolvimento, em relação à média da sua faixa etária, em um ou mais quesitos. A precocidade é extremamente presente e visível, quando se percebe uma desenvoltura incomum e prematura em áreas específicas de conhecimento, não necessariamente em todas. De acordo com Guenther (2006, p. 14):

A tarefa de desenvolver o ser humano leva em considerações experiência, conhecimento, compreensão, comunicação, interação, organização grupal e vivência harmoniosa das pessoas com as outras que vivem, já viveram, ou ainda irão viver neste nosso mundo.

Todavia a socialização é um fator de grande importância no desenvolvimento dos alunos. Há uma necessidade do aluno com altas habilidades/superdotação de ser aceito pelos demais alunos e por seus professores, pois, apesar de apresentar alto desempenho nos componentes curriculares e absorver os conteúdos com enorme facilidade e rapidez, existem fatores ligados à adaptação no ambiente educacional.

As atividades precisam acompanhar seu ritmo de aprendizagem, o que requererá da instituição de ensino e dos professores uma atenção diferenciada. As atividades deverão ser realizadas de acordo com o nível do aluno, pois se for além do que ele compreende para que não se sinta incapaz de realizar as tarefas, nem fáceis demais para que não se sinta superior com relação aos demais alunos.

Essas atividades trarão aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares. Para executar essas tarefas de estímulos, o professor poderá utilizar a classe comum, uma sala de desafios ou qualquer outro local que a instituição de ensino disponibilizar ou determinar, para que o docente possa aplicar os exercícios de forma prática e benéfica.

O que facilitará esse todo esse processo de adequação e desenvolvimento do discente com AH/SD será o preparo do professor, esse será o verdadeiro divisor de águas. Quanto mais precocemente acontecer a percepção do professor quanto ao aluno, mais eficiente será o seu trabalho de inclusão desse aluno e, no futuro, de seu desenvolvimento. O primeiro desafio do professor é identificar esse aluno, pois as características atenuantes podem não ser perceptíveis todas de uma vez só. Cada criança apresenta suas particularidades que deverão ser observadas, estudadas e potencializadas.

Alguns professores não conseguem identificar o alunado com AH/SD, pois, em algumas situações, ele poderá apresentar outras características que poderão confundir com situações distintas da real. Quando não diagnosticado com altas habilidades/superdotação, o

discente poderá demonstrar desinteresse acadêmico, devido a um conteúdo repetitivo em classe, monótono, com atividades de baixo grau de dificuldade e metodologias inadequadas. Esses fatores contribuirão para a não identificação da criança, em suas reais características e o atendimento eficaz em suas particularidades. Uma vez compreendida, a criança terá confiança nos profissionais e todos no ambiente educacional.

Atualmente, existem ferramentas que poderão esclarecer fatores cruciais, na identificação dessas crianças. Como destaca Virgolim (2007, p. 58) em enfatizar que:

Há muitas estratégias para se identificar o aluno com altas habilidades/superdotação. A atitude mais recomendável entre os especialistas é a inclusão de múltiplas formas de avaliação, buscando dados sobre os talentos e capacidades de alunos, tanto em testes formais quanto em procedimentos informais e de observação.

Existem diversas formas de identificação, no contexto escolar, de alunos com altas habilidades/superdotação. O aperfeiçoamento do processo educativo do professor, realizando a introdução de recursos e aprimoramento da didática em sala de aula. Uma vez que o aluno demonstra características compatíveis com AH/SD, entra-se em um estágio de observação direta do comportamento e relacionamento em três pilares importantes, na vida do discente: escola, família e relacionamento interpessoal.

Outra forma de observação para diagnosticar um aluno com AH/SD é o Modelo dos Três Anéis, de Renzulli. Consiste em traços característicos de pessoas com altas habilidades/superdotação que são divididos em três: “habilidade acima da medida”, “envolvimento com a tarefa” e “criatividade”. Sendo assim,

Nem sempre a criança apresenta este conjunto de traços desenvolvidos igualmente, mas, se lhe forem dadas oportunidades, poderá vir a desenvolver amplamente todo o seu potencial. (REZULLI; REIS, 1997).

Em relação à potencialidade elevada que o indivíduo adquiriu desenvolvendo ótimo rendimento no aprendizado também consegue fazer relação com sua vivências diárias. Alguns casos das habilidades as crianças podem ter poder de absorver vários conteúdos rapidamente além da área que mais predomina. Sobre o terceiro traço, a criatividade, consiste na capacidade de elaboração soluções com diferentes informações adquiridas, geralmente, tende à originalidade e à flexibilidade, aptidão para elaboração de projetos.

Sabe-se que a execução de tarefas voltadas para o engajamento da criança com altas habilidades/superdotação traz à tona o desenvolvimento acadêmico, bom convívio social e um bom relacionamento entre o aluno com AH/SD e seu professor, visto que:

[...] a nossa expectativa é que, aplicando bons princípios de aprendizagem para todos os alunos, diluiremos as críticas tradicionais aos programas para superdotados e faremos das escolas locais onde o ensino, a criatividade e o entusiasmo por aprender sejam valorizados e respeitados. (REZULLI, 2004, p. 121).

Ressalta-se ainda que o estímulo familiar é essencial, para que o aluno desenvolva suas habilidades e, a partir daí, possa demonstrar características de uma criança com AH/SD. Para Freeman e Guenther (2000, p. 153):

Nada é mais importante, ou tem maior influência na educação de qualquer criança, do que a família onde ela nasce e vive os primeiros anos de vida. [...] mas o conjunto de adultos que vivem e convivem com a criança no dia a dia, respondendo as suas necessidades de manutenção e crescimento, sendo eles mesmos exemplos e modelos para imitação e inspiração, e provendo à criança os primeiros dados e informações necessárias para a compreensão do mundo.

Compartilhar as informações sobre as características de crianças com altas habilidades/superdotação, com os pais, é uma forma de dividir as tarefas e responsabilidades

com os mesmos. Deste modo, mesmo que a criança esteja em seu lar, seus pais e familiares poderão manter rotinas que estimulem sua criatividade e conhecimento.

3.1 Teoria das Múltiplas Inteligências – Gardner

Como estamos falando sobre a identificação das crianças com altas habilidades / superdotação na Educação Infantil, faz jus discorrer sobre a teoria de Gardner, no que diz respeito que a inteligência não poderia ser mensurada, apenas, por testes de QI; para o mesmo, a inteligência era multifacetada, composta por diversas áreas distintas competências. A partir desse raciocínio, tem-se uma visão pluralista, onde a capacidade de resolução de conflitos (internos ou externos) e elaboração de produtos que sejam utilizados dentro de diversas esferas culturais serão os novos índices de avaliação cognitiva. Através desse estudo, Howard Gardner (1995), desenvolveu a Teoria das Inteligências Múltiplas, que de forma sucinta retrataremos a seguir:

- **Inteligência Lógico-Matemática:** Capacidade de realizar cálculos, lidar com números, solucionar problemas e fazer deduções. Dessa forma, dentre os processos utilizados por esta inteligência estão: categorização, classificação, inferência, generalização, cálculo e testagem de hipóteses; (ARMSTRONG, 2001, p. 14).

- **Inteligência Linguística:** Habilidade em aprender línguas não natas, utilização da fala e da escrita para obtenção de êxito nos propósitos almejados pelo indivíduo. Segundo Gardner:

O dom da linguagem é universal, e seu desenvolvimento nas crianças é surpreendentemente constante em todas as culturas. Mesmo nas populações surdas, em que uma linguagem manual de sinais não é explicitamente ensinada, as crianças frequentemente ‘inventam’ sua própria linguagem manual e a utilizam secretamente. Dessa forma, nós vemos como uma inteligência pode operar independentemente de uma específica modalidade de *input* ou de um canal de *output*. (GARDNER, 1995, p. 25, grifo do autor).

- **Inteligência Espacial:** Habilidade na percepção de imagens, de conceitos espaciais geométricos, noções de espaço, capacidade em organização do ambiente mentalmente. Gardner afirma que:

Assim como o hemisfério esquerdo, durante o curso da evolução, foi escolhido como o local do processamento linguístico nas pessoas destros, o hemisfério direito é comprovadamente o local mais crucial do processamento espacial. (GARDNER, 1995, p. 26).

- **Inteligência Musical:** Agilidade acentuada de assimilações auditivas com melodias, notas, timbres e instrumentos musicais. Segundo Gardner (1995, p. 23):

O canto dos pássaros proporciona um vínculo com outras espécies. Evidências de várias culturas apoiam a noção de que a música é uma faculdade universal. Os estudos sobre o desenvolvimento dos bebês sugerem que existe uma capacidade computacional “pura” no início da infância. Finalmente, a notação musical oferece um sistema simbólico acessível e lúdico.

- **Inteligência Interpessoal:** Facilidade à aptidão de interação e comunicação com dois ou mais indivíduos. Para Gardner (1995, p. 27):

Está baseada numa capacidade nuclear de perceber distinções entre os outros; em especial, contrastes em seus estados de ânimo, temperamentos, motivações e

intencões. Em formas mais avançadas, esta inteligência permite que um adulto experiente perceba as intencões e desejos de outras pessoas, mesmo que elas os escondam. Essa capacidade aparece numa forma altamente sofisticada em líderes religiosos ou políticos, professores, terapeutas e pais.

• **Inteligência Intrapessoal:** Alta competência na entender seu interior, sagacidade na distinção dos sentimentos com clareza (alegria, tristeza, raiva). Segundo Gardner (1995, p. 28) caracterizam:

O conhecimento dos aspectos internos de uma pessoa: o acesso ao sentimento da própria vida, à gama das próprias emoções, à capacidade de discriminar essas emoções e eventualmente rotulá-las e utilizá-las como uma maneira de entender e orientar o próprio comportamento. A pessoa com boa inteligência intrapessoal possui um modelo viável e efetivo de si mesma. Uma vez que esta inteligência é a mais privada, ela requer a evidência a partir da linguagem, da música ou de alguma forma mais expressiva de inteligência para que o observador a perceba funcionando.

• **Inteligência Naturalista:** Clareza e sensibilidade na apreciação do que é natural, permitindo tipificar e identificar os reinos naturais (flora, fauna). Conhecimentos específicos podem ser aplicados em atividades voltadas aos fenômenos existentes na natureza. Dando ênfase a esta teoria os autores Brennan e Vasconcelos (2005, p. 32) ressaltam que:

O potencial naturalista é valorizado culturalmente, tanto no senso comum, quanto na esfera da ciência. Por exemplo, assim como o indivíduo que vive em ambientes rurais lida com situações de agricultura, baseado em informações que são transmitidas nas relações do cotidiano e age criativamente junto à natureza, também, o cientista que decodifica o DNA lida com informações que tendem a repercutir na natureza, inclusive no modo como o senso comum lida com a agricultura, como no caso da fabricação de alimentos transgênicos. Ambos, o cientista e o agricultor, desenvolvem a inteligência naturalista e aprendem a lidar com elementos que implicam na relação humana com a natureza. (BRENNAND; VASCONCELOS, 2005, p. 32).

• **Inteligência Cinestésica:** Discernimento no controle corporal, domínio e precisão nos movimentos para benefício próprio ou coletivo (atores, jogadores, bailarinos, acrobatas, mímicos).

Diante do exposto, destaca-se que essa teoria contribuiu significativamente para o entendimento das múltiplas inteligências, e, conseqüentemente, fortaleceu a desenvoltura de todo trabalho que seria desenvolvido com os alunos com altas habilidades/ superdotação a partir do enriquecimento curricular, porém, cabe à escola buscar meios eficazes que venham favorecer esse processo de identificação e desenvolvimento. Segundo Gardner (1995) o “conhecimento” corporal-cinestésico satisfaz muitos dos critérios de uma inteligência por que:

Executar uma seqüência mímica ou bater numa bola de tênis não é resolver uma equação atemática. E, no entanto, a capacidade de usar o próprio corpo para expressar uma emoção (como na dança), jogar um jogo (como num esporte) ou criar um novo produto [...] é uma evidência dos aspectos cognitivos do uso do corpo. (GARDNER 1995, p. 24).

Todavia, destaca-se que Gardner implantou várias concepções em relação ao QI, onde se passou por várias narrativas empíricas, portanto, acredita-se que as inteligências genéricas são únicas capaz de ser diagnosticada por testes, o fato é que os testes só detectavam as capacidades, tornando-se para Gardner algo muito insuficiente.

Diante do exposto Gardner se baseia em sete inteligências, porém não se limitou apenas nisso, continuou sua pesquisa que fora descobrindo mais duas, que foi naturalista e a

existencial. Ampliando o ponto de vista de sua síntese, com isso ele acredita que quando uma determinada área do cérebro é afetada poderá causar danos em algumas áreas convictas de alguma inteligência.

Nas escolas onde se deve vivenciar diversas práxis pedagógicas aplicada em metodologias diferentes, o docente traz consigo o seu método para aplicar a partir do conhecimento da realidade das crianças, sendo que se percebe que para amplificar a aprendizagem, muitas crianças progridem de forma particular, devido um ser diferente e ter suas particularidades individuais.

Portanto, percebe-se que depende muito das diferentes maneiras de como é aplicado o conteúdo, e os recursos utilizado como mediador para que o aluno consiga compreender de forma significativa, para tanto se faz necessário que o professor busque sempre em sua práxis oportunizar várias formas para desenvolver seu trabalho pedagógico em sala de aula, para viabilizar o fortalecimento dos vínculos entre a criança e o educador, pois deve-se: Reestruturar a sala de aula para criar áreas ou centros de atividade “favoráveis às inteligências” pode expandir imensamente os parâmetros para a exploração dos alunos em cada domínio. (ARMSTRONG, 2001, p. 96).

Contudo, para trabalhar com a inclusão destas crianças, deve-se utilizar estratégias de incentivo, a partir de um espaço enriquecido de recursos didáticos-pedagógicos, com profissionais qualificados, para mediar aprendizagem, com atividades que propõe desafiar este aluno. Porém, a criação de espaços que promovam atividades voltadas ao enriquecimento deste aluno com altas habilidades/superdotação, contribuiria bastante, visto que além de possuir um lugar adequado para o ensinamento, desenvolvimento e potencialização, se trabalharia também num suporte maior para as famílias.

3.2 Enriquecimento curricular

Em se tratando desse assunto, tendo em vista o aprimoramento das competências e habilidades desse público, são injetadas no sistema educacional, para auxiliar os profissionais da educação na identificação dos diversos perfis apresentados no âmbito escolar, palestras, novas metodologias, conceitos e debates com o intuito de estimular uma rápida percepção das características distintas das particularidades dos discentes em questão.

Alguns educadores notam a urgência para uma organização de projetos que visam à inclusão, buscando o estímulo, a qualificação satisfatória com a finalidade de ampliar o seu rendimento escolar. Além de todo aprimoramento adquirido, as redes regulares de ensino precisam planificar em classes sociais, atividades para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e enriquecimentos de novos aspectos curriculares, proporcionando excepcionais incitamentos para o aluno acima da média e com tamanhos extraordinários de talentos, aspirando requintar suas competências e na melhoria das suas conclusões, que farão diferença na sua vida pessoal e social.

Em se tratando do enriquecimento curricular, vale lembrar sobre as adaptações escolares adequadas, para obter um atendimento de qualidade, deve haver condições na infraestrutura adequada para receber este aluno. Outro ponto é o pedagógico, onde deve haver um enriquecimento curricular nos conteúdos, ampliando as atividades, e aprimorando o plano pedagógico com projeto, atividades ao ar livres, com auxílio de recursos e atividades com conteúdo amplos, onde possa contribuir no desenvolvimento de suas habilidades. Sobre a importância do enriquecimento curricular, Bates e Munday (2007, p. 45) considera que:

É importante reconhecer, a despeito do quão bom sejam as atividades suplementares e extracurriculares oferecidas aos alunos mais capazes, é na sala de aula regular que os alunos participam das atividades formais de ensino-aprendizagem e é nesse local que deve haver desafios suficientes para os alunos mais capazes.

É fato ressaltar sobre a importância do enriquecimento curricular como sendo um tratamento educacional oferecido aos alunos a partir de uma aprendizagem diversificada, além do currículo, deve ocorrer o aprimoramento dos conteúdos no sentido mais amplo. Portanto, além de se obter um enriquecimento curricular que vise o desenvolvimento do aluno com altas habilidades/ superdotação, este deve ser oportunizado pelo professor, para que se possam obter resultados positivos em relação ao processo ensino-aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todas as abordagens citadas neste artigo, percebemos que para se atender crianças com altas habilidade/superdotação, tivemos que passar por várias modificações ao longo do tempo, como também em vários fatores tipos: a nomenclatura de como era chamado às crianças, as metodologias, a forma de avaliação para diagnosticar este aluno, a estrutura escolar foi preciso se adaptar melhor e também as leis que foram sofrendo modificações em favor deste aluno.

Além disso, observa-se hoje em dia, que já existem algumas preocupações relacionadas ao atendimento das crianças com altas habilidades/superdotação no ambiente escolar, no sentido de melhorar o atendimento dessas crianças, no aprimoramento das atividades didáticas e de rotina de como é transmitido os conteúdos. Percebemos também, que várias escolas ainda sofrem por não conseguirem oferecer um atendimento de qualidade em sala de aula que seja capaz de suprir com as necessidades no processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que quando se trata de alunos com altas habilidades e superdotação, percebe-se que devemos dar um atendimento diferenciado devido a sua especificidade de aprendizagem, ou seja, que a sala de aula se torne apropriada e adequada, com exposição de recursos pedagógicos, projetos interdisciplinares, com acompanhamentos de preferência individualizados, que contribuía de forma significativa para o seu desenvolvimento cognitivo, autoconfiança nas execuções das tarefas, sua socialização, para tanto, eles necessitam ter sempre um apoio do professor que o ajudará a ter controle das suas áreas isoladas, fortalecendo os vínculos sócios afetivos no ambiente escolar.

No entanto constatamos que o profissional que trabalha diretamente com aprendizagem dessas crianças precisa sempre está se capacitando profissionalmente para ampliar sua pratica para proporciona uma qualidade de ensino.

Foi importante desenvolver a escrita desse artigo por que nos alertou acerca dessa demanda diversa existente em sala de aula, que com certeza vai exigir uma qualificação do profissional da educação para lidar com essa nova realidade.

Retrata-se também que a busca de fontes de pesquisas para o nosso tema, abriu um leque de informações relevantes para nossa realidade profissional, pois com certeza a nossas práxis ficará mais fortalecida e enriquecedora, destaca-se nesse interim, a contribuição da orientadora, que nos possibilitou através da pesquisa realizada, aprimorar ainda mais os nossos conhecimentos em relação as peculiaridades existentes nas crianças com altas habilidades/ superdotação.

Espera-se que esse artigo possa contribuir de forma qualitativa para estudos, pesquisa e reflexões acerca da temática em questão.

REFERÊNCIAS

A TEORIA das inteligências múltiplas Gardner. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo3/ateoriadasint>. Acesso em: 25 maio 2019.

A TEORIA das inteligências múltiplas e sua contribuição para o ensino de língua italiana no contexto de uma escola pública. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6222488-A-teoria-das-inteligencias-multiplas-e-sua-contribuicao-para-o-ensino-de-lingua-italiana-no-contexto-de-uma-escola-publica.html>. Acesso em: 25 maio 2019.

ALENCAR, E. S. **Criatividade e educação de superdotados**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. São Paulo: EPU, 2001.

ARMSTRONG, T. **Inteligências múltiplas na sala de aula**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001, 192p.

_____. **Inteligências múltiplas na sala de aula**. 2. ed. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BATES, J.; MUNDAY, S. **Trabalhando com alunos superdotados, corajosos e com altas habilidades**. São Paulo: Galpão, 2007.

BRASIL/MEC/CENESP. (1986) Portaria CENESP/MEC nº. 69, de 28 de agosto de 1986.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial – Secretária de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares, Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Ministério da Educação, Secretária Especial, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, MEC/SEESP, Brasília, 2008.

BRENNAND, E. G. G. e VASCONCELOS, G. C. O Conceito de potencial múltiplo da inteligência de Howard Gardner para pensar dispositivos pedagógicos multimidiáticos. **Ciências & Cognição**, ano 2, v. 5, p.19-35, 2005. Disponível em: www.cienciasecognicao.org. Acesso em: 25 maio 2019.

CUPERTINO, C.M.B. (Org.). **Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos**. 2. Ed. rev. atual. E ampla. SÃO PAULO: CENP/CAPE/FDE, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/1lgGok>(<http://goo.gl/1lgGok>).Acesso em: 19 abr. 2019.

FREEMAN, J.; GUENTHER, Z. C. **Educando os mais capazes: ideias e ações comprovadas**. São Paulo: EPU, 2000.

GAMA, M. C. S. S. **Educação de Superdotados: teoria e prática**. São Paulo: EPU, 2006.

_____. **Saberes e pratica da inclusão- Desenvolvimento competências para o atendimento as necessidades educacionais de alunos altas habilidades/ superdotação**, v.7. SEESP/MEC. Brasília: 2003.

GARDNER, H. **Estruturas da Mente - A teoria das inteligências múltiplas**. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUENTHER, Z. C. **Capacidade e talento: um programa para a escola**. São Paulo: EPU, 2006.

_____. **Caminhos para desenvolver potencial e talento**. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

_____. **Crianças dotadas e talentosas. Não as deixem esperar mais!** Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUENTHER, Z. C.; FREEMAN, J. **Educando os mais capazes: ideias e ações comprovadas**. São Paulo: EPU, 2000.

HISTÓRIA da Superdotação/Altas Habilidades. Disponível em: http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/68/Hist%C3%B3ria%20da%20Superdota%C3%A7%C3%A3o_PDF.pdf. Aceso em 20 maio 2019.

RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez, Porto Alegre, RS, a. XXVII, n. 1, p. 75 - 121, jan./abr. 2004.

_____. The three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity. *In*: RENZULLI, S.; REIS, Sally M. The triad reader. Connecticut: Creative Learning, 1986.

_____. **Saberes e pratica da inclusão- Desenvolvimento competências para o atendimento as necessidades educacionais de alunos altas habilidades/ superdotação**, v. 7. SEESP/MEC. Brasília: 2003.

VIRGOLIM, Ângela M. R. **Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

IMPLEMENTAÇÃO DE HORTA EM AMBIENTE ESCOLAR COMO FERRAMENTA PARA SENSIBILIZAÇÃO DISCENTE

IMPLEMENTATION OF HOUSES IN SCHOOL ENVIRONMENT AS A TOOL FOR AWARENESS

Cristiane Souza Santos Sousa*
Vera Lúcia Lopes de Barros**

RESUMO

Diante dos problemas ambientais advindos com as tecnologias e com a exploração descontrolada dos recursos naturais, torna-se necessário medidas educativas que permitam aos alunos repensar as suas relações com o ambiente, exercitando sua cidadania e assim melhorar a qualidade de vida. Nesta perspectiva, o estudo visou implementar uma horta em ambiente escolar como meio de sensibilizar ambientalmente os alunos da Escola Municipal Leda Tajra Chaves, São José de Ribamar-MA. O estudo deu-se através da pesquisa participante, onde pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho, ainda que com funções diferentes, tentando fazer emergir respostas sobre as questões do envolvimento do agente. A Horta Didática inserida no ambiente escolar é um laboratório vivo que irá possibilitar o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental. Ela unirá teoria e prática de forma lúdica, fazendo com que haja uma maior interação entre os estudantes. A horta inserida no ambiente escolar torna-se um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento dos conteúdos que sejam tratados como temas transversais de maneira interdisciplinar na educação formal. Este ambiente pode ser explorado como ferramenta didática, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e permitindo relações através do trabalho coletivo entre os alunos e professores.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of the study is to evaluate the standard of living of the company, as is the case of a human resources development company. Aim to implement a garden in a school environment as a means of environmental awareness, students of the Municipal School Leda Tajra Chaves, São José de Ribamar - MA. The study was carried out through the participant research, where researchers and researchers are subjects of the same work, although with different functions, trying to make emergent answers about as questions of the agent's involvement. The Didactic Garden inserted in the school environment is a living laboratory that allows the development of several pedagogical activities in environmental education. It will unite theory and practice in a playful way, making for greater interaction among students. The garden inserted in the school environment becomes a living laboratory that enables the development of contents that are treated as transversal forms in an interdisciplinary way in formal education. This environment can be explored as a didactic tool, helping the teaching and learning process and allowing relationships through collective work between students and teachers.

Keywords: Education. Cheers. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A problematização consistiu na carência de incentivos para com a Educação Ambiental, pois vem sendo uma ferramenta para o enfretamento dos problemas ambientais na dimensão educacional, sendo capaz de contribuir com mudanças e transformações sociais,

* Pós-Graduada em gestão Ambiental pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: cristianess1986@gmail.com

** Doutora em Ciências Biológicas (Entomologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Laboratório de Entomologia e Vetores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: veralopes.bio@gmail.com

envolvendo os diversos sistemas, como preconiza o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). (BRASIL, 1999).

Para que impactos culturais aconteçam são necessárias mudanças nas atitudes e na forma das pessoas verem a realidade, a fim de promover o desenvolvimento nos padrões de produção e consumo, como almeja o ProNEA. (BRASIL, 1999).

Tivemos como hipóteses, o incentivo da aplicabilidade da educação ambiental ocorra de modo articulado, tanto entre as iniciativas existentes no âmbito educativo como entre as ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental e assim propiciar um efeito multiplicador com potencial de repercussão na sociedade, faz-se necessária à formulação e a prática de políticas públicas que integrem essa perspectiva. Nesse sentido, a criação do ProNEA é essencial para a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), fortalecendo os processos existentes nessa direção na sociedade brasileira.

A educação ambiental, como um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN, deve estar presente em todos os níveis da educação, tornando-se necessária para o fomento de hábitos saudáveis visando uma postura sustentável.

Trabalhamos conforme a lei 9.795/99 que estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, respeitando em suas diretrizes nacionais aquelas a serem complementadas discricionariamente pelos estabelecimentos de ensino (artigo 26 da LDB) com uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais, conforme preceitua o princípio citado no 4º, inciso VII da Lei 9.795/99, que valoriza a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais, e o artigo 8º, incisos IV e V que incentivam a busca de alternativas curriculares e metodológicas na capacitação da área ambiental e as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo.

Sobre a formação inicial de professores, a Lei 9.795/99 preceitua, em seu artigo 11, que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. (BRASIL, 1999). Para tanto, a Lei faculta a inserção de disciplina específica de Educação Ambiental apenas para os “cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário” (10, §2º). (BRASIL, 1999).

A Justificativa deste artigo consistiu no aspecto dinâmico sobre a conservação do meio ambiente, e implementação de hortas, como uma construção humana, nesse contexto, uma fonte de preocupações é o consumo de alimentos sem agrotóxicos – produtos químicos usados na lavoura com o objetivo de combater insetos, fungos, ácaros e outros organismos que causam algum tipo de dano à plantação; ou para a limpeza e desinfecção de instalações de animais domésticos; baias e estábulos. A ação destas substâncias no organismo humano, sobretudo através da ingestão de alimentos contaminados é lenta e leva bastante tempo para se manifestar. O seu acúmulo nos organismos vivos pode provocar doenças crônica degenerativa a exemplo do câncer, fetos com má formação, abortos, perturbações mentais que levem ao suicídio problemas de pele entre outras doenças.

A Educação Ambiental proporciona aos alunos conhecimentos sobre um tipo de agricultura mais natural, o perigo da utilização de agrotóxicos e o mal que estas substâncias causam à saúde humana, aos animais e aos ecossistemas. Também é uma maneira dos estudantes descobrirem a importância dos legumes e verduras para a nossa saúde.

Diante de tais contextualizações acima, o respectivo estudo visou implementar uma horta em ambiente escolar da rede pública, como meio de sensibilizar ambientalmente os alunos/as.

O objetivo geral foi implementar uma horta em ambiente escolar como meio de sensibilizar ambientalmente os alunos da Escola Municipal Leda Tajra Chaves, São José de Ribamar-MA. Enquanto que os objetivos específicos foram:

- incentivar os alunos a preservarem o meio ambiente, levando-os a questionar suas atitudes cotidianas e repensar seu papel como cidadão e parte do ecossistema;
- trabalhar o tema lixo, através da valorização dos resíduos sólidos;
- complementar e enriquecer o cardápio dos alunos e proporcionar hábitos alimentares saudáveis;
- apresentar novas possibilidades de atividades a serem trabalhadas com os alunos.

A partir das atividades desenvolvidas na horta, os alunos ficam sensibilizados com a preservação do ambiente escolar, além de promover a oportunidade de muitas crianças estabelecerem contato com a natureza. Ao manipularem a terra muitos estudantes adquiriram também maior habilidade manual, melhoram a coordenação motora, a habilidade manual além de adquirir mais força nas mãos.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL RELACIONADA A MELHORIA DA QUALIDADE DA VIDA HUMANA POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DA HORTA ESCOLAR

A expressão qualidade de vida define o grau de realização que uma determinada população ou indivíduo consegue atingir em relação às suas necessidades fundamentais, ou seja, seria a somatória de fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas, psíquicas e sociais inerentes e/ou adquiridas. (COIMBRA, 1985, p. 18).

É notório que o desenvolvimento de atividades desenvolvidas na escola e principalmente na horta escolar contribui diretamente para utilização de meios sustentáveis que posteriormente refletirá em uma dieta mais saudável.

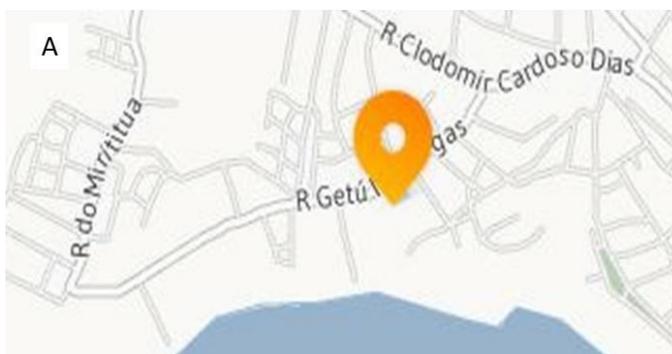
Para Muniz e Carvalho (2007) as hortas se constituem num instrumento pedagógico que possibilita o aumento do consumo de frutas e hortaliças, a construção de hábitos alimentares saudáveis, o resgate dos hábitos regionais e locais e a redução dos custos referentes à merenda escolar. A construção de uma consciência voltada a melhoria da qualidade de vida inserida no espaço escola reflete diretamente um estilo de vida mais saudável e menos impactante sobre o ambiente, ao mesmo tempo em que integra os cuidados com a saúde e a natureza. De acordo com Ruscheinsky (2002), é importante conferir à agricultura um caráter mais autossustentável e menos agressivo a natureza como atualmente é a agricultura convencional. Para Irala e Fernandez (2001), promover a reeducação alimentar é considerar a Educação Ambiental como área indispensável para entendimento da relação entre o homem e a natureza, construindo a noção de que o equilíbrio do meio ambiente é fundamental para a sustentabilidade de nosso planeta. Portanto, a ampliação das relações entre qualidade de vida, saúde, bem-estar e equilíbrio biológico do planeta tendem a ser alcançadas através da horta orgânica, desse espaço tão dinâmico que possibilita novos modos de alimentação e contribui para a sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

O artigo foi realizado na Escola Municipal Leda Tajra Chaves, localizada na Rua Getúlio Vargas, s/n, no município de São José de Ribamar. Essa escola atende aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental durante o dia e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante a noite. Atualmente a unidade escolar conta com um quadro de 60 funcionários,

composta de professores, diretor, coordenadores, gestores, monitores, secretárias, merendeiras e serviços gerais.

Figura 1 – Localização da Escola Municipal Leda Tajra Chaves



Fonte: Google, 2019

Figura 2 – Entrada da Escola



Fonte: A autora, 2019

3.1 Procedimentos metodológicos

Com o propósito de chegar a uma compressão mais real da pesquisa e alcançar seus objetivos, realizou-se levantamentos bibliográficos sobre a temática que, por sua vez, foram selecionados segundo aspectos conceituais em comum e relevância. O estudo deu-se através da pesquisa participante, onde pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho, ainda que com funções diferentes, tentando fazer emergir respostas sobre as questões do envolvimento do agente. A importância dessa metodologia reside no fato de que o pesquisador evita a unilateralidade conclusiva do tema pesquisado, fazendo com que a realidade do observado, mais bem entendida, sirva como matéria prima a um processo de educação. (PEDRA, 2000).

3.2 Diagnóstico inicial

Para o diagnóstico inicial, foi aplicado um questionário estruturado (Figura 3) com perguntas fechadas aos alunos para compreender a percepção dos mesmos acerca da temática ambiental e do seu hábito alimentar, onde foi possível eleger as hortaliças consideradas por eles mais importantes na implantação da horta, além de discorrerem sobre a frequência do próprio consumo em relação às hortaliças.

Figura 3 – Aplicação do questionário sobre o tema abordado no estudo



Fonte: A autora, 2019

3.3 Implantação da Horta Escolar

Para valorização do lixo seco, o material utilizado para confecção dos canteiros e das sementeiras foram garrafas *pet* e pneus (Figura 4). Para isso, foram preparadas caixas para coleta das garrafas. A escolha do local da horta foi realizada em comum acordo com a direção da escola, obedecendo às exigências técnicas para sua implantação.

A partir dessa etapa e da escolha das hortaliças feita pelos alunos, foi feito o preparo do solo, o preparo das sementeiras e transplante das mudas (alface, beterraba, cheiro-verde, coentro, cebolinha).

Figura 4 – A: Confeção dos canteiros com garrafas *pet* e pneus. B: Preparo do solo. C: Transplanto das mudas.

Fonte: A autora, 2019.

3.3.1 Acompanhamento do desenvolvimento da horta escolar

Para a manutenção foram formados grupos de trabalho de acordo com as turmas, que dividirão as tarefas, como rega e tratos culturais. Cada grupo desenvolveu atividades em um dia da semana.

Os professores também participaram do processo de acompanhamento, buscando incentivar e auxiliar os alunos no engajamento das atividades, permitindo também a integração de conhecimentos teóricos de suas aulas com a prática vivenciada na horta escolar, permeando também a relação entre homem e natureza durante esse processo.

3.3.2 Diagnostico final

Após a implementação da horta, foi elaborado um diagnóstico final, a fim de avaliar o impacto do projeto, sobre os estudantes, bem como identificar se houve mudanças no modo de pensar dos mesmos por meio da comparação com os dados obtidos no diagnóstico inicial.

3.4 Instrumentos e análises dos dados

Analisou-se os dados finais sob perspectiva qualitativa e quantitativa utilizando-se da técnica da “triangulação”, uma aproximação entre a análise qualitativa e quantitativa, na qual os dados coletados poderão ser apresentados de forma estatística e discutidos através da descrição. Para Angrosino (2009), a confiabilidade da observação participante é uma questão de registro sistemático, análise de dados e repetição regular das observações durante um determinado período em que a validade da pesquisa observacional é um meio de determinar a autenticidade dos resultados. Assim, o pesquisador, pode atestar a validade da sua observação, pela triangulação, usando diversas técnicas complementares como a entrevista, narrativas, história de vida, práticas interacionistas, análise de documentos, confirmando, desta forma, os dados obtidos pela observação

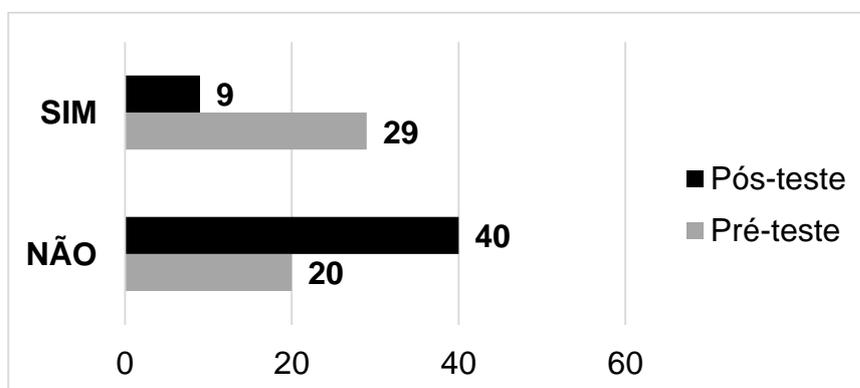
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolver a educação ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva, devido à existência de grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação. Sobretudo, na execução de atividades e projetos, e na manutenção e continuidade dos já existentes. Fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da direção de realmente desenvolver um projeto ambiental que vá alterar a rotina na escola, entre outros. (ANDRADE, 2000).

A Horta Didática inserida no ambiente escolar é um laboratório vivo que irá possibilitar o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental. Ela unirá teoria e prática de forma lúdica, fazendo com que haja uma maior interação entre os estudantes. E, por conseguinte, um melhor aproveitamento da disciplina de Ciências/Biologia. A Horta Didática não deve apenas ficar restrita ao processo de produção de alimentos, mas deve ser trabalhada como um processo pedagógico.

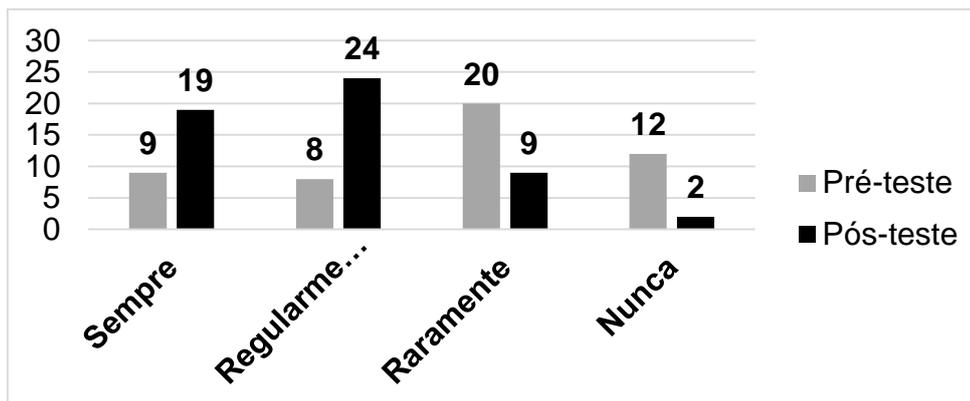
O questionário foi aplicado a 49 alunos e os resultados desta pesquisa podem ser melhor visualizados por meio de gráficos elaborados com fins de organizações didáticos pela pesquisadora. Para elaboração dela, considera-se:

Gráfico 1 – Trabalhos com o tema Educação Ambiental em sala de aula



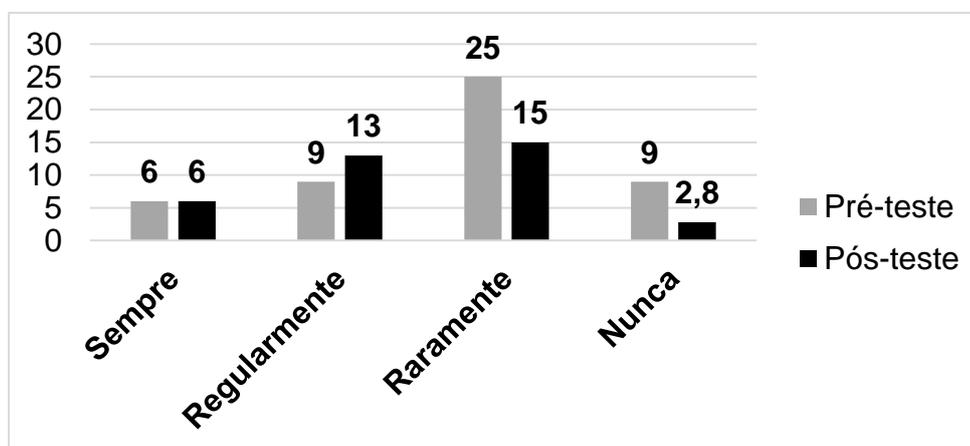
Fonte: A autora

Gráfico 2 – Frequência com a qual os assuntos ligados ao meio ambiente são tratados em sala de aula



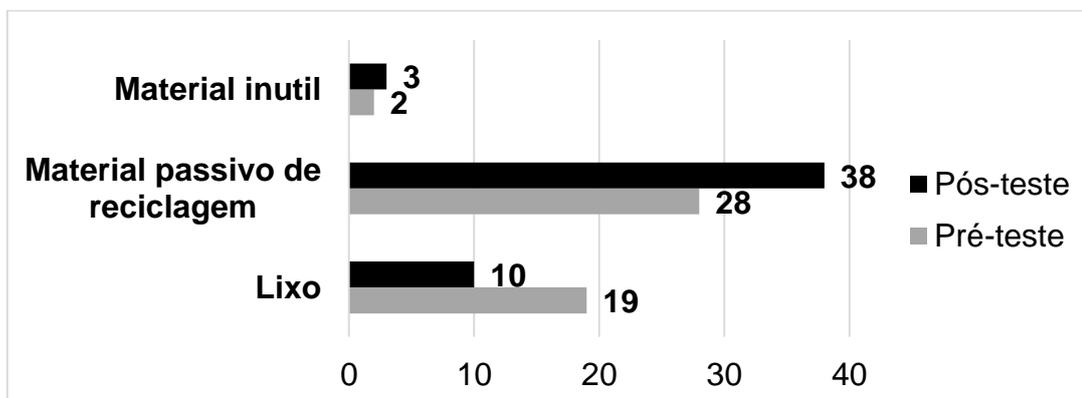
Fonte: A autora

Gráfico 3 – Realização de coleta seletiva em casa



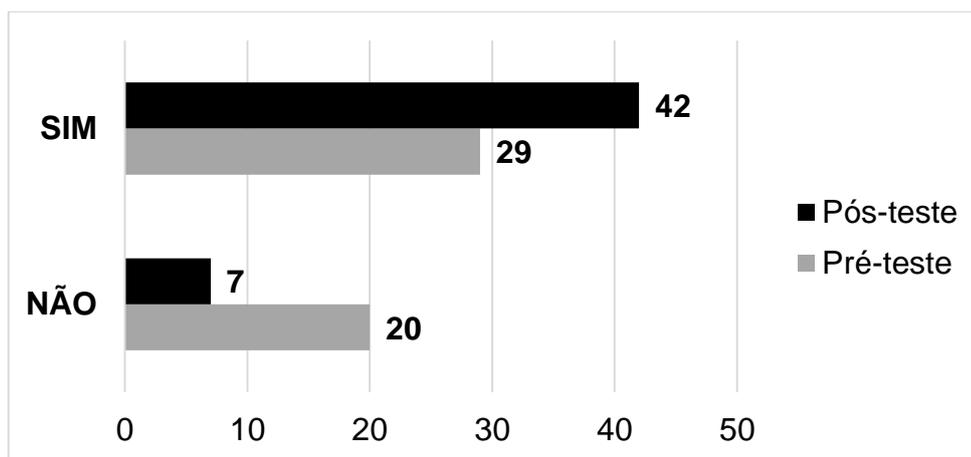
Fonte: A autora

Gráfico 4 – Percepção acerca do que é resíduo sólido



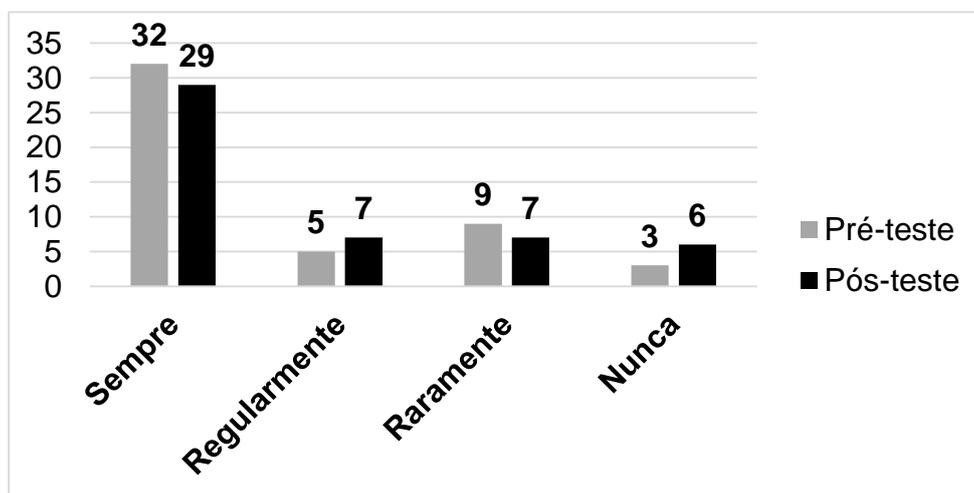
Fonte: A autora

Gráfico 5 – Responsabilidade pelo resíduo produzido



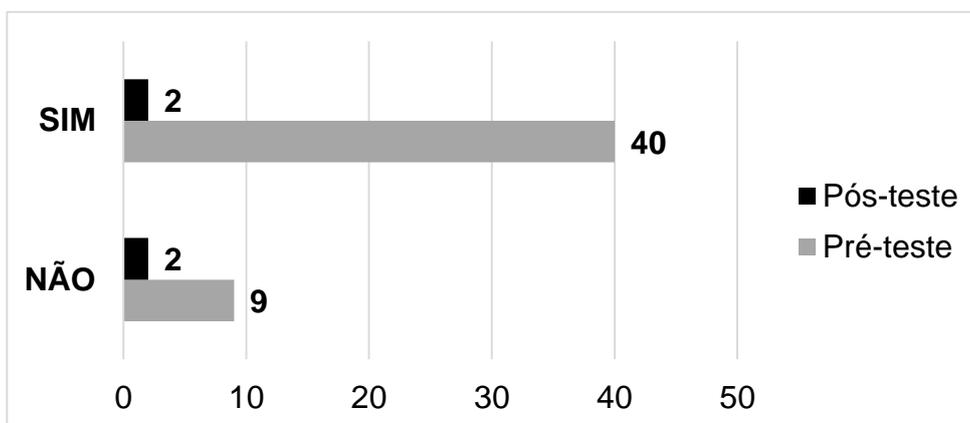
Fonte: A autora

Gráfico 6 – Alimentação com legumes, frutas e verduras



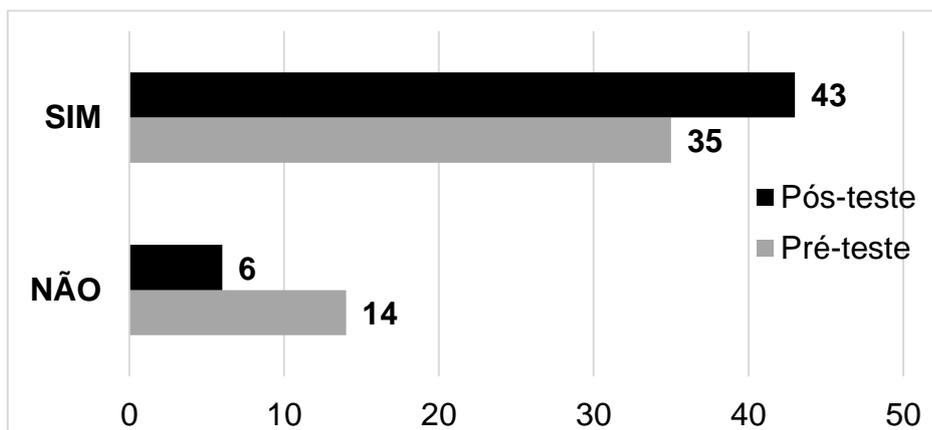
Fonte: A autora

Gráfico 7 – Percepção sobre horta orgânica



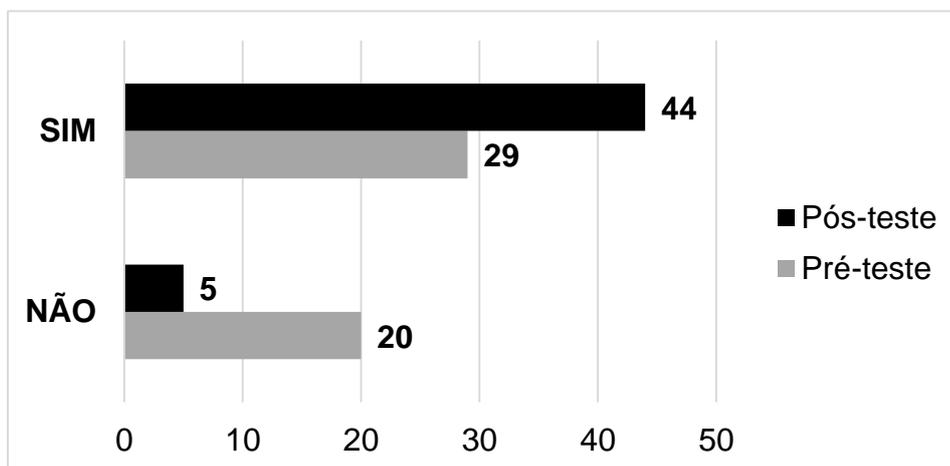
Fonte: A autora

Gráfico 8 – Percepção sobre recursos hídricos



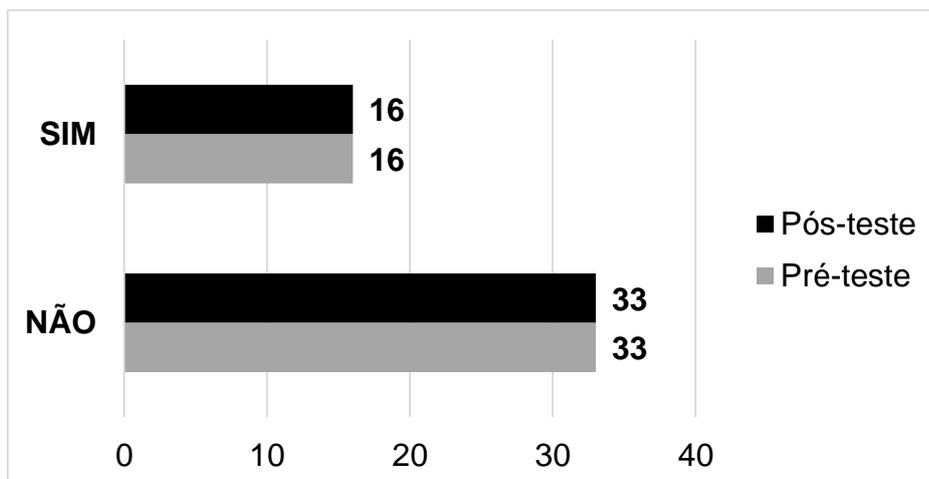
Fonte: A autora

Gráfico 9 – Percepção sobre o que é adubo orgânico



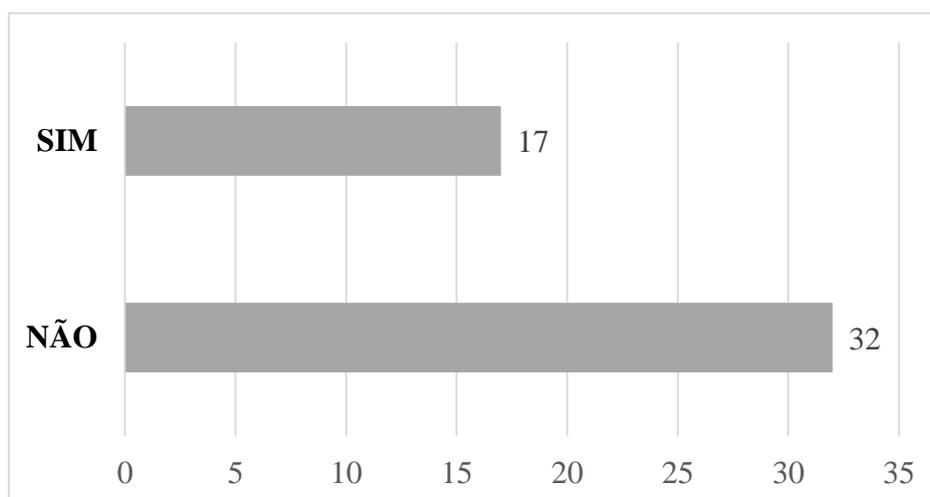
Fonte: A autora

Gráfico 10 – Plantio de hortaliças



Fonte: A autora

Gráfico 11 – Projeto ambientais na escola



Fonte: A autora

Quando questionados sobre a importância do assunto sustentabilidade e meio ambiente, constatou-se que todos reconhecem a relevância do tema. Também houve unanimidade na resposta ao questionamento sobre o desenvolvimento do tema Educação Ambiental nas aulas dos professores, já que todos os entrevistados responderam afirmativamente. Hoje em dia, com a colaboração de toda a comunidade escolar, a horta tem muito mais alimentos do que no início projeto, desse modo continuará a produzir o ano letivo inteiro.

Para Cribb (2010), a horta escolar é o espaço propício para que as crianças aprendam os benefícios de formas de cultivo mais saudáveis. Além disso, aprendem a se alimentar melhor, pois como se sabe, as crianças geralmente não gostam de comer verduras e legumes e o fato de cultivar o alimento que levarão para casa estimula a comê-los, especialmente quando conhecem a origem dos vegetais e sabem que são cultivados sem a adição de insumos químicos.

Analisando os dados obtidos através dos questionários percebe-se, que a Educação Ambiental é um dos temas mais importantes a serem absorvidos pelas crianças, analisar sua relação com a natureza e os impactos que suas ações podem causar no sentido ecológico. É aí que os projetos de horta escolar se inserem, eles aproximam os estudantes da realidade, fazendo com que as crianças criem hábitos sustentáveis e ecologicamente corretos.

A escola, de acordo com Santos (2007) é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz, se diz e se valoriza, representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

Segundo Nogueira (2005), a horta na escola pode servir como fonte de alimentação e atividades didáticas, oferecendo grandes vantagens às comunidades envolvidas, como a obtenção de alimentos de qualidade a baixo custo e também o envolvimento em programas de alimentação e saúde desenvolvidos pelas escolas.

Hortas escolares são ferramentas que, dependendo da orientação dada pelo educador, podem abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada promovendo experiências que desenvolvem valores. Inclusive, Krasilchik (2004) afirma que as aulas práticas no ensino servem a diferentes funções para diversas concepções do papel da escola e da forma de aprendizagem.

A Educação Ambiental deve ser permanente, multidisciplinar, integrada às questões sociais e econômicas, destinada à resolução de problemas e preocupada com as perspectivas para o futuro. (NPMA, 1995 apud SANTOS, 2007).

Assim, ao longo da pesquisa, observou-se o envolvimento e atuação direta dos alunos, além do alto grau de responsabilidade e comprometimento dos educandos em consolidar novas posturas e hábitos dentro da comunidade escolar. Durante as fases de análise do solo, preparação e adubação dos canteiros, os alunos foram inseridos nessa nova proposta de reorganização do espaço da horta acompanhando, em grupos, tudo o que estava sendo feito.

Durante a construção da horta, os alunos puderam interagir diretamente com o ambiente, compartilhando e construindo conhecimentos através de uma visão diferenciada. Percebeu-se nesse instante que os alunos se sentiram mais à vontade para elucidar suas dúvidas, expor ideias, levantar questionamentos, compartilhar conhecimentos populares e teóricos com os demais alunos/professores e solucionar alguns problemas que surgiram nesse momento. Nessa etapa, percebeu-se que alguns alunos já conheciam os métodos e técnicas de plantio, já que alguns desempenhavam ou acompanhavam tarefas semelhantes no seu cotidiano. No entanto, mesmo assim procurou-se explorar técnicas que seriam utilizadas nesse processo. Nesse momento, observou-se que os educandos se sentiam parte integrante dessa teia da vida e realizavam o plantio de maneira cuidadosa, procurando proporcionar um ambiente o mais favorável possível para o desenvolvimento de cada organismo.

Os alunos observaram a notória importância da horta para a escola nessa etapa; de maneira espontânea foram apropriando e aproximando-se do espaço da horta em atividades cotidianas, passando a cuidar desse espaço diariamente, sem qualquer imposição de responsabilidade por parte dos educadores, ou por ordens impostas para manter o espaço da horta bem cuidado. Ações voluntárias por parte dos educandos foram realizadas de modo a manter a horta saudável e conservada. Além disso, os alunos mais engajados procuraram sensibilizar a escola enfatizando a importância da horta para a escola, o papel de todos em sua conservação e participação dos demais alunos na manutenção da horta.

4.1 Desenvolvimento e sustentabilidade na horta escolar

Buscou-se garantir nesse momento uma concepção sustentável para o desenvolvimento das atividades durante a manutenção e ampliação da horta escolar. As atividades foram se aprimorando com o passar dos meses, para acomodar todo o crescimento da horta (Figura 5).

Figura 5 – Horta escolar



Fonte: A autora, 2019.

A implementação da horta foi pensada de maneira a ser ecologicamente sustentável, tentando aproveitar todas as potencialidades do espaço e utilizar os recursos disponíveis na escola, inclusive alguns que eram desperdiçados anteriormente.

Realizou-se após cada colheita a adubação do solo, os alunos utilizavam os compostos de alimentos orgânicos já preparados anteriormente. Para esse processo era recolhido resto de alimento na cozinha da escola, como casca de fruta, de ovos, borra de café, talos e folhas de hortaliças, resto de verduras que ficavam armazenados em recipientes por longo período na horta (3 meses). Essa atividade garantiu diminuição de resíduos sólidos na escola, ausência de adubação química, e uma qualidade saudável, pois as hortaliças começaram a fazer parte da alimentação dos alunos (Figura 6). Resultados semelhantes foram obtidos por alguns autores: Pimenta e Rodrigues (2011), em uma Escola pública do bairro de Capuava (GO), em seu estudo observaram que os funcionários da entidade onde a pesquisa fora desenvolvida apontam que através da horta foi possível contribuir diretamente na merenda dos alunos, levando alimento de boa qualidade, sem agrotóxico, inserindo na alimentação escolar um habito mais saudável, sendo o custo benefício do projeto inestimável, pois valoriza o meio ambiente e proporciona conhecimento.

Figura 6 – Alunos no momento do almoço



Fonte: A autora, 2019.

O sentido de trabalhar por um meio ambiente sadio constrói-se num fazer diário, numa relação grupal e pessoal e, por isso, a tomada de consciência ambiental só podem traduzir-se em ação efetiva quando segue acompanhada de uma população organizada e preparada para conhecer, entender e exigir seus direitos e exercer suas responsabilidades. (GUTIÉRREZ; PRADO, 2002, p. 14).

Nas observações pôde-se perceber a interação direta nas aulas teóricas realizadas no espaço tradicional da sala de aula com as aulas de campo realizadas na horta escolar, que foram desenvolvidas por diferentes professores, com múltiplos propósitos e em disciplinas diversas. Nesse processo os alunos foram aproximando-se da horta como projeto central (Figura 6), além da integração dos demais projetos da escola com a horta.

Com a respectiva pesquisa, observa-se também que os alunos obtiveram uma grande aproximação com a natureza na dimensão da localidade em que estão inseridos, reconstruindo laços de interação entres eles mesmos e o espaço natural ao redor, um tipo de vínculo fragilizado no mundo industrializado e urbanizado. Portanto a horta escolar e todas as atividades inseridas nesse meio promoveram o resgate de valores socioambientais como solidariedade, coletividade e respeito. A implantação do espaço também pôde aprimorar e desenvolver novas habilidades relacionadas ao ensino de ciências e biologia; viabilizar aulas

de campo dentro da escola, porém fora da sala de aula; promover interações entre os conteúdos do currículo e compreensão da profundidade teórico-prática de questões ambientais.

Vale ressaltar sobre duas dificuldades, a resistência de alguns professores em liberar a turma e a retirada das mudas de algumas garrafas pets. No entanto, no decorrer do desenvolvimento do projeto, percebeu-se maior sensibilidade da comunidade escolar à construção da horta.

Figura 7 – Apresentação das hortaliças do projeto Horta Escolar



Fonte: A autora, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental inserida no cotidiano escolar através de atividades incorporando teorias e práticas no fazer pedagógico oferece uma ampla contribuição no processo de ensino-aprendizagem, ao resgate de valores socioambientais e na socialização da comunidade escolar.

A horta inserida no ambiente escolar torna-se um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento dos conteúdos que sejam tratados como temas transversais de maneira interdisciplinar na educação formal. Este ambiente pode ser explorado como ferramenta didática, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e permitindo relações através do trabalho coletivo entre os alunos e professores.

A horta propiciou a reflexão e o desenvolvimento de novas atitudes e práticas que corroboraram para uma sensibilização diante das questões ambientais e cooperação através do trabalho em equipe, além de minimizar a visão fragmentada dos educandos a respeito da Educação Ambiental, integrando-os nessa teia de relações ecológica a partir da reconstrução de valores mais humanizados.

A sustentabilidade integrada à implantação e manutenção da horta contribuiu significativamente no processo de aprendizagem e possibilitou ao menos uma reflexão sobre a relação dos alunos com o espaço natural que os cerca, aprofundando suas noções de responsabilidade social e estimulando hábitos saudáveis e atitudes ecologicamente viáveis.

Nesse sentido através da implantação da horta escolar foi possível revelar o verdadeiro papel do eco pedagogia, possibilitando a formação de indivíduos comprometidos com a cidadania planetária, ampliando relações humanas, sociais e ambientais.

Promover a sustentabilidade no espaço escolar através da horta vai além de implantar ou melhorar a estética do espaço físico, perpassa o cotidiano dos alunos, as relações de interação estabelecidas dentro da comunidade escolar, criando e provando novas posturas e atitudes, reflexões e reconstruindo valores que contemplem a complexidade da nossa existência e garantam o futuro do nosso planeta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. *In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 4, out./nov./dez. 2000.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. MMA/MEC, 1999.

COIMBRA, J. Á. A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB, p. 18, 1985.

CRIBB, S. L. S. P. Contribuições da Educação Ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 42-60, abr. 2010.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire: Cortez, 2002.

IRALA, C. H.; FERNANDEZ, P. M. **Manual para escolas. A Escola promovendo hábitos alimentares saudáveis. Horta**. BRASÍLIA, 2001.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, 2007.

NOGUEIRA, W. C. L. Horta na escola: uma alternativa de melhoria na alimentação e qualidade de vida. *In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG*, 8, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2005. 48p.

PEDRA, J. P. **Um olhar sobre o mar: atividades em arte –educação como tema ambiental com alunos da comunidade da Ilha do Superagui**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

PIMENTA, J. C.; RODRIGUES, K. da S. M. Projeto horta escola: ações de educação ambiental na escola centro promocional todos os santos de Goiânia (GO). *In: Simpósio de*

Educação Ambiental e Transdisciplinaridade, 2., 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG/IESA/NUPEAT, 2011.

RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental, abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, C. P. **A Educação Ambiental – Um estudo de caso no Município de Vitória da Conquista – BA**. Bahia, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Pf

• Questionário

1-Os professores da escola já trabalharam o tema Educação Ambiental em sala de aula?
A)sim () B)não()

2-Na sua avaliação em sala de aula com que frequência são tratados os assuntos ligados ao meio ambiente:
A)sempre () B)com alguma frequência ()
C)raramente () D)nunca()

3-Você costuma separar os resíduos produzidos na sua casa, ou seja, faz coleta seletiva?
A)sempre () B)com alguma frequência ()
C)raramente () D)nunca ()

4- Para você o que é resíduo sólido?
A)lixo ()
B)é um ciclo que tem destino certo para reciclagem se precisar ()
C)lixo é inutilidade, deve ser jogado em qualquer lugar ()

5-Você se considera responsável pelo resíduo que produz?
A)sim () B)não ()

6-Você costuma se alimentar de legumes, frutas ou verduras:
A)sempre () B)com alguma frequência ()
C)raramente () D)nunca ()

7-Você sabe o que é uma horta orgânica?
A)sim () B)não ()

8-Você acha que a água do planeta pode acabar um dia?
A)sim () B)não ()

9-Você sabe o que é adubo orgânico?
A)sim () B)Não

10-na sua casa há plantio de hortaliças?
A)sim () B)não ()

11-Você já participou de outro (s) projeto na área do meio ambiente na escola?
A)sim () B)não ()

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO NA GESTAÇÃO: revisão bibliográfica

URINARY TRACT INFECTION IN PREGNANCY: literature review

Antônia Maria Santos do Lago*
Carla Bianca Rocha Ferreira*
Jéssica Edilainer de Sousa Rabelo Martins*
Josieli Ribeiro Machado*
Julianne Lima da Conceição*
Marinalva Santos Silva*
Marjanne Pestana Ferreira*
Ronileny Serra da Silva Leite*
Sheila Regina de Sousa Santos*
Susane Araújo Silva Alves*
Fernanda Italiano Alves Benicio Sousa**

RESUMO

A infecção de trato urinário (ITU) é a terceira ocorrência clínica mais comum durante a gestação podendo promover sérios agravos tanto para a vida da mãe quanto para a do bebê. O presente artigo tem como objetivo destacar a infecção de trato urinário na gestação como uma patologia que ocasiona sérios riscos para a vida do binômio mãe e bebê, bem como destacar a importância da atuação do enfermeiro na prevenção destes agravos. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório baseada em artigos científicos, do período de 2008 a 2018, disponíveis nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, SCIELO e LILACS. No total obteve-se 25 artigos utilizados na pesquisa. Como resultados observou-se que, na gestação as mulheres ficam mais suscetíveis a ITU, devido as várias modificações anatômicas que ocorrem no corpo da mulher, como o aumento do diâmetro do músculo do ureter, assim diminuindo o fluxo de urina dos rins para bexiga, o crescimento uterino promovendo a multiplicação de bactérias e a mudança de pH vaginal. Quando as ITU não são descobertas precocemente podem ocasionar rotura prematura de membranas, trabalho de parto prematuro, febre no pós-parto, sepse materna e infecção neonatal e infertilidade. Tendo em vista as complicações que podem surgir na gestação, o enfermeiro se torna de fundamental importância no aspecto de educação e promoção em saúde, identificar problemas danosos a vida da mãe e bebê, oferecendo ferramentas fundamentais que favorecerão um cuidado diferencial, prevenido as infecções e melhorando a qualidade de vida deste binômio.

Palavras-chave: infecção urinária na gestação. Enfermagem. Pré-natal. Gestação de alto risco.

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: santosdolago@gmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: carlabiancarocha@hotmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: jessica_lainny15@hotmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: josirm_jk@hotmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: julianne-lima@hotmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: marinalvasantoz@outlook.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: marjanne_s@hotmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: ronilenyte@gmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: Sheilaregina378@gmail.com

* Discente do curso de Enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano (IESF), MA. E-mail: susanearaujo.silva@hotmail.com

** Docente do curso de enfermagem do Instituto de ensino superior Franciscano IESFMA, especialista na área de gineco-obstetrícia; Mestre em Biologia Parasitária. E-mail: nandaitaliano@hotmail.com

ABSTRACT

Urinary tract infection (UTI) is the third most common clinical occurrence during gestation and can cause serious damage to both mother's and baby's life. This article aims to highlight the urinary tract infection in pregnancy as a pathology that causes serious risks to the life of the mother and baby binomial, as well as highlight the importance of the nurse 's role in the prevention of these diseases. This is a descriptive and exploratory bibliographic review based on scientific articles, from 2008 to 2018, available in the Virtual Health Library database, SCIELO and LILACS. In total, 25 articles were used in the research. As a result, it was observed that during pregnancy, women become more susceptible to UTI due to the various anatomical modifications that occur in the woman's body, such as increasing the diameter of the ureter muscle, thus decreasing the flow of urine from the kidneys to the bladder, the uterine growth promoting the multiplication of bacteria and the change of vaginal pH. When UTIs are not discovered early, they can lead to premature rupture of membranes, premature labor, postpartum fever, maternal sepsis and neonatal infection and infertility. Given the complications that may arise during pregnancy, the nurse becomes of fundamental importance in the aspect of education and health promotion, identify harmful problems in the life of the mother and baby, offering fundamental tools that will favor differential care, preventing infections and improving the quality of life of this binomial.

Keywords: Urinary tract infection in pregnancy. Nursing. Prenatal. High risk pregnancy.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez é uma transformação fisiológica que deve ser visualizada como uma experiência agradável tanto para a gestante quanto para a equipe multiprofissional, que envolve mudanças físicas, psicológicas e sociais. Por meio da Rede Cegonha, o Ministério da Saúde preconiza uma atenção humanizada a gestante com o objetivo de assegurar acesso e melhorias na assistência pré-natal. Entretanto, existem fatores que contribuem para o risco gestacional, que podem colocar em perigo e ameaçar a vida da progenitora e sua prole, sendo que, uma dessas problemáticas que mais acomete as pacientes é a infecção do trato urinário. (BRASIL, 2012).

A infecção do trato urinário (ITU) consiste no crescimento e na multiplicação de bactérias dentro do trato urinário podendo ocasionar vários tipos de lesões. Estas podem acometer grávidas e não grávidas, e são classificadas como bacteriúria assintomáticas ou sintomáticas (uretrite, cistite, pielonefrite aguda e crônica). (BAUMGARTEN *et al.*, 2011). Na fase gestacional, a mulher pode apresentar, com frequência, as ITUs, sendo consideradas a terceira queixa de maior incidência na gestação, podendo promover sérios agravos para a vida tanto da mãe quanto para a do Recém-Nascido. (PIGOSSO; SILVA; PEDER, 2016).

Segundo a Revista Brasileira de ginecologia e obstetrícia, em 80% dos casos das ITU, a *Escherichia coli* é o uropatógeno mais comum, seguida de *Klebsiella pneumonice*, *Proteus mirabilis* e *Pseudomonas aeruginosas*. A via de transmissão mais comum é pela uretra, mas pode ser também por via hematogênica ou linfática. (DUARTE *et al.*, 2008). As alterações anatômicas e fisiológicas no período gestacional, como a dilatação das pélvis renais e ureteres e a redução do tônus vesical podem transformar uma infecção assintomática em sintomática, além de outros fatores como a capacidade diminuída do sistema renal de concentrar a urina, o aumento pH, progesterona e estrógeno, facilitando a invasão e o crescimento dessas bactérias. (BAUMGARTEN *et al.*, 2011).

Bacteriúria assintomática não apresenta sintomas e é diagnosticada quando há pelo menos duas amostras de urina consecutivas com crescimento bacteriano $\geq 10^5$ Unidades formadoras de colônias por mililitro de urina ($\geq 10^5$ UFC/ ml de urina). Já as sintomáticas, como a Cistite, infecção a nível de bexiga, podem apresentar disúria, piúria, hematúria, sensação de peso e dor no hipogástrio, a urocultura apresenta ($\geq 10^5$ UFC/ ml de urina). A Pielonefrite aguda acomete o rim e suas estruturas adjacentes, a cultura apresenta positiva, colônias ≥ 100 mil do mesmo germe, causando dor no flanco uni ou bilateral, hipertemia, cefaleia, taquipneia, desidratação causada por vômito e anorexia. (BAUMGARTEN *et al.*, 2011).

Sendo diagnosticada através de cultura e hemocultura, as ITU tem tratamento a base de antibióticos e suas complicações podem levar a diversas patologias como hipertensão arterial, pré-eclâmpsia, insuficiência renal, partos prematuros e óbitos fetais. (FURLANI; BULKA, 2014). Deve-se

solicitar a realização da cultura da urina no primeiro e terceiro trimestre de gestação para que seja diagnosticado previamente as ITUs, e assim, tomar as devidas medidas no tratamento terapêutico, que podem ser em dose única, curta e longa duração. (BRASIL, 2012).

O enfermeiro atua principalmente na prevenção do cuidar do binômio mãe-filho por meio do pré-natal, onde irá realizar o monitoramento e identificação de possíveis riscos. Além disso, irá fornecer orientações educativas a respeito da gestação, parto e puerpério, fazendo com que essas mulheres busquem o serviço de saúde mesmo sem apresentar os sinais e sintomas, buscando assim um tratamento mais eficaz. Sendo que, ao diagnosticar comprometimento na saúde da mãe ou filho que torne a gestação como de alto risco, deve-se encaminhar esta gestante para o atendimento com um médico. (SOUSA; MENDONÇA; TORRES, 2012).

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo destacar a infecção de trato urinário na gestação como uma patologia que ocasiona sérios riscos para a vida do binômio mãe e bebê, bem como destacar a importância da atuação do enfermeiro na prevenção destes agravos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo, trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório baseada em artigos científicos, publicados no período de 2008 a 2018, disponíveis nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SCIELO e LILACS e Manuais técnicos de pré-natal de baixo e alto risco do Ministério da Saúde. Para a obtenção dos artigos utilizou-se os seguintes descritores: infecção urinária na gestação. Enfermagem. Pré-natal. Gestação de alto risco. A seleção dos artigos se deu por meio da leitura de títulos e resumo dos trabalhos que apresentava relação direta com a temática.

Como critérios de inclusão procurou-se por artigos em português, disponíveis na íntegra e de forma gratuita. Como critérios de exclusão, retirou-se da pesquisa artigos que, após sua leitura na íntegra, observou-se que estes não contemplavam o objetivo da pesquisa. Após a utilização destes critérios obteve-se um total de 25 artigos que foram utilizados na pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Conceito e Etiologia

A infecção urinária é definida como uma patologia que afeta o aparelho urinário acometendo rins, bexiga e uretra. O trato urinário está dividido em porção superior (rins, pelve renal e ureteres) e porção inferior (bexiga urinária e uretra). As infecções da pelve renal e rins (pielonefrite) são as complicações mais comuns. (SILVA, 2012).

A uretrite e a cistite são infecções do trato urinário inferior e a pielonefrite é a infecção do trato urinário superior, sendo que em vários casos podem ocorrer juntas ou independentemente. Geralmente as cistites são infecções não complicadas, ao contrário das pielonefrites que são complicadas, e podem ser associadas a presença de cálculos renais. A infecção no trato urinário afeta indivíduos independente do sexo ou idade, no entanto é mais frequente em mulheres devido fatores anatômicos como o curto comprimento da uretra e proximidade do ânus com o canal vaginal. Na fase adulta ocorre o aumento da incidência de ITU na mulher decorrente da atividade sexual, do período gestacional ou da menopausa. (PIGOSSO; SILVA; PEDER, 2016).

Este é o problema urinário mais comum durante a gestação, ocorrendo em 17 a 20% das gestações e se associa a complicações como rotura prematura de membranas ovulares, trabalho de parto prematuro, corioamnionite, febre no pós-parto, sepse materna e infecção neonatal. O quadro clínico varia de bacteriúria assintomática, que acomete de 2 a 10% das gestantes, até o quadro de pielonefrite. Em 80% dos casos de bacteriúria assintomática, a *Escherichia coli* é o agente etiológico identificado. (BRASIL, 2010).

A ITU é a terceira ocorrência clínica mais comum durante a gestação, pois neste período, o corpo da mulher passa por mudanças hormonais e físicas, como a distensão do abdômen levando à dificuldade da promoção da higiene íntima por estas gestantes, levando a uma maior proliferação bacteriana e, conseqüentemente, podendo aumentar a frequência de infecções no trato urinário. O aumento do hormônio progesterona na gestação age afrouxado os músculos do ureter, o que leva a diminuição do caminho das bactérias até a bexiga e os rins. Com isso se faz necessário o acompanhamento através do pré-natal desde o início da gestação, pois um diagnóstico precoce e tratamento de forma adequada são essenciais para o prognóstico materno-fetal. (PIGOSSO; SILVA; PEDER, 2016).

Caldeira *et al.* (2016) explica que, dentro do espectro bacteriano que pode causar ITU na gestante, a *Escherichia coli* é o uropatógeno mais comum, responsável por aproximadamente 80% dos casos. Mas outras bactérias aeróbias Gram-negativas propiciam para a maioria dos casos restantes, tais como *Klebsiella pneumoniae*, *Proteus mirabilis* e bactérias do gênero *Enterobacter*. Bactérias Gram-positivas também causam ITU (prevalência baixa), destacando-se o *Staphylococcus saprophyticus*, *Streptococcus agalactiae* e outros estafilococos coagulase negativos, principalmente em casos de infecções complicadas com litíase. As bactérias que acometem as gestantes são as mesmas que surgem nas não gestantes. Sendo que, os acometimentos principais de ITU são a bacteriúria assintomática, cistite, pielonefrite aguda e crônica. (BERBEL; GURAL; SCHIRR, 2011).

3.2 Fisiopatologia

As mulheres podem apresentar a ITU 10 vezes a mais que os homens, pois a mesma possui uma uretra menor, com apenas 5cm de distância entre a bexiga e a parte externa e por ter uma proximidade maior com a região anal. Já os homens possuem 20 cm, ou seja, 15 a mais que as mulheres. Além disso, o sexo masculino conta com um fluxo urinário maior e fator antibacteriano prostático, o que diminui o surgimento de infecções. (PAGNONCELI; COLACITE, 2016).

A gravidez é considerada como um fator que predispõe todas as formas de ITU pois, neste período, várias modificações anatômicas ocorrem no corpo da mulher facilitando a migração bacteriana da vagina para a uretra, como o aumento do diâmetro do musculo do ureter, assim diminuindo o fluxo de urina dos rins para bexiga, o útero também desenvolve seu crescimento provocando a multiplicação facilitada de bactérias, antes de serem eliminadas do corpo, entre outros. (BAUMGARTEN *et al.*, 2011).

O sistema urinário é estéril, excluindo-se o meato uretral. A urina pode apresentar mudanças, como o aumento da ureia, alterações no pH e ácidos orgânicos, estes podem contribuir para a proliferação bacteriana. Sendo que, nas gestantes outras mudanças fisiológicas propiciam o surgimento da ITU, como a dilatação dos ureteres devido a progesterona, opressão da uretra por conta do crescimento do útero, além das alterações da força muscular da bexiga, glicosúria e a variação do pH. (FIORAVANTE, 2015).

Com o pH da urina mais alcalino, é favorável para o crescimento de bactérias no trato urinário. Portanto a ITU é um processo inflamatório infeccioso causado por micro-organismo, que atingem as vias urinárias inferiores e superiores, causando ITU, com vários

graus de gravidades, como cistite que é a infecção na bexiga, a uretrite infecção da uretra e até a pielonefrite que é a infecção dos rins. Ressaltando que, quanto maior o grau de comprometimento das vias urinárias maior o risco de nascimento prematuro e aumento dos índices de mortalidade materna e perinatal. Sabendo-se quais fatores podem desencadear as ITUs, será possível reduzir, evitar e preveni-las de forma mais eficaz no período gestacional. Pois quanto mais cedo diagnosticado a patologia, mais rápido se iniciará o tratamento da doença e, conseqüentemente, maior serão as chances de reduzir os riscos de complicações maternas e fetais. (SCHENKEL; DALLE; ANTONELLO, 2014).

3.3 Classificação das infecções urinárias no período gestacional

O Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, tem como objetivo prestar assistência a gestante, recém-nascido e pós-parto, foi estabelecido pelo Ministério da Saúde por meio da portaria nº 569, de 1/6/2000, onde presta atendimento humanizado e garantias a um serviço de qualidade. Este programa preconiza no mínimo 6 consultas e exames a serem realizados durante o período gestacional, sendo que, dentre estes exames encontra-se o de urina que deve ser solicitado na primeira consulta e na trigésima semana de gestação, para assim diagnosticar previamente as ITU independentemente de serem assintomáticas ou sintomáticas. (BRASIL, 2010).

As ITUs são especificadas de acordo com a localização, denominadas de baixas e altas. Sendo que, as baixas atacam a bexiga e a uretra, chamando-se de cistites, e as altas atacam os rins e as demais estruturas, nomeado de pielonefrites. (PIGOSSO; SILVA; PEDER, 2016).

A bacteriúria assintomática (BA) se caracteriza pelo aparecimento de bacteriúria mesmo que não manifeste sintomas aparentes, podendo apresentar-se no início da gravidez, promovendo um risco para uma forma mais grave que é a pielonefrite e, por isso, gestantes devem ter um acompanhamento durante o primeiro trimestre de gravidez através da realização da urocultura. Se o resultado for positivo, devem ser tratadas para diminuir o risco de pielonefrite aguda e prematuridade. Esta pode acometer de 2 a 10% das mulheres, podendo atingir mais as múltiparas, gestantes com idade avançada, negras, baixo socioeconômico, fumantes ou que apresentam problemas de diabetes mellitus, anemias e anomalias congênitas do aparelho urinário. (FIGUEIREDO; GOMES; CAMPOS, 2012).

A BA torna-se positiva a partir da realização da urocultura, onde apresenta-se mais de 100 mil unidades formadoras de colônias bacterianas por ml de urina. (BRASIL, 2012). Por ter uma alta incidência, o rastreio deve ser realizado com constância no pré-natal, pois além de proporcionar o desenvolvimento da pielonefrite, o acometimento dessa forma de ITU pode contribuir para o surgimento de hipertensão, anemia, crescimento intrauterino retardado e baixo peso. (BERBEL; GURAL; SCHIRR, 2011). Além disso, por passar de modo imperceptível, pode provocar o parto prematuro e hospitalização da gestante, dessa maneira, destaca-se a relevância do acompanhamento precoce e a realização de urocultura com a finalidade de evitar contratempos gerados pela BA. (PAGNONCELI; COLACITE, 2016)

A cistite pode surgir após o ato sexual, pós-coito também conhecida como cistite de lua-de-mel, pode surgir nas primeiras 24 a 48 horas após a relação sexual, portanto o sexo é considerado um fator de risco para infecção urinária nas mulheres. Ela ocorre frequentemente na gravidez acarretando um elevado risco materno fetal. A cistite caracteriza-se por disúria, polaciúria, urgência miccional, dor retro púbica, supra púbica e abdominal, com menor frequência hematória. O diagnóstico laboratorial é dado pelo exame do sedimento urinário e pela cultura. A presença de leucocitúria (acima de 10 leucócitos por campo) e

hematúria são comuns, mas não estão necessariamente presentes (BRASIL, 2012). Apesar da mesma provocar contrações uterinas, não há indicações de estarem ligadas ao parto prematuro. (FIGUEIREDO; GOMES; CAMPOS, 2012).

A cistite pode ser oriunda da flora fecal, pois quando a mulher realiza a higienização de maneira inadequada, leva bactérias da região anal para a vagina e o canal uretral. Sendo que, pode ocorrer uma resistência bacteriana no que se refere ao tratamento e também uma reinfecção por outros microrganismos. (BERBEL; GURAL; SCHIRR, 2011). Além disso, quando há a existência dos sintomas pode ser iniciado antes do resultado do exame e o tratamento de escolha é o mesmo utilizado para a bacteriúria assintomática, com foco nos patógenos comuns e após confirmação e identificação do agente, opta-se por medicações direcionadas a susceptibilidade do microrganismo. (NASCIMENTO, 2014).

A pielonefrite torna-se como existente a partir do resultado da urocultura mostrar colônias com mais de 100 mil patógenos. Atingindo o ureter, pelve e do parênquima renal, diferenciando-se da cistite por apresentar sintomas mais acentuados comprometendo todo o organismo. Apresenta-se alguns sintomas como disúria, dor ao urinar, frequência, *surge incontinência, hematúria, febre, calafrios, dor lombar, náuseas, vômitos e cefaleia*. (NASCIMENTO, 2014). O tratamento deve levar em consideração de medida de suporte e depende do grau de acometimento do paciente, pois quando há confirmação da patologia, a paciente deve ser hospitalizada e monitorada para ser observado seus sinais vitais, onde deve ser solicitado exames de hemograma completo, níveis séricos de eletrólitos, creatinina, e urocultura, recomendando-se hidratação com soro. (BRASIL, 2012).

Pagnonceli e Colacite (2016), descrevem dois tipos de pielonefrite, sendo elas: aguda e crônica. A aguda decorre do não tratamento adequado das cistites, a qual não apresenta lesões tubulares. Já no tipo crônico, os patógenos ficam aderidos aos rins por conta de reinfecções provocando lesões no túbulo e irregularidades nas estruturas e obstruções geniturinário. A pielonefrite aguda é a forma de ITU grave que mais acomete a gestante, provocando internações hospitalares devido suas implicações, gerando um aumento no risco materno e fetal, sucede no 2º e 3º trimestres de gestação, entretanto, as grávidas diabéticas podem apresentar precocemente, incluindo também grande incidência nas gestantes mais novas e as nulíparas. (FIGUEIREDO; GOMES; CAMPOS, 2012).

3.4 Diagnóstico e tratamento

É sabido que, o profissional da enfermagem desempenha um importante papel com relação a assistência de qualidade, direcionada às pacientes que se encontram no período gestacional, e que conseqüentemente precisaram da atenção redobrada do mesmo, principalmente quando relacionado a um assunto de extrema relevância entre essa classe que é comumente abordada como infecção urinária. Sendo que a mesma pode ser classificada como cistite ou pielonefrite, dependendo sempre pela diferenciação dos sinais e sintomas. (SCHENKEL; DALLE; ANTONELLO, 2014).

Essa patologia é um exemplo claro do quão importante e necessário se faz um pré-natal de qualidade, pois será através deste que, se fará possível averiguar com uma boa investigação a presença de doenças que ocorrem nas gestantes no período de intraparto; assim como a ausência do mesmo implicara diretamente no aparecimento das ITU's deixando uma "ponte" para outras infecções relacionadas ao intervalo de gestação. (FURLANI; BULKA, 2014).

Visando um bom diagnostico, é imprescindível que haja uma boa orientação referente ao ato da coleta da urina utilizada para realização de exames laboratoriais, pois através desse cuidado é possível eliminar alguns focos de contaminação externa, precavendo o

aparecimento de anormalidades que não estejam relacionadas ao possível problema, assim como também diminuir o risco de diagnosticar uma pseudo infecção. (BARROS, 2009).

Através do acompanhamento pré-natal como já supracitado, essa vigilância tem por intuito realizar o diagnóstico, associando dados laboratoriais da gestante como por exemplo sedimentação da urina e testes rápidos, porém a urocultura continua sendo considerada o exame “*Gold standard*” para obtenção do diagnóstico mais preciso, juntamente com o antibiograma, assim como também são ferramentas os dados clínicos coletados. Com a importância de ressaltar que independente da presença de bactérias, é aconselhável que a urocultura seja realizada a cada trimestre do período gravídico, porém a presença de alguns fatores de risco associados podem diminuir esse intervalo de tempo havendo a necessidade de realização mensal. (CALEGARI *et al.*, 2012).

O tratamento utilizado para sanar a referida bacteriúria, é realizado através da antibioticoterapia adequada e com total importância e seriedade por se tratar de um problema clínico que se tornou corriqueiro e ao mesmo tempo de alta gravidade para a classe de gestantes que sofrem com essa enfermidade, sem deixar de lado a realização do teste de sensibilidade a classe de antibióticos (TSA) anteriormente à adesão, e de preferência ainda que a toma desses medicamentos devam ser administrados sob um prazo de pequena duração, pelo fato do período gestacional manter algumas restrições principalmente ao grau de toxicidade que pode ser destinado à placenta ou dependendo da quantidade de semanas para o embrião/feto. (DUARTE *et al.*, 2008).

Fernandes *et al.* (2015) explica que, para se dar início à profilaxia indicada, é preciso necessariamente que a paciente se adeque à algumas medidas que iram auxiliar a chegar em um bom resultado, como por exemplo: ingerir bastante líquidos, manter a região vaginal sempre com higiene propícia, miccionar sempre após o ato sexual e de forma alguma interromper o jato urinário para não reter fungos e bactérias, pois seguindo todas estas orientações não farmacológicas o êxito certamente será alcançado.

O tratamento se inicia logo após a constatação do diagnóstico clínico, e também com a confirmação após a realização do exame de urina, ressaltando que muitas das vezes sendo uma infecção aguda, faz-se necessário não esperar o resultado laboratorial pela demanda de tempo que poderá implicar diretamente no controle de tal infecção. Conforme algumas diretrizes da saúde, é preconizado que o tratamento seja realizado no intervalo de tempo de 3 a 7 dias. É bastante válido destacar que a alguns anos atrás a ampicilina era considerada a primeira medicação de escolha até a mesma apresentar uma certa resistência a algumas classes bacterianas, assim como também podem ser citados medicamentos com efeitos semelhantes como por exemplo: Trimetoprim-sulfametoxazol e nitrofurantoína, limitando assim a utilização destes no tratamento das infecções urinária em gestantes. (BRASIL, 2010).

A antibioticoterapia é indicada de acordo com o diagnóstico, ou seja com a constatação após os devidos exames realizados, se for constatado a bacteriúria assintomática ou cistite o tratamento indicado será: Fosfomicina 3 g, VO, dose única; Cefalexina 500 mg, VO, 12/12 h, por 3 a 7 dias; Amoxicilina 500 mg, 8/8 h, por 3 a 7 dias; Nitrofurantoína 100 mg, VO, 12/12 h, por 5 dias; Cefuroxima 500 mg, VO, 12/12 h, por 3 a 7 dias. E se após a urocultura o resultado constatar uma pielonefrite aguda, todo o quadro de medicamentos e também a via de administração é mudada, e a paciente deverá fazer a toma de: Cefepime 1 g, IV, 1/dia, por 7 a 14 dias; Ceftriaxona 1g, IV ou IM, dose diária, por 7 a 14 dias; Cefazolina 1g, IV, 8/8 h até a febre ceder 48h e logo após medicar por via oral até que se complete os 14 dias; Aztreonam 1g, IV, 8/8, por 7 a 14 dias. (SIMÕES, 2014).

3.5 Complicações à gestação e prevenção

A infecção urinária na fase gestacional tem seu surgimento elevado, sendo a terceira ocorrência mais comum e apontada como um agravante ao prognóstico materno e perinatal. Sua ocorrência se dá principalmente no terceiro trimestre, pois o feto exerce uma pressão na bexiga promovendo diminuição da sensibilidade vesical. Além disso, está ligada aos nascimentos prematuros, de baixo peso, como também a maior mortalidade perinatal e morbidade materna. Outra preocupação são os fármacos, que podem ser tóxicos para o embrião/feto e placenta. (PIGOSSO; SILVA; PEDER, 2016).

Berger *et al.* (2016) classifica a infecção urinária como um dos fatores que promove o parto prematuro, ou seja, o nascimento ocorre antes do termo com menos de 37 semanas de gestação, contribuindo para a morte neonatal, morbidades, como paralisia cerebral, comprometimento cognitivo, cegueira, surdez e doenças respiratórias. Mata et al (2014) explica que o início do trabalho de parto acontece devido as respostas inflamatórias do sistema imunológico às infecções e a colonização das bactérias no líquido amniótico desencadeando a prematuridade gestacional. Hackenhaa e Albernaz (2012) afirmam que a liberação de mediadores pelos processos inflamatórios contribui para o aparecimento de contrações uterinas.

A pielonefrite se não tratada pode promover um choque séptico e possibilitar o surgimento de cicatrizes nos rins, visto que estas implicações estão ligadas a maior probabilidade de se desenvolver pré-eclâmpsia em gestantes com bacteriúria. (MATA *et al.*, 2014). Berbel, Gural e Schirr (2011) expõem que as complicações refletem tanto na mãe quanto no filho, pois para a gestante pode ocorrer anemia, hipertensão gestacional e infecções no pós-parto. Já para o bebê, pode acarretar no crescimento intrauterino retardado, parto prematuro, morte intrauterina, infecção e ou/morte neonatal.

Outra complicação existente é a rotura prematura das membranas ovulares, ou seja, as membranas se rompem espontaneamente pré termo independente da fase gestacional. Provocando danos perigosos, como a corioamnionite, que pode ser reconhecida pela presença de processos inflamatórios agudos que se espalham pelas membranas extraplacentárias, placenta e o cordão umbilical propiciando infecções à mãe e ao feto. (NASCIMENTO, 2014).

Tendo em vista as complicações que podem surgir na gestação e com a intenção de promover melhor qualidade de vida as gestantes, o Ministério da Saúde (MS) se compromete em oferecer uma assistência a qual venha identificar problemas danosos a vida tanto da mãe quanto da criança, oferecendo ferramentas fundamentais que favorecerão um cuidado diferencial e abrangente com o objetivo de garantir uma maternidade segura. (BRASIL, 2012). O MS preconiza através do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM), uma atenção que envolva todo o ciclo vital da mulher mediante a atividades clínico-ginecológicas que desenvolve identificação dos agravos, diagnósticos, tratamentos, incluindo ainda atenção ao pré-natal, parto e puerpério. Além de orientações que estimulem as mulheres conhecerem seus corpos e direitos sobre o mesmo. (SILVA *et al.*, 2015).

Dentre desse contexto, ressalta-se a importância de um acompanhamento obstétrico através das consultas no pré-natal, pois esta é a melhor forma de prevenção das infecções urinárias, visto que, é através de um pré-natal adequado que é possível identificar as situações de risco proporcionando assim um tratamento eficaz, já que, quando a mulher deixa de realizar as consultas no pré-natal coloca em risco tanto sua vida quanto a do seu filho. Além disso, nessa etapa se realiza medidas educativas direcionados aos problemas apresentados gerando impactos positivos. (BRASIL, 2012).

Durante as consultas, é importante a gestante ser orientada quanto as técnicas de coleta da urina para exame e sua implicação em um diagnóstico correto, uma vez que não realizado os exames pode-se causar prejuízos a gestante já que a grande maioria é

assintomática. Por isso, os profissionais de saúde devem promover orientações tendo em vista que as infecções tem surgimentos variáveis ocasionando sérios problemas por conta da sua resistência e a possível reinfecção promovida por outro patógeno, sendo que estes podem ser evitados com um diagnóstico precoce. (MATA *et al.*, 2014).

Fioravante (2015) enfatiza que, o conhecimento de fatores contribuintes para o surgimento de infecções urinárias é de grande relevância na prevenção das mesmas. Visto que, estas podem estar relacionadas a higiene e nutrição. O ato sexual e o fato de não lavar a genitália no pré e pós coito e não urinar após a relação promove o aparecimento de patógenos.

O profissional de saúde deve estar a par dessas possibilidades para que seu cuidado e tomada de decisões sejam eficazes e de qualidade e assim, estar orientando sua paciente quanto aos cuidados higiênicos e as mudanças do seu corpo de contribuem para a manifestação de patologias, pois é através da orientação educativa que é possível evitar futuros agravos. Existem medidas que podem ser consideradas profiláticas da ITU, dentre elas podemos destacar a ingestão líquida, higiene e a micção contínua e após as relações sexuais. Também pode ser sugerido o uso de medicamentos antibioterapia e uso de uma alimentação rica em vitamina C e arando. (FIGUEIREDO; GOMES; CAMPOS, 2012).

Entretanto, Vettore *et al.* (2013) expõe em seu estudo que grande parte das gestantes assistidas no pré-natal não sabem explicar as complicações existentes da infecção urinaria, mostrando que o profissional pouco conversa com suas pacientes podendo ser justificado devido à grande demanda ou então por seu foco estar restrito na solicitação de exames e no tratamento. Portanto, sugeriu-se então treinamento dos profissionais sobre a humanização no atendimento as gestantes, além do incentivo à educação continuada para que o mesmo se capacite e ofereça uma assistência holística.

3.6 Atuação do enfermeiro frente à gestante com ITU

O decreto nº 94.406/87, regulamenta a lei do exercício da Enfermagem, dando autonomia para o enfermeiro realizar o pré-natal, onde atuará com competência, dedicação e sensibilidade, com capacidade de fornecer uma atenção integral da mãe e filho abrangendo todas as circunstâncias sociais da família. O enfermeiro realiza a consulta em gestantes de baixo risco, solicita exames rotineiros fornecendo orientações, também identifica as possíveis gestações de risco para que seja encaminhado ao médico. Além disso, executa atividades educativas nas unidades envolvendo as pacientes e familiares, realiza coleta de exame colpocitológico e visitas domiciliares. (BRASIL, 2010).

A consulta de enfermagem é uma atividade privativa do enfermeiro, onde o mesmo deve proporcionar a gestante promoção e qualidade de vida, de maneira participativa e contextualizada. Além da aplicação de conhecimentos técnicos, o profissional deve mostrar-se interessado pelos relatos da paciente, bem como seu estilo de vida, suas dúvidas e preocupações acerca do ciclo gravídico. Objetivando-se em formar um elo para contribuir de forma efetiva nas informações e orientações. O enfermeiro e o enfermeiro obstetra (título de especialista em obstetrícia) está habilitado a assistir no pré-natal, partos sem complicações e unidades de saúde e até em casa, ressaltando-se a importância do exercício da humanização em todas as atividades a serem realizadas com a cliente. (BRASIL, 2012).

O enfermeiro aplica seu cuidado em todas as etapas da prestação de assistência, tendo sua participação como de suma importância na execução do pré-natal com medidas que visem a promoção, prevenção e tratamento das problemáticas advindas nessa fase da mulher, onde a mesma se apresenta sensibilidade e carência de conhecimento acerca da gestação, por isso, o profissional necessita externar sua atenção e humanização para compreender e diagnosticar de maneira precisa as infecções e garantir de forma eficaz um tratamento

adequado, tanto farmacológico quanto questões de comportamento e nutrição. (SOUSA; MENDONÇA; TORRES, 2012).

O Ministério da Saúde (2012) atribui ao enfermeiro durante a realização do pré-natal como função a disponibilidade em prestar aconselhamento acerca da importância das consultas periódicas, relevância da amamentação e as medidas profiláticas por meio das imunizações. Assim como efetuar o cadastro da gestante no sistema online da Rede Cegonha SisPreNatal e providenciar a “Caderneta da Gestante” com as devidas anotações, onde terão atualizações a cada atendimento alternado feito com o enfermeiro e com o médico, onde serão solicitados exames consoantes a protocolos locais e também efetivação de testes rápidos. No que se refere a medicações, existem os de praxe, como: Sulfato ferroso e ácido fólico. Sendo que, houver a presença de infecções sexualmente transmissíveis (IST's), deve se seguir os protocolos existentes. Além disso, cabe ao enfermeiro identificar as gestações de risco encaminhando para o acompanhamento médico. (BRASIL, 2012).

O pré-natal visa proporcionar o desenvolvimento gestacional saudável, sem intercorrências na saúde materna, um parto de qualidade, sem esquecer de levar em conta o psicossocial e a elaboração de atividades socioeducativas. Tendo em vista que o pré-natal iniciado no primeiro semestre possibilita uma melhor assistência, cuidado e prognóstico, que contribuem para a diminuição de riscos que surgem durante o ciclo gravídico. (BRASIL, 2012).

Durante o pré-natal, o enfermeiro faz uma anamnese completa, incluindo coleta de dados e exame físico abrangente. Os retornos devem levar em consideração as necessidades de cada paciente, onde existe um calendário com um roteiro de 6 consultas ao longo da gestação, vale ressaltar a importância de ser iniciada com no máximo 12 semanas. Dentre os exames solicitados, está o de urina tipo I e urocultura com antibiograma, estes podem confirmar a presença de infecção do trato urinário, a qual deve-se solicitar nova urocultura, pelo menos 1 semana depois do tratamento para que se obtenha o controle da cura e a repete-se com antibiograma com 30 semanas. Caso a ITU seja diagnosticada, o enfermeiro está autorizado a prescrever antibióticos específicos para o tratamento destas seguindo protocolo de medicamentos elaborado pelo Ministério da saúde. (BRASIL, 2010).

O Ministério de Saúde elaborou juntamente com as secretarias estaduais, municipais e Distrito Federal, a Caderneta da Gestante, na qual mostra, direitos trabalhistas e todas às informações necessárias e importantes para a paciente durante e após a fase gestacional, além dos registros de sentimentos, detalhamento da formação do bebê nos trimestres, cuidados a serem realizados na gravidez, atenções especiais que se inclui a ITU e do acompanhamento pré-natal. (BRASIL, 2014). É essencial que o enfermeiro realize os registros das ações realizadas, ocorrências de problemas e os tratamentos, bem como toda a evolução, procedimentos e encaminhamentos, pois são fundamentais para se dar continuidade ao cuidado assistencial. (NASCIMENTO, 2014).

O profissional de enfermagem ao desenvolver suas atividades educacionais as futuras mães podem encontrar dificuldade na adesão dessas pacientes em aceitar as orientações. Por isso, o enfermeiro deve estar atento a autonomia e o autocuidado aperfeiçoado ao longo da gestação, onde o foco principal é promover a qualidade na saúde dos envolvidos. Na realização do pré-natal, questões como antecedentes de ITU durante a vida, outras gestações ou reincidência devem ser levados em consideração bem como possíveis sintomas como: prurido, secreção vaginal, irritação, febre e disúria. Ressalta-se a importância de orientações de ingestão de líquidos para impedir que as bactérias prendam-se ao trato urinário, entretanto, evita-se o consumo de cafés, chás, bebidas alcoólicas e refrigerantes. (BERBEL; GURAL; SCHIRR, 2011).

A equipe de saúde deve estar preparada em saber ouvir os relatos da paciente e suas dúvidas, visto que, o enfermeiro precisa questionar dados que envolvam sua alimentação e questões de eliminações fisiológicas. (SOUSA; MENDONÇA; TORRES, 2012). Além

disso, cuidados de higiene devem ser enfatizados, pois alterações no pH vaginal que alguns sabonetes provocam podem desencadear proliferações de bactérias e também a forma de realizar a limpeza da genitália, já que deve ser feita da frente para trás para se evitar contaminação oriundas do trato intestinal. Outras atenções devem estar associadas a utilização de roupas justas, peças íntimas sintéticas, utilização de cremes e desodorantes que desenvolvem alergias e aumento de bactérias. (BERBEL; GURAL; SCHIRR, 2011).

Diante desse contexto, o enfermeiro tem sua atuação como fundamental para as necessidades de prevenção de agravos que as gestantes precisam durante as consultas pré-natais, promovendo qualidade de vida tanto para a genitora quanto a criança. Além do que, a compreensão do profissional em relação ao processo saúde - doença das gestantes influenciará em seu contato e suas formas de orientações, pois muitas mães possuem pouco conhecimento acerca dos riscos que podem surgir na gestação, exigindo do enfermeiro estratégias para transmitir de forma facilitada e clara informações que previnam as ITU. (BERBEL; GURAL; SCHIRR, 2011).

Em suma, uma assistência adequada promove a prevenção das complicações reais, por isso, não basta apenas solicitar exames, pois é indispensável conhecimento por parte do profissional de saúde para identificar fatores a qual a paciente está exposta e identificação correta dos resultados laboratoriais. Portanto, é fundamental que haja investimento na capacitação dos atuantes na área de saúde para assegurar os direitos da gestante quanto a obtenção de uma abordagem que vise não apenas a doença e sim a mesma como um todo e seu contexto social. (NASCIMENTO, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destaca a ITU como uma patologia de grande incidência e que proporciona grandes prejuízos para o binômio mãe e filho durante o período gestacional. Como sua principal forma de acometimento é a bacteriúria assintomática, torna-se mais difícil o diagnóstico das ITUs que, se não tratadas, pode ocasionar o parto prematuro, rotura prematura de membranas, infecção puerperal, óbito fetal e sepse materna. Por isso, enfatiza-se a importância de se realizar um pré-natal de qualidade, pois esta é a principal forma de prevenção, para que as complicações advindas da não adesão do tratamento adequado ou a falta de um diagnóstico preciso, se estabeleçam e atrapalhe um dos momentos mais emocionantes na vida de uma mulher.

Dentro desse contexto encontre-se o enfermeiro, que tem sua atuação fundamental na prestação de uma assistência de qualidade no pré-natal, pois é este profissional o responsável pelo primeiro contato no atendimento e acompanhamento durante toda a gestação, onde fornecerá a paciente orientações preciosas que possibilitarão a diminuição de agravos e benefícios para a mulher e criança. Por isso, o enfermeiro deve estar atento quanto as falas durante as consultas e observar possíveis sintomas que sinalizam preocupações. É necessário que o profissional conheça o contexto social e o meio a qual a gestante está inserida para que as informações sejam passadas de forma clara fazendo com a mesma compreenda que a ITU precisa ser levada a sério diante dos agravos que esta pode ocasionar.

Ressalta-se ainda a necessidade de desenvolver mais estudos acerca da temática, pois uma patologia como a ITU que acomete grande parte das gestantes e que propicia malefícios comprometedores da saúde dos envolvidos, requer o desenvolvimento de melhores ações preventivas e capacitação por parte dos profissionais para que seja desempenhado uma assistência de qualidade no pré-natal.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. M. O. **Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial**. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2009.

BAUMGARTEN, M. C. S. *et al.* **Infecção urinária na gestação: uma revisão da literatura. UNOPAR – Revista Científica de Ciências Biológicas e Saúde**, v. 13, p. 333-342, 2011. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/JHealthSci/article/view/1083/1039>. Acesso em: 10 maio 2019.

BERBEL, L. A. S.; GURAL, N. R. G.; SCHIRR, F. Orientações de enfermagem durante o pré-natal para a prevenção da infecção do trato urinário. **Revista da Faculdade Evangélica do Paraná**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.13-22, abr./jun., 2011.

BERGER, A. Z. *et al.* Parto prematuro: características de gestantes de uma população da região sul de São Paulo. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.16, n. 4, Recife, out./dez., 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da gestante**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica – Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestação de Alto Risco – Manual Técnico**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

CALDEIRA, I. R. **Infecção do trato urinário em gestantes**. Faculdade Método de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.ccih.med.br/infeccao-do-trato-urinario-em-gestantes/>. Acesso em: 6 maio 2018.

CALEGARI, S. S. *et al.* Resultados de dois esquemas de tratamento da pielonefrite durante a gravidez e correlação com o desfecho da gestação. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 34, n. 8, p. 369-375, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010072032012000800005&pid=S0100-72032012000800005&pdf_path=rbgo/v34n8/05.pdf&lang=pt. Acesso em: 18 maio 2019.

DUARTE, G.; QUINTANA, S. M.; EL BEITUNE, P.; MARCOLIN, A. C.; CUNHA, S. P. Infecções gênito-urinárias na gravidez. In: ALVES FILHO, N.; CORRÊA, M. D.; ALVES JÚNIOR, J. M. S.; CORRÊA JÚNIOR, M. D. (Eds). **Primatologia básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 129-41.

FERNANDES, F.A et al. Relevância do diagnóstico e tratamento da infecção do trato urinário em gestantes: uma revisão da literatura. **C&D – Revista Eletrônica da Fainor**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 54-70, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://srv02.fainor.com.br/revista237/index.php/memorias/article/view/364/219>. Acesso em: 18 maio 2019.

FIGUEIREDO, A.; GOMES, G.; CAMPOS, A. Infecções urinárias e gravidez- diagnóstico, terapêutica e prevenção. **Sociedades Portuguesas de Obstetrícia e Ginecologia**, v. 3, n. 6,

p.124-133, 2012. Disponível em: <http://repositorio.chlc.min-saude.pt/handle/10400.17/667>. Acesso em: 17 maio 2019.

FURLANI, M. C. R. L.; BULKA, L. C. **As complicações da infecção urinária em gestantes. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas – FAIT**, 3. ed. 2014. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/site/e/enfermagem-3-edicao-novembro-de-2014.html>. Acesso em: 17 maio 2019.

HACKENHARAAR, A. A.; ALBERNAZ, E. P. Prevalência e fatores associados à internação hospitalar para tratamento da infecção do trato urinário durante a gestação. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 5, n. 35, p. 199-204, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgo/v35n5/02.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

MATA, K. S. *et al.* Complicações causadas pela infecção do trato urinário na gestação. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 15. n. 4. p. 57-63, out./dez., 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/view/19186>. Acesso em: 11 maio 2019.

NASCIMENTO, V. D. **A produção científica sobre infecção do trato urinário na gestação: considerações para a assistência de enfermagem**. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Enfermagem) – Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3241>. Acesso em: 24 maio 2019.

PAGNONCELI, J.; COLACITE, J. Infecção urinária em gestantes: revisão de literatura. **Revista Uningá**, v. 26, n. 2, p. 26-30, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1797/1403>. Acesso em: 25 maio 2019.

PIGOSSO, Y. G.; SILVA, C. M.; PEDER, L. D. Infecção do trato urinário em gestantes: incidência e perfil de suscetibilidade. **ACTA – Biomedica Brasiliensia**, v. 7, n. 1, jul. 2016.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretária de Saúde. **Atenção a gestante e a puérpera no SUS-SP**, 2010.

SCHENKEL, D. F.; DALLE, J.; ANTONELLO, V. S. Prevalência de uropatógenos e sensibilidade antimicrobiana em uroculturas de gestantes do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 36, n. 3, p. 102-106, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v36n3/0100-7203-rbgo-36-03-00102.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

SIMÕES, A. R. Levantamento de casos de cistite em mulheres de um município da região Rio Vermelho– Goiás. **Revista Faculdade Montes Belo**, v. 7, n. 1, p. 69-80, 2014. Disponível em: <http://www.fmb.edu.br/revistaFmb/index.php/fmb/article/view/108/103>. Acesso em: 25 maio 2018.

SILVA, A. G. **Avaliação de Infecção Urinária no primeiro trimestre de gestação em pacientes atendidas no Centro de Saúde da Mulher e da Criança na cidade de Paracatu – MG**. 63f. Trabalho de Conclusão (Curso de Biomedicina) – Faculdade Tecsoma, 2012. Disponível em: http://tecsoma.br/biomedicina/tcc's/1-2012/ITU_Andre_mono.pdf. Acesso em: 25 maio 2019.

SOUSA, A. J. C. Q.; MENDONÇA, A. E. O.; TORRES, G. V. Atuação do Enfermeiro no pré-natal de Baixo Risco em uma Unidade Básica de Saúde. **Revista Cultura e Científica do UNIFACEX**, v. 10, n. 10, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/205/72>. Acesso em: 18 maio 2019.

VETTORE, M. V. *et al.* Avaliação do manejo da infecção urinária no pré-natal em gestantes do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 2, n. 16, p. 338-351, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/resource_ssm_path=/media/assets/rbepid/v16n2/1415-790X-rbepid-16-02-00338.pdf. Acesso em: 11 maio 2019.

MARKETING ESPORTIVO, O PATROCÍNIO ALÉM DA ESTAMPA

SPORTIVE MARKETING, SPONSORSHIP BEYOND STAMPA

Joberth de Souza Carvalho*
Paulo Roberto Garcia Lima*
Edilson Silva Diniz**
Fabricio Rigui Botega**

RESUMO

O esporte vem conquistando um grande espaço no setor empresarial, se torando uma grande influência no mercado, contribuindo em diversos setores da área, o que chama muito a atenção se segmento acadêmico, em relacionar o marketing e o esporte e assim entender como o marketing esportivo tem suas próprias características bem definidas. Nas empresas o marketing esportivo é usado como estratégia para que sua marca se consolide cada vez mais no mercado, com o uso de canais diferenciados. Com base em todas essas pesquisas, iremos abordar seu valor enquanto estratégia empresarial, com o uso de ferramentas de propagação da marca, visando o lucro e a expansão da marca por todo mercado ao qual pertence, levando em consideração todas as partes interessadas, para que sirva de meio para a consolidação da mesma. Visando tais aspectos, este artigo pretende descrever as principais relações estabelecidas na aplicação do marketing no esporte e seu cenário atual.

Palavras-chave: Marketing esportivo. Cliente. Ferramenta. Marca.

ABSTRACT

The sport has been gaining a large space in the business sector, becoming a great influence in the market, contributing in several sectors of the area, which draws much attention if the academic segment, in relating marketing and sports and thus understand how sports marketing has its own well-defined characteristics. In companies, sports marketing is used as a strategy for its brand to consolidate itself more and more in the market, with the use of differentiated channels. Based on all of this research, we will address its value as a business strategy, using brand propagation tools, for profit and brand expansion across the market to which it belongs, taking into account all stakeholders, so that serve as a means to consolidate it. Aiming at these aspects, this article intends to describe the main relations established in the application of marketing in sport and its current scenario.

Keywords: Sports marketing. Customer. Tool. Brand.

* Graduado em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: jo_berth@hotmail.com

*Graduado em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: paulorobertogl159@gmail.com

** Graduado em Administração e Marketing. Pós-graduado em Negociação e Consultoria, Pós-graduado em Gestão Empresarial. Mestrando em Ciências Empresariais. Mestre em Ciência da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus. Professor dos cursos de bacharelado em administração, tecnólogo em logística e recursos humanos e Ciências Contábeis pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), professor dos cursos de pós-graduação em Gestão do IESF. E-mail: pretodicko@gmail.com

** Mestre em Ciência da Educação pela Escola Superior de Educação João de Deus, possui MBA em Negociação e Consultoria, Especialização em Gestão Empresarial, Especialização em Docência Superior e Gestão Educacional, Formação em Profissional e Self Coaching, Graduação Bacharelado em Administração em Marketing pela Faculdade Atenas Maranhense, de São Luis do Maranhão - FAMA (2008) e graduação em Licenciatura Plena em Geografia pelo Centro Universitário Franciscano, de Santa Maria - RS - UNIFRA (2001). Professor dos cursos de bacharelado em administração, tecnólogo em logística e recursos humanos e Ciências Contábeis pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), professor dos cursos de pós-graduação em Gestão do IESF. E-mail: ffrighi@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende demonstrar como uma estratégia de marketing bem planejada e executada pode promover o crescimento e ampliação de uma marca no mercado esportivo, e de que forma o marketing esportivo proporciona o fortalecimento da marca. Seus objetivos são identificar e analisar como estão sendo desenvolvidas as estratégias, apontando todos os resultados que sua utilização trará a marca, visando o reconhecimento do seu público, evidenciando a imagem da organização e associando sua credibilidade a todos os produtos lançados no mercado.

Com a alta exigência do cliente, as empresas devem cada vez mais oferecer diferenciais, focando no desejos e necessidades do mesmo. O marketing esportivo acabou se tornando uma das principais e melhores estratégias de divulgação das empresas por ser um facilitador da vinculação da marca com o torcedor.

Atualmente no esporte se faz necessária a utilização do marketing tendo em vista a exigência competitiva do mercado, bem como de seus clientes que sempre buscam serviços e produtos que possam satisfazer suas necessidades e expectativas. Com sua habilidade de aprimoramento, o marketing é a principal ferramenta utilizada para agregar valor à marca, com o objetivo de atrair cada vez mais clientes, inovando em novos produtos, expandindo serviços e por consequência aumentando a rede.

O Marketing Esportivo é uma diretriz do Marketing, que tem em sua principal função, gerar diversas circunstâncias de negócios no âmbito dos esportes, e com isso usar o esporte como uma ferramenta nas estratégias de Marketing. Segundo Stotlar (2002) marketing esportivo é processo de elaborar e implementar atividades de produção, formação de preço, promoção e distribuição de um produto esportivo para satisfazer as necessidades ou desejos de consumidores e realizar os objetivos da empresa.

De que forma o marketing esportivo proporciona o fortalecimento da marca? Utilizando-se da afetividade das pessoas com o esporte para transformar torcedores em clientes; vinculando a imagem da marca e de seus produtos com a imagem dos atletas de ponta do esporte; e usando a exposição da marca de formas inovadoras.

O objetivo deste artigo é analisar como o marketing esportivo tem o poder de fortalecer a imagem do atleta e dos clubes, assim como a sua importância para as empresas. E de forma específica, abordar o histórico do marketing esportivo, e identificar formas de fortalecer a imagem da marca no âmbito do marketing, com o consumidor final como um agregador de valor.

Através da metodologia de estudos bibliográficas, o presente artigo aborda o histórico do marketing esportivo, seus conceitos e formas de identificar e fortalecer a imagem da marca no âmbito do marketing, com o consumidor final como um agregador de valor. E com isso mostrando que o marketing esportivo é o uso da mídia e propaganda aplicados aos atrativos do esporte, através da exposição da marca de formas inovadoras, com o uso de algumas ferramentas como vinculando a imagem da marca e de seus produtos com a imagem dos atletas de ponta do esporte, utilizando assim da afetividade das pessoas com o esporte para transformar torcedores em clientes. Esses atrativos referem-se ao esporte como fonte de diversão e entretenimento, onde a emoção e a paixão estão a todo momento em jogo, atraindo maior aceitação de possíveis ações de marketing, já que de início aquele momento é de diversão.

O conteúdo proposto neste artigo em seu primeiro capítulo mostra onde surgiu o marketing esportivo e como ele foi usado inicialmente. Bem como seu uso perante as empresas, com estratégias e públicos variados.

Já o segundo capítulo, nos traz o conceito de marketing, e de que forma ele é usado para a valorização da marca dentro de um mercado acirrado e que oferece uma variedade imensa de produtos.

Em seguida temos o marketing esportivo com o seu conceito, e seu uso como uma ferramenta para comunicação direto com o seu público, seja ele clientes, colaboradores ou até mesmo telespectadores.

O quarto capítulo mostra o marketing esportivo no Brasil. Sendo consolidado como uma das principais fontes de recursos financeiros do esporte, principalmente de grandes marcas e clubes de futebol.

Logo a seguir, um capítulo voltado para o marketing e a valorização da marca, trazendo a concretização da marca no mercado onde atua, através de fidelização de clientes, e com isso uma grande possibilidade de elevação de valor do produto.

Por fim, as ferramentas utilizadas no marketing esportivo. Com o intuito de cada vez mais aproveitar todas as brechas de mercado para a conquista dos objetivos traçados. Ferramentas essas bem variadas, que vão desde o uso de mídia e propaganda, até as redes sociais como caminho mais curto de interação com seus clientes.

2 PROCESSO HISTÓRICO DO MARKETING ESPORTIVO

São várias as possibilidades da origem da aparição do marketing ao longo da história. Não se pode afirmar de forma concreta onde e nem quando o Marketing surgiu, mais o certo é que esse trabalho vive há muito tempo e que ao longo dos anos vem evoluindo. Vários autores acreditam que a igreja é a pioneira do marketing, por causa de seus logotipos, entre eles a cruz e o sino. Na teoria o primeiro seria para identificação de uma crença, e o segundo seria um transmissor de comunicação em massa.

Outros dizem que a rica história esportiva da antiga Grécia, com destaque para os jogos olímpicos, que serviu como âncora a inúmeras manifestações populares ao longo de vários séculos. As primeiras relações da presença do marketing dentro do esporte vêm dos jogos da antiguidade. Várias das estratégias empresariais de venda, como os produtos e imagens usadas nos dias atuais, e o conceito da marca, são exemplos bem claros de algumas das principais características do marketing esportivo, que são utilizadas neste evento e que até hoje são empregadas.

Assim como os primeiros jogos, o marketing esportivo nos mostra que também teve sua evolução. Na medida que o esporte começou a alcançar um grande número de pessoas. Com o dever de atrair o público, a especialização de dos envolvidos com o esporte foi questão de tempo.

A história do marketing esportivo nos remete a um período distante de uma civilização que é o berço de toda a base da cultura contemporânea – a civilização grega, a mais importante e influente de toda a antiguidade. O pensamento grego e seus mitos tiveram grande influência na formação genética do nascimento dos esportes. Foi na grandiosidade da história dos jogos da antiguidade grega que o Barão de Coubertin iniciou o que viria a ser o maior evento da terra, os Jogos Olímpicos. (FREIRE; RIBEIRO, 2008, p. 21).

Neste momento, vários estudos foram feitos, ocasionando na introdução de profissionais qualificados e especializados em marketing, relações públicas e administração de pessoas no contexto esportivo. O êxito esportivo passou a necessitar também de vários fatores externos à prática esportiva, onde muitas vezes passam despercebidos pelos espectadores. São os fatores da área de marketing que estão relacionados com o atleta ou

clube, como a imagem, marca, o patrocínio, o licenciamento e venda de produtos dentre outros.

Os resultados alcançados quando se investe em marketing esportivo são bem convincentes. Este estudo procura mostrar como e porque isso acontece, desde sua história com os relatos do marketing no esporte, até os dias atuais, onde não se consegue cogitar o sucesso sem ter uma ótima estratégia no planejamento do marketing de uma equipe.

O grande início do marketing esportivo, envolvendo empresas e o esporte com o patrocínio, teve sua origem no início do século 19 com o crescimento de áreas urbanas e o surgimento de novos esportes como o futebol, boxe, atletismo e corridas de cavalos, nesse mesmo período a imprensa esportiva também começa a se destacar abrindo assim um leque de oportunidades para as empresas com potencial nesse meio de comunicação.

Foi no Reino Unido onde um grande fabricante de confecções masculinas teve uma ideia e decidiu patrocinar um anuário sobre “cricket” associado à sua marca. Mas somente no ano de 1928 na cidade de Amsterdã, que o patrocínio se torna uma receita indispensável para os jogos, foi a primeira vez que a verba dos patrocínios empatou com as verbas recolhidas da venda de ingressos.

A partir daí o patrocínio passa a ser encarado como uma receita indispensável para os clubes, se transformando assim em uma ferramenta forte com o crescimento de dois fatores que o influenciaram em seu desenvolvimento, a televisão e a transformação do esporte em fenômeno social.

Podem-se destacar como principais estratégias empresariais de venda no marketing esportivo nos dias de hoje as marcas, produtos e imagem. Nota-se também que o marketing esportivo atinge um grau elevado de pessoas e que há necessidade de conquistar um público específico no envolvimento com o esporte.

O sucesso do marketing esportivo passou a depender também de fatores externos como a prática esportiva que muitas vezes são percebidas pelas pessoas que assistem aos espetáculos. Estes fatores do marketing estão diretamente relacionados com o atleta do clube e seus stakeholders. São eles patrocínio, a imagem, a marca, o licenciamento e venda de produtos dentre outros.

Desde os festivais da antiguidade, a atividade comercial já era o centro das atenções. Comerciantes, vendedores de comida e artesãos tinham entrada garantida nos jogos, os poetas eram contratados para celebrar a vitória dos atletas e os escultores para eternizar a imagem dos vitoriosos. Além disso, eram emitidas moedas para comemorar as vitórias nas competições hípicas. (FREIRE; RIBEIRO, 2008, p. 21).

O Marketing esportivo é uma das mais promissoras áreas deste segmento, podendo ainda ser explorada e estudada, a curto e longo prazo, podendo ser planejado estrategicamente e realizado com os menores riscos possíveis, afim de evitar crises.

3 MARKETING

Entende-se marketing como um conjunto de diferentes técnicas e métodos aplicados aos estudos das diversas necessidades existentes no mercado, bem como o público, vendas e os produtos ou serviços para o desenvolvimento da marca.

O marketing tem como finalidade dar evidencia ao conjunto de atributos apresentados pela marca através de seus produtos, elevando o nível de valorização através da satisfação de seus consumidores.

O mercado com sua concorrência acirrada oferece uma variedade imensa de produtos, o que acaba direcionando os esforços dos profissionais da área de marketing a

estarem constantemente avaliando as melhores formas de como conseguir posicionarem suas marcas no mercado, agregando diversos atributos capazes de valorizar e identificar essas marcas dentro desse mercado cada vez mais competitivo, estabelecendo um elo de ligação entre os produtos e os clientes.

O conceito de venda parte de uma perspectiva de dentro para fora. Começa com a fábrica, foca sobre os produtos existentes na empresa e exige ênfase em venda e promoção para gerar resultados rentáveis. O conceito de marketing parte de uma perspectiva de fora para dentro. Começa com um mercado bem definido, foca as necessidades dos consumidores coordena todas as atividades que afetarão estes consumidores e produz lucros através da obtenção de satisfação dos mesmos. (KOTLER, 1998, p. 34).

Nos dias atuais as marcas que conseguem consolidar seus produtos e se estabelecer no mercado, consegue também uma variedade de benefícios, como a própria redução de custos de investimento em marketing uma vez que se consegue alcançar a fidelização do cliente, a possibilidade de um preço mais elevado de seus produtos por conta da associação da marca com a qualidade, um bom relacionamento com seus distribuidores permitindo uma maior capacidade de negociação uma vez que estes precisam trabalhar com os produtos da marca já estabelecida, pois seus clientes exigem.

Aspectos positivos relacionados diretamente ao esporte, tais como saúde, lazer e qualidade de vida, são fatores cruciais para a aceitação e popularidade do esporte pelo mundo inteiro. As empresas podem trabalhar suas ações de inúmeras formas, tendo em vista esse elemento emocional responsável pela união das pessoas com o esporte, estabelecendo assim um vínculo firme entre a marca e os apreciadores e participantes da modalidade esportiva.

É possível gerar um elo inesquecível da marca patrocinadora com o público, a empresa pode realizar ações como ofertar um ingresso de camarote na fórmula 1 ao seu melhor vendedor, como também pode ofertar a um grande cliente um jantar junto com os jogadores de seu time de coração. Para conseguirmos mensurar o retorno que o patrocínio a eventos esportivos traz para a marca, é necessário perceber a reação do mercado, é preciso que haja uma continuidade nos patrocínios para que ocorra a consolidação da marca na cabeça dos consumidores. Portanto as oportunidades de retorno por meio do patrocínio ao esporte existem, pois essa é uma plataforma pública de comunicação bem ampla e bem diversificada. Cabe então aos gestores das organizações e das entidades esportivas conseguirem trabalhar em conjunto para assim conseguir alcançar o coração dos apreciadores do esporte e transformá-los em consumidores, o que outro setor da economia dificilmente consegue proporcionar de forma tão contundente.

4 MARKETING ESPORTIVO

Entende-se Marketing Esportivo como uma ferramenta utilizada para a comunicação com os clientes, telespectadores e colaboradores. Está diretamente ligado à paixão e a emoção daqueles que prestigiam eventos esportivos. Envolvendo vários outros sentimentos, como vibração, adrenalina, alegria e conquista. O marketing utiliza o esporte como contato para atingir o público-alvo, despertando nas pessoas grande aventura.

No princípio o marketing esportivo era utilizado apenas para promover a venda de equipamentos esportivos, porém com o decorrer dos anos o esporte foi se popularizando dentro da sociedade, o que acabou atraindo a atenção das empresas para esse meio de comunicação pública por ser bem amplo e ter longo alcance, logo ganhou atenção dos investidores e passou a ser visto como um negócio lucrativo.

Para alcançar o sucesso no marketing esportivo é necessário que se tenha profissionais da área bem qualificados. Estes profissionais que atuam nas empresas patrocinadoras têm que ter uma boa base em contabilidade, em finanças, administração de recursos, planejamento estratégico, recursos humanos, mecanismos de patrocínio, organização de eventos e ainda em legislação do setor e no próprio marketing de forma geral. Além dessas atribuições ao profissional do marketing, é necessário manter o foco em identificar o mercado e as necessidades dos consumidores e conseguir atendê-las, buscando alcançar a satisfação dos clientes. É preciso planejar como implantar estrategicamente e durante um longo prazo a marca dentro do cenário esportivo. Se a empresa não atender a estes requisitos mínimos, não tem como alcançar o sucesso no marketing esportivo.

Com isso temos o marketing esportivo como uma ótima ferramenta de alcance em massa através das diferentes ferramentas proporcionadas por dados, informação, estudos detalhados e o uso da tecnologia para que todo esse aparato chegue no aumento de capital financeiro, que é o principal objetivo no âmbito empresarial. Onde cada vez mais a marca ou produto tende a se destacar no mercado em que atua.

O consumo esportivo seja ele em sua forma direta (comparecimento a eventos esportivos) ou indireta (assistir/ouvir/ler sobre esporte) é uma atividade comercial que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. O esporte tem a capacidade de atingir pessoas de todas as idades, culturas ou classe social, sendo assim considerado parte integrante em nossas vidas. (MORGAN; SUMMERS, 2008 p. 5).

De modo geral existem diversas formas de se explorar o marketing esportivo e as mais comuns de serem utilizadas são: o patrocínio de clubes e times; patrocínio ou apoio em eventos esportivos; patrocínio de atletas; exposições nos locais de eventos; compra de espaço de tv ou outras mídias que transmitem eventos esportivos; dentre outros meios possíveis de serem explorados. Essas ações buscam o aumento do reconhecimento público, reforçando a imagem da marca e estabelecendo a identificação com vários segmentos específicos do mercado, antecipando assim a empresa a combater as ações da concorrência.

Diversos setores da economia tiveram que se reinventar nos últimos anos com o crescimento da competitividade no mercado internacional, independentemente do tamanho da organização, sendo elas públicas ou privadas, com fins lucrativos ou não. Especificamente no cenário do esporte diversas entidades mantedoras de times de vôlei, basquete, de clubes de futebol, etc., vem tentando se adaptar com esse cenário que está em crescimento, buscando cada vez mais se profissionalizar e encontrar também outras alternativas para usar como fonte de retenção de recursos financeiros para seu crescimento organizacional.

Aqueles atletas que são considerados destaques em suas modalidades de esportes individuais ou mesmo aqueles que são o grande destaque dentro de seus clubes, também são um grande alvo dos patrocinadores, pois levam consigo além de apaixonados pelo esporte, muitos fãs e admiradores. Visando esse público-alvo de admiradores desse atleta, os patrocinadores realizam a promoção de suas marcas através de comerciais de tv, anúncios em internet, materiais esportivos utilizados pelo atleta ou até mesmo no dia-dia do atleta com suas aparições em público usando produtos com a marca dos patrocinadores. Essas são algumas das estratégias utilizadas de forma inteligente pelo marketing da empresa patrocinadora, com o intuito de transformar fãs e admiradores, em consumidores e potenciais clientes da marca, pois estes se sentem de certa forma atraídos pelo que é apresentado por meio de seus clubes ou atletas preferidos.

Nesse sentido temos o marketing esportivo como a aplicação das estratégias do marketing tradicional dentro da indústria esportiva, que tem como objetivo utilizar as possibilidades que o mercado proporciona, para dessa forma alavancar as receitas e a quantidade de clientes de uma empresa fiéis a sua marca e seus produtos.

5 O MARKETING ESPORTIVO NO BRASIL

O marketing é uma das principais fontes de recursos financeiros no esporte, entretanto a exploração dessa fonte ainda deixa muito a desejar por parte de algumas empresas, pois estas não investem em ações de promoção e consolidação da marca de seus patrocinadores para atrair a atenção de novos patrocinadores. A maioria esmagadora concentra-se apenas nas ações simples, como estampar a logomarca em uniformes, sendo assim poucas ferramentas de marketing são utilizadas para promover e estabelecer as marcas dos patrocinadores. Em todo o meio esportivo no exterior, são realizadas diversas ações por parte das próprias empresas interessadas para atrair a atenção dos patrocinadores, e cada vez mais esse segmento tem sido explorado amplamente por todas as modalidades esportivas nesses países que investem nessa plataforma de comunicação.

“O marketing esportivo é uma alternativa diferenciada para as empresas, mas também para o esporte, que tem no marketing um importante meio de potencializar sua arrecadação”. (MELO NETO, 2000, p. 28).

Dentro das organizações, em suas áreas de marketing, geralmente o patrocínio da empresa em eventos acaba ficando fora do planejamento quando existe a necessidade de cortar custos. Entretanto algumas não deveriam pensar dessa forma e sim tomar atitudes contrárias em relação a essa forma de corte de custos, tendo em vista que patrocinar um evento é uma forma de atingir um número elevado de pessoas que futuramente possam se tornar clientes da empresa e também que ações como essas podem ajudar a reter os clientes atuais.

Estabelecer um contato direto com o público pode significar muito se levarmos em consideração as oportunidades de negócio que o patrocínio a um evento trás para a empresa. Durante a realização de um evento é possível aumentar as vendas e também incrementar a receita através do aumento do ticket médio das vendas diretas.

Supondo que uma empresa decide investir R\$ 100.000,00 em patrocínio durante a realização de um evento esportivo no qual irão comparecer 10.000 pessoas, isso implica em dizer que a empresa estará investindo R\$ 10,00 por cada participante presente no evento.

Supondo também que o valor do ticket médio do produto da empresa é de R\$ 500,00. Essa empresa precisará realizar uma quantidade de vendas acima de 200 para que consiga obter um retorno positivo sobre o patrocínio realizado durante o evento. Porém além desse retorno através de vendas feitas diretamente pela oferta do produto durante o evento, essa ação acaba ampliando ainda mais os laços com o público-alvo.

Os clubes de futebol no âmbito nacional são o grande alvo da maioria desses patrocinadores por terem maior capacidade de promoção e consolidação da marca, gerando assim o crescimento da receita do patrocinador através do retorno obtido com a oferta da marca aos torcedores. Essas empresas buscam associar a paixão dos torcedores por seus clubes junto a suas marcas que acompanham os uniformes, os materiais esportivos utilizados pelos atletas do clube, placas, propagandas e anúncios realizados pelo clube.

No Brasil é necessário que as empresas tenham um entendimento realista do poder do marketing esportivo e passem a utiliza-lo da melhor forma, pois essa é uma plataforma completa de comunicação e serve para as empresas construírem sua marca ou fortalece-la no mercado, atingindo os objetivos de venda criando ações promocionais e de relacionamento com os clientes. Por outro lado, o desenvolvimento das entidades esportivas e suas modalidades de esporte, através da excelência implantada em sua gestão.

Para o Brasil alavancar o marketing esportivo é indispensável que se comece a mudar as estratégias utilizadas no setor, pois através dessas estratégias é que o setor pode ampliar as vendas de seus patrocinadores e viabilizar o impacto positivo da marca obtendo relacionamento com diferentes públicos que são apreciadores do esporte.

6 O MARKETING PARA A VALORIZAÇÃO DA MARCA

Ao que tudo indica, o marketing esportivo de fato veio para ficar, e para se moldar em uma ferramenta estratégica de marketing poderosíssima, desde que todo o benefício em que ele resulta seja conhecido, aplicado e mensurado. Que a propagação da marca através do esporte não venha sozinha, pois o uso do patrocínio esportivo mantém a marca, mas por si só não a explica com exatidão. Trazendo a necessidade em que cada empresa encontre através de estudos e pesquisas bem detalhas, sua modalidade esportiva que mais se ajuste ao seu serviço ou produto, para atingir de forma eficaz seu público alvo.

O marketing esportivo é de fundamental importância para que a marca cheguei no resultado esperado, ou seja, maior visibilidade e com isso ganho de novos clientes. E para se obter sucesso no cenário atual, onde se encontra um mercado competitivo e agressivo, as empresas precisam estar preparadas estrategicamente para que consigam manter o seu nível de crescimento constante.

O marketing tem por finalidade primária demonstrar a coleção de características representadas pela marca de um produto. O crescimento competitivo do mercado com a vasta gama de produtos, leva os profissionais da área a classificar de forma constante os métodos utilizados para o posicionamento da marca no mercado, de forma a agregar valor e identificação entre cliente e produto.

Quando se fala em marca, é comum estar-se a referir, na maioria das vezes, a uma representação gráfica no âmbito e competência do designer gráfico, onde a marca pode ser representada graficamente por uma composição de um símbolo e/ ou logotipo, tanto individualmente quanto combinados. No entanto, o conceito de marca é bem mais abrangente que a sua representação gráfica. Marca é um nome, termo, signo, símbolo ou design, distinto ou combinado com a função de identificar a promessa de benefícios, associada a bens ou serviços, que aumenta o valor de um produto além de seu propósito funcional, tendo uma vantagem diferencial sustentável. (MELO NETO, 2006, p. 10).

Com a concretização da marca no mercado onde atua, se torna questão de tempo o surgimento dos benefícios. Onde após a marca fidelizar seu cliente, a uma grande possibilidade de elevação de valor do produto ou serviço, visto que na mente do cliente sua marca estará associada a qualidade, assim como bom relacionamento com seus fornecedores, criando maior poder de barganha.

Diversos fatores são levados em consideração para a utilização do marketing esportivo, dentre esses fatores o principal é o financeiro. Após esse campo financeiro de estudos, a outras pesquisas bem como a venda de produtos e artigos esportivos, os patrocínios de clubes e esportistas, acordos realizados para direito de transmissão dos esportes, venda de ingressos para os jogos, entre outros. Estes fatores são o que atraem a atenção dos patrocinadores que enxergam o esporte como uma oportunidade importante para a divulgação de suas marcas.

A utilização do marketing dá-se de diversas formas, no entanto, há aqueles onde ele é mais explorado, com propósito de motivar promoções de inúmeros itens, inclusive de produtos de altas demandas de produção. Grande exemplo disso, se dá em supermercados, onde o marketing se aplica fundamentalmente nos alimentos.

O marketing esportivo é o responsável pela atração e interesse das empresas e suas marcas, aos clubes, ligas, eventos e jogadores. Para isso busca cada vez mais formas de atrair a atenção dos admiradores do esporte com a intenção de transforma-los em consumidores das marcas que patrocinam as modalidades e também influenciam nas práticas esportivas por todo o mundo. Tal atração aos amantes de esportes, para transforma-los em consumidores das marcas está ligada ao fator emocional. O esporte consegue envolver o fator

emocional das pessoas, como a paixão por determinados times ou atletas, levando em consideração esse fator, fica mais fácil de desenvolver estratégias que trabalhem as marcas em cima desse fator passional das pessoas.

Portanto as diversas ações realizadas pelo marketing esportivo têm a função de efervescer os sentimentos das pessoas pelo esporte, objetivando o aumento do consumo e atraindo cada vez mais novos adeptos. Sendo assim essas ações devem ser bem planejadas e elaboradas de formas excelentes para só assim terem um retorno positivo diante dos patrocinadores do esporte e por ser um momento de crescimento e grande movimentação financeira no âmbito esportivo é que o marketing esportivo deve se posicionar cada vez mais estrategicamente conquistar consumidores e reter clientes, aumentando assim as receitas da indústria do esporte.

Atualmente, encontra-se variedades de recursos, que buscam a satisfação dos clientes, entre elas, temos o canal de marketing com conteúdos de qualidade, que são apresentadas em formas de vídeos, notícias, entre outras. Esses canais além de aumentar a visibilidade e o conhecimento da marca, proporcionam uma ótima imagem para o negócio aproximando e fidelizando os clientes.

7 FERRAMENTAS DO MARKETING ESPORTIVO

Com a evolução do marketing esportivo, foi aberto um caminho para o uso de diversas ferramentas e canais de divulgação, interação com o público e de valorização da marca. As estratégias estão cada vez alinhadas visando aproveitar todas as brechas mercadológicas para a conquista dos seus objetivos.

7.1 Marketing de relacionamento

Visa a interação e fidelização por meio de artifícios positivos, tornando assim o seu consumidor um verdadeiro admirador e seguidor dos serviços e produtos ofertados. De fato, é uma ferramenta extremamente relevante, afinal o público alvo já está inclinado a conhecer e acompanhar tudo o que é lançado referente ao seu esporte, clube ou atleta preferido.

7.2 Eventos

Sua meta é a valorização de um determinado local, atraindo turistas e público da região para prestigiar ligas e torneios. Com isso garantir que a cobertura da mídia de forma geral, renda bons ganhos para patrocinadores e participantes.

7.3 Mídias, internet e rede sociais

O rádio e a tv são decisivos para o sucesso do marketing esportivo, por terem ótima audiência, são dois dos principais veículos de interesse das organizações voltadas ao marketing no esporte, principalmente nos anúncios em intervalos de jogos ou até mesmo em patrocínio direto aos torneios.

Já a internet acompanhada das redes sociais, também apresenta destaque quando se trata de inovações no modo de se fazer marketing esportivo. Com a popularização imediata das redes sociais a interação das empresas com o seu público aumentou de forma considerável, facilitando assim a informação, acesso a evento, notícias e campanhas.

7.4 Assessoria de imprensa

A assessoria de imprensa atua na promoção de produtos, ideias e atitudes, com o objetivo de valorização da imagem de uma marca, ou personalidade esportiva. Usando ideias para criar um bom relacionamento com o público.

7.5 Propaganda, merchandising e promoção de vendas

É o carro chefe de uma campanha de gestão esportiva, onde se vincula o nome da marca pelo produto ou serviço ofertado a um esportista famoso e de boa influência, utilizando diversos canais e estratégias para promoção.

7.6 Pesquisa

É uma ferramenta usada para se estabelecer um plano de marketing esportivo. Usando o método qualitativo com o intuito de conhecer de forma detalhada o seu público alvo, facilitando futuramente todas as ações de marketing e fidelização.

7.7 Licenciamento

Foca na relação parceiros e torcedores, dando concessão a uma marca, que seja voltada ao ramo de produtos esportivos, sobre os direitos da equipe e de seus atletas. Com exclusividade na produção e fornecimento dos seus produtos, criando assim uma aliança lucrativa para ambos os lados.

Uma das grandes características do marketing esportivo é o envolvimento de eventos, times, contratos de endorsement (testemunhal de atletas), ligas e compra de espaços de mídia em eventos esportivos. O marketing esportivo desempenha muito bem sua função como um 'lembrete' de qualidade, sem, contudo, impor sua venda, uma vez que ao fazer-se lembrar, ele está lhe dando uma opção de nome no mercado cabendo, portanto, a empresa (marca) investir também na propaganda com uma ação significativa, explicando quais são os seus produtos e para que se destinam. (PITTS, 2002, p. 56).

As atividades do marketing buscam por vantagens e desejos do mercado, diferenciando a dimensão da demanda, fortalecendo e aprimorando produtos, identificando as possíveis causas das decadências, e realizáveis mudanças no padrão da demanda através de promoções, buscando aperfeiçoamento na qualidade dos produtos e supervisionando os níveis de satisfação dos clientes.

8 RESULTADOS

Com o passar do tempo uso de forma correta do marketing esportivo com planejamento e ações bem definidas, proporcionou as empresas uma expansão de visibilidade, através de diferentes canais, com um objetivo assertivo de fortalecimento crescente da marca no mercado. “O marketing esportivo é uma alternativa diferenciada para as empresas, mas também para o esporte, que tem no marketing um importante meio de potencializar sua arrecadação.” (MELO NETO, 2000, p. 28).

Nos dias atuais, com o uso da internet e de constante giro de capital financeiro, o marketing esportivo rende bons ganhos e pode reder ainda com a iminente e constante evolução de suas ferramentas. Trata-se uma área muito atrativa comercialmente falando, com um abrangente campo de trabalho que considera tanto empresas quanto atletas, clubes e modalidades.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do conteúdo teórico conquistado através da revisão de literatura que fundamentou este estudo, objetivou-se mostrar um novo meio para o alcance de informações sobre o marketing esportivo, assim como aqueles que desejam investir nessa estratégia de marketing, que tende a evoluir cada vez mais nos próximos anos, principalmente pelo fato da importância que o lazer desempenha na sociedade da informação.

A oportunidade que o esporte proporciona as empresas de intensificar suas marcas, é a principal razão da existência do patrocínio no mundo do esporte. Em busca da promoção de seus produtos junto ao público alvo no ambiente esportivo, as organizações investem em contratos com clubes ou até mesmo com um atleta apenas, alguém que tenha destaque em sua modalidade e que possa ser um influenciador para seus fãs se tornarem consumidores do produto/serviço por ele apresentado.

Portanto, as estratégias de marketing são elementos fundamentais para se obter sucesso em uma empresa, porém depende muito de como são planejadas e elaboradas essas estratégias que serão utilizadas pelos gestores. Para se alcançar o sucesso na utilização de ferramentas e estratégias de marketing, os gestores devem levar em consideração cada análise e cada informação levantada para que suas metas sejam também elaboradas de forma totalmente realista e a utilização de suas estratégias estejam alinhadas com a situação real de seu mercado e de seu público alvo. Muitas vezes o fracasso de um produto/serviço não está totalmente ligado com suas especificações em particular, muitas vezes a culpa desse produto/serviço chegar ao fracasso é por conta dos próprios gestores que não souberam alinhar as informações e análises realistas levantadas, com suas estratégias de marketing utilizadas.

Concluimos que com o passar dos anos o marketing foi ganhando seu espaço e sendo mais valorizado, sua utilização de forma estratégica tornou-se de fundamental importância para o crescimento e consolidação de uma marca, e sua utilização por meio do mundo do esporte também tem crescido a cada dia com o constante crescimento e valorização de modalidades e práticas esportivas. Com o crescimento do esporte o alcance ao público se tornou maior, aumentando assim a possibilidade de aceitação e consolidação de uma marca algo bem mais viável pelo alcance proporcionado através de um patrocínio esportivo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, M.V; RIBEIRO, D. **Ouro olímpico**: a história do marketing dos Aros, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELO NETO, F. P.; CARVALHO, S. F. P. **Gestão de marcas nos esportes**: teoria e prática. Rio de Janeiro, Record, 2006.

MELO NETO, F. P. **Marketing esportivo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MORGAN, M.J.; SUMMER, J.S. **Marketing esportivo**. 1. ed. Tradução Vertice Translate: revisão técnica de João Candido Gonçalves Saraiva. São Paulo: Thomson Learning, 2008. 422f.

PITTS, B. **Fundamentos de marketing esportivo**. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

STOTLAR, D.; PITTS, B. **Fundamentos do marketing esportivo**. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BOJO DA
IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL****THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK IN BOJO
DAIMPLEMENTATION OF NEOLIBERALISM IN BRAZIL**

Lya Raquel Gomes Oliveira*
Welline da Costa Silva Vaz*
Denise de Jesus Albuquerque**

RESUMO

O presente artigo busca compreender o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social brasileiro que apresenta como bases materiais o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 em face da conjuntura do neoliberalismo. O objetivo da pesquisa busca contextualizar a construção do Projeto Ético-Político, discutir o avanço das políticas neoliberais no Brasil e identificar as limitações e possibilidades da materialização do PEP na conjuntura atual de avanço do conservadorismo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sendo os dados coletados por meio de livros, artigos em bases de dados, revistas e anais publicados em eventos científicos. No cenário atual, de implementação do projeto neoliberal, apresenta-se um ambiente hostil e dificultoso para o exercício da profissão, sendo necessário o estímulo à elaboração e efetivação de formas coletivas e individuais de resistência. Pois, há que se pensar o Projeto Ético-Político do Serviço Social para além da defesa dos direitos dos usuários na sociedade capitalista, mas a partir de sua vinculação com o projeto societário da classe trabalhadora, assim como estabelecido pelo Código de Ética do Serviço Social.

Palavras-chave: Projeto Ético-Político. Neoliberalismo. Serviço Social. Mercadorização.

ABSTRACT

The present article seeks to understand the Ethical-Political Project (PEP) of the Brazilian Social Service, which presents as basic material the Code of Ethics of 1993, the Law of Regulation of the Profession of 1993 and the Curricular Guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research in Service 1996 in the face of the conjuncture of neoliberalism. The objective of this research is to contextualize the construction of the Ethical-Political Project, to discuss the advance of neoliberal policies in Brazil and to identify the limitations and possibilities of the materialization of the PEP in the current conjuncture of the advance of conservatism. It is a bibliographical research, being the data collected through books, articles in databases, magazines and annals published in scientific events. In the current scenario of neoliberal project implementation, there is a hostile and difficult environment for the exercise of the profession, and it is necessary to stimulate the elaboration and implementation of collective and individual forms of resistance. For it is necessary to think of the Ethical-Political Project of Social Service in addition to defending the rights of users in capitalist society but based on its link with the working-class corporate project, as established by the Social Service Code of Ethics.

Keywords: Ethical-Political Project. Neoliberalism. Social Service. Merchandise.

* Bacharel em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: lyagomes@outlook.com

* Bacharel em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: welline_vaz@yahoo.com.br

** Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Maranhão. Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: denicst@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico do Serviço Social é a expressão concreta de um processo de ruptura dessa profissão com o conservadorismo, processo este iniciado na década de 1960, influenciado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano que teve seu ápice no bojo da ditadura militar. Considerando que o Serviço Social se define por um conjunto complexo de determinações conjunturais dos processos históricos, esse estudo irá analisar a história deste, do final da década de 1980 até a atualidade, visando refletir sobre a caracterização do Serviço Social como profissão.

O quadro de transformações operadas com o processo de reestruturação do capital e implementação do projeto neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990 com a perspectiva de que o Estado deve ser mínimo nas relações de mercado e máximo para o capital, acabou incidindo sobre o Serviço Social e se constituindo como entrave à materialização do Projeto Ético Político. Nesse viés, ataca-se de forma devastadora as políticas sociais conquistadas na Constituição de 1988, incentiva-se a privatização e desenvolvem-se políticas focalizadas, agindo pontualmente sobre uma determinada população.

A importância do referido tema justifica-se pelo fato deste trabalho ser um meio de refletir sobre os aspectos que influenciam e configuram a conjuntura atual, caracterizada pela redução, restrição do gasto público social (mercadorização das políticas sociais) e desregulamentação do trabalho.

O exercício profissional sofre influência pela imposição do regime econômico em que vivemos, o capitalista, que vem tem como projeto basilar o neoliberalismo. Devido a isso, a atuação dos assistentes sociais torna-se limitada uma vez que há a precarização dos serviços públicos, além da sua autonomia se configurar como relativa, pois seu trabalho é condicionado pelo próprio regime capitalista, o que desenvolve uma tensão imanente entre os valores estabelecidos defendidos pela categoria e o seu respectivo Projeto Ético-Político.

Tal temática é relevante por refletir sobre a forma da execução da profissão que possui uma direção sociopolítica atrelada aos interesses da classe trabalhadora. Além do incentivo à elaboração e efetivação de formas coletivas e individuais de resistência, já que o PEP supera a lógica somente da defesa de direitos. Ademais, visto que o projeto hegemônico da categoria defende a liberdade, a justiça social e a igualdade, pressupõe-se uma nova ordem societária sem nenhum tipo de exploração e opressão. Todavia, para atingir tal nível de emancipação da sociedade, torna-se preciso romper com o capitalismo que tem como inerente a ele a exploração e a desigualdade social.

2 O PROCESSO DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Para analisar o Serviço Social e o seu projeto ético-político atualmente, faz-se necessário relembrar a trajetória da profissão no Brasil. Uma vez que as intervenções da categoria estão vinculadas aos interesses opostos das relações sociais vigentes em diferentes contextos históricos, pois assumiu-se posições majoritárias ora conservadoras, ora sob novas direções que buscavam romper com o conservadorismo.

Ressalta-se nesse processo um dos maiores marcos do percurso do Serviço Social brasileiro, a inserção no Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano na década de 1960, onde o movimento de renovação da profissão veio para questionar os seus referenciais, expressando-se através de insatisfações com os princípios conservadores, sendo

eles caracterizados pela moralização e culpabilização dos indivíduos na conjuntura da referida década.

Desse modo, ele possui o comprometimento da profissão em prosseguir aprofundando-se na análise de novos fundamentos colocados pela questão social, além do engajamento da vinculação do Serviço Social em atender aos interesses das classes exploradas e subalternas empenhando-se na busca de emancipação dessas classes, expõe-se uma maturação teórica baseada na criticidade da realidade social. Nesse processo, Abramides (2016, p. 460) destaca as três tendências mantidas até a década de 1970:

a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela autorrepresentação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979.

Apesar de que este não tenha sido um processo rápido, houve a produção de debates e reflexões para a mudança da direção política e teórica da profissão, transcorreu-se de forma gradual e significativa através da resistência mantida pela categoria em suas várias instâncias.

Constata-se que na última fase do Movimento de Reconceituação, a nomeada intenção de ruptura, houve a primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista por meio da elaboração do “Método BH”. Este é resultante de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975 por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. (PAULO NETTO, 2011).

Não obstante, a forma inicial como se desenvolveu esta proximidade concebeu-se de forma equivocada, uma vez que no Brasil ainda não se tinha grande acesso à obra marxiana, o alcance às produções teóricas se remetia aos manuais desenvolvidos por outros autores, ou seja, as obras marxistas. Como descrito por Yazbek (2009, p. 9):

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) [...] que se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no ‘marxismo’ althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão.

Contudo, foi a partir desse referencial inicialmente desguarnecido, tendo em vista a perspectiva sócio-política, que o Serviço Social começou a indagar sobre a prática e objetivos profissionais que outrora tinha como premissa, as intervenções conservadoras, que no momento atual é defendido hegemonicamente pela categoria a vinculação aos interesses das classes subalternas.

Desse modo, de acordo com Abramides (2016, p. 460) o método ajudou no processo de “[...] compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana” utilizando a teoria social de Marx com base no materialismo-histórico-dialético.

Cabe destacar que no ano de 1964 ocorreu no Brasil o golpe militar que deu início a um regime ditatorial¹. Nesse momento as forças armadas nacionais ostensivamente usaram o aparato do Estado para controlar os cidadãos, suscitando uma série de conflitos políticos e ideológicos, assim como vinha se desenvolvendo em vários outros países da América Latina.

O projeto militar se desdobrou em várias etapas, dentre as mais violentas pode-se elencar a implementação do decreto AI-5² em 13/12/1968, onde foram legalizadas inúmeras ações arbitrárias. Intensificou-se a censura, torturas aos que fossem contrários ao regime vigente na época, se ampliou a proibição dos instrumentos de luta, como os sindicatos, movimentos populares, estudantil e rural. Além do exílio de muitos militantes do campo progressista a partir da década de 1970, no mesmo movimento em que alguns foram dados como desaparecidos, após serem verdadeiramente torturados e/ou assassinados.

Vale enfatizar aqui a forte participação do Movimento Estudantil nos atos de resistência contra a ditadura instaurada no país, com destaque para a União Nacional do Estudantes (UNE). Por seu turno, os acadêmicos de Serviço Social mantiveram uma atuação relevante junto à UNE, pois o objetivo dos mesmos também se pautava em combater o autoritarismo do regime ditatorial, lutando pela conquista da liberdade democrática.

A participação dos estudantes em Serviço Social no congresso da UNE foi debatida no congresso da Eness³ para que as escolas elegessem representantes, o que culminou com a expressiva participação no XXX Congresso da UNE. Das 152 jovens mulheres presas em Ibiúna, 25 eram estudantes de Serviço Social. (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

Embora o cenário da ditadura militar tenha sido de obscuridade, principalmente na década de 1970, tal período não se caracterizou somente pelos retrocessos, houve resistência por parte da sociedade, onde os instrumentos dos grupos opositores à ditadura sofreram redução nas lutas devido o regime opressor.

Nesse bojo, retoma-se a organização e efervescência dos movimentos sindicais, inclusive os da categoria de assistentes sociais. Um dos marcos dessa reorganização sindical concretizou-se a partir dos movimentos operários da década citada acima, tendo como principais razões a alta inflação e arrocho salarial, ou seja, as condições de vida da maioria dos trabalhadores. Em razão disso, se iniciou em 1978 as grandes greves operárias⁴ no ABC paulista, protagonizadas pela categoria dos metalúrgicos que retomaram a luta organizada democraticamente pela ação direta, movimento que ficou conhecido como novo sindicalismo no Brasil.

A denominação Novo Sindicalismo, no final dos anos 1970, advinha da contraposição ao sindicalismo pelego, de sustentação da ordem do capital e da ditadura. É importante, porém, lembrar que o sindicalismo combativo esteve presente em toda a trajetória do sindicalismo durante o século XX, por meio do anarcossindicalismo, dos socialistas, comunistas, trotskistas, das pastorais operárias

¹ No Brasil, o regime ditatorial-militar durou 25 anos, de 1964 a 1989, teve seis governos – incluindo um governo civil – e sua história pode ser dividida em cinco grandes fases. Uma primeira fase, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Médici: 1969-1974); uma terceira fase, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989). (NERVO, 2005, p. 83).

² Ato Institucional nº 5.

³ Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. Nos dias atuais, chama-se Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

⁴ Primordialmente as paralisações ocorreram-se na empresa da Scania e se propagou posteriormente à Ford, Volks, Villares, Mercedes, Pirelli, Cofap, Philips, entre outras.

(vinculadas à Teologia da Libertação), e desenvolveram uma ação sindical classista e de lutas. Portanto, não se trata de um novo sindicalismo, posto que o sindicalismo classista de outrora estava sendo retomado nesse momento após anos de repressão ao movimento sindical. Essa designação passa a ter influência na teoria dos chamados ‘novos movimentos sociais’, que questionam os movimentos clássicos da classe, o sindicato e o partido. (ABRAMIDES, 2016, p. 463).

Esse cenário político e social se configura abundantemente em experiências de organização e luta sindical no país contra a autocracia burguesa. Com o ápice da efervescência sindical do trabalho operário, tal fato acabou se alastrando para outras categorias, dentre elas encontrava-se a de assistentes sociais, que iniciou o processo de reativação das suas entidades sindicais.

No final da década de 1970, os assistentes sociais, influenciados pelo movimento de revitalização do sindicalismo brasileiro, iniciaram um processo de reorganização e/ou reativação de suas entidades sindicais e pré-sindicais. Nesse cenário, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), com o objetivo de inserir a profissão no movimento sindical mais geral e suas lutas, como a questão salarial, condições de trabalho e emprego; e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário mínimo profissional. (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 102).

Em conformidade com Abramides (2016, p. 463), em 1978 a categoria profissional dos assistentes sociais “realizou seu primeiro encontro com a presença de quatro entidades: as Apas (Associação Profissional dos Assistentes Sociais) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Minas Gerais”, onde incentivaram a rearticulação destas entidades no Brasil. Nesse ínterim, filiaram-se à Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), do núcleo combativo de lutas dos trabalhadores que fundou a CUT⁵ (Central Única dos Trabalhadores) em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em 1984.

Em meio ao contexto da década de 1970, fora realizado o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) organizado pelo conjunto CFAS/CRAS⁶, nos dias 23 a 27 de setembro de 1979, no Centro de Convenções do Anhembi, na cidade de São Paulo. Devido à vinculação da categoria com os movimentos sindicais que tiveram ascensão no final da referida década se viabilizou a presença dos dirigentes sindicais no evento dos grupos de trabalho, ante a coordenação da Ceneas, com uma estratégia política.

No entanto, os líderes sindicais que compareceram ao congresso perceberam o descontentamento dos participantes por intermédio da sua estrutura burocrática. Dessa forma, foram tomadas medidas a fim de que alterassem a formatação do evento, como descrito por Abramides (2017, p. 185) em sua própria vivência no congresso:

Elaboramos um documento das entidades sindicais a ser divulgado, panfletado e trabalhado com a categoria durante o congresso e cuja nota apresentava os seguintes pontos: repúdio ao convite a representantes da ditadura militar para estar na mesa de

⁵ [...] A CUT, a mais importante de todas, foi criada em 1983, depois de um longo período de inexistência de centrais sindicais, [...]. Inspirada no sindicalismo emergente desde meados de 1970, herdeira maior e direta das lutas sindicais que renasciam com vitalidade, a CUT foi resultante de um movimento multiforme que aglutinou o novo sindicalismo, nascido no interior da estrutura sindical daquele período e que tinha no Sindicato dos Metalúrgicos São Bernardo o exemplo maior; o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (Momsp), que pautava sua ação predominantemente por fora da estrutura sindical oficial, entre outras tendências, como o sindicalismo de origem rural, que também ampliava seu campo de ação (ANTUNES, 2018, p. 183).

⁶ Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS); Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), que em 1993 deram lugar ao conjunto CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social. (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 102).

abertura do congresso, críticas à limitada participação dos estudantes, ao preço alto das inscrições, à definição de temas e setorização dos debates, à ausência de participação da categoria em todo o processo. As dirigentes sindicais de assistentes sociais estiveram no CBAS, se organizaram pelas plenárias simultâneas por área de atuação e desde o primeiro momento sentiram a insatisfação dos congressistas.

Diante disso, a categoria fora convocada para uma assembleia conduzida pela CENEAS em parceria com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social⁷ (ABESS) e os estudantes, que acabaram tornando-se diárias, tendo sido formuladas as críticas sobre a estrutura do evento e composição das mesas. Isso fez com que os próximos dias do evento fossem coordenados pelas entidades sindicais da CENEAS, acarretando a destituição da comissão de honra, sendo convidados representantes dos movimentos sociais no encerramento do congresso. Em suma, Abramides (2016, p. 466, grifo nosso) destaca:

O III CBAS que se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, **na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão [...]**

O III CBAS ficou conhecido popularmente como o “Congresso da Virada”, por ter sido um marco divisor no Serviço Social a partir do qual se teve a identificação da profissão com os interesses da classe trabalhadora, momento crucial na ruptura com o conservadorismo. A partir de então, a categoria profissional passa a se reconhecer como parte da classe trabalhadora, uma vez que está inserida na divisão social do trabalho, submetida à condição de assalariamento.

O movimento de ‘intenção de ruptura’ com o conservadorismo e de sintonia com as organizações populares e sindicais impactou também o conjunto CFAS/CRAS, pois vários assistentes sociais articulados às entidades sindicais começaram a disputar as direções dos conselhos [...] (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 104).

Portanto, no decurso da década de 1980 houve uma série de alterações nos princípios políticos do conjunto CFAS/CRAS que foram essenciais junto à ABESS e o movimento estudantil para anuência do novo Código de Ética e para composição e homologação da Lei de Regulamentação da profissão, em 1993. Dessa forma, agregou-se mais ainda o embasamento para a elaboração do Projeto Ético Político do Serviço Social que não é algo concretizado e findado, pois é parte de todo um processo de ruptura que se expressa nesses acontecimentos articulados junto à conjuntura nacional e internacional, colocando-se contra o capitalismo e a ditadura militar e civil.

2.1 As bases ético-políticas do PEP

O Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico do Serviço Social é a expressão concreta de um processo de ruptura da profissão com o conservadorismo. Nos anos de 1990 constatou-se mudanças ocorridas no interior da profissão que exprimem um movimento

⁷ Atualmente denominada por Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

dialético, desta forma, alguns avanços, no que tange as áreas teórico-metodológica e Ético-Política da profissão, são partes de um processo em que algumas perspectivas são rejeitadas e outras afirmadas.

Nesse sentido, o projeto hegemônico do Serviço Social é resultado de um desenvolvimento lento e coletivo construído pela categoria profissional. De acordo com Iamamoto (2012, p. 224):

A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/1993) e na proposta das Diretrizes Curriculares para formação profissional em Serviço Social.

A partir de então, os profissionais assistentes sociais vêm orientando a atuação profissional da categoria tanto na formação quanto no fazer profissional com base na teoria marxista. Paulo Netto (2007, p. 2) destaca que a “sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica – isto é: uma sociedade não tem objetivos nem finalidades; ela apenas dispõe de existência em si, puramente factual”. Entretanto, seguindo a perspectiva da mesma teoria os integrantes da sociedade possuem a capacidade de planejar, prever, projetar uma finalidade, pois suas ações são orientadas para alcançar um objetivo por meio da capacidade teleológica.

Nessa junção, vale lembrar a importância do projeto coletivo, este denominado como societário, pois este vai oferecer os parâmetros para os projetos profissionais. Em relação aos projetos societários, Paulo Netto (2007, p. 2) aborda:

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade.

Na conjuntura da sociedade capitalista hodierna esses projetos são procedentes da perspectiva de projetos de classe, pois envolvem relações de poder, entende-se então que a disputa entre os diversos projetos societários é um feito inerente ao capitalismo. Nesse propósito, os projetos profissionais não possuem o mesmo nível de amplitude dos projetos societários, porém, estes são indissociáveis.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (PAULO NETTO, 2007, p. 4).

Do mesmo modo, os projetos profissionais estabelecem um vasto conhecimento teórico, interventivo, que fornece embasamento para o perfil profissional que se espera, pois dá um norte sobre as diretrizes éticas e políticas. Assim, as reflexões éticas sobre a profissão são fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social. Dessa forma, podemos inferir que o projeto ético-político do Serviço Social está relacionado a um projeto de transformação da sociedade.

Soma-se a isto, a concepção de que os projetos são estruturados pela coletividade dos sujeitos que vêm a ser a categoria profissional. No entanto, isso não cabe somente aos especialistas de campo, mas que deve ser pensando associadamente com as entidades que dão efetividade à profissão. Paulo Netto (2007, p. 4) aponta que:

É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, suas entidades corporativas, acadêmicas e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto.

Dessa forma, para que o projeto profissional se concretize se faz necessário uma categoria bastante organizada pelos profissionais, pois é compreendido que o Projeto Ético Político do Serviço Social não é algo concretizado e findado, ele vem sendo construído mediante os fatos e objetivos do fazer profissional, posto que segue o processo dinâmico da sociedade.

Na conjuntura atual, o Serviço Social brasileiro vem moldando a profissão com criticidade, a fim de atender as demandas e exigências dos nossos dias. Como consequência tem-se o vasto acervo teórico que embasa o fazer profissional, bem como o avanço da pós-graduação nas últimas décadas. Ainda nesse sentido, a categoria coloca em pauta a dimensão ética da profissão. Conforme aponta Iamamoto (2012, p. 225):

Constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade ao estabelecer os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas, na contracorrente do clima cultural prevalecente, que são guias para o exercício cotidiano.

A concretização dos princípios constatados no Código de Ética profissional nos faz lembrar que é fruto de grandes embates por garantia de direitos, o que influencia diretamente em condições de luta contra a hegemonia, almejando uma nova ordem societária.

As bases éticas do projeto profissional elencadas no Código de Ética Profissional de 1993, apresentam os valores do engajamento da categoria na contemporaneidade, sendo eles: a liberdade, a democracia, a justiça e a igualdade. A sociedade que almejada pela categoria é aquela em que os sujeitos sejam livres.

O conceito de liberdade a que faz referência o Código de Ética dos Assistentes Sociais exige a sua própria redefinição, apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos. (BONETTI, 2012, p. 219).

É através do reconhecimento do direito à liberdade que o sujeito se reconhece como ser social. Como trata Silva (2009, p.116): “a concretização da liberdade na vida cotidiana está associada à plena expansão dos indivíduos sociais, contrariando os processos da alienação, [...] e dominação engendrados pelo capital”. Uma vez que os sujeitos que vivem em uma dada sociedade se encontrem livres, tornam-se capazes de trilhar um novo caminho no que corresponde às relações que se estabelecem na sociedade, rompendo com os paradigmas vigentes, sabendo que sob este sistema de poder é inviável o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais e da própria sociedade em seu conjunto. Conforme aborda Paulo Netto (2013, p. 24-25):

No código, as escolhas profissionais são nítidas, inequívocas: numa quadra histórica em que os Estados (inclusive o brasileiro) avançam políticas sociais mercantilizadas e focalizadas, ele preconiza a universalidade do acesso a bens e serviços; diante de uma vida social em que o atentado aos direitos sociais humanos é naturalizado, cotidiano, real e palpável (na guerra e na paz formal), ele aponta sem concessões para a defesa daqueles direitos e para o combate ao arbítrio; em face de uma sociedade em que operam mecanismos de exploração e dominação, ele afirma a possibilidade de uma nova ordem societária.

Enfatiza-se aqui a importância do Código de Ética profissional enquanto suporte teórico-prático que dá alicerce à ética dos profissionais assistentes sociais. Este é ainda um elemento que proporciona a materialização dos direitos dos menos favorecidos socialmente. Vale lembrar que, na atualidade, o conservadorismo mostra-se de forma acentuada por razões de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual e pela supressão de direitos. Nesse cenário tradicionalista que os assistentes sociais devem defender intransigentemente os direitos humanos, ao fortalecer a classe trabalhadora através de seus serviços.

Conforme aponta Ruiz (2013, p. 33), “[...] um ser humano é significativamente distinto dos demais seres vivos”. Dessa forma, os direitos são disputados no processo dialético conforme as necessidades humanas, por isso pelo simples fato de ser direito, é humano. A construção e manutenção dos direitos são inerentes à espécie humana, pois são gerados, assim como as necessidades.

Esses princípios propõem um novo modo de operar o trabalho profissional, por ser um instrumento de reflexão e de avaliação enquanto profissionais. De forma que se estabelecem parâmetros para a condução da categoria profissional com vistas à resistência da categoria. Segundo Ruiz (2013, p. 39), “[...] os princípios do código de ética contribuem para termos, em mãos, horizontes de reflexão e proposição de alternativas a estas contradições”. Desse modo, os profissionais assistentes sociais buscam a concretização e efetivação dos princípios constatados no Código de Ética da categoria buscando compromisso com os valores éticos que afirmam e asseguram progresso dos indivíduos na sociedade.

Sabe-se que o maior empregador dos profissionais assistentes sociais é o Estado, nessa lógica é justamente um dos que mais violam Direitos Humanos por tomar o lado do sistema capitalista. Porém, esse não é o único modo de se violar direitos. Na opinião de Ruiz (2013, p. 37-38):

Ela também ocorre por omissão, como bem aponta o nosso código de ética. Negar à população acesso a necessidade legítimas por não estarem previstas legalmente; não agir contra relações de trabalho autoritárias, injustas, precarizadas; não se organizar sindicalmente nem fazer lutas sociais; submeter-se a ditames institucionais que violam direitos: todos estes comportamentos que podem eternizar violações.

Portanto, se faz necessário refutar quaisquer violações de modo que não se fixem. É preciso confrontar, pois nenhum avanço na sociedade foi concedido ao logo do processo histórico sem oposições. As alterações ocorridas no âmbito da profissão advêm de um avanço teórico e prático da profissão.

3 O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: limites e desafios ao PEP

Observar o Estado como suporte na consolidação e propagação do sistema capitalista, significa compreender a sua função no crescimento econômico e social. Tais circunstâncias, irão modificar-se de acordo com cada conjuntura, pois constantemente se tem a reformulação do mercado que visa a permanência da luta de classes.

Desse modo, o principal objetivo se configura pelo crescimento econômico em que necessita-se de um estado flexível para suprir positivamente as demandas da ordem do capital. Conforme destacado por Abreu (2017, p. 3) “[...] é intrínseco a esse sistema o desencadear de crises que podem remeter-se as metamorfoses do mercado atrelado às reconfigurações do Estado”.

Há fases no capitalismo. Em seu estágio clássico, aquele que viu a crise de 1929, caracterizada pela Segunda Guerra Mundial e manifestação exacerbada de violência, a classe

dominante compreendeu a necessidade do Estado intervir na economia capitalista; Por seu turno, o capitalismo dos “anos dourados” com *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social) nos anos de 1970 e o capitalismo contemporâneo passaram por uma crise estrutural, na qual o grande capital promoveu a disseminação de teses profundamente conservadoras em que se designou de neoliberalismo. Todavia, desde os anos de 1940 esse programa havia sido defendido pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek. (PAULO NETTO; BRAZ, 2012).

O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*). (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 238, grifo do autor).

Nota-se o incentivo das desigualdades sociais, pois, na ideologia neoliberal compreende que é através das desigualdades que os indivíduos se esforçarão para alcançar uma ascensão e modo de vida satisfatório. Visto que o padrão de redistribuição das riquezas sociais causará imobilização e desestimulação nas pessoas para atingirem o seu bem-estar⁸.

Compete ao Estado desenvolver uma atividade voltada para o econômico: permitir o ‘livre jogo’ do mercado concorrencial, e outra atividade que trate do social: serviços para quem não tiver acesso ao mercado. Mas que tipos de serviços e para quem? Claramente não se trata de serviços universais e de sistema ‘redistributivo’ da renda. [...] se, visando à ‘justiça social’, o Estado intervencionista, e sua política ‘redistributiva’, tende a abafar as diferenças e para quê o indivíduo deveria se esforçar? (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 63).

Entretanto, encontra-se um dos pontos centrais na reformulação do regime capitalista, a liberdade de mercado. Na qual, se empenha em concretizar a eliminação dos obstáculos que dificultam a acumulação do capital. “O Estado foi sendo tomado como ‘bode expiatório’ para a crise vivenciada pelo capitalismo nos anos 70 do século XX, devendo, portanto, ter suas funções diminuídas, de modo a garantir a rentabilidade do capital”. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 55). A partir de então, se acirra o processo de mundialização do capital e minimização das funções estatais que garantem os direitos sociais.

Essa ideologia legitima o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.* (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 239, grifo do autor).

Esse quadro de transformações operadas com o processo de reestruturação do capital, culminou na implementação do projeto neoliberal no Brasil que se concretiza a partir da década de 1990⁹ com alterações e perspectivas que não se adequam mais aos preceitos consolidados nos anos de ouro, pois, desde então se pautaram na acumulação flexível¹⁰.

⁸ “Deste prisma, é **perfeitamente aceitável os bolsões de miséria existentes em muitos países periféricos**, ou mesmo **a convivência num mesmo espaço urbano de áreas tão ricas**, consideradas nobres, e **outras extremamente pobres**, como acontece em muitas cidades brasileiras, por exemplo”. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 55, grifo nosso).

⁹ “No Brasil, a programática neoliberal ganha espaço com a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, porém, com os escândalos de corrupção que vieram à tona neste governo e que resultaram no impeachment <http://www.iesfma.com.br/index.php/revista>

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, de mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993 *apud* PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 227, grifo nosso).

Essa flexibilização atinge principalmente o trabalho, pois, acirra e exploração da força de trabalho e diminui as condições de existência daqueles que o realizam. Isso se verifica com “[...] uma flexibilização no mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informatização da contratação dos trabalhadores uma flexibilização dos produtos [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 31). Desse modo, tal estratégia se fundamenta em três pilares articulados na atual conjuntura de crise e mundialização do capital, que para Duriguetto e Montañó (2011, p. 193, grifo nosso). são eles: “*a) a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; b) a reestruturação produtiva; e c) a (contra)reforma do Estado*”. Partindo-se dessas especificidades, o regime capitalista e o Estado provocam:

Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do ‘pleno emprego’ dos ‘anos dourados’ foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa de *formas precárias* de emprego sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. Nessa ofensiva do capital, seus porta vozes vêm afirmando que a ‘flexibilização’ ou a ‘desregulamentação’ das relações de trabalho (isto é, a redução ou mesmo a supressão de garantias ao trabalho) – argumentação largamente desmentida pelos fatos: **também em todos os países onde o trabalho foi “flexibilizado”, isso ocorreu juntamente com o crescimento do desemprego** (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 230-231, grifo nosso).

A propagação dessas circunstâncias também se torna possível por meio da descentralização da indústria, causada pela globalização. Promove-se a desterritorialização da produção¹¹, como ainda descrito por Paulo Netto e Braz (2012, p. 228), são “[...] unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas)”, pois é onde a exploração do trabalho pode ser mais acentuada, uma vez que se está mais suscetível à ausência de legislações que assegurem os trabalhadores, isenção fiscal e principalmente mão de obra barata. Intensificando assim, a desigualdade entre nações.

Como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. É o que já caracterizamos como a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas – particularmente no âmbito estatal – para as lógicas da sociedade civil e do mercado. Desta forma, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da ‘questão social’. Agora o mercado será a instância por

deste presidente, o país entrará efetivamente no circuito neoliberal na década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso”. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 57).

¹⁰ Esgota-se a modalidade de acumulação denominada rígida, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível. (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p.227).

¹¹ “No âmbito da produção, verifica-se um processo de reestruturação produtiva em que a produção rígida, típica do modelo taylorista-fordista, é substituída pela produção flexível. Neste tipo de processo, a produção de massa e em série dá lugar àquela que se destina a mercados específicos, buscando atender ‘nichos’ particulares de consumo que deem conta de variabilidades culturais e regionais”. (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 228).

excelência, de regulação e legitimação social. O 'igualitarismo' promovido pelo Estado intervencionista deve ser, na ótica neoliberal, combatido. No seu lugar, a desigualdade e a concorrência são concebidas como motores do estímulo e desenvolvimento social. (MONTAÑO, 2002, p. 54).

Com o discurso de diminuição do Estado, acarreta-se a redução das funções estatais, principalmente quando se trata dos direitos sociais. Conforme Paulo Netto e Braz (2012, p. 239) "ao proclamar a necessidade de um 'Estado mínimo', o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é quem um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital".

3.1 A formação profissional dos assistentes sociais no contexto neoliberal

Na contemporaneidade, são muitos os desafios a serem superados, principalmente diante dos inúmeros ataques do capital às políticas públicas de saúde, segurança, habitação e, sobretudo de educação.

A política de educação superior no Brasil gesta-se por um conjunto de decretos e medidas provisórias que favorecem a consolidação da contrarreforma da educação pública e a expansão do ensino privado. O discurso da "democratização do acesso" ganha terreno, pois traz consigo a perspectiva de inclusão dos trabalhadores nas universidades, pautando-se na lógica produtivista para mudanças curriculares, em que o diploma seria o 'grande diferencial'. (FERRAREZ, 2016, p. 2).

É importante destacar que atualmente, a educação se apresenta para o capital como a melhor saída para a crise estrutural, tendo em vista que a educação superior está direcionada para a lógica mercantil, na busca dos negócios lucrativos, em que o ensino superior presencial se mostra com um custo elevado e daí se empreende ensejo pelo ensino à distância (EAD), de modo que essa passa a ser uma alternativa viável para ofertar o ensino superior com baixo custo.

O maior interesse da classe empresarial é a obtenção de lucro advindo de tal demanda, o que pode acarretar a uma programada omissão com a qualidade do serviço fornecido. Deste modo, é tendente a adaptação dos perfis profissionais ao novo paradigma da sociedade, focado na expansão da educação à distância.

À categoria profissional do Serviço Social, fica o desafio de preparar profissionais aptos para lidar com as contradições do presente apresentadas pela ordem neoliberal e pelo neoconservadorismo no conhecimento, e o compromisso com a qualidade na formação que, conseqüentemente, perpassa todo o trabalho profissional evitando que o Serviço Social fique burocrático, tecnicista, mercantil e 'sem vida'. (PIANA, 2009, p. 34).

Frente ao exposto, surge a importância de se buscar posicionamento ético e político, impulsionando a categoria como um todo a trabalhar unida na busca pelo rompimento das amarras do sistema capitalista, de modo que é necessário conhecer as contradições da realidade, ensejando profissionais propositivos, reflexivos, e, sobretudo, críticos. No tocante a isso, faz-se necessário pontuar aqui o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em combate a modalidade EAD, com uma campanha publicitária intitulada "Educação não é Fast Food: diga não à graduação à distância em Serviço Social", em que abordam:

A análise dos dados reunidos demonstrou o descompromisso das Instituições de Ensino com a formação profissional substantivamente de qualidade e a falta de controle e acompanhamento sistemático da expansão e prestação de serviços dessas instituições por parte do Ministério da Educação (MEC). O processo de credenciamento junto ao MEC tem ocorrido de maneira superficial, não estabelecendo condicionalidades para a avaliação estatal in loco com vista à confirmação das informações prestadas pelas instituições proponentes, como ocorre nos casos dos cursos de graduação presenciais. Os dados identificados sobre o processo global de formação (bibliografias utilizadas, dinâmica pedagógica, avaliações, estágio curricular, perfil dos/as tutores/as e outros componentes relacionados ao projeto pedagógico) confrontam radicalmente com nossos compromissos e princípios. Colidem, também, com os conteúdos, habilidades e competências estabelecidas nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social e com os instrumentos normativos afetos ao estágio (Lei 11.788/2008, Resolução CFESS 533/2008 e Política Nacional de Estágio/ABEPSS) e, ainda, com as atribuições e competências dos/as assistentes sociais previstas na Lei 8.662/1993. (CFESS, 2011 p. 2).

Posto isso, observa-se a preocupação com a educação mercantilizada que vemos hoje, que tem visado somente os lucros, de modo que as entidades que representam a categoria profissional têm-se colocado acerca do assunto, trazendo a não concordância com a modalidade EAD. No tocante à campanha publicitária supraescrita, o Governo Federal condenou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em que foram julgados como preconceituosos e taxativos com relação aos tutores e alunos de graduação à distância, como explicita a nota:

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vêm se manifestar acerca da decisão, em 1ª instância, da Justiça Federal de Campinas (SP), que condenou as entidades a pagarem uma indenização de R\$ 100 mil por danos morais a Associação Nacional dos Tutores da Educação a Distância (Anated), em decorrência da campanha “Educação não é fast-food: diga não à graduação à distância em Serviço Social”. A decisão não considera as disposições constitucionais que garantem o direito de livre manifestação e expressão. O CFESS e a ABEPSS se utilizarão de todos os meios legais e recursais para revertê-la e irão imediatamente recorrer da mesma. Reiteramos que a campanha não é preconceituosa nem se dirige a trabalhadores, trabalhadoras e estudantes do Ensino à Distância. Ela foi lançada para provocar o debate público acerca da política de ensino superior no Brasil que, no nosso ponto de vista, tem sido profundamente mercantilizada e discriminatória, já que não garante o acesso ao ensino superior presencial, público, laico e gratuito para toda a população brasileira. Além disso, por meio da campanha, denunciaremos os problemas e irregularidades detectados nos estudos e levantamentos realizados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em diversos cursos de graduação à distância em Serviço Social. (CFESS, 2013, n. p.).

Essa campanha foi lançada com o objetivo de provocar, incitando as pessoas como um todo sobre a política de ensino superior que temos hoje no Brasil, haja vista ser extremamente excludente e discriminatória, levando-se em consideração que por vias históricas as condições de acesso dos ricos e dos pobres são acentuadamente diferentes, nesse sentido se faz necessária uma formação crítica que prepare esses futuros profissionais com vistas a ampliar suas condições de atuação sabendo que as oportunidades das pessoas de um modo geral são desiguais, e isso precisa ser superado. Segundo Piana (2009, p. 34):

Tal desafio para os assistentes sociais é, portanto, a busca de um posicionamento ético e político que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica capitalista, impulsionando-os a trabalhar na busca de romper com a dependência, a subordinação, a despolitização, e assim poder manter vivas as forças sociais

motivadoras da esperança de uma nova sociedade e da capacidade de luta no cenário social e profissional.

Portanto, para que ocorram mudanças significativas com o objetivo de minimizar, ou melhor, ainda, sanar essas desigualdades de acesso ao conhecimento, deve-se ser levantado tal discussão como tem sido feito pelo conjunto CFESS/CRESS, onde ambos tem se posicionado em favor da defesa de uma formação profissional em conformidade com as diretrizes curriculares e com o projeto ético-político da categoria que são fundamentos do Serviço Social.

Todas as ações profissionais realizadas por assistentes sociais são pautadas no projeto ético-político da categoria em consonância com o Código de Ética e respaldadas pelas atribuições e competências profissionais apresentadas na Lei de Regulamentação Profissional N° 8.662, de 07 de junho de 1993. No entanto, com o cenário atual imposto pelo regime vigente, são colocadas dificuldades significativas para que a materialização do PEP seja efetivada.

Os tempos atuais são inusitados ao Serviço Social brasileiro dada as muitas contradições que caracterizam as relações sociais estabelecidas nesta sociedade assolada por ditames capitalistas, cujas peculiaridades sustentadas nos ideais neoliberais cada vez mais atingem o exercício profissional dos assistentes sociais e, conseqüentemente, as suas estratégias político-profissionais em defesa das classes trabalhadoras. (SILVA, 2012, p. 11).

As condições são caracterizadas como um “[...] ambiente hostil para plena expansão dos princípios que orientam o projeto profissional”. (BEHRING, 2013, p. 13). Isso se concretiza devido os avanços neoliberais estabelecidos através de agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial que determinaram novos padrões para serem implantados no interior dos países periféricos, nos quais, acarretou na supressão de direitos sociais e mercadorização¹² das políticas públicas. Pois, além de serem privatizadas ainda sofrem o processo de precarização dos serviços públicos, impõe-se a grande parte da população a buscarem os serviços sociais no setor privado.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o [...] trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização*. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156, grifos do autor).

Esses elementos refletem profundamente na profissão, bem como nas demais profissões, em que seus fundamentos levam em consideração teorias explicativas da realidade, pois foram substituídas por procedimentos operativos desconectados dos processos sociais mais abrangentes. Conseqüentemente, se impacta no funcionamento das políticas públicas, e

¹² “Já sabemos que a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tencionada: pelas estratégias de extração de superlucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; e pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento [...]. Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 155-156).

aos profissionais de serviço social que trabalham na mediação desses direitos conquistados arduamente pelas classes subalternas.

Nesse viés, desenvolvem-se políticas focalizadas, que agem pontualmente sobre uma determinada população, na qual não consegue ascender economicamente para que se custeie as suas necessidades sociais. A possibilidade maior de se ter acesso às políticas acaba sendo através do emprego e o desemprego estrutural se aprofunda na conjuntura do regime vigente. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 159), estes fatores resultam em uma “[...] dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelo serviço”. O acesso cabe aos que comprovadamente são extremamente pobres, situação em que se associa seletividade à focalização.

O traço mais marcante é atribuído à interrupção de um processo em curso pela universalização de direitos sociais, produto da luta social, com a substituição de políticas e programas universais por programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza. Embora essa incursão venha propiciando maior visibilidade da pobreza, as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social são desconsideradas. Essa postura, que vem orientando as políticas sociais no Continente, contribui para estabelecer o risco de limitar a reflexão e a intervenção social, incluindo aí o trabalho dos assistentes sociais a melhorias imediatas de condições de vida dos pobres, servindo tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado. Cria-se um estrato de pobres que se reproduz no nível da sobrevivência, sendo instituída a ilusão de que o problema da pobreza será resolvido pela Política Social. (YAZBEK, 2016, p. 10).

Na conjuntura atual, o conservadorismo tem espaço garantido para os programas de transferência de renda que são seletivos, fragmentados e focalizados, não emancipando o público-alvo dessa política. Tem-se ainda o falso moralismo do desestímulo ao trabalho, no qual recai ao próprio indivíduo a sua condição econômica, caracteriza-se a criminalização da pobreza. As políticas sociais encontram-se longe de alcançar a universalidade e diminuir a desigualdade estrutural desencadeada pela concentração de riqueza do regime neoliberal, ainda que esta seja a única forma das classes subalternas acessarem à saúde, educação, previdência e os demais serviços públicos.

Neste âmbito, as transformações ocorridas no mundo do trabalho pela lógica do mercado definem a flexibilização ou desregulamentação das relações trabalhistas, na qual estabelecem a redução ou até mesmo a supressão desses direitos, explorações que já pareciam superadas no século XX. Desse modo, devido os assistentes sociais estarem inseridos na divisão social do trabalho e se reconhecerem como parte desta classe, a categoria também foi e continua sendo afetada diariamente pela precarização flexibilização do trabalho.

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçada, entre outras. (GUERRA, 2010, p. 719).

Essas situações¹³ marcam as atividades laborais dos profissionais de serviço social, mesmo que sejam em níveis diferentes, há a flexibilização e precarização do trabalho. Os assistentes sociais pertencem à classe trabalhadora, em condição de assalariamento, pois

¹³ “Enfrenta condições de trabalho insatisfatórias que não atendem ao disposto na Resolução CFESS n. 493/2006, como inexistência de espaço físico para atendimento sigiloso, ausência de equipamentos para guarda de material ou para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 134).

estes são profissionais que atuam na esfera dos direitos, políticas sociais e serviços públicos. Sendo necessário os duplos ou triplos contratos de trabalho pela baixa remuneração.

Há a tensão entre parâmetro de um projeto profissional crítico e emancipador, pautados em valores universalistas e a situação de trabalhador assalariado, no qual encontram-se submetidos os assistentes sociais. Ademais, encontra-se ainda por parte das instituições e outros profissionais, nos dizeres de Behring e Boschetti (2016, p. 135), “[...] o desconhecimento das competências e atribuições dos assistentes sociais, o que acarreta o desenvolvimento de funções que levam a diluição das particularidades e especificidades profissionais”. Dessa forma, a prática profissional se designa como assistencialista e filantrópica, pela ausência de um referencial teórico-metodológico e ético-político, fatores que diferencia a categoria de intervenções voluntaristas, incentivando a criação de uma falsa imagem da profissão.

Atualmente o Estado é o maior empregador da categoria profissional, o que traz a necessidade de reflexão sobre a sua especificidade para que se alcance um atendimento melhor em relação aos usuários.

Uma dessas considerações, seria ouvir as necessidades da população usuária, de acordo com Iamamoto (2012, p. 227), “[...] envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação”. A partir daí, leva-se para os espaços institucionais demandas coletivas e incentiva a população na luta por direitos.

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. (MARX; ENGELS, 2008, p. 25).

As verdadeiras transformações societárias só podem ser concretizadas pela classe trabalhadora, pois eles são os principais atores políticos. Não cabe aos assistentes sociais a incumbência da condução do processo de transformação social pela justificativa da essência da profissão, embora ela preveja o rompimento e superação da sociedade capitalista. Entretanto, o assistente social também é afetado pela dominação capitalista por ser um trabalhador assalariado, como todos está submisso ao regime vigente demarcado pela exploração, o assistente social deve fazer parte de ações que enfrentem as opressões do capital. Vale destacar a importância dessas atuações coletivas estarem organizadas politicamente dentro e fora do âmbito profissional.

Compreendemos aqui a organização política da categoria de assistentes sociais como uma das condições históricas primordiais para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão e para a sociedade, bem como ferramenta que possibilitou a ampliação da politização de diversos segmentos da classe trabalhadora que sentem/convivem com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nesta sociabilidade. (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 218).

Portanto, é preciso que os assistentes sociais não se envolvam apenas nos espaços políticos da própria categoria profissional, mas como trabalhadores, devem se envolver na totalidade crítica, articular e desenvolver relações com outros movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, conselhos etc. que detenham propósitos em comum e lutem pela implementação de uma sociedade emancipada. Essas são maneiras e estratégias que precisam ser concebidas de acordo com os objetivos do projeto ético-político da categoria profissional, o qual se fundamenta numa perspectiva essencialmente revolucionária e transformadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de ruptura do serviço social com o conservadorismo e a construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro a partir de sua trajetória histórica, até os dias atuais é um debate de extrema relevância para o meio acadêmico assim como para a sociedade. Tendo em vista que a perspectiva do sistema capitalista brasileiro é totalmente contrária aos princípios constatados no Código de Ética e do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Portanto, a intenção era fazer com que fosse compreendido o contexto histórico em que os profissionais estão inseridos, e as mudanças advindas do sistema capitalista, em que são colocadas dificuldades significativas para que a materialização do PEP seja efetivada, como é percebido pela supressão de direitos sociais, mercadorização das políticas públicas, ambiente controverso para o fazer profissional, com vistas a mostrar que não deve-se acatar o que nos é posto pelo atual sistema, com um discurso fatalista de que nada pode ser feito.

Com a elaboração da pesquisa, buscou-se demonstrar a importância do Código de Ética profissional enquanto suporte teórico-prático que dá alicerce a ética dos profissionais assistentes sociais, em que é um elemento que proporciona a materialização dos direitos dos menos favorecidos socialmente. Buscou-se ainda compreender os limites e possibilidades da prática profissional na contemporaneidade, apontando os desafios à materialização do Projeto Ético-Político Profissional, diante disso, é necessário este debate pautado no marxismo clássico.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

_____. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

_____. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 91, p. 34-48, 2007.

ABREU, Thinally Rodrigues. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO: expressões da luta de classes. *In*: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 1917-2017: Um século de reformas e revolução, 2017, São Luís – MA. **Anais...** Universidade Federal do Maranhão, 2017.

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus. **Organização e luta sindical face ao neoliberalismo no Brasil: do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Do novo sindicalismo à concertação social: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), n. 15, p. 111-124, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/10829>. Acesso em: 10 maio 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais/ Conselho Regional de Serviço Social (Org.)** – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

_____. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BONETTI, Dilsea Adeodata. **Serviço Social e Ética: Convite uma nova práxis**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Nota do CFESS e da ABEPSS sobre a decisão da Justiça Federal referente à campanha Educação não é Fast-food. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/967>. Acesso em: 10 maio 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Manifesta: Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_campanhaEAD_CENSURADO.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FERRAREZ, Cynthia Santos. MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E SERVIÇO SOCIAL: uma breve análise sobre a formação profissional no estado de Minas Gerais. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016. p. 01-14.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out/dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53-64, 2002.

MONTAÑO, Carlos Eduardo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NERVO, Adriano Codato. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, n. 25, 2005.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. *et al.* (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais/Conselho Regional de Serviço Social (Org.)** – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

PIANA, M. C. O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas. In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

RAMOS, Sâmia R.; SANTOS, Silvana M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

RUIZ, J. L. de Souza. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais/ Conselho Regional de Serviço Social (Org.)**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SILVA, Iolani Soares da. O projeto ético-político profissional do serviço social: o sentido da ruptura. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 97, p. 109-123, jan./mar. 2009.

SILVA, Marcela M. J. **A Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 7 março 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 6-13, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/2I88198t6Fh7674i54ZG.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: breve análise do Brasil contemporâneo

DOMESTIC CHILD LABOR: a brief analysis of contemporary Brazil

Albertina Fonseca Leda*
Vanessa Fernanda Silva Coelho*
Gisele de Fatima Cardoso Nunes**

RESUMO

O presente artigo apresenta a discussão sobre a problemática do trabalho infantil, como um fenômeno histórico, político, cultural e social com o objetivo de levantar argumentações em torno do trabalho infantil com um recorte de gênero. A metodologia adotada se constituiu em pesquisa bibliográfica e documental buscando atingir resultados configurados na naturalização do trabalho infantil como uma realidade na vida de crianças e adolescentes do sexo feminino. A discussão de gênero se baseia em aspectos do cotidiano que devem ser vistos sobre o olhar de literaturas especializadas buscando superar estigmas sociais e culturais que foram construídos ao longo da história, se tornando assim uma importante discussão contemporânea. Assim, utilizamos referências textuais para aprimorar a discussão sobre o Trabalho Doméstico Infantil (TID), fomentando análise histórico social deste fenômeno. As discussões e resultados desta pesquisa levaram ao entendimento desse fenômeno como uma realidade histórica, porém com viés contemporâneo e analítico da realidade brasileira no que consiste TID. Percebe-se que este fenômeno é contemporâneo pois ainda encontramos dados quantitativo oficiais que reforçam o TID e fomentam a necessidade de estratégias de enfrentamento a este fenômeno social.

Palavras-chave: Trabalho. Criança. Adolescente. Gênero.

ABSTRACT

This article presents the discussion on the problem of child labour, as a historical, political, cultural and social phenomenon with the objective of raising arguments around child labour with a gender cut-off. The methodology adopted was constituted in bibliographical and documental research seeking to achieve results configured in the naturalization of child labour as a reality in the lives of children and adolescents of the female sex. The discussion of gender is based on aspects of daily life that must be seen in the eyes of specialized literature seeking to overcome social and cultural stigmas that have been built throughout history, thus becoming an important contemporary discussion. Thus, we use textual references to improve the discussion on Child Domestic Work (TID), fostering historical social analysis of this phenomenon. The discussions and results of this research led to the understanding of this phenomenon as a historical reality, but with a contemporary and analytical bias of the Brazilian reality in what constitutes TID. It is perceived that this phenomenon is contemporary because we still find official quantitative data that reinforce the TID and foster the need for strategies to confront this social phenomenon.

Keywords: Work. Child. Adolescent. Gender.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil não é um fenômeno atual. Há séculos crianças e adolescentes estão submetidos a esse tipo de exploração. Isso posto, surge o objetivo deste artigo, que se dá

*Bacharel em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: albertinaleda@gmail.com

*Bacharel em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: vanessacoelho514@gmail.com

** Assistente Social, Profa. Esp. no Curso de Serviço Social pelo Instituto e Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: gisanunes06@gmail.com

por discutir a complexidade do Trabalho Infantil Doméstico (TID), a partir de uma contextualização histórica, político, cultural e social com a finalidade de levantar questionamentos sobre esse tipo de trabalho com o recorte de gênero.

Faremos um levantamento histórico em relação ao trabalho infantil no Brasil que de acordo com as pesquisas ocorre antes do seu descobrimento com as grandes viagens portuguesas onde meninos e meninas já eram escalados para trabalhar nessas embarcações em condições insalubres e penosas, o trabalho infantil não era visto como um problema e com a escravidão no Brasil colônia muitas crianças negras desembarcaram no país para serem escravizadas por mais de trezentos anos e mesmo com a abolição da escravidão sabemos que os ex-escravos não foram assistidos por políticas públicas então continuaram na pobreza e sem dignidade tendo que se submeter a trabalhos subalternos para a sobrevivência.

Com a industrialização do país e exaltação do trabalho as crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas eram considerados delinquentes dessa forma o Estado passa a criar fundações para recolher os mesmos da rua essa iniciativa tinha mais um caráter repressor do que assistencial pois essas crianças e adolescentes eram consideradas um perigo para a sociedade. Somente a partir da década de 1980 é que se começa a discutir a questão da proteção das crianças e adolescentes através da Constituição Federal de 1988 e a Estatuto da Criança e Adolescente em 1990.

Analisaremos o trabalho a partir do recorte de gênero pois são temas que fazem parte desse universo, a motivação da pesquisa sobre o TID se manifestar como uma questão de gênero se deu por observar dados quantitativos que revelam que a maioria das pessoas que trabalham no espaço doméstico são meninas entre 12 e 15 anos de idade sendo que um terço começou a trabalhar entre os 5 e os 11 anos.

Apontaremos também as iniciativas do estado brasileiro para combater o trabalho infantil e os avanços relacionados a temática. Sabe-se que a partir da promulgação do ECA foram as estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil tornaram-se mais eficazes, embora algumas formas desse tipo de exploração não tenham diminuído, que é o caso da exploração através do TID. Nesta pesquisa utilizamos o método da pesquisa bibliográfica e análise documental, valendo-se tanto da análise qualitativa dos fatos como de dados quantitativos para conhecer e compreender a totalidade e particularidade desse contexto social.

Diante do contexto do TID no Brasil criou-se a expectativa de que a pesquisa proporcione embasamento para a formação acadêmica, e para, além disso, seja objeto de estudo, consciência política e social ao leitor. Espera-se que a sociedade seja beneficiada através dos leitores que tenham acesso ao tema, que os mesmos levem discussões de modo que as vítimas do trabalho infantil doméstico também sejam alcançadas, que a discussão seja algo diário, para que as vítimas se entendam como sujeitas de si mesmas no enfrentamento de tal violência.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

No que diz respeito a história do Brasil encontramos várias passagens de sofrimento, descaso e violência envolvendo o universo infantil, onde as crianças eram consideradas objetos, não tinham reconhecimento e o trabalho feito por crianças era tolerado pela sociedade e governo. Antes mesmo do descobrimento do Brasil com as grandes navegações portuguesas já há relatos de exploração do trabalho infantil onde várias crianças

eram trazidas pelas embarcações para a colônia servindo como pajens e grumetes¹ muitas vezes com o consentimento da família por serem pobres e verem nessa troca (pois recebiam um valor referente ao trabalho dos grumetes) uma oportunidade de seus filhos conseguirem melhorar sua situação de vida, mesmo cientes que essas viagens eram penosas e que muitos não chegavam ao seu destino e como uma forma de se livrarem de mais um componente da família.

Para os pais destas crianças – consideradas um meio eficaz de aumentar a renda da família –, alistar seus filhos entre a tripulação dos navios parecia sempre um bom negócio. Eles, assim, tanto podiam receber os soldos de seus miúdos, mesmo sabendo que estes viessem a perecer no além-mar, quanto livravam-se de uma boca para alimentar. (RAMOS, 2010, p. 18).

Em outros casos, como nas famílias judias, havia o rapto das crianças para trabalhos forçados nas grandes viagens e era uma forma de conter o crescimento da população judaica em Portugal. Nesse caso como a maioria das famílias possuíam recursos de sobrevivência havia um vínculo de afeto e muito sofrimento com a separação. “Estas, ao contrário das recrutadas entre as crianças carentes portuguesas, eram jogadas no navio à revelia de seus pais e representavam para estes uma grande perda afetiva”. (RAMOS, 2010, p. 21).

Nessas embarcações, as crianças eram submetidas as mais arriscadas atividades se igualando ao trabalho de um adulto sofrendo vários maus tratos e privações desde seus alojamentos que eram insalubres até a comida que era escassa e muitos deles eram abusados sexualmente, as condições de sobrevivência eram penosas. Apesar de todo esse contexto muitos desses grumetes e pajens buscavam reconhecimento e promoção almejando uma vida melhor.

A Companhia de Jesus² chega em 1549 no Brasil, com a principal missão de conversão dos indígenas ao cristianismo. Logo depois a atenção foi totalmente voltada para as crianças a quem eram ensinadas os princípios da igreja pois conseguiam propagar entre os adultos os ensinamentos, e a doutrinação consistia também na exaltação do trabalho como um elemento de salvação legitimando o trabalho no universo infantil. Dessa forma as crianças ainda eram vistas como meros objetos nesse caso para a companhia alcançar seu objetivo principal. “O ensino de um ofício para as crianças também foi elemento de preocupação dos jesuítas que entendiam o trabalho como condição de dignidade, ou ainda, o caminho para a própria salvação”. (CUSTÓDIO, 2006, p. 22).

Com o escravismo no Brasil chegavam também crianças nos navios negreiros o que não interessava muito aos compradores de escravos pois estes não serviam para o trabalho pesado. A partir dos doze anos já eram considerados aptos e eram os mais requisitados para trabalharem nas minas e lavouras ficando as crianças menores nas casas grandes com os trabalhos mais leves como os domésticos (lavando, passando, costurando), no pastoreio ou participando da vida familiar brincando com os filhos dos senhores e servindo também de brinquedo para os mesmos. Segundo Góes e Florentino (2010, p. 172) “[...] houve crianças escravas que, sob as ordens de meninos livres, puseram-se de quatro e se fizeram de bestas” na idade de sete anos os primeiros começariam a estudar e as crianças negras para o trabalho.

Nas documentações oficiais que eram enviadas a corte portuguesa de acordo com Scarano (2010), as crianças são pouco mencionadas não que fossem desconsideradas no âmbito familiar, mas nesse momento histórico o que mais interessava aos governantes eram

¹ Grumetes eram aprendizes de marinheiros nas embarcações, na hierarquia da marinha eram os que realizavam os serviços de auxiliar os marinheiros mais velhos e pajens eram crianças que faziam companhia a nobreza prestando-lhes seus serviços.

² Ordem religiosa fundada em 1534 por santo Inácio de Loyola seus membros eram reconhecidos como jesuítas e se dedicavam ao trabalho missionário

os assuntos econômicos e políticos. As crianças participavam da vida familiar das festas e gozavam dos carinhos dos seus, porém a mortalidade infantil era alta a morte das mesmas não era vista como problema, mas como uma fatalidade e que logo nasceriam outras para substituírem.

As crianças escravas viviam sem dignidade e sem reconhecimento de pessoas em desenvolvimento, que necessitam de atenção especial. Dessa forma eram obrigadas a se despedir da infância trabalharem e muitas das vezes verem ser destruídos seus sonhos e perspectivas seguido o lema cruel da escravidão. A abolição da escravidão, em 1988, não foi acompanhada de políticas públicas que abarcasse a mão de obra, dessa forma muitos dos escravos continuaram sendo explorados nas mesmas fazendas e a maioria foram para as cidades nascendo as primeiras favelas, acentuando a condição de miséria que se encontravam, e sem dignidade, isso incluindo as crianças que também trabalhavam para garantir a sobrevivência.

Com a o advento da Revolução Industrial muitos imigrantes vêm para o Brasil em busca de uma vida melhor fugindo da fome e guerras fazendo o contingente populacional avançar e grande parte desses imigrantes e negros libertos mudam-se para as grandes cidades para trabalharem nas indústrias. As crianças eram peças fundamentais nesse trabalho, pois a mão de obra era barata e as mesmas precisavam trabalhar para ajudar a compor a renda familiar eram tão explorados quanto os adultos em trabalhos penosos e insalubres onde eram expostos a vários riscos e muitos acidentes que ocorriam nesse ambiente, as crianças e adolescentes que não se enquadravam nas indústrias e fábricas iniciavam nas atividades ilegais tentando sobreviver em uma sociedade que massacrava as classes populares.

Inúmeros são os relatos da ação destes meninos e meninas pelas ruas da cidade, em bandos ou sozinhos, compondo o quadro e as estatísticas da criminalidade e da delinquência. O moleque travesso que alegremente saltitava pelas ruas, era também o esperto batedor de carteiras, que com sua malícia e agilidade assustava os transeuntes. Frequente também era a presença de garotas, ora mendigando pelas calçadas ou furtando pequenos estabelecimentos, ora prostituindo-se para obter o difícil sustento. (SANTOS, 2010, p. 206).

O trabalho infantil continuou sendo legitimado pela sociedade como forma de conter a vadiagem a criança e adolescente que não se encaixavam nos padrões impostos e eram marginalizados. Assim foi criado, o Código de menores Mello Matos (Decreto nº 17.943-A, de 12 outubro de 1927) com o intuito de unificar todas as legislações relacionadas a menoridade e ao trabalho dos menores. Essa lei tinha caráter educacional e, dessa maneira, todos os menores que se encontravam nas ruas em situação de vadiagem ou mendicância eram submetidos as medidas de assistência e proteção. O discurso da moral e trabalho eram bem aceitos, então o Estado realizava o controle desse problema através das ações estatais por meio do trabalho essa proteção alcançava somente as crianças abandonadas e delinquentes.

Em 1931, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), tinha um caráter mais repressor que assistencial e não recebendo recursos necessários foi extinto. Em 1964 sendo criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que era executada pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Apesar das tentativas do governo de passar para um modelo assistencialista em relação às crianças e adolescentes, ainda se operava o caráter carcerário e punitivo ressaltando a cultura do trabalho.

É promulgada em 1988, a Constituição Federal tratando da proteção integral da criança e do adolescente garantido o dever da família estado e sociedade universalizando a proteção lhe assegurando direitos outrora negados como direito a vida, saúde alimentação, lazer, um verdadeiro marco em se tratando de conquista de direitos. Em 1990 é criado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) revogando a concepção de “menor em situação irregular”, sobrepondo-se a proteção integral e desta vez, abarcando todas as crianças de todas

as classes sociais. Assim a criança passa a ser vista como pessoa que merece atenção especial devido à sua condição em desenvolvimento.

O artigo 3º do ECA estabelece:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que se trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990).

Apesar do histórico de descaso com os direitos das crianças e adolescentes o país avançou muito tratando-se de conquista de direitos mas muito ainda tem que ser feito pois apesar das conquistas sabemos que ainda há crianças e adolescentes trabalhando de forma ilegal. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2015, havia 2,7 milhões de crianças em situação de trabalho infantil no País é um número alarmante, sendo que uma parcela da sociedade que acredita que no trabalho essas crianças e adolescentes irão manter-se ocupadas e não terão tempo para a criminalidade. Segundo Custódio (2002) o trabalho infantil fere a integridade, afetando o desenvolvimento tanto físico quanto psicológico devido a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento impedindo que alcancem uma vida digna.

2.1 O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil

O Trabalho Infantil Doméstico (TID), configura-se como aquele onde uma criança ou adolescente realiza qualquer atividade doméstica que deveria ser de responsabilidade de um adulto, ou seja, as crianças que se submetem a tarefas que estão longe de sua condição biológica, por estar em um processo de desenvolvimento físico, biológico e psicológico.

Ventura (2007, p. 61) define trabalho infantil doméstico como

[...] as atividades desenvolvidas nas próprias residências por crianças em substituição ao adulto responsável (pai ou mãe), por este se ausentar em função do trabalho que desenvolve. Geralmente a criança assume as responsabilidades e os horários pré-estabelecidos das tarefas cotidianas da casa (cuidar de irmãos menores, cozinhar, lavar, passar, e lavar roupas, limpar casa, etc.).

No Brasil essa configuração de trabalho vem do período escravocrata quando os escravos eram encarregados de cuidar da casa de seus senhores e levavam consigo as crianças. Assim, desde o Brasil colônia, crianças e adolescentes tiveram sua infância interrompida por ser inserido no mundo do trabalho. Vale lembrar que a remuneração a essas crianças é mínima e em alguns casos nem existe remuneração, o que existe são pagamentos por meio de objetos, roupas, calçados, comida, etc.

Após elaboração de pesquisas sobre a temática, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) conceituou o trabalho infantil doméstico no Brasil como “[...] toda prestação de serviços continuada, remunerada ou não, realizada por pessoas com idade inferior a 18 anos, para terceiros ou para a sua própria família”. (DIAS, 2015, p. 11). Percebe-se que no território brasileiro a exploração através do TID não acontece somente no núcleo familiar (casa), mas frequentemente na casa de terceiros.

Quando se fala em trabalho infantil doméstico no Brasil pode se pensar que seja algo novo em relação ao trabalho infantil, no entanto, o que há na realidade é uma naturalização desse tipo de exploração, passando despercebido os danos que traz em si, como os direitos à saúde, educação e lazer que são violados de forma brutal.

O TID muitas vezes é reconhecido como ajuda. As crianças e adolescente que estão em situação de trabalho doméstico recebem “ajuda” dos seus patrões. E quando inseridos no contexto familiar os próprios pais naturalizam porque precisam ir trabalhar e as crianças mais velhas é que cuidam da casa e dos irmãos menores.

Esse cenário de naturalização do trabalho infantil doméstico tem sua gênese na desigualdade social e na pobreza. No relatório de 1997 a organização Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) denuncia o TID como sendo o tipo de exploração mais difundido e menos pesquisado no mundo, enfatizando que as causas são conhecidas como reflexo da deficiência do sistema educacional e o empobrecimento das famílias nas áreas rurais. Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) destacou que cerca de 51,6 % das crianças no Brasil são empregados ou trabalhadores domésticos.

A maioria dessas crianças também estudam, no entanto, devido uma jornada que não é proporcional a sua condição de pessoa em desenvolvimento, interfere diretamente no seu processo de aprendizagem escolar; são vítimas dessa exploração, vivem cansadas e não conseguem acompanhar os outros alunos. Ressalta-se os que são privados do seu direito de irem à escola por ter tanto trabalho a fazer, nota-se então como o TID é prejudicial e limitante.

Percebe-se que a temática está relacionada também a questões culturais e sociais. A vivência dos pais tem uma forte influência na vida dos filhos e filhas. Os pais não tiveram acesso à escola, foram inseridos no mundo do trabalho desde muito cedo, gerações após gerações repetiram essas ações naturalizado e perpetuando o TID no território brasileiro. Segundo Kassouf (1995, 1999) existe uma indicação de que famílias pobres e de tamanho grande requerem mais trabalho infantil, provavelmente como forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros.

A renda dos pais na maioria das vezes é insuficiente para o sustento da família o que contribui para que crianças e adolescentes sejam inseridos no mercado de trabalho. Esse processo tem ocorrido de forma natural visto que é um atrativo para complementar a renda familiar.

Observa-se que o cenário de exploração no lar ou na casa de terceiros traz facilidades no descumprimento de legislações e faz com que essa relação de exploração cresça e naturalize-se. É colocado para as crianças e adolescentes que não existe uma relação de trabalho, o que existe é uma troca, onde através de atividades domésticas se “ajuda” os patrões enquanto esses dão sua contribuição com moradia, comida, roupas, entre outros objetos.

O serviço doméstico realizado por crianças e adolescentes no Brasil é complemento da renda familiar, como já citado anteriormente. Vale lembrar que no caso de trabalho realizado na casa de terceiros mesmo quando há remuneração em dinheiro, ela é mínima, e a criança e adolescente exerce atividades pesadas, uma jornada extensiva e muitas vezes não tiram férias.

O cenário brasileiro tem a desigualdade social como fator que contribui para a naturalização e aumento do TID, de um lado a concentração de riqueza nas mãos de poucos do outro lado uma grande parcela da população sobrevive na miséria, submetendo-se a quaisquer tipos de trabalho e incluindo as crianças e adolescentes utilizando o jargão popular de que “é melhor trabalhar do que ficar na rua”. Se intensifica ainda mais o TID quando se perpetua a ideia de que o trabalho doméstico deve ser realizado por mulheres, sendo naturalizado como um trabalho feminino.

3 O TRABALHO INFANTIL: recorte de gênero

A desigualdade de gênero é recorrente no contexto social brasileiro. É necessário compreender que a temática de gênero difere do termo sexo, como é costumeiramente entendido e difundido pelo senso comum. O termo gênero tem sua gênese nos papéis sociais que homens e mulheres exercem na sociedade, que é construído de acordo com a vivência em cada cultura. Sobre papéis sociais Machado (1999, p. 16) explica que “Devido às relações de gênero socialmente construídas, mulheres e homens desempenham diferentes papéis sociais. Esses papéis estão relacionados com a esfera produtiva, reprodutiva e de gerenciamento das comunidades”.

O trabalho doméstico no Brasil é entendido, na maioria das vezes, como trabalho feminino. As práticas culturais das famílias de naturalizar o trabalho doméstico como sendo trabalho de mulher foi historicamente construído como papel social das mulheres, isso se dá devido as raízes do patriarcado ainda arraigados em nossa sociedade um sistema social onde ao pai é destinado o papel de provedor da família e tem total autoridade e a mãe cabia as atividades domésticas, cuidado da casa, do marido e dos filhos sendo que esse cuidado é visto como natural e que todas as mulheres seriam destinadas.

De acordo com Saffioti, (2004, p. 60) “[...] não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias”. Dessa forma podemos analisar que mesmo com todos os avanços e conquistas ainda vivemos em uma sociedade com resquícios desse sistema e a família continua sendo um dos focos principais da permanência e difusão de ideias conservadoras, onde naturaliza o trabalho da menina em casa devido a sua condição de mulher.

A construção social de que existem algumas características já pré-estabelecidas para meninas e outras para meninos contribuiu para que essas ideias fossem naturalizadas. Assim, características como amabilidade, delicadeza, sensibilidade, obediência são atribuídas as mulheres como adquiridas pelo fato de nascerem mulheres. Enquanto no caso dos homens, espera-se a competitividade, agressividade, coragem, independência, tornando-os superiores as mulheres.

Logo a família é uma das principais instituições que legitimam o trabalho infantil doméstico onde dentro dos lares as meninas começam a trabalhar muitas vezes tendo a responsabilidade equiparada a de um adulto quando é obrigada a abandonar o ser criança para cuidar de um lar, por exemplo. No contexto familiar brasileiro, esse fenômeno compreendido como algo natural, pois é dever das filhas seguir os passos das mães nas tarefas de casa.

O trabalho doméstico brasileiro majoritariamente realizado por mulheres é fruto dessa construção social, onde os afazeres domésticos são comumente repassados de mãe para filha. Segundo dados da PNAD (2001), o emprego doméstico exercido por mulheres chega a 95,6% do total dos empregados (as) domésticos (as), sendo que 43,7% delas são meninas entre 12 e 15 anos. Um terço começou a trabalhar entre os 5 e os 11 anos. Isso se dá de forma que não se considera uma competência o trabalho doméstico, mas uma atividade inerente a mulher.

O TID é reflexo dessa estruturação de direitos e deveres nos lares. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2002), 60% das mães de meninas trabalhadoras domésticas haviam sido trabalhadoras domésticas na infância. A mesma pesquisa da OIT relata que a maioria desses trabalhadores é formada por mulheres, sendo 92,7% do total.

Para Teruya (2006), a problemática do trabalho infantil doméstico é difícil de ser combatido, pois ocorre na invisibilidade dos lares em sua maioria, a fim de compreendermos o que se passa nesse espaço é necessário entendermos o papel da família em relação a essa

questão, a mesma possui viés histórico econômico e político e todos os conceitos coincidem em uma mesma ideia de família como uma instituição que liga o indivíduo com a sociedade.

Percebe-se, que o trabalho infantil doméstico, pode se manifestar como violência de gênero. A ideia de que cuidar da casa é algo da natureza feminina carrega em si o sexismo, machismo e a violência de gênero, naturalizando as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Na sociedade contemporânea essa desvalorização do trabalho feminino foi construído historicamente a partir da dominação masculina, pois costumeiramente as habilidades femininas são consideradas como naturais, que nascem com as mulheres e que não são adquiridas pelo seu empenho, logo as mulheres ficam propensas a serem subjugadas pela dominação masculina e muitas vezes não reconhecendo que estão em situação de violência.

Desta forma, a inserção precoce no mundo do trabalho doméstico dificulta a percepção das pessoas que não se veem nesse processo de exploração como sujeitos de direito, perdendo de vista a possibilidade de galgar outros caminhos, como ter interesses em outras profissões, como se perceber em situação de exploração, como pessoa em situação de vulnerabilidade social.

Esta divisão de trabalho é, ao mesmo tempo, moral e material; atribui ao homem um papel preponderante no domínio público, enquanto a mulher, associada ao interior, protegida, é vista como tendo vocação natural para desempenhar tarefas maternas e domésticas. (RIZZINI; FONSECA, 2002, p. 20).

Considerando o pensamento das autoras a divisão do trabalho sustenta uma ideia preconceituosa em relação a mulher, o trabalho doméstico é visto como algo sem valor, em alguns casos nem é percebido como trabalho de tão naturalizador que o ambiente familiar o tornou. A organização do mundo do trabalho determina funções, pré-estabelece funções para determinados grupos, sempre atribuindo aos homens funções associadas ao poder, enquanto a mulher são determinadas funções “menos importantes”, lembrando que a própria sociedade em todo seu processo histórico tratou de legitima uma cultura de que a mulher é vocacionada ao trabalho doméstico.

4 AVANÇOS E POSSIBILIDADES NO ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil é considerando uma grave violação aos direitos das crianças e adolescentes, por esta razão foram criadas medidas de enfrentamento a tal prática. Em relação a proteção da crianças e adolescentes a legislação brasileira é considerada uma das mais completas e avançadas, está de acordo com os padrões internacionais e suas as respectivas convenções: Convenção sobre os direitos da criança e do adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1989 que trata da proteção integral e dos direitos da infância. Convenção 138, da Organização Internacional do Trabalho de 1973 onde os países que ratificarem a convenção devem estabelecer uma idade mínima para o trabalho que não deve ser inferior a idade em que cessa obrigação escolar ou inferior a quinze anos. Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (2008) sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua erradicação.

Essas convenções foram ratificadas pelo Brasil mostrando seu compromisso com a proteção das crianças e adolescentes através dessas convenções várias discussões sobre o tema foram abordadas com a sociedade fazendo com que no ano de 1990 o congresso aprovasse a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A partir de 1990 com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069, de 13 de junho de 1990) levanta-se discussões sobre a temática e pensa-se em lutar contra o trabalho infantil, no artigo sessenta do ECA é previsto a proibição ao trabalho infantil “[...] é proibido qualquer trabalho a crianças menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz”. (BRASIL, 1990).

Sobre iniciativas de erradicação do trabalho infantil no estado brasileiro experimentamos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) o programa surgiu na década de 90 com o intuito de combater o trabalho infantil. O PETI foi reformulado algumas vezes, e apesar dessa iniciativa ser legítima não alcançou a erradicação do trabalho infantil.

Em 2005, o PETI passa a ser potencializado em ações ligadas ao CadÚnico³; ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); e integração com o Bolsa Família. Em 2013, começa a se pensar em um Redesenho do PETI, esse redesenho se dá através de estratégias de combate e o fortalecimento dos serviços para erradicação do trabalho infantil, criando assim formas de enfrentamento através de políticas intersetoriais.

Desde então o PETI tem atuado como instrumento de inclusão social de famílias que vivem em situação vulnerável, seu principal objetivo é o desenvolvimento de ações preventivas e o enfrentamento do trabalho infantil já recorrente. As ações são realizadas através de campanhas gerando assim informações e conhecimentos sobre essa realidade que ainda perpassa na história do país.

Em 2018, foi lançado III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022), este plano nasceu após o Brasil assumir o compromisso de eliminar todas as formas de trabalho infantil até 2025.

Através dessas iniciativas muitas crianças e adolescentes tem saído do ambiente do trabalho infantil, no entanto, o trabalho infantil não foi erradicado. No que diz respeito ao TID a situação é mais crítica ainda, atividade condicionada ao gênero em que pessoas do sexo feminino devem fazer as tarefas domésticas, muitas vezes o trabalho doméstico nem é quantificado, o que dificulta seu reconhecimento e o torna difícil de enfrentá-lo.

Portanto, no TID permeiam uma cultura patriarcal de exploração, ocorre a iniciação nas tarefas domésticas muito precocemente, essa forma de inserção dificulta o entendimento do TID como trabalho infantil e como forma de exploração. Esse processo de aprendizagem nos lares tornou invisível por muito tempo essa questão.

Em razão desse processo de invisibilidade não se falava em TID, no entanto, não é um fenômeno contemporâneo, somente sua discussão é. A maioria das pesquisas que tratam dessa temática foram realizadas a partir dos anos de 1990, em vista disso, acredita-se ser de suma importância a quantificação desses dados para que se possa fazer uma melhor análise.

Em 2015, o FNPETI publicou uma análise de dados a partir de microdados da Pnad/IBGE (2012-2013), concluindo que

[...] houve uma redução de 17,6% no número de trabalhadores infanto-juvenis ocupados nos serviços domésticos no Brasil, no entanto, nos estados do Amazonas, Amapá, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal houve aumento no número de crianças e adolescentes ocupados nessa atividade. (FNPETI, 2015).

³ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Percebe-se através destes dados que as iniciativas de enfrentamento ao trabalho infantil, especificamente o doméstico, não se fizeram eficazes em todos os estados. Portanto, deve-se considerar a realidade de cada comunidade quanto as medidas de enfrentamento.

Vale lembrar que as medidas de enfrentamento são de suma importância, mesmo que ainda não tenha sido possível vencer o trabalho infantil como todo, contudo, pode-se fazer uma análise da situação vivenciada pelas crianças e adolescentes de cada região, dessa forma as medidas podem ser corrigidas ou potencializadas, dependendo da necessidade.

No Brasil, é implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de ações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dão um suporte no combate ao trabalho infantil. Através das atividades realizadas nestas unidades existe a possibilidade de constatar alguns casos de trabalho infantil.

O reconhecimento sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente pode permitir que as garantias desses direitos sejam de fato efetivados, assim teremos um instrumento para articular medidas para erradicação do trabalho infantil doméstico. Medidas como a ratificação do Convenção 182 da OIT são importantes para dá visibilidade a problemática.

Sabe-se que quanto maior visibilidade a temática tiver maiores serão as possibilidades de articulações, políticas de enfrentamento, promoção e prevenção. A erradicação da TID se dá de forma gradual e muito tímida, neste sentido acredita-se que a produção de conteúdo sobre o assunto pode contribuir significativamente para sua disseminação assim como maneiras de melhorar ações nesses embates.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a fazer uma análise do TID no Brasil contemporâneo. Ao percorrer o processo de construção histórico do território brasileiro notou-se a perpetuação da exploração do trabalho infantil.

Partindo desse pressuposto objetivou-se estudar a relação histórica desse tipo de exploração, desde seu surgimento até os dias atuais. Nesta relação, observou-se que o TID da antiguidade não se difere muito do contemporâneo, visto que, suas práticas atuais também estão centradas na desigualdade social, na naturalização do TID como sendo atividade inerente a mulher, mesmo ela sendo criança ou adolescente.

Em meio a esse cenário inquietou-se por pesquisar o TID pela perspectiva da violência de gênero. A realidade do trabalho infantil mostra o desrespeito aos direitos de crianças e adolescentes. Ao voltar-se para a observação desse trabalho realizado por meninas nos lares brasileiros, sejam eles de terceiros ou de familiares, o mesmo tem assumido um caráter exploratório e uma cultura naturalizante dessas práticas, tornando as meninas que são expostas invisíveis.

A criança trabalhar em casa não deve descaracterizar o trabalho infantil. No entanto, quando diz respeito ao trabalho exercido por meninas tornou-se tão natural a condição de ser mulher que a sociedade brasileira muitas vezes legitima tais práticas.

Portanto discutir a erradicação do TID se faz significativo para um país tornar-se mais democrático, efetivar os direitos de crianças e adolescentes, e não menos que isso, construir um futuro para as demais crianças menos desigual. Sabe-se que esse processo não se esgota somente aqui nesta pesquisa, embora ela seja necessária para nos instigar a saber mais sobre esse cenário.

A construção de uma sociedade livre do TID pode ser feita através de iniciativa política, com a participação do governo em programas e projetos com o intuito de erradicá-lo

ou diminuí-lo. Vale lembrar que a organização da população é de suma importância nesse processo, a organização popular tem sido um instrumento de luta por direitos eficiente, podendo coagir o governo a dar respostas a suas demandas.

Desde modo, para compreender o trabalho infantil deve se levar em consideração compreendido todo o processo de construção político, cultural, social e econômico da sociedade brasileira, traços do período colonial ainda são visíveis no Brasil. Compreender como o TID se concretiza, e o que ele causa na vida de crianças e adolescentes, implica em mais estudos, e que mais ações do governo e da população se voltem para esse público.

Acredita-se que conhecer essa realidade possibilita a maior discursão da temática, bem como o levantamento de recursos para seu combate. Sabe-se que a possibilidade de superação dessas práticas depende de um comprometimento contínuo e conjunto tanto do Estado como da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei n. 8.069/1990. Brasília, Câmaras, 2019.

CUSTÓDIO, André Viana. **O trabalho da criança e do adolescente no Brasil: uma análise de sua dimensão sócio-jurídica**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

_____. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.

DIAS, Júnior César. **Trabalho infantil e trabalho infantil doméstico no Brasil: avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2012-2013)**. Brasília, DF, 2015.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

KASSOUF, Ana Lúcia. Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil. *In*: VIVARTA (Coord.). **Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social; v. 6).

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annabiume, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso: 4 mar. 2019.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas no século XVI. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Cláudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. Brasília, abril de 2002. Organização Internacional do Trabalho (OIT), p. 20.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Crianças e criminalidade no século XX. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas**. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1041/1006> Acesso em: 20 mar. 2019.

VENTURA, Acácia de Fatima. **Oculto, invisível e inacessível: trabalho infantil doméstico dentro de seu próprio domicílio**. Piracicaba-SP, 2007.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Trabalho infantil não é brincadeira: análise da atuação do fórum nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil – 1994 – 2002. *In*: VIVARTA (Coord.). **Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social; v. 6).

OS REBATIMENTOS AO DIREITO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

REFUNDS TO THE RIGHT OF WORK IN THE CONTEXT OF NEOLIBERALISM'S ADVANCEMENT IN BRAZIL

Rayssa Santos Lima de Sousa*

RESUMO

O presente artigo discorre sobre como as mudanças nas formas de organização do trabalho, sob o contexto do neoliberalismo no Brasil, promoverem a gradual destituição dos direitos sociais. Foi possível inferir que as mudanças realizadas na organização do trabalho no tempo, promoverem ainda mais a exploração da força de trabalho humana. De forma peculiar, em contexto de implementação do ideário neoliberal no Brasil, teremos um acirramento das condições de precarização do trabalho, por meio de reformas que promovem gradualmente a destituição dos direitos sociais e a instauração da flexibilização, da precarização e da terceirização. Este quadro incide diretamente na forma em que os trabalhadores vêm se organizando historicamente, tendo, em grande medida, um enfraquecimento dessa luta.

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo. Neoliberalismo. Direitos sociais.

ABSTRACT

This article discusses how changes in the forms of work organization, under the context of neoliberalism in Brazil, promote the gradual removal of social rights. It was possible to infer that the changes made in the organization of work over time, further promote the exploitation of the human workforce. Specifically, in the context of the implementation of the neo-liberal ideology in Brazil, we will have a deepening of the precarious conditions of work, through reforms that gradually promote the dismissal of social rights and the establishment of flexibilization, precarization and outsourcing. This picture focuses directly on the way in which the workers have been organizing historically, having, to a great extent, a weakening of this struggle.

Keywords: Job. Capitalism. Neoliberalism. Social rights.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre como as mudanças nas formas de organização do trabalho, sob o contexto do neoliberalismo no Brasil, promoverem a gradual destituição dos direitos sociais.

Diante do estudo realizado, identificamos que o trabalho é a fonte de produção de toda a riqueza humana, pois através dele avançamos na organização das dimensões da vida. Neste sentido, tomamos por base esta categoria de análise para compreensão dos fenômenos que se constituem historicamente e incidem sobre todas as classes sociais.

Identificamos que, historicamente o trabalho foi perdendo seu caráter inicial que era de satisfação de necessidades básicas e passa a assumir o caráter requerido pelo contratante da força de trabalho, principalmente com o advento do capitalismo.

Sob o ideário neoliberal, o trabalho é submetido ao acirramento da desqualificação, através de diversos regimes de terceirizações, subcontratações e ausência de um sistema de proteção social efetivo. O referido quadro influência de forma negativa para o

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Assistente Social na Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH).

processo político-organizativo dos trabalhadores, tendo, em grande medida, um enfraquecimento dessa luta.

Desta forma, estas transformações societárias operadas nas esferas da produção, abalam as condições de vida e trabalho, desencadeando mudanças nas formas de organização política, expressas na queda de sindicalização e na dificuldade de se organizar politicamente. Esta conjuntura retrata, portanto traços de uma sociedade contemporânea que nega e suprime direitos duramente conquistados.

Neste contexto, o ajuste neoliberal orquestra uma fragmentação da classe trabalhadora ao minimizar a intervenção do Estado. Assim, se estrutura uma gama de processos que atingem em cheio o proletariado e traz novas configurações para questão social, sendo o desemprego uma das expressões mais evidentes. Ademais, é inquestionável que as mudanças operadas pelo capitalismo afetaram diretamente as condições de trabalho em todo o mundo e, com o neoliberalismo teremos um acirramento.

2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS MARCOS DO CAPITALISMO

O trabalho é a fonte de produção de toda a riqueza humana. É a condição básica e fundamental da existência dos homens, para que através dele possamos nos desenvolver, reproduzir e avançar na organização de todas as dimensões da vida humana. Diferente dos outros animais, que satisfazem suas necessidades de forma quase que programada, instintiva, nós, seres humanos, fomos rompendo com estes padrões naturais.

O trabalho como atividade exclusiva dos humanos não segue um padrão natural. Ao contrário, com o passar dos tempos ele sempre foi se modificando e assumindo novas formas que interferem diretamente em sua organização. Isso tudo nos faz compreender que,

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência [...]. (MARX; ENGELS, 2005, p. 44).

De acordo com Paulo Netto e Braz (2010), o trabalho funda o ser social, mas este ser não se reduz ao simples ato de satisfação de necessidades básicas, pois suas objetivações transcendem o universo do trabalho. Por isso, ao tratarmos da categoria *trabalho* devemos sempre considerar sua mutabilidade ao longo do tempo.

Ora, consoante a tudo isso, consideramos que no início a humanidade tinha como ponto de partida a escassez de alimentos e, assim sendo, toda a produção era destinada ao consumo. Entretanto, essas relações foram se aperfeiçoando a partir do desenvolvimento das forças de produção, como demonstrado na história o período do escravismo, feudalismo e posteriormente o capitalismo.

O capitalismo é um sistema econômico-social que tem a mercadoria como central para se expandir e garantir lucros. Neste contexto inferimos que:

[...] os meios de produção e de troca, sob cuja fundação a burguesia construiu a si mesma, foram gerados na sociedade feudal. Numa certa etapa do desenvolvimento destes meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produzia e trocava [...] não eram mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Elas se tornaram concorrentes entre tantas outras que precisavam ser destruídas; e o foram. Em seu lugar, se estabeleceu a livre competição, acompanhada por uma constituição social e política adaptada a ela, e pelo domínio econômico e político da classe burguesa. (MARX; ENGELS, 2008, p. 44).

Desta forma, torna-se necessário refletirmos sobre como passaram a se desenvolver as relações de trabalho sob a égide capitalista e quais serão suas principais consequências para o conjunto da classe trabalhadora.

Neste sentido, pontuamos que o capitalismo inaugura novas formas de exploração da força de trabalho humana, pois sua maior fonte de desenvolvimento encontra-se no trabalho não pago ao trabalhador, posto que este sistema caracteriza-se

[...] pelo emprego de trabalhadores assalariados, juridicamente livres, que vendem a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, denominados empresários, que os contratam para produzir bens ou serviços a serem destinados ao mercado, com o fim de obter lucro. (SOUZA, s.d., p. 7).

Ou seja, o capitalista é aquele que detém os meios de produção e os aplica para a realização de empreendimentos ou empresta a terceiros, e a classe trabalhadora é composta por aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Essencialmente a respeito da representação social do capital, Marx e Engels (2008, p. 55) concluem que “A condição essencial para a existência e o domínio da classe burguesa é a formação e acumulação de capital [...]”, o que implica dizer que sem a organização da exploração da força de trabalho, não é possível a reprodução social do capitalismo, posto ser impossível, sem isto, a acumulação de riquezas, condição *sine qua non* do capitalismo.

Podemos mencionar que o sistema capitalista, tal como o concebemos atualmente, passou por diversas mudanças para que chegasse a esta fase de maturação.

Em suma, com o desenvolvimento do capitalismo o trabalho passa a ser um contrato livre entre os homens sem nenhuma mediação relacionada com herança genética, religião ou privilégios. Essas relações constituem-se como “[...] produtos de um largo desenvolvimento histórico e econômico anterior que fez desaparecer todas as anteriores formas de produção social, para que se constituísse a força de trabalho livre”. (GRANEMANN, 2009, p. 7). Em resumo, “[...] ao invés da exploração disfarçada de ilusões religiosas e políticas, a burguesia pôs a exploração aberta, cínica, direta e brutal”. (MARX; ENGELS, 2008, p. 40).

Desta forma, historicamente o trabalho foi perdendo seu caráter inicial que era de satisfação de necessidades básicas e passa a assumir o caráter requerido pelo contratante da força de trabalho, ou seja, o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, pertence a outro homem distinto. E nisto constitui-se, de forma simples, a alienação do trabalho, típica da sociedade capitalista. A alienação do trabalho em Marx (2001, p. 114) pode ser compreendida como:

[...] o trabalho [...] exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. [...] ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. [...] é a perda de si mesmo.

Assim, podemos pensar em como se encontra a organização do trabalho atualmente, sob a égide capitalista, entendendo que este sistema possui vigência mundial e constitui-se segundo Paulo Netto e Braz (2010) como um ‘sistema planetário’. Nesta mesma perspectiva, Marx e Engels (2008, p. 41) identificam que “[...] a necessidade de expandir constantemente o mercado para seus produtos impele a burguesia para toda a superfície do

globo. Ela precisa se estabelecer em todo lugar, explorar em todo lugar, criar conexões em todo lugar”, ou seja, os autores confirmam a necessidade que o capitalismo tem de se expandir a nível mundial.

Pinto (2007) aponta que, especialmente após as primeiras revoluções industriais do século XVIII em diante, foram incorporados à organização do trabalho sentidos estritamente técnicos, desde então o trabalho foi elevado à categoria de matéria do conhecimento, ou seja, o processo de trabalho passa a ser estudado. Neste sentido, é importante citarmos a contribuição de Frederick Taylor (1856-1915), conhecido como pai da administração científica e idealizador do denominado Taylorismo. No que se refere ao Taylorismo, é importante ressaltar que:

A ideia fundamental desse sistema de organização é o de uma especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas as ferramentas de trabalho utilizadas em cada atividade, de todos os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias a tal e, conseqüentemente, de todos os traços comportamentais exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador. (PINTO, 2007, p. 36).

Taylor dedicou-se a estudar cada movimento executado pelo operário na produção de determinado objeto para que assim pudesse organizar da melhor forma a produção, evitando o desperdício de tempo com movimentos considerados por ele desnecessários.

Outra figura importante neste cenário foi Henri Ford (1863-1947). Ele buscou melhorar e inovar ainda mais a proposta de Taylor. Entretanto, Pinto (2007) menciona que a principal ideia aplicada por Ford foi a de buscar criar um perfil de consumidores de massa para a população da época. Além disso, o mesmo introduziu no ambiente fabril a linha de produção em série, que se constituía da seguinte forma:

[...] colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final, como o acabamento do produto, por exemplo. Ao longo dessa linha, as diversas atividades de trabalho aplicadas à transformação das matérias-primas ou insumos, foram distribuídas entre vários operários fixos em seus postos, após terem sido suas intervenções subdivididas em tarefas cujo grau de complexidade foi elevado ao extremo da simplicidade [...] (PINTO, 2007, p. 42).

Neste sentido, as máquinas assumem um papel de destaque na produção, fator que contribui no processo de desativação de alguns postos de trabalho. Diante deste contexto, percebe-se que o processo de trabalho sofre duras intervenções que buscam uma melhor organização da produção para o capital, observando o tempo empregado e o exercício das funções dos trabalhadores, tudo para que se garanta o aumento dos lucros. Assim, entra em questão a flexibilização das relações de trabalho, que podemos compreender, em síntese, como sendo a

[...] capacidade de substituição direta e rápida dos trabalhadores, sem nenhum custo em termos de qualidade e de produtividade para o sistema produtivo como um todo, o qual se mantém rígido e estático em suas condições ao longo do tempo, como uma grande máquina formada de peças humanas apáticas que funciona dia e noite, autonomamente. (PINTO, 2007, p. 48).

Ainda segundo Pinto (2007), o sistema taylorista/fordista expandiu-se bastante a partir das duas guerras mundiais, sendo que nos países capitalistas a produção em larga escala articulou-se aos Estados de Bem-Estar Social ou Welfare State e à constituição dos grandes sindicatos de trabalhadores. Mota (2009) ao analisar o impacto do Estado de Bem-Estar Social para o capitalismo explicita que o

[...] Welfare State [...] se tornou um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho. (MOTA, 2009, p. 6).

A incorporação dessas demandas se fez através da alocação de fundos públicos na constituição de políticas econômicas e sociais, o que favoreceu a ampliação do consumo por parte dos trabalhadores ao tempo em que desmercantilizava o atendimento de algumas das necessidades sociais através de salários indiretos, via políticas sociais públicas [...]. (MOTA, 2009, p. 6).

A autora acima citada ainda destaca que este cenário foi marcado por mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores. Os mesmos buscavam pressionar o capital para o atendimento de suas necessidades sociais, mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social. Neste sentido, a autora conclui que:

Estava posta a equação subjacente ao chamado pacto fordista-keynesiano, ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia. (MOTA, 2009, p. 6).

Em contrapartida, este equilíbrio só se manteve até meados dos anos de 1970, onde entra em curso uma profunda crise para o sistema capitalista. Discutindo sobre as crises capitalistas, pode-se compreender que estas:

[...] expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. [...] não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente, retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/ circulação/ consumo. As expressões mais emblemáticas da crise são as reduções de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado. (MOTA, 2009, p. 3).

Com a citação acima fica demarcado que as crises no sistema capitalista não se constituem fenômenos naturais, mas expressam um significado histórico, na medida em que revelam as contradições do sistema. Neste sentido, as diversas consequências que estas operam atingem as classes de forma diferenciada, sendo que,

[...] Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa. (MOTA, 2009, p. 4).

Como podemos ver a partir da afirmativa acima, as maiores consequências das crises estruturais do sistema capitalista são para a classe trabalhadora.

Segundo Antunes (1999) a lógica deste sistema vem convertendo a concorrência e a produção em um processo destrutivo que se reflete na precarização do trabalho, aumento do exército industrial de reserva, desemprego estrutural, condições precárias de trabalho, degradação da natureza e valorização do capital e da produção de mercadorias. Por tudo isso o autor define o capitalismo como um sistema ‘expansionista, mundializado, destrutivo e incontrolável’. Para o autor, este sistema “[...] não tem limites para a sua expansão (ao

contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais) [...]” (ANTUNES, 1999, p. 23).

Entretanto, frente às crises o sistema buscará adotar medidas de reestruturação da produção e isso incide sobre a relação mercado, sociedade e Estado, o que implica amplo e complexo processo de mudanças nas relações, principalmente entre capital e trabalho.

Analisando as particularidades da crise pós 1970, Mota (2009) menciona que o processo de reestruturação capitalista se assenta em um duplo movimento, que compreende a redefinição das bases econômicas, com mudanças na forma de organização do processo de trabalho, e uma nova fase marcada pelo predomínio do capitalismo financeiro, aquele que está relacionado com aplicações financeiras especulativas.

No campo da organização do processo de trabalho ocorrem mudanças significativas, pois o interesse prevalente é por experiências alternativas de produção, formas que privilegiam os interesses capitalistas em detrimento das condições de trabalho. Assim, teremos a constituição de um quadro de desqualificação da força de trabalho, com diversos regimes, terceirizações, subcontratações, descentralização das unidades de produção e ausência de um sistema de proteção social efetivo. Neste contexto, entra em curso a implantação das políticas de ajuste neoliberal.

Segundo Silva (2008) o neoliberalismo é uma doutrina ou ideologia que conduz as relações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade na perspectiva do capitalismo. Assim, a autora explicita que o neoliberalismo:

Nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde o capitalismo imperava. Foi formulado, dentre outros liberais, por Friederich Hayek e Milton Friedman, a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar e ao socialismo, com o propósito de preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, mais duro e livre de regras para o futuro. (SILVA, 2008, p. 17).

Esta doutrina foi vivenciada de forma diferenciada em cada país onde foi implantada, no caso do Brasil, teremos um desmonte das atividades do Estado, principalmente no que tange à garantia de direitos. É importante demarcar que,

[...] o Brasil teve um papel de destaque nas lutas operárias e sindicais na década de 1980, conseguindo retardar a implantação do neoliberalismo, que se expandia por vários países da América Latina, como Chile, Argentina, México. Enquanto nos países do Norte o neoliberalismo deslanchava, no Brasil, naquela década, caminhávamos na contramão dessas tendências regressivas. (ANTUNES, 2018, p. 272).

Em suma, Silva (2008) aponta que as principais consequências dos ajustes neoliberais foram o agravamento das desigualdades e exclusão social no mundo, através do desemprego, informalidade no trabalho, desproteção trabalhista, ampliação da pobreza, da miséria e criação de novas expressões da questão social.

Este quadro de desqualificação da força de trabalho, com diversos regimes, terceirizações, subcontratações e ausência de um sistema de proteção social efetivo, influencia de forma negativa o processo político-organizativo dos trabalhadores. Ademais, é inquestionável que as mudanças operadas pelo capitalismo afetaram diretamente as condições de trabalho em todo o mundo.

3 A DESREGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

Tomaremos por referência a década de 1990 por representar o momento de constituição do neoliberalismo no Brasil, modelo econômico que desencadeou profundas alterações no mundo do trabalho, a partir de uma (contra) reforma gerencial do Estado, que segundo Pereira (1996) tinha como proposta: “[...] uma resposta à grave crise do Estado dos anos 80 e à globalização da economia – dois fenômenos que estão impondo, em todo o mundo, a redefinição das funções do Estado e da burocracia”. (PEREIRA, 1996, p. 1).

Consoante ao exposto, Amaral e Cesar (2009) apontam que esta iniciativa traz reflexos extremamente negativos aos trabalhadores, sucateamento dos serviços públicos; ofensiva contra os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988; e agravamento da questão social. Tudo isso, claro, constituem profundas alterações na organização do trabalho e da produção, sendo estas mudanças determinadas pelo novo modelo capitalista de produção, cada vez mais competitivo e globalizado.

Segundo as autoras supramencionadas este período caracteriza-se por privatizações, fusões de empresas, redução dos postos de trabalho, terceirização, precarização, flexibilização das relações de trabalho e a aplicação de padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador, destacando as mesmas que é no trânsito de 1990 para os anos 2000 que vamos assistir a mudanças cada vez mais profundas, definidas por alguns estudiosos como fase de acumulação flexível.

Na esfera estatal, Raichelis (2009, p. 9) menciona que “Na virada dos anos 1990, intensificam-se as parcerias e transferências de responsabilidades públicas para as iniciativas da sociedade civil [...]”. E com isso, teremos o crescimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), integrantes do denominado terceiro setor.

Neste contexto, a autora acima aponta que ressurgem o discurso de participação comunitária e da solidariedade. Ou seja,

[...] o Estado deixa de prestar serviços diretos à população e passa a estabelecer parcerias com organizações sociais e comunitárias, incluindo-se aí as fundações e institutos empresariais que, atualizando seu discurso, convertem a assistência social e a filantropia privadas para a linguagem do capital – agregar valor ao negócio, responsabilidade social das empresas, ética empresarial são alguns dos termos que passam a ser recorrentes. (RAICHELIS, 2009, p. 10).

Além dos aspectos elencados, Raichelis (2009) acrescenta como consequência dos ajustes neoliberais para a classe trabalhadora, o desmonte das instituições de representação coletiva em todos os níveis, o sucateamento das políticas públicas, a redução dos espaços de negociação com os atores sociais e os rebatimentos aos direitos. Ou seja, as implicações dos ajustes tiveram um efeito muito mais amplo que os aspectos diretamente relacionados à organização técnica dos trabalhadores, pois

[...] a partir dos anos 1990, o campo das políticas sociais e da luta por direitos ficou muito mais complexo, especialmente se considerarmos que, apesar de todos os desmontes e desmanches que têm atingido a esfera estatal, o Estado permanece sendo a forma mais efetiva de operar a universalização dos direitos. (RAICHELIS, 2009, p. 11).

Em consonância com esta compreensão, Antunes (2018) indica que a desregulamentação dos direitos do trabalho é uma consequência clara da pragmática neoliberal no Brasil, esteve presente de diferentes formas nos governos de Collor, Fernando Henrique Cardoso e do Partido dos Trabalhadores (PT).

De forma específica, o autor acima analisa que, apesar de nascer com uma proposta de esperança, o governo do PT adotou:

[...] política policlassista fortemente conciliadora, preservando e ampliando os grandes interesses das frações burguesas. Mas havia um ponto de diferenciação, dado pela inclusão de programas sociais, como o Bolsa Família, voltado para os setores mais empobrecidos, além de uma política de valorização do salário mínimo limitada, mas real, apesar de os níveis de salário mínimo no país serem absurdamente baixos. [...]. (ANTUNES, 2018, p. 268).

Assim, historicamente, é notório a força da articulação do PT no enfrentamento ao projeto neoliberal no Brasil na década de 1990 e na eleição de Luís Inácio da Silva à Presidência da República, porém o PT no poder não promoveu uma rearticulação das forças de esquerda. Ao mesmo tempo verifica-se uma crise nos partidos e centrais sindicais que reflete negativamente para a organização da luta dos trabalhadores, conforme Lopes e Gomes (2009, p.3):

[...] o projeto conservador da burguesia, [...] se consolidou e se fortaleceu no Brasil com a adesão de duas das mais importantes instituições contemporâneas da organização dos trabalhadores no Brasil: o Partido dos trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva – fundador e dirigente do PT desde a sua criação [...]

O projeto neoliberal propiciou a formação de um quadro de regressão das lutas sociais pela emancipação da classe trabalhadora e de superação da ordem capitalista no Brasil. Sobre isso Lopes (2012) diz que o PT se transformou no contexto de profundas mudanças ocorridas a partir do neoliberalismo, mas que desde seu segundo congresso o partido iniciou um claro afastamento de seus ideais de origem. Em sua análise, a autora utiliza dois grandes instrumentos como referência, a “Carta ao povo brasileiro” e o “programa oficial de campanha do candidato”, divulgado em 23 de julho de 2002.

No que se refere à “Carta ao povo brasileiro”, Araújo (2005, p.12) pontua que esta:

[...] prometia ‘respeito aos contratos e obrigações do país’; esforço exportador, reforma tributária, previdenciária e trabalhista; manutenção da política econômica; valorização do ‘agronegócio’; extensão do ‘superávit primário o quanto for necessário’; ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle; respeito as exigências do FMI, etc.

Desta forma, não podemos deixar de mencionar o importante papel político exercido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) nas décadas de 1980 e 1990. Entretanto, em um contexto de uma conjuntura desfavorável, as referidas instituições se apresentam com outra postura, grupos que propunham liberdade, autonomia sindical e direitos trabalhistas, passam a adotar uma postura às avessas e contraditórias com seu discurso de origem.

Ainda discorrendo sobre os governos do PT, de acordo com Antunes (2018), com o agravamento da crise econômica global, o governo de Dilma passa a vivenciar um quadro crítico, principalmente a partir das eleições de outubro de 2014, tendo em vista a diminuição do apoio das frações dominantes ao governo. Isto porque,

[...] a intensificação da crise econômica indicava que esses setores que até o respaldavam (e ganhavam muito com os governos do PT) começaram a exigir um ajuste fiscal que acabou por ter uma dupla e trágica consequência. Por uma lado, levou a crise terminal do governo Dilma e, por outro, ao desalento de inúmeros de seus eleitores nas classes populares que a viram realizar o que dizia recusar na campanha eleitoral [...]. (ANTUNES, 2018, p. 268).

Assim, a ilusão de um cenário econômico favorável veio a ruir. Um dos sinais de descontentamento da população vinha sendo deflagrado nas ruas, principalmente com as rebeliões de junho de 2013, conforme Antunes (2018, p. 271):

As fissuras do projeto, acentuadas pela persistência e pelo aprofundamento da crise econômica mundial, levariam para as ruas um amplo setor da juventude trabalhadora. Submetida à precariedade crescente do mercado de trabalho, impossibilitada do acesso à educação pública de qualidade, deixada à mercê de um sistema público de saúde sucateado, sem nenhuma segurança sobre o futuro, o aumento das tarifas de transporte coletivo converteu-se numa espécie de catalisador do descontentamento dessa camada de jovens.

Neste contexto, foi deflagrado o impetimento da então presidenta da República, Dilma Rousseff, assumindo o vice, Michel Temer. Em resumo, Antunes (2018) aponta as principais ações que o governo Temer adotou para garantir a alta remuneração dos capitais:

[...] privatizar o que ainda não o foi (destacando-se o pré-sal como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em um período que a classe trabalhadora tem apontados uma espada no coração e um punhal nas costas, pelo flagelo do desemprego que não para de crescer; e, por fim, implementar a flexibilização total das relações de trabalho, primeiro com a aprovação da terceirização total (conforme consta do PLC 30/2015) e depois com a chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) [...] (ANTUNES, 2018, p. 269).

Desta forma, conforme identificado por Antunes (2018), durante sua vigência, o governo Temer cumpre com as exigências do empresariado, significando ainda mais precarização das relações de trabalho.

Neste contexto, Antunes (2018) traz um destaque para a terceirização:

Estamos, portanto, diante de uma nova fase da desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, aumentando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização. Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos. (ANTUNES, 2018, p. 156).

Estes aspectos também incidem diretamente no campo da organização política da classe trabalhadora, que se vê cada vez mais dividida por vínculos empregatícios e condições de trabalho desiguais, a fragmentação e a heterogeneização atingiu toda a classe.

Sobre o exposto, Pinto (2007, p. 57) compreende que:

Essas alterações nas qualificações exigidas e as segmentações a partir daí geradas na composição da classe trabalhadora vêm afetando sua organização política, atingindo duramente o poder de seus sindicatos frente aos Estados e às entidades patronais. Mais especificamente, a diferenciação dos trabalhadores em grupos cada vez mais distintos vem fragmentando seus interesses enquanto classe social, haja vista que a evidente tendência de distanciamento em termos de reivindicações a participação política entre os mantidos 'estáveis' em atividades supostamente mais qualificadas, frente aos mantidos em trabalhos precários.

É fato que as modificações na organização do trabalho incidem diretamente sobre a organização sindical e com o neoliberalismo há um enfraquecimento, em grande medida, dessa luta, pois “[...] a existência de um mercado altamente flexibilizado e desregulamentado constitui-se no traço distintivo da reestruturação produtiva do capital sob a condução do projeto neoliberal”. (ANTUNES, 1999, p. 90). Desta forma, vem sendo verificado um

aumento da adesão a um sindicalismo neocorporativo, o qual privilegia interesses dos trabalhadores “qualificados” e “estáveis” em detrimento dos precarizados e subcontratados.

Para Santos (2010, p. 159) esta tendência é negativa, conforme analisa a autora:

[...] a tendência neocorporativista é conotada pela não incorporação de estratos de trabalhadores em situação de trabalho temporário, precarizado e/ou desempregado. E isso consiste um grande limite das entidades sindicais, pois nesse contexto de degradação dos moldes de formalização e proteção do trabalho, acabam abarcando parcelas ínfimas da classe trabalhadora. Por essa razão, os sindicatos, teoricamente, deixam de ser as instâncias políticas mais atrativas para o amplo conjunto das massas dos trabalhadores, justamente pela cisão concreta que reproduzem na perspectiva organizativa. Daí parte a necessidade de ampliação sobre a concepção do papel político dos sindicatos frente a esse contexto ofensivo. O que implica reorganização das suas formas estruturais e políticas como instrumento de luta de classe.

De acordo com Santos (2010), compreendemos que a organização sindical tem perdido nos últimos anos, pois as mudanças na forma de contratação dos trabalhadores têm sido entendidas como um elemento diferenciador entre os mesmos, já que como observado, os profissionais com vínculos mais frágeis não têm sido incorporados às entidades sindicais.

Desta forma, a análise acima demonstra a persistência de posturas conservadoras na organização do movimento sindical no Brasil e a grande interferência do ideário neoliberal na organização do referido movimento.

A partir desta compreensão podemos compreender que,

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um ‘manto de invisibilidade’ os trabalhadores nela enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria. (ANTUNES, 2018, p. 163).

Em suma, o projeto da terceirização representa uma clara regressão do trabalho no Brasil. Assim, podemos afirmar que este cenário reflete negativamente para a organização da luta dos trabalhadores, e acende uma luz de aviso para se buscar novas alternativas de resistência em direção a uma sociedade mais fraterna.

O sindicalismo, portanto, mostra-se como marco histórico na organização da classe trabalhadora no Brasil, apesar das contradições e avanços que caracterizam sua história em nosso país.

Além disso, a rearticulação das lutas sociais se faz necessária, tendo em vista o projeto de emancipação, pois sob o contexto do neoliberalismo, as conquistas sociais sofreram duros golpes, por meio de reformas que promovem gradualmente a destituição dos direitos sociais e instauração de um tipo de trabalho marcado pelo tripé da flexibilização, da precarização e da terceirização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das indicações presentes no trabalho em tela, foi possível inferir que as mudanças realizadas na organização do trabalho no tempo, promoverem ainda mais a exploração da força de trabalho humana. Em contrapartida, os direitos sociais apresentam-se ora com avanços, ora com retrocessos, tendo em vista o privilégio dado aos interesses do capital.

De forma peculiar, em contexto de implementação do ideário neoliberal no Brasil, teremos um acirramento das condições de precarização do trabalho, por meio de reformas que promovem gradualmente a destituição dos direitos sociais e a instauração da flexibilização, da precarização e da terceirização.

Este quadro incide diretamente na forma em que os trabalhadores vêm se organizando historicamente, resultando na necessidade também de constituição de lutas sociais ainda mais efetivas, sendo múltiplas as formas de reivindicação: através de partidos, sindicatos, movimentos sociais e associações.

Das tantas formas, o sindicalismo constitui-se uma das mais importantes e expressivas formas de organização da classe trabalhadora, principalmente operária. Pois, como estratégia de luta, a organização sindical acompanhou o desenvolvimento industrial em toda a sua expansão, apresentando as suas particularidades em cada contexto.

Em suma, é preciso romper com a pragmática neoconservadora que separa os trabalhadores por níveis de estabilidade no vínculo empregatício e vislumbrar um projeto de emancipação política e social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. *In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho. Boitempo Editorial: 1999.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Patrícia Rosa Cardoso. **O PT e a questão social**: da origem na oposição ao governo da República. 2005. Monografia (Curso de graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

GOMES, Francy; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. *In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. *In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.

LOPES, Josefa Batista. Resistência de classes e o PT na construção de alternativas no Brasil. *In: CRISE do capital, lutas sociais e políticas públicas*. São Paulo: Xamã, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Texto Integral. 2. ed. Tradução de Alex Marins. Editora Martin Claret Ltda., 2001.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Feuerbach – A contribuição entre as cosmovisões materialistas e idealistas. Editora Martin Claret Ltda. 2005. Título original: Die Deutsche Ideologie, 1932.

_____. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista. *In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração Pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 1, n. 47, jan./abr. Trabalho apresentado ao seminário sobre Reforma do Estado na América Latina organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Brasília, maio de 1996).

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil**: dilemas e desafios contemporâneos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/17901/1/TassiaRMS DISSERT.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

SILVA, Maria Jacinta Carneiro Jovino da; **Liberalismo e Neoliberalismo**: ideias fundantes, revitalização e funcionalidade ao capitalismo. São Luís: 2008. (Trabalho apresentado à disciplina Teoria Política do Curso de doutorado em Políticas Públicas da UFMA).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Uma introdução à história do pensamento econômico**. Sem data. Relatório Pesquisa da área de História Econômica, realizada no NEP PUCRS. [s. d.]. Disponível em: http://www.nalijsouza.web.br.com/introd_hpe.pdf. Acesso em: 10 fev. 2015.

**OS RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DO AUTISTA****PEDAGOGICAL RESOURCES AS A TOOL FOR THE DEVELOPMENT OF
AUTISM LEARNING****Ivanilde Pereira dos Santos***
Nira Márcia Silva Marques*
Gilsene Daura Silva Barros****RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo investigar os recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do autista. Para a construção do trabalho considerou-se importante estabelecer-se uma relação entre o conhecimento teórico sobre o assunto discutido e as conclusões que serão obtidas a partir da realização da pesquisa. Para tanto, optou-se pela utilização da abordagem qualitativa, optando pela pesquisa bibliográfica como metodologia. Para melhor compreensão acerca do tema em pauta adotou-se como referencial teórico os seguintes autores: Cunha (2010); Klin (2007); Menezes (2012); Surian (2010), dentre outros. A partir deste, percebe-se a necessidade de se discutir a temática dos recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do autista, considerando-se o grande desafio que é mediar o conhecimento, com o objetivo de despertar no aluno autista o desejo de interagir e aprender, objetivando melhorar sua qualidade de vida, proporcionando a ele o desenvolvimento de suas habilidades.

Palavras-chave: Recursos Pedagógicos. Aprendizagem. Autismo.

ABSTRACT

This Course Completion Work (CBT) aims to investigate pedagogical resources as tools for the development of autistic learning. For the construction of the work it was considered important to establish a relation between the theoretical knowledge about the subject discussed and the conclusions that will be obtained from the realization of the research. For that, the qualitative approach was chosen, opting for bibliographical research as methodology. For a better understanding about the topic in question, the following authors were adopted as theoretical references: Cunha (2010); Klin (2007); Menezes (2012); Surian (2010), among others. From this, one can see the need to discuss the thematic of pedagogical resources as tools for the development of autistic learning, considering the great challenge that is to mediate knowledge, with the objective of arousing in the autistic student the desire to interact and learn, aiming to improve their quality of life, giving him the development of their skills.

Palavras-chave: Pedagogical Resources. Learning. Autism.

*Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: niramsmarques494149@gmail.com

* Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: ivanilde34santoss@gmail.com

** Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1999), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (1999) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2013). Tem especializações nas áreas: Educação Especial e Práticas Pedagógicas Inovadoras-UEMA; da Psicopedagogia pelo instituto Sedes Sapientiae-SP; Deficiência Mental pela UNESR-Marília-SP e Atendimento Educacional Especializado-UFCE. Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: dgilsene@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular prevista em lei visa assegurar ao aluno o direito do acesso ao ensino, facultando aos pais matricularem ou não os filhos em escolas regulares. Entretanto, entende-se que, para que a instituição de ensino possa promover o desenvolvimento e conseqüentemente a aprendizagem dessa criança faz-se necessário que disponha de uma prática pedagógica coletiva que valorize o envolvimento da família com a escola, bem como, de uma metodologia específica e de um currículo que se adeque às necessidades da criança autista.

Nesse sentido, este trabalho versa sobre os recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista, com vistas a garantir o direito a uma inclusão efetiva, como também, os principais desafios enfrentados pelos docentes na busca por uma educação inclusiva de qualidade. Partindo-se dessa reflexão e entendendo a escola como um espaço de relações sociais que estão para além da sala de aula, contemplando situações relacionadas à cultura, às condições de vida, condições estas objetivas e subjetivas, que atravessam questões relacionadas ao acesso, permanência e o processo de desenvolvimento das crianças no espaço educacional escolar. Assim sendo, nota-se que a escola pode influenciar diretamente no desenvolvimento intelectual e humano de cada sujeito envolvido nesse processo.

Para discutir sobre os recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista, inicialmente, deve-se conhecer quem são esses sujeitos, bem como a perspectiva conceitual na atualidade e suas implicações na área da educação escolar, tendo em vista considerar-se o papel da escola como sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de todos os alunos, em especial dos alunos autistas.

Para tanto, necessário se faz que se conheça um pouco mais sobre o assunto, a fim de que se possa, a partir de uma perspectiva inclusiva, preparar melhor o/a professor/a para trabalhar com alunos autistas, além disso, buscar estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todos os alunos deve ser alvo constante de uma escola que se pretende inclusiva.

Nessa perspectiva, foi que se adotou para o presente projeto de pesquisa as seguintes problemáticas: em que medida os recursos pedagógicos podem contribuir como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista? É a partir dessa indagação que nos movemos na construção deste trabalho de conclusão de curso, no qual nos lançamos a partir daqui.

Logo, o objetivo geral da pesquisa foi investigar acerca dos recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista. O estudo justifica-se pela necessidade de se refletir acerca da necessidade de investigar a possibilidade de uma educação voltada para crianças com autismo considerando os recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista. É no sentido de contribuir para a discussão em torno dessa temática que está a importância desta pesquisa, com a finalidade de que se possa pensar em proporcionar ao educando autista o que lhe é garantido por lei, uma educação inclusiva de qualidade.

Para tanto, o estudo adotou como ponto de partida o levantamento de um referencial bibliográfico que consubstanciasse o tema abordado, qual seja: Cunha (2010); Klin (2007); Menezes (2012); Surian (2010), dentre outros.

O trabalho estrutura-se sistematicamente partindo-se de uma abordagem acerca considerações históricas do autismo, considerando-se os estudos pioneiros realizados pelos estudiosos do assunto Léo Kanner e Hans Asperger. Em seguida será abordado sobre os recursos pedagógicos como ferramentas facilitadoras da aprendizagem do autista. Dando continuidade ao trabalho buscar-se-á apresentar o método TEACCH (Treatment and

Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), como sendo um método de Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a comunicação, originado nos Estados Unidos na década de 60, subsidiado na psicologia comportamental e numa abordagem fundamentada nos princípios de condicionamento. Por fim, apresenta-se as considerações finais onde buscou-se realizar um apanhado de todo o percurso da pesquisa e as impressões daí surgidas.

Pretende-se a partir do estudo e das discussões aqui apresentadas, proporcionar uma visão mais ampliada sobre as possibilidades de uma educação inclusiva com qualidade tendo os recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista no espaço educacional escolar.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O AUTISMO

Muitos estudiosos têm se dedicado aos estudos acerca das causas, consequências e possibilidades para aqueles que sofrem de autismo. No entanto, os avanços sobre estes aspectos ainda são poucos. De forma que, compreender os aspectos que envolvem esta síndrome tornou-se um grande desafio enfrentado por muitos estudiosos e pesquisadores que tem empreendido seus tempos e esforços em busca de respostas. Com vistas a compreender melhor sobre esse transtorno, entende-se que é imprescindível conhecer um pouco do percurso histórico que o envolve, ao mesmo tempo em que poderão surgir outras. De qualquer forma, entende-se que esse movimento é fundamental para a construção do conhecimento acerca da temática.

Autismo é um termo de origem grega que significa “próprio” ou de “de si mesmo”, que tem sido utilizado ao longo dos tempos para definir comportamentos humanos voltados para o próprio indivíduo. Algumas características podem ser apontadas como relevantes para a compreensão desse transtorno, conforme segue:

Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência à mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação. (KANNER *apud* MENEZES, 2012, p. 37).

Corroborando com esse entendimento, aponta-se o que contempla o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2013), segundo o qual pelo menos três características são comuns ao autista: prejuízos na interação social, comunicação verbal e não verbal comprometidas e comportamentos repetitivos e estereotipados. Destaca-se que tais características precisam estar presentes desde o início da infância para que a síndrome seja caracterizada. Para Leon (2016, p. 17), além dessas características pode-se apontar também que: “[...] incluem interesses altamente restritos e fixos, anormais em intensidade e foco, e alterações no processamento sensorial manifestadas por hipersensibilidade ou hipossensibilidade”.

Na literatura psiquiátrica, o termo autismo foi utilizado pela primeira vez no ano de 1906, mas seu reconhecimento só foi possível no ano de 1912. Naquele período, Eugene Bleuler utilizou-se do termo buscando descrever um sintoma de esquizofrenia, classificado pelo estudioso como “fuga da realidade”, uma vez que a pessoa não interagira com as demais, optando pelo isolamento. Tempos depois o vocábulo passa a ser utilizado

novamente, dessa vez pelos psiquiatras: Léo Kanner e Hans Asperger para nomear os sintomas diagnosticados em seus pacientes.

No ano de 1943, Leo Kanner realizou avaliações com descrições de pelo menos 11 (onze) casos classificados por ele de “distúrbios autísticos do contato afetivo”. Conforme as descrições do estudioso, as pessoas a quais ele acompanhou apresentavam uma característica que lhes era comum, qual seja a “incapacidade de relacionar-se” com as pessoas, fato que corria desde a infância. Kanner percebeu também que os movimentos motores dessas pessoas apresentavam-se estereotipados, além de apresentarem resistência à mudança, preferindo a monotonia. Após a realização desses estudos avaliativos, Kanner chegou a pensar que o autismo era inato, considerando suas características se revelarem precocemente, antes mesmo dos 03 (três) anos de idade. Entretanto, à medida em que o estudo foi se desenvolvendo e que foi possível estabelecer um contato mais próximo com os pacientes e seus familiares, o estudioso pode perceber que, em virtude das relações afetivas dos pais/familiares com os filhos serem distantes, em virtude do isolamento das crianças, poderia ter resultado comportamentos hostis, ainda que inconscientemente. (KLIN, 2007).

Os estudos realizados por Kanner representaram grandes avanços para o referencial psicanalítico em torno da síndrome que, a partir de então, passaram a apontar causas emocionais ou psicológicas para explicar como se desenvolve o autismo, enquanto que outros estudiosos/psicanalistas como, Bruno Bettelheim e Francis Tustin. Bettelheim ainda defendiam a ideia de que poderia tratar-se de uma falha materna a responsabilidade pelo desenvolvimento do autismo. (KLIN, 2007).

Nos anos 60, o autismo passa a ser considerado um transtorno de origem biológica que compromete o sistema nervoso, supostamente causado pela interrupção do desenvolvimento de células do sistema límbico do cérebro. O Autismo é conhecido por ter muitas causas, mas foi estabelecido que “o autismo é apenas um dos transtornos do desenvolvimento do cérebro definidos (multi) dimensionalmente e que afetam comportamentos humanos complexos”. (RAPIN; TUCHMAN, 2009, p. 20-22).

O autismo, diferente de muitas outras doenças ou distúrbios, apresenta muitas complexidades. Entretanto, como ainda não há total clareza a respeito do de suas causas, muitos cientistas e estudiosos de todo o mundo tentam buscar respostas para as muitas indagações que o envolvem. Ainda de acordo com Galdino (2011), o autismo pode surgir de uma combinação de fatores biológicos e ambientais, podendo iniciar-se com a combinação múltipla de genes. Porém, se desenvolve em conformidade com o ambiente no qual o indivíduo encontra-se inserido desde o seu nascimento.

Durante os anos 80, de cada 500 crianças apenas uma era diagnosticada com autismo, atualmente os números revelam que de cada 68 crianças uma recebe esse diagnóstico. Esses índices revelam um avanço significativo no diagnóstico da síndrome, chamando a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que classificou o distúrbio como questão de saúde pública mundial. (ANDRADE, 2016).

O diagnóstico precoce do autismo pode ser significativo para o paciente, o que se sabe que nem sempre é possível, haja vista: “[...] muitas das características centrais associadas com o transtorno ainda não se manifestaram claramente; em particular, atrasos na interação social e na comunicação são difíceis de detectar”. (WHITMAN, 2015, p. 40). O diagnóstico de autismo deve ser clínico, portanto, precisa ser realizado por meio da observação de uma equipe multidisciplinar, composta por vários profissionais tais como: médicos, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos. Vale ressaltar que não existe nenhum tipo de exame que possa apresentar o diagnóstico da síndrome. Por esse motivo, algumas vezes os resultados podem ser demorados e imprecisos, dada a necessidade de acompanhamento e análise minuciosa.

Quanto ao desenvolvimento cognitivo da criança com autismo, tomando como referência os estudos de Santos; Oliveira; Junqueira (2014), argumentam que a formação da

consciência e o desenvolvimento cognitivo ocorrem do plano social para o individual, seguindo um processo de assimilação. Dessa forma, a aprendizagem acontece a partir da relação entre os sujeitos envolvidos, pela ação do sujeito que ensina com o sujeito que aprende, em um movimento dialético. Nesse sentido, incluir o autista na escola regular e particularmente na sala de aula regular, pode representar uma opção qualitativa para o autista.

Destaca-se que as pessoas com esta síndrome normalmente possuem aptidões matemáticas e excelente memória para guardar datas e números, desenvolvendo também obsessões compulsivas. Esse transtorno é, de quando em vez, retratado em filmes, como o caso de Kim Peek. Por não apresentar retardo mental ou problema na fala, essas crianças podem levar uma vida de qualidade, mesmo com alguma perda na área sócio afetiva. (CUNHA, 2010, p. 23).

É imprescindível o diagnóstico precoce dos indivíduos portadores de TEA, pois possibilita intervenções que visam minimizar ou eliminar efeitos primários de natureza biológica, emocionais e cognitivas, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento e qualidade de vida.

O indivíduo com autismo tem muita dificuldade em estabelecer relações sociais, o que torna a vida mais difícil para ele, a sociedade não está preparada para conviver com as pessoas diferentes, em particular com o autista, por não entender como eles se comportam ou compreendem o mundo à sua volta, surgem dúvidas, preocupações e incertezas.

O professor de aluno com autismo deverá desenvolver uma prática pedagógica equilibrada, no sentido de não dar atenção exagerada a este aluno, nem deixar de dar atenção a ele, mas proporcionar um ambiente onde o aluno autista deverá interagir com os demais num clima de companheirismo capaz de envolvê-lo em todas as atividades, realizadas em sala de aula. Nesse caso a sugestão a formação de pares de alunos que se ajudarão entre si no desempenho das tarefas e brincadeiras, bem como formação de equipes nos jogos.

Muitos professores afirmam estar despreparados para tal prática, alegam muita dificuldade em estabelecer esse equilíbrio que uma escola inclusiva exige, por entenderem que uma das partes estará em constantes prejuízo.

Corroborando com esse pensamento e prática, Bridi, Fortes e Bridi Filho (2006, p. 66), afirmam

[...] muitos profissionais têm ‘medo’ de atuar com sujeito com autismo, seja em classe especial ou incluído em classe regular por desconhecimento sobre a condição autista e por defrontarem-se diariamente com a possibilidade de não obterem resposta diante de uma intervenção pedagógica. No âmbito da inclusão escolar ‘o medo é associado ao desconhecido, com o inusitado, com o que foge aos padrões estabelecidos’.

O professor como mediador do conhecimento deverá desenvolver em si uma prática pesquisadora no sentido de propor atividades pedagógicas que abracem tanto os alunos autistas como os demais, fazendo as adaptações necessárias à realidade do aluno autista, aumentando gradativamente os níveis de desafio propondo um desenvolvimento cada vez maior e melhor. Para isso o professor terá que buscar constatar conhecimento.

Como afirma Fazenda (2008, p. 192)

[...] é importante que o professor tenha quatro tipos diferentes de competências, caracterizados por ele como competência intuitiva onde o professor não se contenta em executar o planejamento elaborado – ele busca sempre alternativas novas e diferenciadas para seu trabalho; competência intelectual na qual o professor privilegia todas as atividades, que procuram desenvolver o pensamento reflexivo; competência prática onde o professor diferentemente do intuitivo, copia o que é bom, pouco cria, mas ao selecionar, consegue boas cópias, alcança resultados de qualidade e competência emocional. Ele trabalha o conhecimento sempre com base

no autoconhecimento. Expõe suas ideias por meio do sentimento provocando uma sintonia mais imediata.

3 OS RECURSOS PEDAGÓGICOS: ferramentas facilitadoras da aprendizagem do autista

Os recursos como ferramentas facilitadoras no processo da aprendizagem do aluno com TEA cumprem um papel muito importante, pois proporcionam uma atividade mental que o direciona a organizar raciocínios que poderão contribuir de forma significativa para seu desenvolvimento. Nesse processo, o professor desempenha uma função muito importante, a princípio observando a criança e as peculiaridades que ela apresenta, buscando conhecer suas habilidades e limitações. Essa fase de observação é fundamental, uma vez que irá determinar a escolha das diversas atividades a serem propostas para esse aluno, que serão de comandos simples e rápida execução evitando fadiga e desgaste mental.

O processo ensino aprendizagem voltado para o aluno autista exigirá do professor preparação e dedicação acerca da abordagem comportamental, requerendo criatividade, sensibilidade e amor, a fim de que o aluno seja conduzido para além de suas limitações, despertando-o para a condição de aprendiz. Sabe-se que não existe um modelo ideal de currículo a ser seguido, de forma que o professor precisará elaborá-lo, de acordo com as necessidades, promovendo ao aluno o protagonismo de sua própria aprendizagem.

Cunha (2010, p. 13) destaca que:

Na prática docente existem dificuldades para a elaboração de um currículo com atividades adequadas e funcionais. Tem-se com referência: O que é mais importante fazer? Como cativar a atenção? É possível educar? É possível aprender? Essas indagações, apesar de comuns, revelam o desejo de proporcionar uma educação prazerosa e com qualidades sociais, acadêmicas e afetivas, que ofereça mais autonomia.

Destaca-se ainda acerca do papel do professor do aluno autista, que este precisa buscar conhecer sobre os sintomas e padrões de comportamento que ele poderá apresentar no convívio diário no ambiente escolar, favorecendo a adoção de uma rotina de rigidez que poderá lhe trazer segurança. Assim sendo, citamos alguns que achamos ser necessário para essa abordagem:

Retrair-se e isolar-se das outras pessoas; não manter contato visual; resistir ao contato físico; resistência ao aprendizado; não demonstrar medo diante de perigos reais; agir como se fosse surda; birras; não aceitar mudanças de rotina; usar pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio inapropriado de objetos; Movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; não manifestar interesse por brincadeiras de faz de conta; compulsão; crises convulsivas, em alguns casos, em que o autismo vem acompanhado de alguns problemas neurológicos e neuroquímicos. (CUNHA 2010, p. 28-29).

Ressalta-se também a escola como sendo um espaço de aprendizagem constante e como tal deverá antes de tudo proporcionar acolhimento ao aluno com autismo, incentivando a compreensão e comprometimento de todos de forma a facilitar sua integração nesse ambiente, tendo em vista que, para este aluno, o mais importante não é a capacidade de absorver os conteúdos, mas sim a aquisição de habilidades sociais e autonomia. Por isso, se faz necessário o envolvimento entre família, aluno e escola construindo um tripé de sustentação que deverão trabalhar juntos em prol do seu desenvolvimento.

Segundo Cunha (2010, p. 61):

É por meio da convivência na escola e de um currículo que descerre aspectos sociais, o aluno poderá descobrir que as pessoas ao seu redor são importantes; os valores de amizade; o afeto, o carinho e o amor; as regras sociais que ajudam a memorização; o convívio com outras crianças; as rotinas diárias que ajudarão sua independência e autonomia; a importância de compartilhar sentimentos e interesses.

Ao professor cabe também incentivar a habilidade de concentração, visto que o déficit de atenção é um obstáculo muito grande no aprendizado do autista e também em seu dia a dia, atentado para os três estágios, que nortearão as ações pedagógicas, que são: a) o reconhecimento das habilidades que o aluno possui e as que devem ser cativadas, pois a ele deve ser apresentado o processo de aprender a aprender, aproveitando aquilo que prende sua atenção incentivando o desejo de aprender; b) com a aquisição do processo de interação professor/aluno, por menor que seja, mesmo que através do olhar, treinando os comandos rápidos e diretos, levando-o a perceber momentos prazerosos de brincadeiras e interações com seus colegas de sala; c) ao identificar a escola como ambiente comum ao seu cotidiano, irá perceber que se adaptou a uma nova rotina, saberá o que fazer, com naturalidade na sala de aula, nota-se que a interação não só previne o isolamento, mas diminuem consideravelmente os comportamentos impróprios. (CUNHA, 2010, p. 62).

De acordo com Cunha (2010, p. 64), os materiais pedagógicos que podemos chamar de “materiais de construção do conhecimento”, adquirem grande importância na educação em casos de autismo. Um exemplo são os materiais montessorianos de encaixe geométricos, que são articulados em ordem de tamanho, espessura e peso, utilizados em escolas de ensino comum, porém podem ser manipulados por qualquer aluno. Geralmente o aluno autista obedece aos seus próprios esquemas mentais ao realizar os encaixes, porém em virtude do manuseio das peças que estimulam também a função cognitiva, aos poucos ele aprende a encaixá-las, obedecendo à espessura, ao tamanho e ao peso. Descobre também, a discriminação das formas geométricas, familiariza-se com os nomes dos sólidos e tem a percepção das semelhanças e das diferenças visual e tátil. São aquisições para elaborações cognitivas e motoras mais complexas. O bom material leva o aprendiz a exibir comportamentos e habilidades que vão variando até atingir desempenhos mais refinados.

A criatividade é antes de tudo o principal artifício a ser explorado pelo professor para as mais diversas finalidades, como na exploração das cores que é um elemento de grande valor atrativo para os autistas, bem como formas variadas em razão do estímulo que promovem, devendo o educador aproveitar o fascínio que elas exercem sobre os alunos para ensinar-lhes os mais diversos conceitos como perto, longe, traz, frente, alto, baixo, direita, esquerda, pequeno, grande, além de coordenação motora, equilíbrio e concentração (CUNHA, 2010).

Mais do que falar, o educador poderá obter maior atenção do aluno e alcançar melhores resultados, propondo atividades de abordagens lúdicas, com recursos pedagógicos produzidos a partir da necessidade peculiar de cada aluno, como a confecção de um quadro com as figurinhas que colocarão à amostra os passos de sua rotina na escola, explorando assim uma capacidade sensorial, a visão, um dos campos perceptivos extremamente sensível. No que concerne ao campo visual, orientam-se, preferencialmente, para os aspectos locais da informação. O autista, por vezes, detém-se à observação de um pequeno detalhe no ambiente, imperceptível para nós, não atentando para todo o resto. (CUNHA, 2010).

Em continuidade, Cunha (2010, p. 42) destaca que:

Toda relação com o autista deve possuir o caráter afetivo e ser provida de expressões claras e objetivas. O professor deve procurar olhar sempre para ele, chamá-lo pelo nome dele, apontar, dizer os nomes dos objetos, dos sentimentos, expressar verbalmente e distinguir desejos, vontades e necessidades. É importante para o

funcionamento social da linguagem, que o significado da palavra seja percebido antes do seu uso, por meio da decodificação simbólica das experiências. Toda postura do professor é de extrema importância para canalizar a concentração do educando nas tarefas que construirão habilidades. Falar de maneira suave, sem pressa e claramente permite o aprendizado natural e descortina os caminhos da comunicação com o mundo exterior.

No processo ensino-aprendizagem de alunos com autismo é imprescindível que o professor responsável por essa missão estabeleça laços de afetividade com esses demonstrem um grande respeito por eles incentivando-os a ser independentes, desenvolvendo assim sua autonomia, pois o êxito alcançado nas atividades diárias, dependerá da forma como o educador se relacionará com elas.

É importante que o professor saiba identificar seus sentimentos e interpretá-los para estabelecer uma relação saudável, evitando atitudes negativas como desprezo, rejeição, vergonha, dentre outros, pois atitudes assim podem prejudicar muito o aluno com autismo.

A interação é fundamental na aprendizagem do autista, respondendo melhor aos estímulos, estabelecendo contato visual e até mesmo ajudando a desenvolver a fala desses alunos. O ensino ministrado em níveis sensoriais, são bem mais assimilados pelos autistas, como afirma Gómez (2014, p. 538):

- Aprender cantando: algumas crianças e adultos cantam melhor do que falam. Eles podem aprender melhor do que se as palavras e frases forem cantadas. Algumas crianças com extrema sensibilidade aos sons vão responder se o professor falar com um suspiro baixo (como em segredo);
- Aprender balançando-se: o estímulo vestibular, por vezes, pode incentivar a linguagem em crianças autistas. O lento balanceio de uma criança pode ajudar na iniciação da linguagem (RAY; KIND; GRANDIN, 1998), bem como fazer contato visual e falar enquanto eles estão se balançando, ou num movimento de sobe e desce.

Aprendendo com os sentidos do tato: para crianças e adultos, que não falam o tato é, frequentemente, seu sentido mais confiável. Às vezes é mais fácil para eles o sentir, seguem algumas sugestões: a) para ensinar as letras, usar letras de plástico; b) para aprender seus horários diários: sentir os objetos um pouco antes de uma atividade programada. Por exemplo, antes da refeição dar a pessoa uma colher para que ela a toque. Deixá-las com um carro de brinquedo alguns minutos antes de entrar num automóvel.

O professor deve dispor-se a conhecer seu aluno com autismo, para poder identificar suas necessidades como aprendente, que varia de criança para criança conforme suas características peculiares, de vez enquanto eles precisam ficar sozinhos, outras vezes sentem-se afadigados com o barulho da sala de aula, ou qualquer som ou ruído que o incomodem e tirem sua concentração, por isso alguns alunos autistas se retiram da sala de aula repentinamente, como ressalta Gómez (2014, p. 539):

Deve-se proteger as pessoas com autismo de ruído que as incomoda. Se o autista cobrir os ouvidos, pode ser sinal de que o som está perturbando. Por outro lado, às vezes, um ouvido ouve um som antes do outro. A assincronia entre os ouvidos pode ser maior que um segundo. Isso ajudaria a explicar certos problemas de linguagem. Por exemplo quem tem autismo pode interromper frequentemente o seu interlocutor devido à dificuldade de ritmo.

Para o aluno autista os comandos orais devem ser dados de preferência acompanhados de articulação gestual, o que enfatizará o que se pede, empregando frases simples de forma clara e concisa, muitas instruções das ao mesmo tempo, pode causar confusões e possíveis frustrações, se possível o professor poderá fazê-lo individualmente, para melhor apreensão das informações.

De acordo com Gómez (2014, p. 562), o recomendado em um tratamento é antes de tudo, amor, a intervenção precoce e intensa; atitudes ativas (não passivas), variedades de atividades e mais de uma aproximação e mudança flexível de comportamento, terapia de linguagem, exercício, tratamento sensível (atividades que estimulam o sistema vestibular e a dessensibilização tátil), atividades musicais e contato com todo tipo de criança.

É muito importante que o professor promova atividades diferentes com o intuito de desenvolver a aprendizagem do autista, Gómez (2014, p. 546-547), dá algumas dicas que poderão contribuir com o processo de aprendizagem das letras:

- Fazer as letras em massa de modelar e motivar as crianças a fazê-las;
- Em um pequeno cartão, desenhe a forma das letras (A, B, C, D etc.);
- Entregue a massa de modelar à criança e mostre como fazer a forma das letras, imitando o que está sobre a cartolina;
- Diga no início coisas como: “Oh!... Olha como se faz uma minhoca; o toque-o... Bem, agora façamos a forma da bola (para a letra “O”) ”;
- Selecione quatro ou cinco letras plásticas que tenham forma diferentes;
- Coloque todas essas letras dentro de uma meia elástica ou em um saco;
- Em uma cartolina, desenhe cada uma das letras que foram colocadas dentro da meia ou do saco. Entregue a meia à criança e faça com que ela “sinta, toque” cada uma das letras, para depois colocá-las na cartolina correspondente;
- Coletar várias letras (cartolina, madeira, plástica, impressas em papel colorido, elaboradas com a cola branca de papelão, feitas com papel de lixa);
- Use um marcador preto e escreva em uma cartolina cada uma das letras do alfabeto. Coloque cinco desses cartões em uma cesta;
- Adicione as mesmas letras em madeira, plástico e papel lixa;
- Incentive a criança a encontrar a letra correspondente;
- Entregar uma letra e estimular a criança a encontrar uma equivalente em qualquer parte da sala, colocando-as em locais diferentes da sala;
- Poderão rabiscar em calendários, livros, catálogos, revistas, listas telefônicas e em muitos outros lugares;
- Mantenha a criança sempre perto de uma quantidade de material didático que possa ser usado, inclusive papel, lápis, giz de cera, etc.

No aprendizado das cores Gomez (2014, p. 549), ressalta que, geralmente, as crianças com autismo têm um fascínio pelas cores brilhantes. Tente incentivá-las a fazer atividades que envolvam as cores, como por exemplo: Em uma cesta tem uma caixa com copos e guardanapos de diversas cores. Dê à criança um cartão laminado que tenha a imagem de um guardanapo e um copo. Incentive-a a encontrá-los na cesta em seguida corte papel cartolina colorido em círculos e todos os tipos de forma, eles podem fazer um boneco de neve, ensinando-o que o um círculo corresponde à cabeça e outro ao corpo, usando botões para os olhos e assim por diante, incentivando a produções. Enfatizar sempre as cores da roupa em que a criança está vestindo, mencionando-as com expressões positivas como “Oh, que bonito o azul de sua camisa”, “De que cor são seus sapatos?”. Se no início ele não entender, adapte para a linguagem apropriada. Também poderão ser combinadas uma variedade de pinturas, colheres e tampas dos frascos. Faça com que as crianças derramem cores com as colheres nas tampas dos frascos. Elas podem usar essas cores em um grande papel e desenhar suas criações.

No que diz respeito aos números Gómez (2014, p. 548-549) esclarece ainda as diversas formas de abordagem dos números, a utilização de métodos visuais concretos. Por exemplo, um jogo de blocos de tamanhos diferentes e com cores diferentes para números de um a dez. Para aprender frações, uma maçã de madeira cortada em quatro partes e uma pera de madeira cortada pela metade poder ser úteis para aprender conceitos de partes e metades.

Muitas crianças com autismo têm fascínio pelos números. Brincar com elas por exemplo, contar os degraus das escadas (ao descer do ônibus, subir até a sala de aula, ir ao banheiro), contar as portas dos lugares que visita, o número de bolinhos, o número de botões da camisa, o número de pérolas de um colar etc. Mantendo à mão o material didático que ajude a apoiar a aprendizagem dos números. Por exemplo, feijões, regras, tampas, botões. Eles podem usar caixa de ovos, embalagens de doces ou chicletes etc., para colocar esses elementos. Pinte com um marcador os números em cada buraco (um, dois, três e etc.). Dependendo do número em que você colocar, coloque os elementos. Inclua ainda temas de matemática nas conversações. Por exemplo, “Eu tenho cinco anéis e Joaquina tem dois”, ou Pedro tem duas caixas de lápis e João um” e etc. Podemos ainda confeccionar livretos de papel estimulando os temas matemáticos. Em casa incentivar a mãe aproveitar a hora do banho para usar temas relacionados a “contar e cantar”, inventando letras ou cantando temas onde haja enumerações.

Nos conceitos espaciais e preposições, Gomes (2014, p. 550), contribui ainda com dicas que podem nortear o professor nas práticas pedagógicas para alunos com autismo, enfatizando que, para aprender conceitos como “acender/apagar”, e preposições como “diante de/debaixo de /atrás de” tente incluir um número de preposições e movimentos através de uma “corrida de obstáculos”, por exemplo, para que as crianças possam se mover para baixo, para cima, através de, e ao redor. As crianças podem rastejar debaixo de uma mesa, através de uma caixa grande ou em cima de uma montanha de almofadas; parar “em cima de” ou “saltar dentro de” uma roda de borracha; correr entre duas filas ou sentar-se “perto de “um objeto. Para estimular a compreensão dessas atividades é recomendável dar indicações específicas sobre o que ela deve fazer ou como/onde se mover, usando palavras que o professor deseja que a criança aprenda, fazendo perguntas.

Na aprendizagem de “Direita/Esquerda”, o autor relata que uma maneira fácil de começar é: Parar o pé direito/esquerdo, acenar com a mão direita/esquerda, tocar o joelho direito com sua mão esquerda e até mesmo colocar a mão direita sobre um círculo amarelo e pé esquerdo no círculo vermelho. (GÓMEZ, 2014, p. 551).

Portanto, as atividades a serem aplicadas com os alunos autistas deverão ser criteriosamente escolhidas, com o propósito de explorar suas capacidades sensoriais, estimulando o desenvolvimento de suas funções comportamentais, emocionais e cognitivas. Partindo do princípio de que “[...] não se constroem movimentos de aprendizagem somente com a qualidade de nossas ideias, mas principalmente com o valor de nossas ações”. (CUNHA, 2010, p. 52).

4 O MÉTODO TEACCH

O método TEACCH – Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children, que em português quer dizer Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a comunicação, surgiu nos Estados Unidos nos anos 60, adotado em várias partes do mundo, apoiado na psicologia comportamental, utiliza uma abordagem fundamentada nos princípios de condicionamento.

Segundo Cunha, (2010, p. 73):

O método utiliza avaliações, levando em conta os pontos fortes e as maiores dificuldades do indivíduo, em um programa individualizado. Ele objetiva desenvolver a independência do autista de modo que ele, ainda precise do professor para o aprendizado, possa ser, em grande parte do seu tempo, independente para fazer coisas relacionadas à sua vida diária. O TEACCH se baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. O

objetivo é adaptar o ambiente para o autista mais facilmente compreendê-lo e compreender o que se espera dele.

O referido método visa analisar e aplicar atividades com o aluno autista de forma a proporcionar condições ambientais para contribuir com a transformação dos comportamentos indesejáveis, sempre fundamentadas nos princípios da aprendizagem, executando treinamentos sequenciados na aplicação de esquema de reforço, num nível que permita ao aluno evoluções que contribuirão para sua autonomia e crescimento. Nesse sentido, Albuquerque e Silva (2014) ressalta que o método TEACCH, envolve basicamente a conservação criteriosa do comportamento das crianças autistas em diferentes ambientes, diante de diferentes estímulos.

Enquanto isso, Surian (2010), destaca que:

Os criadores desse programa às vezes preferem defini-lo como ‘uma filosofia de intervenção’ em vez de uma técnica. Inicialmente ele se inspirava preferencialmente nas teorias comportamentais clássicas, mas nos últimos anos englobou outras noções e princípios derivados das mais recentes teorias cognitivas e da experiência do trabalho desenvolvido com crianças autistas.

Esse método apoia-se na tripla parceria que envolve a íntima colaboração entre pais, educadores e profissionais, a fim de que haja uma sintonia entre o aprendizado que é realizado na instituição ou escola utilizando o método e as atividades desenvolvidas em casa, de forma que uma venha a contribuir umas com as outras, sobrepondo sempre os auxílios visuais mais que os auditivos, ou seja, os auxílios visuais servirão como apoiadores dos auxílios auditivos, visto que as crianças com autismo respondem melhor e consistentemente os estímulos visuais de que aos sonoros.

Quanto à utilização prática do método TEACCH, (MONTE *apud* ALBUQUERQUE; SILVA, 2014) afirma que utilizam uma avaliação denominada PER-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) para avaliar a criança e determinar seu ponto forte e de maior interesse, e suas dificuldades, assim, a partir desse ponto, iniciam-se um programa individualizado. O TEACCH salienta a importância de se documentar de forma objetiva, por meio de escalas de avaliação, os progressos conseguidos pela criança no âmbito social, lúdico e comunicativo.

Este método visa ainda, com a realização de atividades organizadas intencionalmente interferir nos processos cognitivos e de conduta que podem ser trabalhados modificando-os positivamente, que vão com o passar do tempo sendo substituídos, à proporção que a comunicação se torna mais presente, tanto na forma de se expressar de maneira compreensível, como também na compreensão das pessoas que o cercam. (MONTE *apud* ALBUQUERQUE; SILVA, 2014).

O professor pode recorrer às adaptações que se adequem às necessidades específicas de seus alunos com autismo, partindo das ideias gerais que o método oferece, aproveitando os espaços disponíveis em sala de aula e os recursos necessários, observando sempre as peculiaridades de seus alunos, bem como sua personalidade, pois o professor deve incessantemente ir em busca de meios para se trabalhar com esses alunos, conhecendo, planejando e buscando conhecimento para poder fazer uma reflexão das práticas pedagógicas, o trabalho básico deste método visa propiciar um desenvolvimento adequado e compatível com as potencialidades de cada criança no seu dia a dia, bem como, a integração das propriedades da família com a prática terapêutica. (MONTE *apud* ALBUQUERQUE; SILVA, 2014).

As tecnologias assistivas estão sendo amplamente divulgadas no intuito de atender ao público autista no Brasil. Diversos materiais dispostos encontram-se alguns que adotaram o método TEACCH, um dos mais utilizado é o “ABC Autismo”, um aplicativo móvel para smartphones e tablets, que tem como principal função auxiliar no processo de alfabetização e

servir como ferramenta de apoio no tratamento e educação de crianças autistas, possui 40 frases que promovem interação com os usuários em 4 níveis de dificuldades, trabalhando com figurinhas, de uma área de transposição, chamada área de armazenamento.

As figurinhas arrastadas representam objetos concretos e possuem as mais variadas formas e tamanho. Dessa forma, estimula o usuário de diversas maneiras, desde o reconhecimento de formatos e cores, até a coordenação motora e o desenvolvimento de atividades de letramento, porém, como os autores frisam o contato com o objeto concreto, realizado de forma convencional, no programa TEACCH, é fundamental para o tratamento, não podendo deixar de lado, sendo o aplicativo ABC Autismo, apenas um complemento à dinâmica no processo de intervenção com a criança. (FARIAS; SILVA; CUNHA, 2014).

Temos ainda o método PECS – Picture Exchange Communication System, que é um método de comunicação por figuras, criada pela fonoaudióloga americana Roxana Meyer Johnson, no início dos anos 80, como um método de comunicação alternativo, para as pessoas que não se expressam por palavras, mas que conseguem se comunicar através do apontamento de figuras que ilustram situações ou objetos, adotando assim uma forma de comunicação peculiar, adotada por terapeutas para a expansão do vocabulário para pessoas que não conseguem formular frases ou pronunciam palavras separadas, de acordo com a afirmação de Cunha (2010),

No caso de autismo com baixa eficiência de comunicação, o PECS, procura estimular o aprendiz a comunicar-se pela percepção de que ele pode conseguir mais rapidamente as coisas que deseja, utilizando figuras. Esse sistema por usar apenas cartões, não demanda materiais muito caros e pode ser aplicado em qualquer lugar na reorganização da linguagem não verbal com as crianças ou adolescentes que não falam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem nos possibilitado uma reflexão, desde os primórdios de sua história até os dias de hoje na convivência com esses indivíduos, nos permitindo também fazer parte do processo de desenvolvimento, percebendo suas potencialidades e limitações, mas, sobretudo, despertando em nós mesmas um olhar humano e pedagógico sobre esse alunado.

Este artigo teve como objetivo investigar acerca dos recursos pedagógicos como ferramentas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno autista, com vistas a sensibilizar as pessoas para estarem atentos às características desses sujeitos, visto que os sintomas não são de manifestações uniformes, tem particularidades variadas nas mais diferentes fases da vida, o que requer uma descrição detalhada de seu desenvolvimento, acerca da linguagem, ao temperamento e grau de compreensão.

Existem inúmeras dificuldades, no trabalho com autistas, isso porque na maioria das vezes apresentam um comportamento estereotipado e ausência de interação social adequada, o que dificulta sua integração na sociedade. Desse modo, considerando-se que a escola contemporânea, além de ser um ambiente de aprendizagem constante e de novos acontecimentos e exigências sociais, requer novas formas de se trabalhar com esse alunado. Cabendo à escola o papel de conduzir o desenvolvimento no sentido geral desse público, proporcionando momentos de interação com os seus pares para que possa viabilizar de forma satisfatória seu desenvolvimento biopsicossocial.

Na Rede Pública de Ensino, percebe-se uma grande dificuldade na realização de atividades com os alunos autistas devido à falta de preparação do professor para essa realidade, em avaliar quais seriam as atividades que mais contribuiriam para o

desenvolvimento de suas habilidades e ressalta-se ainda o quantitativo elevados de alunos em sala de aula impossibilitando a disponibilidade do professor em acompanhar esse aluno mais de perto, visto que na maioria das escolas não dispõe de auxiliares de sala de aula o que contribuiria.

Diante do desafio de mediar o conhecimento, o professor deve estar disposto a buscar constante sua formação continuada, além de pesquisas, explorando os mais diferentes estímulos, com o objetivo de despertar no aluno autista o desejo de interagir e aprender, objetivando melhorar sua qualidade de vida, proporcionando-lhes o desenvolvimento de suas habilidades.

Dentre os diferentes métodos adotados, destaca-se nesta pesquisa o método TEACCH, desenvolvido na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, muito utilizado no Brasil nos dias de hoje, que tem proporcionado aos alunos com autismo, resultados bastante positivos e relevantes. Faz uso das observações sobre seus pontos fortes e do que lhes desperta interesses e suas dificuldades, para então partir para um programa individualizado, explorando os recursos visuais mais que os auditivos, levando em reconsideração suas peculiaridades, ofertando assim a readaptação a um novo ambiente, trabalhando individualmente suas potencialidades.

Diante dessas considerações, cabe ao futuro pedagogo, apropriar-se do conhecimento, para atender aos desafios da educação contemporânea, tendo como base a criatividade, qualificação e compromisso para a superação as dificuldades encontradas no ambiente escolar, sobretudo estar sensível, desenvolver um olhar mais profundo para essa realidade, não esquecendo de promover um trabalho de interação e parceria entre a escola e família em prol do aprimoramento das competências e habilidades dessa clientela no apoio constante ao seu aprendizado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rosângela Nieto de; SILVA, Edigleicy Praxedes. Universo particular do autista: Intervenções na interação social com método TEACCH e algumas contribuições para a educação inclusiva. **Síndromes & Transtornos – Revista Multidisciplinar**, Atlântica Editora, jan./fev. 2014.

ANDRADE, T. **Casos de autismo sobem para um a cada 68 crianças; especialistas explicam.** 2016. Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/gravidez-e-filhos/noticias/redacao/2016/08/21/casos-de-autismo-sobem-para-um-a-cada68-criancas-especialistas-explicam.htm>. acesso em: 20 abr. 2019.

BRIDI, F. R. S.; FORTES, C. C.; BRIDI FILHO, C. A. Educação e autismo: as sutilezas e as possibilidades do processo inclusivo. *In*: ROTH, B. W. (Org.) Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Organizadora Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão.** São Paulo: Wak Editora, 2010.

DSM-V: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2013.

FARIAS, E. B.; SILVA, L. W. C.; CUNHA, M. X. C. ABC Autismo: um aplicativo móvel para auxiliar na alfabetização de crianças com autismo baseado no Programa TEACCH. *In: X Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação, 2014, Londrina - PR. Anais...*, 2014.

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 13. ed. São Paulo: Papirus 2008.

GALDINO, M. J. **A inclusão educacional de um aluno com autismo em uma escola de ensino fundamental do município de Arapiraca**. Arapiraca, 2011.

GÓMEZ, A. M. S.; TERÁN, N. E. **Transtorno de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Cultural S. A., 2014.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, p. 3-11, 2007.

LEON, V. C. **Práticas baseadas em experiência para aplicação de TEACH nos Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon, 2016.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

RAPIN, I.; TUCHMAN, R. Onde estamos: visão geral e definições. *In: RAPIN, I.; TUCHMAN, R (Org.). Autismo: abordagem neurobiológica*. São Paulo: Artmed, 2009.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, G. S.; JUNQUEIRA, A. M. R. **Relações entre aprendizagem e desenvolvimento em Piaget e Vygotsky: o construtivismo em questão**. Itinerárias Reflectionis – UFG, Jataí, v. 10, n. 2, jul./dez. 2014.

SURIAN, Luca. **Autismo: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais de saúde**. Tradução de Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2010.

WHITMAN, T.L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015.

PRÁTICAS HIGIENICAS NO MANUSEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NO POVOADO DE RUY-VAZ NO MUNICÍPIO DE AXIXÁ, MARANHÃO

HYGIENIC PRACTICES IN THE HANDLING AND COMMERCIALIZATION OF AÇAÍ IN THE RUY-VAZ PEOPLE IN THE MUNICIPALITY OF AXIXÁ, MARANHÃO

Karoline Silva Reis*
Vera Lúcia Lopes de Barros**

RESUMO

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é popularmente conhecido por causa da polpa extraída do seu fruto, que possui alto valor nutricional, razão que tornou a polpa de açaí mundialmente conhecida. Por esse motivo, houve um grande aumento na comercialização. No povoado de Ruy-Vaz, que pertence ao município de Axixá- Ma, a extração dessa polpa se tornou fonte de renda para as famílias, ocasionando o surgimento de vários pontos de vendas. Sabe-se que a falta de higiene-sanitária pode gerar contaminação física, química e biológica nas polpas e torná-las fonte de Doenças Transmissíveis por Alimentos (DTA). O objetivo deste trabalho é descrever as práticas higiênicas no manuseio até a comercialização de açaí no povoado mencionado. A metodologia foi bibliográfica e de campo, com base em artigos científicos, cartilhas, leis e registros fotográficos. Os resultados alcançados foram a descrição de todas as etapas de manuseio até a comercialização dos pontos de vendas, ressaltando em cada etapa a importância das boas práticas de manipulação. Pode-se concluir que as práticas higiênicas devem ser incorporadas nos pontos de vendas para minimizar os pontos de contaminação durante a manipulação, é necessário que as Boas Práticas de Fabricação sejam implantadas e que todos os manipuladores de açaí sejam capacitados.

Palavras-chave: Açaí. Boas práticas de fabricação. Axixá-MA.

ABSTRACT

The açaí palm (*Euterpe oleracea* Mart.) is popularly known due to its pulp which is extracted from its fruit that has a high nutritional value what made the açaí pulp worldwide known. For that reason there was a high growth rate on its trade. In the village of Ruy-Vaz that is part of Axixá town, in Maranhão, the açaí pulp extraction became a source of funds to the families what caused the arising of lots of açaí points of sale. It is known that the lack of hygiene and health can cause physical, chemical and biological contamination of açaí pulp and became a source of DTA – Doenças Transmissíveis por Alimentos (Foodborne Diseases). The objective of this work was to describe the hygienic practices in the handling until the commercialization of açaí in the town of Ruy - Vaz in the Municipality of Axixá - Maranhão. The methodology was bibliographical in scientific articles, booklets and in laws and field with photographic records. The results achieved were the description of all the steps of handling until the commercialization of the points of sales, emphasizing at each stage the importance of good manipulation practices. It can be concluded that hygienic practices should be incorporated at sales points to minimize contamination points during handling, BPF- Boas Práticas de Fabricação (Good Manufacturing Practices) must be implemented and all açaí handlers be trained in BPF.

Keywords: Açaí. Good manufacturing practices. Axixá-MA.

1 INTRODUÇÃO

* Pós-graduada em Gestão Ambiental pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: karolinesilvareis@gmail.com

** Doutora em Ciências Biológicas (Entomologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Laboratório de Entomologia e Vetores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: veralopes.bio@gmail.com

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é um fruto típico da região amazônica, também conhecido como juçara no Maranhão. Tradicionalmente, é consumido em forma de vinho, podendo ser acompanhado com farinha de mandioca ou tapioca. Com a popularização desse fruto pelo Brasil, o açaí ganhou novas formas de consumo como em sorvete, acompanhado com outras frutas e tendo grande utilidade na culinária brasileira.

Por isso, é importante fomentar o entendimento dos manipuladores acerca das leis que preconizam as condições higiênico-sanitárias e a implantação das boas práticas nos pontos de vendas de açaí, à luz da resolução RDC n° 218/05 e RDC n° 216/04 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que estabelece procedimentos higiênico-sanitários para o preparo, acondicionamento, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de alimentos e bebidas preparados com vegetais, com a finalidade de prevenir doenças de origem alimentar.

Os pontos de vendas de açaí do bairro Ruy-Vaz têm que garantir aos consumidores que as medidas sanitárias estão sendo implantadas no preparo da polpa comercializada, evitando que algumas patogenias sejam transmitidas através do consumo de açaí. Medidas de higiene com os manipuladores, com os utensílios usados na manipulação e os cuidados no armazenamento dos alimentos vendidos na rua corroboram com a qualidade sanitária destes à medida que proporcionam diminuição de micro-organismos patogênicos. (SOTO *et al.*, 2009).

Para o preparo e comercialização da polpa extraída de açaí, são necessários procedimentos higiênico-sanitários que vão garantir que as polpas comercializadas não sejam contaminadas durante os processos de preparo até o armazenamento.

Além das pragas no campo, as polpas de açaí também estão sujeitas às contaminações por matérias estranhas durante as etapas de processamento do fruto, como a presença de insetos e fragmentos, ácaros, ovos e larvas, além de areia, terra entre outros no produto final, indicadores de falha na adoção ou manutenção das boas práticas de fabricação. (BRASIL, 1997, p. 2).

Dessa forma, a segurança alimentar é um desafio atual, devendo ser analisada ao longo de toda cadeia produtiva de produtos alimentícios, desde a colheita, transporte, armazenamento e processamento, até a distribuição final ao consumidor. (ETO *et al.*, 2010).

Por isso, é necessária a realização de inspeções periódicas pelos órgãos responsáveis, garantindo assim, a implantação das Boas Práticas de Fabricação (BPF), como forma de controle da qualidade do açaí que é comercializado aos turistas e moradores de Axixá a fim de que sejam eliminadas Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) que podem gerar danos à saúde.

Diante do exposto, este artigo discute as condições higiênico-sanitárias dos pontos de vendas de açaí localizados no povoado de Ruy-Vaz, município de Axixá/MA, contribuindo assim, para as pesquisas já desenvolvidas no Brasil. Ocorre que, nos estados brasileiros que têm maior extração da polpa de açaí (Pará, Maranhão, Amapá, Acre e Rondônia) a mesma contribui para a economia estadual e nacional. O principal objetivo da pesquisa foi descrever as práticas higiênicas no manuseio até comercialização de açaí no povoado de Ruy-Vaz no Município de Axixá, Maranhão.

2 ABORDAGEM SOBRE O AÇAÍ

O açaí é um fruto da família *Arecaceae* e da espécie *Euterpe oleracea* Mart., uma palmeira que teve origem na floresta Amazônica, planta monocotiledônea, com vários estipes

por touceira e as folhas são compostas e pinadas, sua palmeira pode chegar até 25 metros de altura.

Figura 1 – Palmeira de açai encontrada no povoado de Ruy-Vaz



Fonte: Autora da pesquisa (2018)

“O epíteto genérico é uma homenagem a Euterpe, deusa da mitologia grega (MARCHIORI, 1995, p. 75) e traduzido do grego significa “elegância da floresta” (HODGE, 1965, p.126), em alusão à beleza da planta. (STRUDWICK; SOBEL, 1986, p. 242).

Já o nome específico “oleracea” significa que parece ou exala odor semelhante ao do vinho, devido à cor e ao aroma da polpa, principalmente quando em início de fermentação. (OLIVEIRA; CARVALHO; NASCIMENTO, 2000).

Na região de Axixá a palmeira de açai é conhecida popularmente como juçara, assim como em todo o Estado do Maranhão, o único lugar do Brasil que o açai possui o nome diferente.

O açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), também conhecido por açai, açai-do-pará, açai-do-baixo-amazonas, açai-de-touceira, açai-de-planta, açai-da-várzea, juçara, juçara-de-touceira e açai-verdadeiro, pode ser considerado como a espécie mais importante do gênero *Euterpe*, dentre as dez registradas no Brasil e as sete que ocorrem na Amazônia. (OLIVEIRA *et al.*, p. 1).

O açai é bastante encontrado em lugares próximos a rios, igapós e em várzeas baixas, pouco encontrado em terra firme. Seu período de maior frutificação se dá no período de outubro a janeiro, cada touceira produz de 6 a 8 cachos do fruto da palmeira. Sua inflorescência é infrafoliar, sendo envolvida por duas brácteas conhecidas por espatas que, ao abrirem, expõem o cacho constituído por um ráquis e um número variável de ráquias, onde estão inseridas milhares de flores masculinas e femininas. (OLIVEIRA *et al.*, 2002, p. 1).

O fruto da palmeira de açai são pequenos e esféricos, primeiramente verdes e depois com o amadurecimento eles ficam na cor roxo-escuro, ponto ideal para a colheita do açai (Figura 2).

Além da extração do fruto do açai, a palmeira ainda oferece o seu palmito que é extraído do caule, ambos os produtos extraídos dos açazeiros são utilizados na culinária e já ganharam as fronteiras do Brasil com o seu gosto marcante e pelo seu valor nutricional.

A utilização mais famosa do açazeiro é a sua bebida que é extraída do fruto quando ele está maduro, para se obter a bebida é necessário um processo mecânico e com a adição de água se obtém a polpa, pode ser mais pastosa ou mais aquosa, dependendo da quantidade de água adicionada ao processo de extração da polpa (Figura 3). Após a extração da polpa, ela pode ser utilizada na fabricação de sorvete, picolé, tortas, bombons, vitaminas, como molho, acompanhamento e até prato principal.

O açaí é considerado um alimento de grande valor nutricional, pois apresenta em sua composição fibra alimentar, antocianinas, minerais, particularmente, cálcio e potássio e ácidos graxos essenciais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

2.1 O que são Boas Práticas de Fabricação?

Boas Práticas de Fabricação (BPF) são procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação, a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária. (BRASIL, 2004).

Conforme a RDC nº216 (2004) as boas práticas aplicam-se aos serviços de alimentação que realizam algumas das seguintes atividades: manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo, tais como cantinas, bufês, comissarias, confeitarias, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, delicatêsens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisserias e congêneres.

As BPF são procedimentos que todos os manipuladores de alimentos precisam conhecer e aplicá-las, é essencial que os manipuladores não tenham dúvidas sobre a importância das BPF.

A implantação das Boas Práticas é uma exigência legal e deve ser um objetivo estratégico do empresário que busca oferecer um produto que satisfaça a necessidade da população e atenda aos padrões sanitários exigidos. Para ser disseminado na empresa, o processo de implantação das BP necessariamente deve ser iniciado pela direção e incorporado pelos demais níveis funcionais e operacionais (gerências e funcionários). Somente assim a política de qualidade, suporte da implantação das BP, surtirá o efeito esperado, constituindo entre outros, um processo internalizado da empresa que descreve suas práticas de fabricação ou armazenamento e distribuição segundo as exigências sanitárias vigentes. (ANVISA, 2012, p. 1).

As BPF abrangem procedimentos sobre seguintes itens:

- edificação, instalações, equipamentos, móveis e utensílios;
- higienização de instalações, equipamentos, móveis e utensílios;
- controle integrado de vetores e pragas urbanas;
- abastecimento de água;
- manejo dos resíduos;
- manipuladores;
- matérias-primas, ingredientes e embalagens;
- preparação do alimento;
- armazenamento e transporte do alimento preparado;
- exposição ao consumo do alimento preparado;
- documentação e registro; e
- responsabilidade.

É necessário que os estabelecimentos elaborem seu Manual de Boas Práticas de Fabricação, este documento teve descrever todos os itens necessários para seu estabelecimento, disponibilizar e capacitar todos manipuladores de alimentos que trabalham no local.

Segundo os itens 4.12.2 da RDC nº 216 (2004, p. 14):

O responsável pelas atividades de manipulação dos alimentos deve ser comprovadamente submetido a curso de capacitação, abordando, no mínimo, os seguintes temas:

- a) Contaminantes alimentares;
- b) Doenças transmitidas por alimentos;
- c) Manipulação higiênica dos alimentos;
- d) Boas Práticas.

2.2 Doenças transmitidas por alimentos (DTA)

A Doença Transmitida por Alimentos (DTA) é uma síndrome originada pela ingestão de alimentos e/ou água que contêm agentes etiológicos patogênicos (biológicos, físicos ou químicos) em quantidade suficiente para afetar a saúde do consumidor, individualmente ou em grupo. (RODRIGUES *et al.*, 2010).

A ocorrência de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) vem aumentando de modo significativo em nível mundial. Vários são os fatores que contribuem para a emergência dessas doenças, entre os quais destacam-se: o crescente aumento das populações; a existência de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos; o processo de urbanização desordenado e a necessidade de produção de alimentos em grande escala. Contribuí, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à qualidade dos alimentos ofertados às populações. (BRASIL, 2010, p. 11).

Segundo Castro (2008), o conceito de higiene, embora tenha tido a sua origem na Grécia antiga, adquiriu maior importância nos finais do século XIX, após o reconhecimento de que os micro-organismos poderiam ser a causa de inúmeras doenças.

Por causa das doenças alimentares a qualidade dos alimentos comercializados vem se evoluindo desde a antiguidade até o tempo mais contemporâneo, leis, procedimentos, padrões, regulamentos, foram surgindo para evitar doenças transmissíveis por alimentos.

Ao longo da história muitas pessoas morreram pela falta de conhecimento que tinham sobre as DTA, na Idade Média houve uma intoxicação aguda alimentar causada por um fungo, as pessoas que se alimentavam com o cereal contaminado por esse fungo morriam. Por causa de inúmeras mortes causadas por doenças transmitidas por alimentos, fez-se necessário a criação de procedimentos de higiene alimentar, as primeiras normas alimentares surgiram na Europa por volta do século XIII.

No Brasil, somente com a chegada da família real portuguesa em 1808 é que foram desencadeadas mudanças relacionadas às necessidades de aumento da produção, de defesa da terra e do cuidado da saúde da população: estabeleceram-se normas para o controle sanitário dos portos e instituíram-se a quarentena e os 'lazareto', para o isolamento de passageiros com doenças contagiosas, o controle de alimentos e a inspeção de matadouros, açougues públicos, boticas, drogas e medicamentos. (MARINS *et al.*, 2014, p. 233).

Percebemos que as doenças alimentares estão presentes em todos os lugares do mundo e surgiram com a falta de cuidado por nós seres humanos, por isso que os manipuladores de alimentos são os principais transmissores das DTA.

As DTA podem ser originadas por contaminação química, física e biológica, gerando infecções (multiplicação de micro-organismos no organismo.); infestação (parasitoses, helmintos e protozoários no intestino.); intoxicação química que podem ser de origem das plantas tóxicas, peixes e cogumelos e de produtos químicos, produzidas por aminas biogênicas e micotoxinas (fungos), causando sintomas como, vômito, diarreia, dores

abdominais, dor de cabeça e febre. Fatores como o aumento da temperatura e grande umidade podem ser lugares essenciais para a multiplicação dos micro-organismos.

Geralmente, os sintomas são dor abdominal, anorexia, náuseas, vômito, diarreia e febre (em casos de infecções instaladas), porém podem ocorrer afecções extraintestinais em diferentes órgãos e sistemas, como meningites, celulites, infecções renais (*Salmonella* spp., *Aeromonas* spp. e *Listeria* spp.), rins (*Escherichia coli*O157:H7), fígado (vírus da hepatite A e E), sistema nervoso central (*Taenia solium*, metais pesados), terminações nervosas periféricas (*Clostridium botulinum*) e outros. (RODRIGUES *et al.*, 2010, p. 6).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde de 2010 a 2015 no Brasil, os Agentes etiológicos responsáveis pelos surtos de DTA, 58,5 % não identificados; 14,4 % *Salmonella* spp.; 7,7% *S. aureus*; 6,5% *E. coli*; 3,1% *B. cereus*; 2,3% vírus da hepatite A; 2,1% *C. perfringens*; 1,9% Rotavírus; 1,1% *Shigella* spp.; 1,0% Coliformes; 0,7% outros; 0,4% Norovírus e 0,2% *Giardia*.

Segundo o Ministério da Saúde em 2015, foram 426 surtos, 7.371 doentes; 18.766 expostos e 4 óbitos por DTA. Esses números nos mostram que ainda existem estabelecimentos que não adotam os procedimentos para evitar DTA.

Para se evitar o aumento de surtos por DTA medidas como inspeções, educação sanitária, capacitação em BPF e análises laboratoriais, são ações que vão ajudar a manter o padrão de qualidade dos alimentos e evitar que doenças sejam transmitidas por alimentos.

É fundamental que as pessoas se sensibilizem que são responsáveis pelo avanço e propagação dos procedimentos higiênicos-sanitários, visando que a saúde é um bem comum do ser humano.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Área

O Município de Axixá localizado na região norte do Maranhão, na microrregião de Rosário, tem uma população estimada em 11.850 habitantes e a extração de açaí passou de ser uma refeição, para ser um bom ganho econômico, surgindo muitos pontos de vendas de açaí. Esses pontos de vendas compram o fruto de outras pessoas da região ou do estado do Pará e depois realizam o processamento do açaí (lavagem, amolecimento, despulpamento e o envase). Segundo estimativas do IBGE realizada em Axixá no ano de 2017 obtiveram-se o quantitativo de produção de açaí em 146 toneladas, tendo como valor dessa produção em 306 mil reais.

Ruy-Vaz, povoado do município de Axixá, possuía a sua economia baseada na venda de peixe. Com o passar do tempo, os moradores de Ruy-Vaz perceberam que o açaí era uma palmeira abundante existente nessa localidade, e percebendo a riqueza nutritiva desse fruto, a comunidade investiu na comercialização da polpa, objetivando uma renda extra aliada à comercialização da pesca. Assim, um dos fatores que favorece o aumento na produção da polpa de açaí em Ruy-Vaz, é devido esse povoado ficar à margem da MA-110, uma das principais vias de acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e que concentra grande movimento de turistas.

No povoado de Ruy-Vaz encontramos 10 pontos de vendas de açaí, onde os mesmos armazenam, processam e comercializam a polpa de açaí nos estabelecimentos, e alguns pontos ainda oferecem a opção de consumi-la no local. Quem realiza a fiscalização, inspeção, para a liberação do alvará de funcionamento é a Secretaria da Vigilância Sanitária

municipal de Axixá, e logo após a liberação do dessa documentação o ponto de venda está pronto para a comercialização da polpa de açaí.

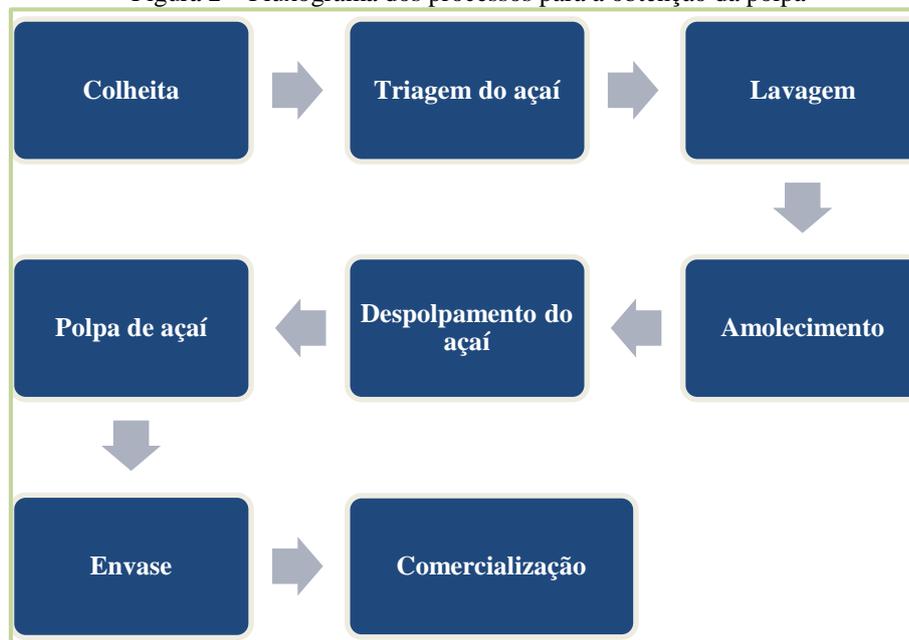
3.2 Tipo de pesquisa

Pesquisa bibliográfica e de campo. A primeira foi realizada com base nos artigos e trabalho já publicados em revistas de Qualis A e B. Já a pesquisa de campo foi realizada dia 11 de outubro de 2018 no povoado de Ruy-Vaz, Axixá, Maranhão, foram feitos registros fotográficos do manejo do açaí, entrevistas com os manipuladores com a finalidade de colher informações que possam ser enriquecedoras para a elaboração da pesquisa. A amostra da pesquisa são os manipuladores do Açaí. Foram utilizados para a escrita desse trabalho livros, revistas, manuais, artigos, monografias, dissertações e teses.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verificou-se que para obter a polpa de açaí são necessários vários processos, iniciando-se na colheita, triagem, lavagem, amolecimento, despulpamento, envase e comercialização da polpa de açaí (Figura 2). Durante todas essas etapas as boas práticas de manipulação são primordiais para uma boa qualidade do produto final.

Figura 2 – Fluxograma dos processos para a obtenção da polpa



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

Quanto à primeira etapa levantada, a colheita é realizada dentro do período de frutificação do açazeiro, um aspecto que garante o momento certo para a retirada do cacho é quando seus frutos estão na cor roxo-escuro, essa detecção é feita a olho nu pelo colhedor. A colheita é uma operação onerosa e difícil, pois os estipes atingem facilmente de 10 a 15 metros de altura, com o perigo de quebra ou tombamento dos mesmos (HOMMA *et al.*, 2006). Para esse processo é necessários algumas ferramentas como a peconha, laço feito com

as folhas do açaí ou de saco (instrumento que ajuda o colhedor a subir no açaizeiro), e um instrumento para puxar o cacho, o colhedor tem que tomar muito cuidado para não derrubar o cacho no chão (Figura 3 e 4).

A colheita, preferencialmente, deve ser realizada pela manhã, pois as chuvas, normalmente acompanhadas de ventos fortes, ocorrem com maior frequência no período vespertino e tornam mais difícil a escalada nos estipes, que ficam mais escorregadios. (HOMMA *et al.*, 2006).

Figura 3 – Colhedor realizando a colheita dos cachos com o auxílio da peconha



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018)

Figura 4 – Colhedor de açaí mostrando os cachos coletados



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018)

Durante essa etapa o manipulador deve sempre atenta-se para o cuidado na retirada dos cachos e armazenando sobre uma lona que evite o contato direto com o chão, longe de animais e de locais de armazenamento de qualquer tipo de resíduos ou sujeira. Esses cuidados irão garantir que o fruto do açaí passe para a próxima etapa (debulha) com o mínimo de contaminação possível.

A segunda etapa do manuseio do açaí inicia-se com a liberação dos frutos do cacho (debulha), está etapa é necessário uma lona, essa lona irá impedir que os frutos tenham contato direto com o chão, nesse processo deve-se fazer a retirar de qualquer elemento estranho (Figura 5). Segundo o WWF-BRASIL (2014, p. 08), os frutos ruins poderão ser lançados na floresta, assim as sementes darão origem a novos pés de açaí. Também devem ser jogados quaisquer matérias estranhos e outros resíduos.

Figura 5 – Processo de debulha do cacho



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018)

Observou-se que após a realização debulha de todos cachos, os manipuladores realizam a contabilidade da quantidade retirada, essa contabilidade é feita com uma lata de 18 litros, cada lata retirada e vendida de acordo com a safra, se estiver no início da safra a lata é mais cara, e no final da safra é mais barato. Finalizado a contabilidade, os frutos são colocados em cestos ou caixas plásticas para o transporte. O transporte é feito em veículos que não tragam contaminação ao fruto e que mantenha a integridade do fruto.

Quando do acondicionamento dos frutos, seja em cestos, paneiros ou caixas de plásticos, devem ser tomados os cuidados necessários que evitem o contato desses recipientes com o solo, além de exposições desnecessárias à radiação direta dos raios solares, pois aumentam a possibilidade de ressecamento e deterioração dos frutos. (HOMMA *et al.*, 2006, p. 12).

Quando os frutos coletos chegam ao local pontos de vendas de açaí, o fruto precisa ser acondicionado em bacias para a realização das lavagens, essa etapa é primordial para a retirada de todas as sujeiras oriundas da colheita. A RDC nº 216/04 adverte os manipuladores a incluir nessa etapa de lavagem a adição da solução de hipoclorito de sódio junto com a água potável, e deixa o açaí repousar por 15 minutos, isso irá ajudar na sanitização os frutos, a maneira de eliminar qualquer tipo de microrganismo. Após os 15 minutos recomenda-se realizar mais uma lavagem para posterior o amolecimento.

Para a etapa do amolecimento os manipuladores colocam na bacia água quente, essa água não pode estar com uma temperatura muito elevada deve estar entre 40°C e 80°C, no tempo mínimo de 15 minutos.

Segundo Homma *et al.* (2006, p. 12):

Esses valores são empíricos, pois não existem, até o momento, experiências comprovando, tecnicamente, qual a temperatura da água e o tempo de imersão adequados para que o epicarpo e o mesocarpo amoleçam o suficiente para favorecer o despulpamento, sem afetar as propriedades da matéria-prima.

Após certificar-se que o fruto está mole, é escurrido a água que o mesmo estava emergido, é separado para iniciar o processo de despulpamento. O processo de despulpamento é realizado com a ajuda de uma despulpadeira ou bateadeira, feita de aço inoxidável, posicionada verticalmente (Figura 6). Nesta etapa os manipuladores devem estar usando EPI (Equipamento de proteção individual), realizado a higienização das mãos, com todos os utensílios lavados.

Figura 6 – Bateadeira de açaí utilizada para se obter a polpa



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

O processo tem início com a alimentação da bateadeira com os frutos precedido do acionamento das palhetas, cujo movimento circular proporciona atrito com os frutos, seguido da progressiva adição de água. O produto processado desce por gravidade, passando em peneira de malha fina, e o açaí é depositado em bacias de aço inoxidável. (HOMMA *et al.*, 2006).

WWF-BRASIL (2014, p. 24) descreve que “[...] a polpa do açaí pode ser envasada em diferentes embalagens, dependendo do destino da produção: em embalagens plásticas de 100g, 500g e 1.000g, sendo aconselhado que a polpa seja direcionada por meio de tubulações diretamente para as dosadoras”.

Após o envase, a polpa pode ser consumida na hora ou em até 12 horas. Para maior durabilidade da polpa de açaí ela tem que ser mantida em uma temperatura de -18°C.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado por meio de informações sobre o Açaí conhecido vulgarmente como juçara que os estabelecimentos que comercializam açaí no povoado de Ruy-Vaz não possuíam condições higiênico-sanitárias aceitáveis pela ANVISA, todos os estabelecimentos ficaram classificados no grupo III – Alto risco de contaminação.

Com base nesses resultados dessa pesquisa realizada anteriormente, este artigo foi elaborado para descrever as boas práticas nas etapas de manuseio até a comercialização do açaí, realizando novamente vistas de campos e levantamentos bibliográficos. Diante dos resultados da pesquisa percebeu-se a relevância da aplicabilidade dos procedimentos de boas práticas de manipulação para evitar os riscos à saúde e ao meio ambiente. Sabe-se que a falta dessas práticas de higienização acarretam contaminação química, física e biológica da polpa de açaí durante o manuseio podendo ser um grande potencial para transmitir várias doenças, como a doença de chagas que é causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*.

Ações educativas são essências para todos manipuladores de alimentos, para que venham de fato ser implementadas a rotina de manuseio do açaí em todas as suas etapas, e sempre devem ser recicladas quantas vezes forem necessárias.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Manual para Implantação de Boas Práticas de Fabricação em Produtos para Saúde** Baseado nas normas GMC 020/2011, RDC nº 059/2000 e Portaria nº 686/1998, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução-RDC nº. 218, de 29 de julho de 2005.**

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução-RDC nº. 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Doenças Transmitidas por alimentos.** 2015. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/09/Apresenta----o-dados-gerais-DTA-2015.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 484p.

_____. Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) do Ministério da Saúde. Portaria nº326, de 30 de julho de 1997. **Regulamento técnico sobre condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializados de Alimentos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 de ago. 1997, Seção 1.

CASTRO, Susana Alexandra Ruivo dos Santos. **Boas práticas de higiene: um pilar para a produção de alimentos seguros**. 2008. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

ETO, D. K. *et al.* Qualidade microbiológica e físico-química da polpa e mixde açaí armazenada sob congelamento. **Revistado Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, v. 69, n. 3, p. 304-310, 2010.

HODGE, W. H. Palm cabbage. **Principes**, v. 9, p. 124-131, 1965.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al.* Embrapa. **Amazônia Oriental Sistemas de Produção**, 4-2. ed. ISSN 1809 4325 Versão Eletrônica dez. 2006. Disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/index.htm. Acesso em: 17 ago. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da extração vegetal e silvicultura**. IBGE, 2017.

MARCHIORI, J. N. C. **Elementos de dendrologia**. Santa Maria: UFSM, 1995. 163p.

MARINS, Bianca Ramos (Org.). Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas. Organização de Bianca Ramos Marins, Rinaldini C. P. Tancredi e André Luís Gemal. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; CARVALHO, José Edmar Urano de; NASCIMENTO, Walnice Maria Oliveira do. **AÇAÍ (*Euterpe oleracea* Mart.)**. 2000. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Oliveiraetal_2000_000gbxyg1mg02wx5ok01dx9lcofu3hbb.pdf. Acesso em: 16 dez. 2015.

OLIVEIRA, M. S. P. *et al.* **Cultivo de Açaizeiro para produção de frutos**. **Circular Técnica**, n. 26. Embrapa Amazônia Oriental. Belém, Pará, 2002.

RODRIGUES, Eliane. **Manual de boas práticas de fabricação**. Eliane Rodrigues, com a colaboração de Cristina Silva Grootenboer... [et al.]. Niterói: Programa Rio Rural, 2010. 23p.; 30 cm. (Programa Rio Rural. Manual Técnico; 26).

SOTO, F. R. M. *et al.* Aplicação experimental de um modelo de conduta de inspeção sanitária no comércio varejista de alimentos. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 29, n.2, p. 371-374, 2009.

STRUDWICK, J.; SOBEL, G.L. Uses of *Euterpe oleracea* Mart. In the amazon estuary, Brazil. In: BALICK, M. J. ed. The palm-tree of life: biology, utilization and conservation. **Advances in Economical Botany**, New York, v. 6, p. 225-253, 1986.

WWF-BRASIL. **Cartilha boas práticas de manejo, comercialização e beneficiamento dos frutos de açaí**. 2014. 17p.

ANEXO A – FOTOS

Figura 1 e Figura 2 – Pontos de venda de açaí do povoado de Ruy – Vaz



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

Figura 3 – Pontos de venda de açaí a margem da MA – 110



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

Figura 4 – Alvará de funcionamento dos pontos de venda de açaí



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

Figura 6 – Placa localização do povoado de Ruy – Vaz



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

Figura 7 – Manipuladoras realizando o processo de extração da polpa



Fonte: Autora, pesquisa de campo (2018).

TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR:
abordagem conceitual e desafios para aprendizagem nos anos iniciais

CHALLENGING OPPOSITE DISORDER:
conceptual approach and learning challenges in the early years

Nataline Caroline de Oliveira Carvalho*
Rayanne Cristina Santana da Silva*
Lillian Raquel Braga Simões**

RESUMO

Transtorno Opositivo Desafiador, é um dos transtornos mais comuns em crianças e adolescentes na faixa etária entre os 6 e 12 anos, ocasionando durante o desenvolvimento da criança um comportamento desafiador, opositor, agressivo e vingativo a qualquer figura de autoridade (pais ou professores). O objetivo geral da pesquisa é conhecer o Transtorno Opositivo Desafiador e os desafios que propõe a aprendizagem nos anos iniciais. Para tanto, escolheu-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, que serviu como fonte de informação através de leituras em livros, revistas, artigos, periódicos e sites, na qual a investigação e análise sobre as referências existentes e as questões que já foram abordadas sobre o tema anteriormente, possibilitaram a construção e fundamentação deste artigo. De acordo com a literatura, chegou-se aos resultados da necessidade de conhecimento do professor sobre o TOD e como as estratégias são caminhos para que os alunos desenvolvam e alcancem os objetivos traçados para a realização de um trabalho satisfatório. Cabe a escola trabalhar a inclusão buscando promover ações que melhorem o convívio da criança com o ambiente, tornando-o mais harmonioso e adequado, bem como dispor a sua equipe formações que auxiliem nas práticas visando melhorar o comportamento e a permanência desse aluno na escola, evitando que o TOD traga consequências como fracasso escolar.

Palavras-chave: Transtorno. Aprendizagem. Comportamento.

ABSTRACT

Oppositional Defiant Disorder is one of the most common disorders in children and adolescents between the ages of 6 and 12 years, causing during the development of the child a behavior that is challenging, opposing, aggressive and vengeful to any authority figure (parents or teachers). The general objective of the research is to know the Challenging Oppositional Disorder and the challenges that the learning proposes in the initial years. In order to do so, we chose as a methodology the bibliographic research, which served as a source of information through readings in books, magazines, articles, periodicals and websites, in which research and analysis on existing references and issues that have already been addressed the theme previously, made possible the construction and foundation of this article. According to the literature, we came to the results of the teacher's need for knowledge about the ODT and how strategies are ways for students to develop and achieve the objectives set for satisfactory work. It is up to the school to work on inclusion, seeking to promote actions that improve the child's interaction with the environment, making it more harmonious and appropriate, as well as providing its team with training that helps in the practices aimed at improving the behavior and permanence of this student in school, avoiding that the TOD has consequences as school failure.

Keywords: Disorder. Learning. Behavior.

*Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: natalinecaroline19@gmail.com

*Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: rayannesantana1210@gmail.com

** Psicóloga, CRP:22/01815. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: lillianrbs@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno Opositivo Desafiador, Desafiador de Oposição ou Transtorno de Oposição Desafiante, é um dos transtornos mais comuns em crianças e adolescentes na faixa etária entre 6 e 12 anos. Eles apresentam um constante comportamento desafiador e opositivo a qualquer figura de autoridade (pais ou professores), tendo dificuldades para seguir regras. Crianças e adolescentes com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) são agressivos e possuem um auto descontrolo emocional, estão sempre culpando o outro pelos seus próprios erros, irritando e perturbando os colegas propositalmente. Os graus de severidade são: leve (os sintomas limitam-se apenas um ambiente); moderado (alguns sintomas estão presentes em pelo menos dois ambientes) ou grave (alguns sintomas estão presentes em três ou mais ambientes). Os fatores desencadeadores são genéticos e ambientais, e a sua comorbidade é o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade).

O TOD favorece a apresentação de diversos sintomas, gerando prejuízos em várias áreas da vida, atrapalhando principalmente o relacionamento familiar, na escola e na sociedade como um todo. Portanto, o tema constitui-se de grande relevância social, conscientizando não somente pais ou professores da importância de se observar o comportamento agitado da criança, o momento e o profissional adequado para lidar com ela. Simultaneamente, vale ressaltar que nem toda agitação é sinal de algum transtorno, deixando bem claro que crianças costumam ter bastante energia e de vez em quando acabam desobedecendo regras ou até mesmo desafiando adultos, com o objetivo de testar sua autoridade, mas a preocupação dos pais, responsáveis e educadores deve existir quando o comportamento começar a prejudicar a vida e a interação com o meio.

Para um melhor entendimento acerca da temática, esse tema pretende responder aos seguintes questionamentos: O que é o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)? Quais estratégias o professor pode adotar para que o comportamento do aluno não interfira no aprendizado e na rotina escolar nos anos iniciais?

Inicialmente, para responder aos questionamentos, foram estabelecidas as seguintes hipóteses: as regras estabelecidas pelo professor são indispensáveis para conduzir situações conflituosas diante da oposição da criança; o professor deve incluir os alunos com Transtorno Opositivo Desafiador em todas as atividades propostas evitando o isolamento dos mesmos; a afetividade entre professor e aluno é eficaz para que as metodologias de ensino adotadas sejam compreendidas.

O objetivo geral da pesquisa é conhecer o Transtorno Opositivo Desafiador e os desafios que propõe a aprendizagem nos anos iniciais. Para tanto, escolheu-se como metodologia a pesquisa bibliográfica.

O desenvolvimento da pesquisa, a busca da informação e o conhecimento a fundo desse transtorno contribuirão para que os profissionais da educação, sobretudo os que atuam nos anos iniciais, saibam como interferir e trabalhar mediante esses casos, colaborando para o não insucesso, a permanência e a identificação desses alunos na escola.

Este artigo científico está estruturado da seguinte forma, primeiramente aborda-se acerca do TOD, apresentando aspectos conceituais, características e informações que permitem entendimento sobre a temática. Em seguida, o texto faz uma reflexão sobre os desafios impostos pelo TOD e as estratégias que o professor pode adotar para que o comportamento do aluno não interfira no aprendizado e na rotina escolar nos anos iniciais. Após, finaliza-se o trabalho com as considerações finais.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR OU TRANSTORNO DESAFIADOR DE OPOSIÇÃO

O Transtorno Opositivo Desafiador ou Transtorno Desafiador de Oposição ocasiona durante o desenvolvimento da criança um comportamento desafiador, opositor, agressivo, vingativo, impulsivo, irritabilidade, antissocial, não assume seus erros e não obedece a regras estabelecidas por figuras de autoridades como pais e professores. Segundo o DSM – V – TR caracteriza-se TOD:

Padrão frequente e persistente de humor raivoso/irritável de comportamento questionador/desafiante ou de índole vingativa (critério A). Não é raro indivíduos com transtorno de oposição desafiante apresentarem características comportamentais do transtorno na ausência de problemas de humor negativo. (DSM-V, 2014).

É normal durante uma fase da vida da criança ou do adolescente em ambos os gêneros apresentarem um comportamento difícil de lidar como rebeldia, desobediência e birras, porém quando isso torna-se rotineiro os pais e professores devem ter uma atenção maior e procurar tomar as devidas precauções, pois eles podem está desenvolvendo o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). Em muitos casos pela pouca informação sobre este transtorno por parte de pais e professores, o TOD é confundido com TDAH pelo fato da criança ter um excesso de atividade, dificuldade de controlar o corpo e ter reações extremas. É necessário, um diagnóstico completo e o início do tratamento o mais rápido possível.

O agrupamento F91 da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde caracteriza esse distúrbio como:

Tal comportamento deve comportar grandes violações das expectativas sociais próprias a idade da criança, deve haver mais do que travessuras infantis ou a rebeldia do adolescente que se trata de um padrão duradouro de comportamento (seis meses ou mais) [...] O diagnóstico se baseia na presença de conduta do seguinte tipo: manifestações excessivas de agressividades e de tirania, crueldade com relação a outras pessoas ou a animais [...]. Crises de birra e de desobediência anormalmente frequentes e graves. A presença de manifestações nítidas de um dos grupos de conduta procedentes é suficiente para o diagnóstico. (ONU, 1989).

Na criança e adolescente que possui o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), a fase da agressividade e rebeldia não passará com o amadurecimento dos mesmos, causando grande sofrimento para os familiares. As características que a criança ou adolescente apresentará, será comportamentos agressivos, de apatia ou omissão. Os mesmos negam-se a obedecer às regras, incomodam os que estão ao seu redor, não assumem seus erros e culpam sempre o outro, tentam agredir colegas e familiares e não correspondem ao comportamento esperado pelos pais e professores.

O Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) é no ponto de vista de Serra Pinheiro et al (2004, p. 273) como:

[...] um padrão global de desobediência, desafio de comportamento hostil. Os pacientes discutem excessivamente com adultos, não aceitam responsabilidade por sua má conduta, incomodam deliberadamente os demais, possuem dificuldades de aceitar regras e perdem facilmente o controle se as coisas não seguem a forma como eles desejam.

As pessoas com o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) podem não só apresentar um comportamento agressivo e compulsivo, mas serem apáticos, extremamente silenciosas, omissas, mudas, sem reação, sem fazer nada e sem expressar sentimentos. Mas o tipo de comportamento que apresentará depende das características do ambiente que está

inserido, e das pessoas com quem convive, e isso muitas vezes complica o diagnóstico porque o Transtorno Opositivo Desafiador é sempre mais conhecido como desafiar do que passividade. De acordo com Paulo e Rondina (2010, p. 2):

O conjunto de atitudes de agressões que podem aparecer em casos de TOD é vastíssimo e pode variar de acordo com as características de cada família. O comportamento pode se manifestar não apenas sob a forma de atitude ativa no sentido de agredir, mas também, através de comportamentos como o silêncio, a omissão, a apatia, o emudecimento, o não fazer nada e assim por diante.

Para um melhor entendimento do artigo acerca do TOD, buscou-se analisar um caso real para identificação do problema, e para que fosse possível desenvolver argumentos fundamentados na avaliação e compreensão das estratégias necessárias para lidar com a criança que apresenta os sintomas do transtorno em seu meio social, familiar e escolar.

Teixeira (2019) em entrevista para o site (TDO) Transtorno Desafiador Opositivo descreve que Marcio é uma criança de nove anos de idade, estudante do quarto ano do ensino fundamental de uma escola na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Seus pais são divorciados e ele mora com a mãe e uma irmã de 4 anos de idade. Marcio foi encaminhado para avaliação médica pela coordenadora pedagógica. Segundo relato escolar, seu rendimento acadêmico está abaixo do esperado. A criança se opõe às regras, desafiando deliberadamente a autoridade de suas três professoras, é impulsivo, manipulador e mostra-se enraivecido sempre que se sente contrariado. Marcio não possui amigos na escola, pois está sempre envolvido em brigas com outros estudantes.

Em casa, os sintomas de desafio e oposição às regras também estão presentes. A mãe diz que não consegue impor regras ou dar limites ao filho e confessa que se considera uma mãe permissiva. “Ele sempre foi o rezinho da casa, nunca consegui dar limites, quando falo alguma coisa, ele chora, grita e eu acabo cedendo”. Após investigação clínica com a família, escola e com a própria criança, foi realizado o diagnóstico de transtorno desafiador opositivo. Marcio iniciou a utilização de um medicamento para diminuição dos sintomas de impulsividade e agressividade.

Realizei um trabalho de orientação à mãe, oferecendo informação psicoeducacional sobre o diagnóstico do filho e ensinando estratégias comportamentais de manejo dos sintomas opositivos e desafiadores. Iniciamos um programa de reforço positivo com um sistema de pontuação denominado “economia de fichas”, além de um contrato comportamental e aplicação de técnicas de punições brandas. A escola recebeu orientação e material psicoeducativo para auxiliar no manejo dos sintomas em sala de aula e durante o recreio escolar. Seis meses após o início do tratamento, o relato familiar e escolar é de melhora significativa nos sintomas opositivos e desafiadores. As notas escolares melhoraram bastante, assim como o relacionamento social de Marcio com professores, funcionários e colegas da escola.

A interação familiar está melhor e a mãe refere que a aplicação das técnicas comportamentais, regras e rotinas estão beneficiando e favorecendo um relacionamento mais saudável entre eles.

Por meio deste estudo de caso, percebeu-se como o TOD se apresenta e como interfere na vida da criança e de todos os que o cercam. No entanto é de grande importância que se inicie o tratamento de forma precoce do TOD para melhorar a qualidade de vida da criança, com o diagnóstico e a intervenção é perceptível a mudança comportamental. É fundamental que se tenha um trabalho de uma equipe multidisciplinar de profissionais capacitados para perceber as manifestações do transtorno e trata-lo, com o acompanhamento médico é possível que sejam tomadas decisões essenciais para que o tratamento tenha êxito, será prescrito medicações que irão diminuir a intensidade dos sintomas e assim os impactos negativos na vida social e educativa dos pacientes serão menores favorecendo-o o seu bem-

estar. Será direcionada uma equipe pedagógica qualificada para o apoio no processo educacional onde será voltada a esse aluno uma atenção maior, e será utilizadas estratégias adequadas para que a aprendizagem seja significativa e inclusiva. A intervenção médica também refletirá no convívio familiar, pois os pais ou responsáveis serão orientados da melhor maneira de agir nos momentos de crise e como conduzir a educação dos filhos com o Transtorno.

O TOD pode se manifestar em ambos os gêneros, porém como se vê, os meninos têm um comportamento mais agitado que as meninas, são muito mais impulsivos e ativos, gostam de brincadeiras que exige muito movimento, já as meninas são bem mais tranquilas, por esse motivo aparecem mais meninos com o Transtorno Opositivo Desafiador. O DSM – V (2014, p. 508) mostra que:

A prevalência do Transtorno de Oposição Desafiante varia de 1 a 11%, com uma prevalência média estimada de 3,3%. A taxa de transtorno pode variar de acordo com a idade e o gênero da criança. Aparentemente é mais prevalente em indivíduos do sexo masculino do que em indivíduos do sexo feminino (1,4:1) antes da adolescência.

Quando nos deparamos com alunos que possuem um comportamento agressivo, desafiador, grosseiro com a professora e colegas, cheio de defasagem no aprendizado, esse aluno de imediato é rotulado de “aluno problema”. Em muitos casos por falta de conhecimento, o professor acaba não sabendo utilizar as estratégias corretas para ter um bom relacionamento com o aluno. Como descrito por Apa (2014, p. 465):

[...] os indivíduos com o transtorno vivenciam conflitos frequentes com pais, professores, supervisores pares e parceiros romântico. Com frequência, tais problemas resultam em prejuízos significativos no ajustamento emocional, social, acadêmico e profissional do indivíduo.

No momento em que esse comportamento de rebeldia começa a interferir nas aulas e a regente não consegue mais seguir a rotina e nem dá os conteúdos esse aluno prejudica-se. Muitas vezes o professor isola o aluno e essa atitude não é a melhor solução, pois todo ser humano precisa socializar, interagir, se comunicar e assim aprender com o outro. Na visão de Savoia (1989, p. 55): “O processo de socialização consiste em uma aprendizagem social, através da qual aprendemos comportamentos sociais considerados adequados ou não e que motivam os membros da própria sociedade a nos elogiar ou a nos punir”.

A escola não consegue ajudar esses alunos sem parceria. Então, é relevante comunicar os pais e juntos buscarem possíveis soluções com profissionais da área. Na escola deve-se trabalhar a inclusão desse aluno, promover situações que melhorem o ambiente e a relação entre ele, o professor e os colegas para que assim, o processo educacional se desenvolva com excelência. Em Teixeira (2014, p. 85-93) vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

- 1 – Tenha um ambiente saudável;
- 2 – Estabeleça regras e limites;
- 3 – Faça pedidos claros e objetivos;
- 11 – Estimule as práticas do esporte;
- 12 – Comunica-se com a escola.

Mesmo não sendo uma intervenção clínica, essas atitudes quando adotadas contribuirão para um convívio mais harmonioso e adequado. Muitas vezes, podemos começar a observar as primeiras manifestações do Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) na idade escolar, momento em que a criança inicia a sua participação em uma nova esfera social com pessoas e rotinas diferentes da que estava acostumada, a escola.

Nessa nova etapa da vida da criança no âmbito escolar, o papel do professor constitui-se de fundamental importância, pois ele terá contato direto com o mesmo em sala de aula e poderá identificar os primeiros comportamentos antissociais do aluno. Na visão de Ballone e Maura (2008), “erram alguns professores menos avisados ao considerar que todas as crianças devem reagir da mesma maneira aos estímulos e as situações [...]”. Primeiramente, o educador deve ter consciência que as turmas são heterogêneas e que cada um age e tem atitudes diferentes do outro.

O comportamento das crianças na atualidade tem sido um assunto bastante discutido, principalmente na escola, pois a ausência dos pais no cotidiano delas tem contribuído para o aumento da indisciplina e situações de rebeldia para com o educador e as pessoas que fazem parte do seu ciclo de convivência, assemelhando-se há alguns dos sintomas do transtorno. Por este motivo, a identificação do problema se dá inicialmente pela percepção do professor em sala, que se encontrará diante inúmeras situações conflituosas no seu cotidiano. Caberá a ele distinguir até onde é birra, má-criação, falta de limites, indisciplina ou algo mais sério, o transtorno. É necessário entender o porquê do aluno ter esse comportamento e como fazer para ajudá-lo. Reforça Cury (2003, p. 65): “Os educadores, apesar das dificuldades, são insubstituíveis, porque, a gentileza, solidariedade, a tolerância, a inclusão, o sentimento altruísta, enfim, todas as áreas não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por humanos”.

O educador deve buscar conhecer mais detalhadamente a vida do aluno, a família, o que faz fora da escola e como reage a situações em que são questionados e que os pais ou responsáveis, mostram-se como papel de autoridade. A partir da sinalização do professor à escola sobre o aluno com esse possível diagnóstico, faz-se necessário construir uma equipe empenhada para encontrar os meios necessários para ajudar, intervindo cedo. Todavia, o desacordo entre a opinião do educador com a da família só contribui para agravar o problema.

Dessa forma, a parceria entre escola-família deve ser firmada para evitar um futuro fracasso escolar, pois o aluno com transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e o seu comportamento desobediente, agressivo, que não aceita ser questionado e não admite estar errado, transformam aos poucos o ambiente educacional e conseqüentemente a rotina da escola, dos colegas e professor em um verdadeiro caos, que acaba afetando a si próprio, já que o comportamento desses alunos interfere diretamente na aprendizagem. De acordo com essas situações, o professor deve buscar sempre contornar o ocorrido, sem perder sua autoridade, não se deixando levar pela circunstância. É recomendado que no momento de fúria do aluno, o docente o deixe extravasar, pois mostrar a sua autoridade só irá agravar. Após o ocorrido, o mesmo deverá conversar com a criança, advertindo comportamentos com calma, demonstrando afeto por ele, pois o discente deverá sentir-se seguro.

O professor precisa conhecer o transtorno para buscar junto a escola, família e um profissional especializado estratégias que motivem os alunos, conscientizando também sobre a importância da inclusão do mesmo no espaço educacional. Buscar um profissional especializado para essa criança com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) é essencial, pois esses serão devidamente preparados e poderão oferecer junto ao professor as intervenções necessárias para essas crianças.

Para desenvolver um trabalho satisfatório com crianças que possuem o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), é necessário que se estabeleça regras de convivência que estimulem um melhor comportamento, pois as regras caracterizam-se como um passo importante para ajudar no problema. Pedrosa (2008) afirma: “[...] as regras colocadas devem ser justas, e também, explicadas. Essa maneira de educar poderá auxiliar a criança no seu desenvolvimento de forma sadia e segura emocionalmente”.

É fundamental construir vínculos positivos com o aluno para que a confiança dele seja conquistada, contribuindo assim para que ações incorretas não sejam mais realizadas em sala, pois os alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) tendem a imitar

comportamentos de pessoas que eles consideram significativos, por isso, após conquistar a confiança do mesmo e ter sucesso nas regras estabelecidas, aumentam as chances para se desenvolver qualquer trabalho com esse aluno. Colocá-lo em papel que exija responsabilidades também é uma possível estratégia.

Perrenoud (2008) afirma: “Para que cada aluno progrida rumo aos domínios visados convém colocá-lo com bastante frequência em uma situação de aprendizagem ótima para ele”. Como salienta o autor, o lugar propício ao conhecimento deve oferecer ao educando condições de interação, novos saberes e troca de experiências, na qual o docente terá oportunidades de aguçar e despertar no aluno a curiosidade em descobrir e aprender, tornando as aulas interessantes, buscando fazer da sala de aula um lugar agradável.

A partir das questões analisadas acerca do Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), podemos considerá-lo como fator relevante às dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, para isso tornar lúdico o ambiente escolar favorece o processo, pois o lúdico faz com que o aluno tenha mais atenção e interesse pelas aulas. O professor precisa trabalhar dessa maneira, pois em qualquer seguimento o educando tem mais facilidade para aprender quando brinca, caracterizando-se como uma estimulação necessária na construção da aprendizagem. No caso do discente com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) contribui significativamente, pois a falta do comportamento os levam à inquietação e a falta de atenção.

Através da ludicidade o docente poderá levar para a sala jogos e brincadeiras que estimulem o aluno a ter um bom comportamento, o que será favorável também para o seu aprendizado. Zanluchi (2005, p. 89) reafirma que “[...] quando brinca a criança prepara-se para a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai aprendendo como são e como funcionam as coisas”.

O professor constitui-se como uma das peças indispensáveis para o desenvolvimento e a permanência do aluno com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) na escola. No entanto, para que haja o desenvolvimento da aprendizagem e a melhora do comportamento dessa criança opositiva tanto no âmbito escolar quanto na sua vida em sociedade que também é afetada, se torna essencial a sintonia daqueles envolvidos para o bem-estar do mesmo. É imprescindível o valor do diálogo para o avanço da criança com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD).

3 O TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR NO CONTEXTO ESCOLAR

Todas as pessoas passam por um processo de formação educacional, e a escola é o principal ambiente para que isso aconteça. Sendo assim, ao longo da vida, o ser humano encontra-se nesse espaço desenvolvendo suas habilidades e potencialidades, tendo como principal mediador o professor que dará as orientações necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem.

No âmbito escolar é possível encontrarmos uma infinidade de indivíduos, cada um com suas diferenças e especificidades. Para tanto, em sala de aula, a percepção do educador é indispensável na identificação de possíveis comportamentos e atitudes dos alunos que saem do que consideramos normal e aceitável.

No contexto escolar, o aluno com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) apresentará comportamentos totalmente opostos do que se espera, contrariando comandos, não cumprindo regras e se opondo a figuras de autoridade, dificultando assim seu processo de aprendizagem, sua socialização e interação em sala com os professores e colegas. Portanto, com a apresentação de comportamentos demasiadamente opostos que fogem do controle é necessário buscar informações para entender o que pode estar acontecendo com a criança e assim ajudá-la.

Ao identificar o Transtorno Opositivo Desafiador, o diálogo positivo com a família é essencial, pois muitas vezes cabe ao educador sinalizar aos pais que o transtorno não é falta de limite e que o filho precisa de ajuda. Diz-nos Teixeira (2014, p. 93) que:

A comunicação entre pais e professores é muito importante para a identificação e o monitoramento do comportamento do estudante. Portanto, comunique-se com professores e coordenadores pedagógicos sempre que necessário. A experiência diária de professores com aluno poderá ser de grande valia para discussões e a busca conjunta por estratégias e soluções de problemas de indisciplina do estudante presentes tanto na escola quanto em casa.

Por isso, é importante que os pais acompanhem tudo o que diz respeito aos filhos na escola, buscando a parceria com o professor, pois a observação e a intervenção em conjunto (família e escola) contribuirão para entender e ajudar no desenvolvimento dessa criança.

Quando a equipe pedagógica não está preparada para receber o aluno com esse transtorno por falta de conhecimentos, professores enfrentam muitas dificuldades para conduzir o aluno no ambiente escolar pois não consegue intervir na situação, acarretando atrasos no processo de ensino aprendizagem do educando e na sua socialização, surgindo assim o preconceito. No ambiente familiar também não é muito diferente quando não se sabe o motivo que levou o seu filho apresentar comportamentos explosivos e opostos acaba gerando momentos difíceis no relacionamento entre pais e filhos, por isso é importante que a família esteja atenta para identificar certas alterações comportamentais e de imediato equacionar para o atendimento especializado.

A escola deve buscar, juntamente com seus professores, promover ações que integrem o aluno com TOD, pois não é uma tarefa fácil lidar com o mesmo. São diversos conflitos e situações altamente opostas vivenciadas em sala, e o docente precisa buscar nesses ocorridos agir sempre em benefício da criança. São também nessas ocasiões que se identificam suas maiores dificuldades, e o professor precisa estar ciente de que independente do transtorno e suas manifestações, a autoridade que prevalece em sala continua sendo a dele e estabelecer uma maneira de determinar até que ponto as atitudes opostas são admissíveis. Para Freitas (2006, p. 12): “A escola, por estar inserida numa sociedade excludente, tanto pode ser causa de desigualdades, como pode, inclusive, acentuar algumas delas ocasionadas por limitações da própria escola em responder às necessidades de alguns alunos”.

Nesse sentido, não somente os professores devem estar aptos à receberem e atender as necessidades desses alunos, mas sim a comunidade escolar como um todo.

A manifestação do TOD na escola pode ser observada com o auto descontrole emocional, agressividade, impulsividade, atitudes negativas na qual o mesmo não aceita críticas ou contrariedades quando pratica esse tipo de comportamento, crises de birra, reações explosivas e agressivas para com a autoridade, que acabam contribuindo para a desestabilização na turma. O Transtorno também faz com que a criança responsabilize os outros por suas atitudes, não admitindo nunca seus erros, isso colabora para que os demais colegas acabem se afastando e conseqüentemente o aluno com TOD se isolando, gerando uma desarmonia na rotina diária. Na maioria das vezes é impossível mantê-lo em sala, o que impede seu amplo desenvolvimento e a obtenção de bons resultados educacionais.

O aprendizado do aluno com TOD impõe vários desafios ao professor, pois para o aluno com TOD é complicado assimilar os conteúdos, já que o mesmo não se concentra, é muito inquieto, não aceita ordens, desafia sempre a autoridade de professores e se opõe na realização das atividades individuais e trabalhos em grupo. Por isso, o docente em algumas situações encontra objeções para trabalhar com essa criança, que por vezes não aceita ser ajudado.

Como descrito por Relvas (2010, p. 55-56):

No processo neuropsicológico do ato de aprender, assumem papel de mais alta importância a atenção, a memória e as funções executivas, bem como os distúrbios atencionais e das funções corticais de percepção, planejamento, organização e inibição comportamental. Por outro lado, a memória é essencial em todos os processos de aprendizagem e seus distúrbios não permitem reter as informações.

Principalmente pela inquietação, o aluno com TOD passa por maiores dificuldades no momento de aprender do que uma criança dita “normal”, a agitação e a falta de atenção não permitem que o mesmo se mantenha concentrado no momento do aprendizado, contribuindo para que o seu desempenho na escola seja bastante comprometido, podendo ainda desenvolver-se para algo mais sério como a reprovação e um futuro fracasso escolar. Na visão de Teixeira (2014, p. 56) “[...] na escola o desempenho está comprometido na maioria das vezes, pois ele não participa das aulas, não realiza trabalhos ou deveres escolares. Dentre esses alunos são grandes as incidências de abandono e reprovação”.

Por isso, é essencial a realização de um trabalho no âmbito escolar que estimule o interesse do aluno acometido pelo TOD a participar ativamente de todas as atividades propostas para o desenvolvimento de sua aprendizagem, colaborando também para sua aprovação e permanência na escola.

Para tanto, pelas inúmeras manifestações de oposição, problemas comportamentais e dificuldades em atender as solicitações do professor, a criança que possui o transtorno poderá prejudicar não apenas o seu desempenho, comprometendo também o aprendizado dos demais colegas, já que o caos que muitas vezes se transforma a sala de aula, não permitirá que os alunos tenham um ambiente totalmente propício para aprender. Dessa forma, se o professor não souber como lidar e fazer uso corretamente de estratégias encontrará numerosas dificuldades para desenvolver um bom trabalho.

Por ser um assunto ainda pouco abordado e conhecido, o Transtorno Opositivo Desafiador as vezes é confundido com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) pois suas características assemelham-se ao TOD nas atitudes, sinais e sintomas opostos. Porém, essa associação acontece porque o TOD é uma comorbidade do TDAH que acomete na maioria dos casos meninos na faixa etária dos seis aos oito anos, para tanto não é uma regra, pois crianças com idades menores também podem apresentar atitudes opostas. Os educadores precisam estar atentos e conhecerem para que não confundam o aluno que realmente possui TOD com a sua comorbidade a outro transtorno. No entanto, se não há conhecimento acerca do transtorno, o mesmo poderá prejudicar o aluno, pois não saberá como identificar, intervir e quais medidas devem ser executadas para trabalhar com ele corretamente, levando em consideração suas próprias conclusões de que o aluno é apenas mimado, sem limites, desobediente e que não é capaz de seguir regras.

4 O PROFESSOR E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVEM A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TOD

Durante a vida estudantil, muitas crianças com TOD não conseguem obter sucesso no processo de ensino e aprendizagem, pois o comportamento apresentado pelos mesmos faz com que tenham dificuldades em absorver os conteúdos, além disso, os professores muitas vezes se deparam com um contexto desafiador, por não se sentirem preparados para lidar com situações-problema ou desconhecem sobre o TOD, o que faz com que acabem usando a punição como estratégia para controlar esse aluno, atitude essa que interfere negativamente no desenvolvimento escolar.

Ao trabalhar com uma criança que possui TOD, é indispensável que se busque estratégias que possam contribuir para melhorar o comportamento do mesmo, já que as problemáticas que sucedem desses comportamentos opositores, desobedientes e desafiadores interferem significativamente na aprendizagem. Na visão de Barbosa (2017, p. 167):

Cumpra ressaltar a importância da equipe pedagógica pensar em estratégias que dinamizem essa fragilidade na escola, pois é essencial que a formação que a escola possibilita aos indivíduos e, se esse aluno permanecer com esse comportamento, irá afetar sua formação.

Para isso, a escola precisa dispor para a equipe pedagógica formações que contribuam no desenvolvimento de práticas que ajudem os alunos durante toda sua vida escolar. No contexto educacional, o professor possui um papel fundamental para que essas estratégias sejam colocadas em prática, pois é ele que na sala de aula em meio aos conflitos do cotidiano, através da sua observação poderá identificar os primeiros sinais de que as situações comportamentais ocorridas passam de travessuras e merecem um olhar mais cuidadoso. Sendo importante também compreender quais as maiores necessidades desse aluno. De acordo com Teixeira (2014, p. 50):

Os prejuízos acadêmicos em crianças com TOD são enormes, tornando as reprovações escolares muito mais frequentes. Problemas de relacionamento entre estudantes em sala de aula e prejuízos acadêmicos estão relacionados com o aumento da agressividade e do comportamento de conduta. Estratégias como essa são passos iniciais para que os resultados que serão alcançados para o aprendizado sejam satisfatórios.

Colocando em prática as estratégias adequadas, os alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) podem ser beneficiados e desenvolverem assim como os outros, pois são muitos os desafios que deverão ser enfrentados para o êxito de sua aprendizagem. No entanto, para que isso aconteça é necessária uma prática pedagógica que venha suprir as suas necessidades. Em El Hajj (2014) podemos encontrar sugestões de trabalhos pedagógicos para alunos com TOD.

[...] procurar ressaltar as regras e anotar na lousa o plano de aula, bem como as tarefas e datas de provas;
Considerar a possibilidade de mudança na forma de avaliação, possibilitando provas orais ou com maior tempo para a execução ou menor número de questões, em relação ao restante da classe;
Procure tornar o ensino prazeroso, estimulando a participação dos alunos e a interação social em atividades de grupo;
Demonstre percepção dos resultados e progressos alcançados pelo aluno;
Ajude os pais com uma maior comunicação, monitorando os progressos ou dificuldades, além da participação no controle em anotar as atividades e datas de provas;
Evitar fazer reclamações do aluno ao entregá-lo aos pais na saída. Qualquer reclamação deve ser feita via agenda ou em particular (agendar reunião);
As tarefas acadêmicas devem ser compatíveis com as habilidades da criança, ir reforçando passo a passo até igualar com as demais crianças da classe;
Trabalhar questões relacionadas ao planejamento e organização do estudo na escola e em casa (rotina diária);
Intercalar as aulas expositivas ou períodos de estudo com breves momentos de atividade física, ajudando a minimizar a fadiga e a monotonia de períodos longos de estudo;
Evitar corrigir as lições com canetas vermelhas ou lápis;
Criar momentos de descontração para minimizar o stress e ajudar na socialização com colegas de classe [...].

Essas sugestões contribuem diretamente para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais significativa e eficaz para os alunos que possuem TOD, bem como possibilidades para os professores de atuarem com competência na construção de conhecimento desses alunos, pois sua prática interfere significativamente para que as dificuldades encontradas pelo transtorno sejam em algum momento superadas. Para tanto, o conhecimento acerca do mesmo é fundamental, já que o aluno se estimulado corretamente desenvolverá assim como uma criança dita “normal”, porém o caminho do processo é diferente.

Por conhecer as especificidades e dificuldades da criança que possui TOD, as estratégias utilizadas pelo professor para desenvolver sua aprendizagem devem buscar explorar as potencialidades do aluno permitindo atuar de acordo com o nível de conhecimento delas e assim encontrar meios para avançarem.

É necessário que a criança acometida pelo TOD se sinta acolhida e que participe ativamente das atividades, para tal em seu cotidiano na escola praticas pedagógicas como mostrar que seus progressos foram observados, sugerir atividades que as mesmas tenham capacidade de resolver ou permitir um período maior para sua conclusão, assim como possibilitar uma forma de avaliar diferente dos demais favorecerão o aprendizado.

Outro aspecto importante é sobre a compreensão das regras estabelecidas, pois esta se caracteriza como fundamental para o caminhar da rotina diária, posto que, deve ser compreendida e seguida, que no ambiente escolar possui horários para a realização de cada tarefa como brincar, recreio, saída, dentre outros. Outra estratégia que colaborará para o aprendizado do aluno, é sentá-lo em lugares que não lhe causem distrações, estimulando-o a permanecer sempre próximo de colegas que entendem as regras, tem interesse em aprender e são comprometidos, assim as tentativas negativas de chamar atenção seja dos demais alunos ou mesmo do professor pode ser contida.

Estabelecer vínculos positivos também é importante, pois ao conquistar a confiança, uma relação de parceria com o docente surge, contribuindo consideravelmente para que algumas ações que possam ser tomadas pelo aluno sejam inibidas, pois quando não há cooperação e o mesmo vê no professor apenas autoridade, dessa forma, provoca embates desgastantes, não respeita, sempre questiona, muitas vezes agride e isso inviabiliza que a criação dos vínculos seja estabelecida. Para contornar a situação, o docente poderá retomar as atividades propostas para o dia, pois acontecimentos como esse acabam contribuindo para que o ambiente fique desarmônico.

Os vínculos positivos contribuirão bastante nos momentos de crise da criança, na qual o sentimento de raiva predomina, pois, o mesmo se sentirá seguro ao término dessas situações. O docente enquanto figura de autoridade deverá manter-se sempre que possível o autocontrole e a calma, deixando que o aluno expresse todo esse sentimento, já que é algo que o mesmo não consegue controlar. Após o ocorrido, a forma correta é direcionar a criança para um diálogo de maneira branda e discreta, de modo que se compreenda as ações da situação, evitando constrangimento e conscientizando que existem outras possibilidades de solucionar os problemas. Para Vergés e Sana (2012, p. 18):

O professor deve usar a sua autoridade dentro dos limites da democracia para orientar seus alunos, pois quanto maior a confiança entre eles, mais bem aceitos serão as intervenções do professor. Assim, este deve dizer “sim” sempre que possível e ‘não’ quando necessário para que passe confiança aos alunos e, assim possam se sentir mais seguras e confortáveis na promoção do diálogo com o professor.

Por isso, o professor precisa fazer uso de diversas técnicas, para que assim possa conquistar a confiança do aluno, e mesmo que o seu processo de aprendizagem seja diferente dos demais, cativá-lo e aproximá-lo de si, em busca da construção do conhecimento. O

desenvolvimento de tarefas que coloquem o aluno em posição de responsabilidades também caracteriza-se como estratégias a serem trabalhadas, pois as crianças com TOD geralmente tendem uma baixa autoconfiança que pode ser superada com a ajuda do docente, o elogiando quando apresentar pequenos ou grandes avanços em seu comportamento, bem como o trabalho positivo, reconhecendo suas habilidades, o incentivando e dando oportunidades de agir em liderança sempre que cumprir corretamente com as metas de comportamento. Ainda na realização das tarefas é natural que o aluno possua algumas dificuldades para acompanhar, no entanto, é necessário disponibilizar mais um tempo para que seja finalizada.

O aluno com TOD precisa sentir-se motivado a participar das aulas, sendo também encorajado a manter o seu comportamento adequado. Por isso, as aulas devem ser dinâmicas com o intuito de chamar a atenção e que o mesmo possa demonstrar interesse pelo conteúdo exposto, proporcionando facilidades ao aprendizado com atividades ao ar livre, na qual a criança possa ter contato com a natureza, explorar um ambiente diferenciado da sala de aula, pois alunos com TOD distraem-se com muita facilidade e logo perdem o interesse. A estratégia ao mudar o local do aprendizado é envolvê-lo e estimulá-lo a prestar mais atenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, o Transtorno Opositivo Desafiador provoca sérios danos na vida familiar, escolar e social da criança. Dessa forma, contribui para grandes dificuldades no avanço das relações afetivas como também em seu desenvolvimento cognitivo, tornando sua aprendizagem um desafio para os educadores.

Ao longo do artigo, foi possível conhecer e refletir acerca dos desafios que propõe o processo de ensino-aprendizagem da criança que possui o transtorno, bem como identificar e demonstrar o que pode ser adotado pelo professor para que o aluno progrida.

De acordo com a literatura, chegou-se aos resultados da necessidade de conhecimento do professor sobre o TOD e como as estratégias são caminhos para que os alunos alcancem os objetivos traçados para a realização de um trabalho satisfatório. Para tanto, a organização da sala de aula ajuda na motivação do aluno e contribui para o seu avanço, pois o lúdico presente nesse ambiente estimula o aprender brincando. Já os vínculos estabelecidos de forma positiva com o docente, colaboram para que as regras e a rotina nos anos iniciais sejam compreendidas e seguidas com mais facilidade. Logo, os vínculos positivos também estabelecem uma relação de parceria e confiança nos momentos de crise, além de inibir alguns comportamentos opostos da criança. Durante as aulas a inclusão do mesmo em todas as atividades propostas, a motivação do professor, os elogios pelos pequenos ou grandes progressos e as oportunidades de agir em liderança ajudam a superar a baixa autoconfiança desenvolvida pelo aluno, além disso, o planejamento de metodologias diversificadas e dinâmicas como atividades ao ar livre resultam em maior atenção, interesse e envolvimento necessários para o êxito do aprendizado.

Nesse sentido, para o desenvolvimento do aluno com TOD no âmbito escolar é fundamental a parceria de uma equipe multidisciplinar, pois a escola e o professor sozinhos não conseguirão suprir todas as necessidades.

Cabe a escola trabalhar a inclusão buscando promover ações que melhorem o convívio da criança com o ambiente, tornando-o mais harmonioso e adequado, bem como dispor a sua equipe formações que auxiliem nas práticas. E ao professor, conhecer mais detalhadamente o transtorno para intervir de maneira correta, propiciando situações de aprendizagem e estratégias que estimulem a melhorar o comportamento e a permanência na escola, evitando que o TOD traga consequências como um futuro fracasso escolar. Sem dúvidas, é um grande desafio a ser enfrentado, porém com diálogo, união e sintonia entre

todos os envolvidos, o maior interessado, a criança, terá grandes chances de desenvolver e aprender.

REFERÊNCIAS

APA – Apoychiatric Association. **Manual diagnóstico de transtornos mentais – DSM – 5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BALLONE, G. J.; MOURA, E. C. Problemas emocionais na escola, Parte 1. **Psiweb**. Disponível em: www.psiweb.com.br. Med. BR. Acesso em: 27 out. 2018.

BARBOSA, Ana Paula. **Transtorno desafiador opositivo: desafios e possibilidades**. Disponível em: <http://www.ufscar.edu.br/000120045/artigos-transtorno>. Acesso em: 6 abr. 2019.

BOCCATO, U. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

DSM-V **Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução de Maria Nascimento). 5. ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

EL HAJJ, Simone Alves. **TOD**. Disponível em: [http://avaliacao neuropsiquica.com.br/transtorno-desafiador-opositor/](http://avaliacao.neuropsiquica.com.br/transtorno-desafiador-opositor/). Acesso em: 4 maio 2019.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Diferentes contextos de educação especial/inclusão**. Santa Maria: PROESP/CAPES, 2006.

ONU. CID – 10. **Relatório para classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. Décima revisão. Versão 2008. Volume I. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/webhelp/idh-sumario.htm>.1989. Acesso em: 5 nov. 2018.

PAULO, Marta Mantovanelli de; RONDINA, Regina de Cássia. Os principais fatores que contribuem para o aparecimento e evolução do transtorno desafiador opositor (TDO). **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**. Garça/SP: Editora FAEP Ano VII, n. 14, maio 2010.

PEDROSO, J. I. (2008). Reflexão: contribuição dos limites no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, v. 5, p. 232-240, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e transtorno de aprendizagem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: MC Graw – Hill, 1989.

SERRA-Pinheiro, M. A.; SCHMITZ, M.; MATTOS, P. *et tal.* Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 4, n. 26, p. 273-276, dez. 2004.

TEIXEIRA, Gustavo. **Entrevista ao site sobre transtorno desafiador opositivo – TDO**. Disponível em: <http://www.transtornos.org/entrevista/9/tudosobreotdo.html>. Acesso em: 4 maio 2019.

TEIXEIRA, G. **O Rezinho da casa**. Editora Beste Seller, 2014.

VERGÉS, Maritza Rolim de Moura; SANA, Marli Aparecida. **Limites e indisciplina na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2012.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação**. Londrina: O autor, 2005.

Revista

HUMANAS ET AL

IESF - Paço do Lumiar
v. 7, n. 11, p. 1-220, jul. 2019.
ISSN 2358.4041



INSTITUTO DE
ENSINO SUPERIOR
FRANCISCANO